



ANTONIO CARLOS BATISTA DE SOUZA
MICHEL JUSTAMAND
THARCISIO SANTIAGO CRUZ

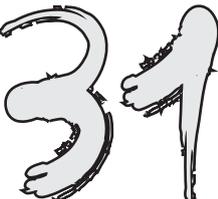
ORGANIZADORES

faas 31

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES



Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS
Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões 

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Geresa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

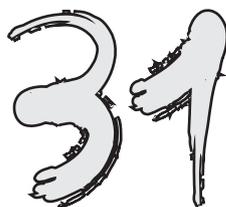
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Antônio Carlos Batista de Souza
Michel Justamand
Tharcisio Santiago Cruz
(Organizadores)

**Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões**



ALEXA

Embu das Artes - SP
2022



© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Foto de capa

Josenildo Santos de Souza

Revisão Técnica

Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

Revisão de língua

Ana Paula Bastos da Silva e Vânia Cristina C. de Andrade

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S420a - SOUZA, Antonio Carlos Batista de
J276m - JUSTAMAND, Michel
C579t - CRUZ, Tharcísio Santiago

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 31, Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

14x21cm -270 páginas
ISBN - 978-85-5467-221-8

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Nós dirigentes da coleção, partícipes da comissão editorial da obra, organizadores, autoras e autores: Homenageamos a todas e todos que, infelizmente, morreram em batalha contra a COVID-19 na Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e em outras partes do mundo. Nos solidarizamos com as famílias desses, que partiram sem nenhuma, necessidade!

Homenageamos, também, Bruno e Dom e oferecemos nossos profundos sentimentos aos seus familiares. Ambos foram lutadores incansáveis pelos direitos humanos e dignidade de vida para todos, em especial, para os povos indígenas. Tombaram, em junho de 2022, enfrentando e atuando na Terra Indígena Vale do Javari, no Alto Solimões, em Atalaia do Norte, estado do Amazonas. Vossas bandeiras de lutas são as nossas. Seguiremos, Bruno e Dom, presentes!

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Antonio Carlos Batista de Souza (IFAM – Manaus/AM)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Denia Roman Solano (Universidad de Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosario/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Graziele Açolini (UFGD – Dourados/MS)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

TERRA INDÍGENA DO VALE DO JAVARI: CONFLITOS E PERDAS

Tharcísio Santiago Cruz

Nos últimos dias certos acontecimentos têm causado tristeza a grande parte do movimento indígena, serviço público federal, imprensa e grande parcela da sociedade brasileira, ou seja, as mortes do jornalista Dom Philips de origem britânica e de Bruno Araújo Ferreira, servidor licenciado da FUNAI, em área denominada terra indígena do Vale do Javari, área esta com 76.352 km², próxima ao município de Atalaia do Norte.

A região é considerada como uma das mais isoladas do país, por tratar-se em quase sua totalidade ser composta por florestas primárias e secundárias, grandes rios que compõem a bacia do Javari, como: Curuça, Ituí, Jandiatuba, Itacoá dentre inúmeros afluentes, igaraés, lagos e furos. A configuração geográfica, inclusive motivou a FUNAI a implantar, posto avançado de atuação em configuração de Frente de Defesa Etnoambiental.

As mortes dos dois agentes em questão, tornaram-se uma questão mundial, devido a trabalho investigativo que realizam, além do questionamento sobre a atuação de caçadores ilegais de animais silvestres, quelônios, peixes ou mesmo o contrabando de recursos florestais, em terras indígenas, como apresenta reportagem da UOL (06/06/2022)

Outros fatores que podem tiveram de certo modo alguma influência sobre os falecimentos, de Bruno e Dom, como a proximidade do trabalho do jornalista, frente a exploradores de madeira no bre na região, atividade normalmente ilícita e extremamente lucrativa realizada por madeireiros em muitas situações em áreas indígena demarcadas dos povos: Marubo, Matses, Kanamari, Matis, Kulina e Korubo, alguns destes povos inseridos em classificação etnológica de índios isolados (RIBEIRO, 1996).

De forma reflexiva, seria importante atuação mais presente do estado nacional brasileiro em região com extensa dimensão geográfica, configuração étnica diversa, forte presença de estrangeiros de país vizinho como Peru, atuação de caçadores ilegais e algo mais

preocupante como a atuação do narcotráfico internacional. Tais fatores acentuam os conflitos e confrontos com os habitantes locais nessa região. A FUNAI órgão que atua nessa “frente”, em sentido o impacto de vivenciar a realidade de atuar com poucos investimentos e infraestrutura, suporte e valorização de seus servidores, normalmente o órgão federal, conta com quadro insuficiente para atuar em tão gigantesca área.

As lamentáveis mortes do jornalista e do servidor da Funai, as quais nos solidarizamos e registramos aqui o sentimento de perda, algo que demonstra a necessidade de maior presença do estado, bem como, amplitude do desconhecimento da realidade socio-cultural e ambiental da região.

Neste aspecto, o conhecimento da região e seus graves problemas são de conhecimento e enfrentamentos dos povos indígenas do Vale Javari, como exemplo em suas representações via União dos Povos Indígenas do Vale do Javari-UNIVAJA, conhecimento este compartilhado com os servidores da Funai e de outros órgãos federais e estaduais, como o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Funasa, Universidades Federais. O assassinato de Bruno e de Dom atinge de forma dramática, além de seus familiares, servidores da Funai, por atuarem diretamente em região tão diversa e conflituosa.

Referencias:

UOL em 06/06/2022

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Apresentação

CONSOLIDANDO PESQUISAS ACADÊMICAS FAAS 31

Antonio Carlos Batista de Souza

Michel Justamand

Tharcisio Santiago Cruz

Nós, organizadores da edição 31, da coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS, temos o prazer de torná-la pública. Foram meses de trabalho na construção dos textos, revisões e edição da obra ora apresentada. Lembrando, que é sempre importante valorizar a nossa ancestralidade produtiva, que temos um lastro de composição editorial dos tomos desde 2012. Por esse motivo, chegamos a esse volume contando com os outros trinta antecedentes.

O FAAS, a cada ano consolida-se como coleção de produção textual, literatura poética, imagens em diversos enfoques e de forma a acentuar, como possibilidade e oportunidade para que a ideias, pensamentos, produções teóricas e criações artísticas possam ser veiculadas traduzidas e socializadas por meio dessa coleção que é ao mesmo tempo, livro, revista ou mesmo caleidoscópio de produção acadêmica e artística.

Tais apontamentos servem para ilustrar por meio dessas palavras de apresentação o escopo de uma revista alternativa de produção textual e veiculação de pesquisas e informações a começar pelo pouco conhecimento do lugar denominado do alto Solimões assim como outras partes do Brasil e América Latina, visto o alcance do FAAS.

Os ensaios que compõem a atual edição do FAAS, em certo sentido, traduzem múltiplos olhares, vozes e pensamentos dos diversos autores e autoras e suas respectivas áreas de atuação e conhecimento, bem como, lugares de fala, singulares por representarem a diversidades de temas e realidades trazidas e traduzidas para esta edição.

Em certa medida, o FAAS consolida-se, como modelo alternativo de escrita da realidade social, política, econômica, educacional, arqueológica e antropológica, para além do próprio alto Solimões, que torna a revista diversa como capacidade de diálogo e intercâmbio com pesquisadores e pesquisadoras, classes artísticas e poéticas de outras partes para além de um lugar de origem.

De certo modo, podemos identificar a diversidade de áreas e pensamentos expressos nos textos, hora selecionados, que interagem e contemplam temas voltados a educação no Amazonas, a partir de realidades de algumas de suas cidades, bem como, o próprio enfoque sobre o pensamento social na região. Assim presentes em: Homeschooling, ele próprio, é um mito; A mobilização dos saberes docentes em contexto ribeirinho na Amazônia: uma perspectiva investigativa para a formação de professores; Educação, pandemia e o contexto amazônico: desafios do ensino remoto em Parintins – AM; Tecnologias na educação: uma análise do ensino de línguas estrangeiras no contexto da pandemia, através da teoria Elisiana.

Dentre os textos iniciais do atual volume, estamos diante de estudo direcionado para a abordagem a área da economia da Amazônia: Incentivos fiscais e seu impacto nas despesas tributárias: uma análise na empresa Colortech da Amazônia Ltda.

As abordagens antropológicas podem ser lidas e interpretadas de diversas formas nos textos: Um diálogo da teoria configuracional do esporte e lazer na qualidade de vida do idoso; benzedores e benzeduras: práticas e saberes tradicionais em saúde no município de Amaturá-AM; As vozes das mulheres pescadoras da comunidade do Itaboraí do meio menino Deus – Parintins/AM; Formação do pensamento social sobre a criança no Brasil colônia: considerações a partir da obra Casa – Grande & Senzala.

No volume atual nos deparamos, como inovadoras e clássicas investigações de caráter arqueológico, em: Basic Contributions to the Knowledge of the Architecture of the Zencity Wreck (Buenos Aires, Argentina) e Relações homoafetivas nas pinturas rupestres do PNSC – PI.

Completando a edição do FAAS 31, é possível a leitura e reflexão sobre temáticas voltadas aos direitos sociais: Barra (c/ç) a proposta de intervenção escultórica sob a perspectiva do incêndio na favela do bairro de educandos em 2018 e Direitos, conflitos e pro-

cessos de territorialização na bacia do Tarumã- Açu (Manaus, Amazonas, Brasil).

De maneira resumida, a atual edição do FAAS pode ser compreendida como apanhado geral de temas pertinentes a áreas que se complementam e se comunicam, no sentido de se pensar a produção de textos, artigos e ensaios, como propostas educativas e elucidativas direcionadas a tema e temáticas que merecem o olhar investigativo e de produção de pensamentos e ideias.

Assim, desejamos, a quem for ler... esses capítulos a seguir, boa leitura e que sejam geradas inúmeras reflexões sobre a vida, o mundo e as nossas relações!

São os nossos mais sinceros votos!

Os organizadores!

Benjamin Constant/Manaus/Atibaia, maio de 2022.

Sumário

Apresentação

Consolidando pesquisas acadêmicas – FAAS 31

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcisio Santiago Cruz

- 11 -

Homeschooling, ele próprio, é um mito

Antonio Carlos Batista de Souza, Ana Paula Bastos da Silva e Laice Oliveira da Costa

- 17 -

Incentivos fiscais e seu impacto nas despesas tributárias: uma análise na Empresa Colortech da Amazônia Ltda

Ariane Gabriele Lopes Silva, Brenda Rolim Rebelatto e Vanessa Pereira Araújo

- 37 -

Um diálogo da Teoria Configuracional do esporte e lazer na qualidade de vida do idoso

David da Silva Ribeiro, Waldeliz de Freitas Rodrigues e Anne Gricelda Barbosa Oliveira

- 55 -

Benedores e benzeduras: práticas e saberes tradicionais em saúde no município de Amaturá-AM

Erik Gonçalo Rubem e Renilda Aparecida Costa

- 65 -

A mobilização dos saberes docentes em contexto ribeirinho na Amazônia:

uma perspectiva investigativa para a formação de professores

Evandro Luiz Ghedin, Greicy Oliveira Nascimento e Ana Cristina Mota da Costa Cunha

- 91 -

As vozes das mulheres pescadoras da comunidade do Itaboraí do Meio Menino Deus – Parintins/AM

Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira, Jesus de Souza Brasil e Rosa Mery Oliveira e Oliveira

- 105 -

Basic contributions to the knowledge of the
Architecture of the Zencity Wreck (Buenos Aires, Argentina)

Javier García Cano

- 121 -

Barra(c/ç)o - proposta de intervenção escultórica sob a perspectiva
do incêndio na favela do bairro de Educandos em 2018

Lilian Freire Noronha

- 139 -

Formação do Pensamento Social sobre a criança no Brasil Colônia:
Considerações a partir da obra Casagrande & Senzala

Maria Goreth da Silva Vasconcelos, João Luiz da Costa Barros e Jeane Vasconcelos de Oliveira

- 149 -

Relações homoafetivas nas pinturas rupestres do PNSC – PI

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vitor José Rampaneli de Almeida, Leandro Paiva, Antoniel dos Santos Gomes Filho, Matteus Freitas de Oliveira, Vanessa Belarmino da Silva e Giovanna Neiva Luz

- 169 -

Educação, pandemia e o contexto amazônico: desafios do ensino
remoto em Parintins – AM

Mírian de Araújo Mafra Castro, Ana Cristina Mota da Costa Cunha e João Luiz da Costa Barros

- 203 -

Direitos, conflitos e processos de territorialização
na bacia do Tarumã- açu (Manaus, Amazonas, Brasil)

Priscila Ramos de Farias

- 225 -

Tecnologias na educação: uma análise do ensino de línguas
estrangeiras no contexto da pandemia, através da Teoria Elisiana

Raiany Ketlen Rodrigues Leal, Waldeliz de Freitas Rodrigues

- 241 -

Sobre as/os autoras/es

- 251 -

Sugestões de leitura

- 259 -

HOMESCHOOLING, ELE PRÓPRIO, É UM MITO

Antonio Carlos Batista de Souza

Ana Paula Bastos da Silva

Laice Oliveira da Costa

INTRODUÇÃO

Um paradigma ou unicamente uma pauta de costumes¹ com conceitos, noções e instrumentos de análises equivocados? Quem apoia esse modelo de ensinamento está insatisfeito com a qualidade escolar. Além disso, reivindica o direito à gestão educacional de seus filhos. A divergência inicial está na legislação, pois a educação domiciliar não é admitida para certificar o estudante. Por sua vez, as famílias que optaram por ensinar os filhos em casa vivem uma insegurança jurídica, sem o diploma do ensino médio para adentrar em uma faculdade, e os pais sujeitos à punição da lei, por abandono intelectual.

A abordagem metodológica analisou os registros disponíveis em livros, artigos e teses a fim de coletar dados e categorias de análises sobre o tema. A pesquisa investigou, também, as matérias e documentos legais disponibilizados por agências, secretarias, institutos e órgãos de governo. Para fins didáticos, homeschooling e educação domiciliar serão tratados como sinônimos neste artigo.

É um método pedagógico impreciso, à primeira vista. Os pais ou responsáveis assumem a responsabilidade direta pela educação formal dos filhos. As aulas podem ser ministradas por eles ou por professores particulares contratados, com o auxílio de materiais didáticos. A efetividade da educação realizada inteiramente em casa, apresenta-se como uma alternativa de ensino diferenciada, flexibilizando horários e a rotina do estudante esbarra na imprevisibilidade do resultado.

1 Desde a eleição presidencial de 2018, as denominadas “pautas de costumes” vêm ganhando força perante um eleitorado (conservador) defensor da estabilidade das instituições sociais tradicionais com bandeiras como a redução da maioria penal para 16 anos, prisão perpétua, pena de morte, escola sem partido, ensino domiciliar e posse de armas para pessoas comuns. Fora os acalorados discursos dos ativismos ideológicos inebriados em circunloquções tautológicas de igualdade político-jurídica, a pregação nos costumes pouco saiu do papel. A exceção ficou por conta do ensino domiciliar ou homeschooling. Sua regulamentação não tem a empatia de grande parte dos educadores que veem uma cisão no esforço de uma escola pública de excelência.

Em nenhum caso, a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço (SANTOS, 2004, p. 39). A justificativa para os críticos do formato

Ocorre em função de se acreditar que há uma tendência do homeschooling tornar-se uma modalidade de nicho, disponível preferencialmente aos que possuem tempo e recursos para tal, gerando, assim, mais desigualdade. Entre os argumentos, destacam-se, ainda, aqueles que se referem à socialização promovida pela escola, um espaço de convivência entre pessoas e toda sua diversidade. Esses temem que o método se torne mais um mecanismo de segregação social. Assim, na visão dos críticos da modalidade a escola constitui indispensável ferramenta para equalização do quadro social, diminuindo as desigualdades no aspecto geral e garantindo maior igualdade de oportunidades, haja vista todos receberem igual educação. (ARRUDA E PAIVA, 2017, p. 28)

O nível de complexidade do homeschooling, materializado nos objetos e ações, tende a caminhar para uma ruptura epistemológica. Em sua vertente contrária ao sistema educacional em vigor, percorre padrões éticos, morais e culturais. Para Silvestre e Sampaio (2020, p. 97) é necessário lembrar que

Essa modalidade de ensino não surge para abolir a educação fornecida pelo Estado; emana como alternativa para que novos métodos possam atuar harmonicamente em prol da universalização do ensino. Este se manifesta como uma alternativa a mais dentro do contexto educacional. Conveniente estabelecer que não podemos entender a educação unicamente como aquela fornecida de modo formal pelas escolas porque o ensino é obtido das mais variadas maneiras. Pode-se aprender sobre a biologia assistindo a um documentário; sobre linguagem verbal e não verbal assistindo a um júri simulado; sobre eletricidade ao trocar a resistência do chuveiro; ou até sobre gramática e metalinguagem lendo um gibi.

O elemento principal do argumento dessas famílias é a liberdade dos pais e o direito de definir o que consideram a alternativa educacional mais adequada para seus filhos. Mesmo que, para isso, tenha-se que contestar e romper com os princípios da educação regular e obrigatória. De forma fática, recorrer ao poder público, sobretudo aos tribunais, a fim de legitimar esse propósito.

Há duas vertentes em jogo: os favoráveis à educação doméstica e àqueles que compreendem que o indivíduo não se explica à parte da sociedade. O homeschooling no Brasil (conceitos, noções e instrumentos de análises) defronta-se com a inconstitucionalidade, posto que viola a competência privativa da União, responsável por deliberar sobre o tema. A partir de tais premissas

Pensamentos mais radicais preconizam que a pior injustiça é proibir os pais de ensinar seus próprios filhos. A escola com muitas crianças, horários e currículos definidos inviabiliza a instrução adequada. Assim sendo, a única forma de proteger-se da influência nefasta do Estado seria a educação domiciliar. Para estes há a necessidade de remoção do ensino compulsório e de padrões obrigatórios. Parte-se do entendimento que as escolas não podem ser a única via, ou mesmo o agente primário da educação para a cidadania (OLIVEIRA e BARBOSA, 2017, p. 207).

No caso vertente, a educação domiciliar traz a marca de uma epistemologia desigual e combinada x desigual e contraditória. O contrassenso da questão é que a legislação brasileira não proíbe o homeschooling, mas também não o permite. Contudo, na realidade, a legislação brasileira sobre o assunto não o respalda. Pela Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB), a Educação é “dever do Estado e da família”. A LDB, por sua vez, coloca como dever do responsável legal “efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade”. O direito à educação está previsto na Constituição, podendo-se, através do Código Penal, criminalizar os responsáveis que não matriculam os filhos.

No campo específico, há um tríptico aspecto quanto à aplicabilidade do ensino domiciliar no Brasil: 1) O alcance em todas as classes sociais; 2) A eficiência do método; 3) Os efeitos cognitivos na socialização das crianças. A insatisfação com o sistema educacional fortifica àqueles que têm no homeschooling o discurso do novo, questionando a escola brasileira e seus métodos. Mesmo que para tal, tenham que ir de encontro à educação formal, da sala de aula. Contudo, o desempenho descendente nos índices educacionais não justifica uma dissidência pedagógica. O que é paradoxal é que

Os pais que têm tempo e recursos para investir na escolarização doméstica dos seus filhos poderiam fazer o mesmo esforço para melhorar a situação das escolas públicas. Seu êxodo das escolas pú-

blicas compromete, portanto, a capacidade desta instituição de melhorar ao responder às pressões sociais vindas de pais insatisfeitos (PENNA, 2019, p. 15).

O brilho literário das comparações nem sempre é sinônimo de enriquecimento conceitual (SANTOS, 2004, p. 22). Há variáveis em jogo que perpassam dados técnicos x dados sociais. Nesse mosaico de conflitos, encontram-se valores demonstrativos, mas não explicativos. É importante assinalar, sob o ângulo ontológico, que na sociedade pós-industrial

O problema estético da vida consiste em como organizar as várias frações da própria existência de modo a conferir a elas um sentido e não cair na esquizofrenia, consiste em tornar novamente distintas e complementares as dicotomias entre interior e exterior, essência e aparência, latente e manifesto, autêntico e inautêntico, signifiante e significado, sincrônico e diacrônico, nômade e sedentário, real e virtual que o pós-moderno confundiu, confundindo-nos (DE MASI, 2017, p. 64).

Três categorias formam o pano de fundo da caracterização das ideias organizacionais da teleologia homeschooling. A primeira, *histórica*, apresenta os aspectos imateriais da tradição; a *acadêmica*, objetiva superar as dicotomias nos diversos graus de racionalidade, embasando resultados. Os resultados historicamente obtidos trazem uma forma-conteúdo que justificam o movimento permanente de tratar essa perspectiva pelo parâmetro *jurídico*.

A GENEALOGIA HOMESCHOOLING E AS NOÇÕES FUNDADORAS

As famílias brasileiras simpatizantes desse método pedagógico encontraram no homeschooling estadunidense os pilares culturais para esposar seu conteúdo existencial. Seus conceitos constitutivos e operacionais afirmam que há registros dessa prática desde o período colonial. Num âmbito mais extenso, a recrudescência vem a partir da década de 1970. Pode-se dizer que

Acontecimentos sociais mais amplos ocorridos na segunda metade do século XX como a urbanização, o feminismo, o radicalismo político, a privatização e o crescimento de um sistema escolar público secular e burocrático, contribuíram para fazer o crescimento do movimento homeschooling possível (BARBOSA e EVANGELISTA, 2018, p. 331).

O arcabouço original do homeschooling é religioso, especialmente proeminente entre os cristãos conservadores, à luz da tradição protestante americana. Fora do campo científico, foi decisiva a maneira de pensar trazida por John Holt (1923-1985), questionando as matrizes da educação tradicional: obrigatoriedade, frequência, avaliação, nota, reprovação e punição. A partir de tais premissas, Holt avançou na hipótese do ensino domiciliar. Em dois livros *How Children Fail* (1964) e *How Children Learn* (1967) definiu que uma criança aprenderia naturalmente, desde que tivesse o direito e a liberdade de escolha. Na sua maneira de pensar o problema, acreditava que as crianças não precisariam ser coagidas a aprender. Foi precursor de uma corrente de pensamento chamada desescolarização.

As populações *homeschoolers* se fazem presentes em diferentes nações, com predomínio naqueles de cultura anglo-saxônica. Além dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, num sentido semelhante, a estrutura e o funcionamento internacionalmente integrados encontram-se em países da União Europeia: Áustria, Bélgica, França, Noruega, Portugal, Rússia e Itália. Nos Estados Unidos calcula-se que sejam dois milhões os adeptos. De modo geral, costuma-se exigir uma avaliação anual dos alunos praticantes da educação fora do sistema tradicional. Em Portugal, com a denominação de “ensino doméstico”, é uma prática admitida por Decreto (Lei nº 553/80), cuja redação define que “O Estado reconhece a liberdade de ensinar, incluindo o direito dos pais à escolha e à orientação do processo educativo dos filhos” (SILVESTRE e SAMPAIO, 2020, p. 94).

Países como Estados Unidos, França, Portugal e México têm uma regulamentação definida, sem a necessidade de os pais recorrerem à justiça. Mesmo destoando das interpretações jurídicas, ganha força um movimento no Brasil pela sua legalização. Há uma estimativa de cerca de 15 mil crianças e adolescentes aplicando o homeschooling. Sob esse enfoque, seus elementos conceituais se estruturam em uma educação tutorada pelos pais, em casa, contrapondo-se à ideia de escola como sinônimo de sala de aula.

O nostálgico fascínio dos mundos perdidos descamba para profundos impasses. Do criativo ao destrutivo, em um chão vibrante, mas inseguro, a dialética social traz as ressonâncias do mito do espaço e do tempo contraídos, graças aos prodígios da velocidade.

Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo. Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas (SANTOS, 2013, p. 41).

Na composição dos mosaicos simbólicos, a coerência interna da construção teórica homeschooling argumenta que

Não existem estudos que comprovem qualquer dano às crianças. As pesquisas e análises evidenciam resultados semelhantes ou com discrepâncias mínimas, inseridas em uma margem de erro, que não apontam qualquer prejuízo às crianças ensinadas em casa. O que se nota geralmente é o contrário, há um desempenho acadêmico e social melhor daqueles que recebem a instrução domiciliar (SILVESTRE e SAMPAIO, 2020, p. 101).

A coerência externa depara-se com uma ambiguidade acerca daquilo que caberia ao Estado e ao que caberia ao lar. Além disso,

O problema é que a escola não possui uma importância apenas na instrução dos jovens, mas constitui um elemento central na rede de proteção das crianças e adolescentes. Aqui se coloca o complicado desafio: se ao retirar os estudantes da escola, colocando sua segurança em risco e colocando seu ensino na mão de pessoas sem formação específica, outros espaços podem ao menos substituir a socialização que se daria na escola (PENNA, 2019, p. 17).

Preocupações epistemológicas constitutivas ao homeschooling relacionam-se à convivência e à socialização do aluno em ensino domiciliar, à realização de atividades extracurriculares e à permanente supervisão pedagógica pelo Estado. O homeschooling não é contrário à Constituição, na interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, experiências das famílias brasileiras que aderiram a essa educação têm se tornado objeto de disputa e análise por parte do Judiciário.

ENTRE O VÁLIDO E O REAL, O IMBRÓGLIO JURÍDICO

O fato é que, embora proibidas, as tentativas de regulamentação desse ensino no Brasil remontam a década de 1990, influenciadas pelos adeptos do homeschooling estadunidense. Em 2019, segundo estimativas, mais de 11 mil famílias educavam crianças e jovens fora do ambiente escolar. É bem verdade que

Na América do Norte as mudanças nas políticas educacionais a partir da década de 1980, somados à pressão de grupos empenhados na defesa do homeschooling resultaram em vitórias legais culminando em maior legitimidade ao movimento que se apresentava como uma entre as várias escolhas possíveis para os pais e não mais como um ato de exceção ou desvio de comportamento (BARBOSA e EVANGELISTA, 2018, p. 331).

Circundados por indeferimentos, a partir de 2001, as tentativas de regularização do homeschooling intensificaram-se. O MEC, em 2009, emitiu um parecer técnico, considerando inconstitucional a modalidade. Entretanto, em 2017, o mesmo Ministério deu início a um estudo sobre o assunto. A posteriori, os argumentos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Educação – CNE e ao Supremo Tribunal Federal – STF. Em setembro de 2018, o STF julgou que o homeschooling não deveria ser admitido, enquanto não houvesse uma lei que regulamentasse o tema.

O problema que se coloca não é o de substituir a frequência regular à escola pela educação doméstica, mas um claro sentido político², na tentativa de sancionar essa forma de ensino. No plano prático,

O tema foi submetido à Câmara dos Deputados pela primeira vez em 1994, quando o Deputado João Teixeira apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 4.657, autorizando a “prática do ensino domiciliar de 1º grau”. Posteriormente, foram apresentados o PL nº 6.001, de 2001, do Deputado Ricardo Izar, dispondo sobre o “ensino em casa” e o PL nº 6.484, de 2002, do Deputado Osório Adriano, que objetivava instituir a “educação domiciliar no sistema de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. No ano de 2008, os Deputados Henrique Afonso e Miguel Martini, apresentaram o PL nº 3.518

2 A regulamentação da educação domiciliar estava entre as metas prioritárias do governo Bolsonaro para os 100 primeiros dias de gestão. Em 2019, o atual governo disse que enviaria uma Medida Provisória ao Congresso para tratar o tema, mas acabou encaminhando uma proposta de projeto de lei que visa criar regras para quem prefere educar os filhos em casa. A proposta não avançou na Câmara (MOURA, 2020).

para “admitir e reconhecer a modalidade de educação domiciliar no nível básico”, ao qual foi apensado o PL nº 4.122, apresentado pelo Deputado Walter Brito Neto direcionando para o Ministério da Educação a regulamentação do “regime de educação domiciliar”. Houve até uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 444, apresentada, em 2009, pelo Deputado Wilson Picler. Todas essas proposições legislativas foram arquivadas (GOTTI, 2019, p. 02).

A razão que embasa o argumento na defesa do *homeschooling* seria a baixa qualidade do ensino brasileiro. Um fator que não se explica isoladamente, pois adentram razões socioculturais como: questões religiosas, indisciplina, violência, preconceito, assédio e bullying. O horário flexível e o acompanhamento individual em um ambiente familiar desenvolveriam uma educação personalizada, com maior segurança e menor sofrimento emocional e físico.

É importante mencionar que, em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresentou um projeto a respeito do tema. O MEC estaria responsável por avaliar os estudantes com uma prova anual. Aos pais, por sua vez, ensinando os filhos em casa, não haveria a obrigação de contratar tutores ou professores. No caso de reprovação, a criança continuaria em casa, somente na segunda reprovação ou três reprovações seguidas é que os pais teriam a obrigação de matricular o filho. Essas avaliações teriam como parâmetro a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É interessante a observação de que

Apesar do tema ser Educação, o ministério que lidera essa discussão é o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – o tema está sendo tratado como um direito da família e não uma política educacional. Como justificativa argumentam que é uma demanda das famílias brasileiras, sendo o *homeschooling* entendido como um direito humano (SEMIS, 2019, p. 04).

Faz-se mister assinalarmos as preocupações quanto à segurança e à violência escolar. Sob esse ângulo, dentro de casa, as crianças estariam mais seguras, livres de algum tipo de intimidação. Da mesma forma, as razões políticas e religiosas ressoam como uma das principais reclamações.³ Contra essa perspectiva

³ É a teoria (não comprovada) de que existiria uma doutrinação ideológica por parte dos professores. A história contada do ponto de vista de um determinado partido ou posição política, por exemplo, moldaria a mente dos seus filhos, em fase de desenvolvimento. Com a educação domiciliar, esses pais ensinariam seus próprios valores, posicionamen-

Especialistas apontam a importância da escola em identificar comportamentos de risco dentro dos ambientes familiares, como abuso sexual, violência doméstica e exploração. Há ainda uma crítica de que apenas as famílias com um poder aquisitivo mais alto poderiam optar por essa educação, já que ela pressupõe disponibilidade dos responsáveis para guiar os estudos em casa e, portanto, domínio dos conteúdos a serem ministrados ou ainda condições financeiras para bancar professores particulares (SEMIS, 2019, p. 04).

Ao mesmo tempo, uma observação significativa apontada por Arruda e Paiva (2017, p. 28) trazem uma variável exógena. A hipótese é que

O debate torna-se perigoso dado à desvantagem dos defensores perante o aparato estatal e seu pensamento hegemônico na defesa da escola pública; o que os deixam sujeitos à repressão e à perseguição com base em aspectos legais do aparato jurídico. Enquanto os frutos dos movimentos pela regulamentação da modalidade e a implementação de políticas públicas não se tornam presentes, aqueles que poderiam fortalecer o debate geralmente são marginalizados, por isso ficam temerosos, preferindo a discrição e até mesmo o segredo, frente ao risco de serem perseguidos.

Esta é a controvérsia. Famílias e escolas têm papéis importantes e complementares, porém uma não deve substituir a outra. Cabe aos professores e à educação escolar o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades conforme estabelecido na Base Nacional Curricular Comum. Dessa maneira, o ensino demanda valorização, formação e ritos que são exclusivos de uma categoria profissional, os da educação. Negar esse importante papel é ignorar a importância da profissionalização da área e considerar que qualquer pessoa pode assumir essa função.⁴ O outro campo afirma que

Em 20 anos, o Brasil passou do investimento de 4% ao de 6% do PIB em educação. Houve, portanto, um sensível aumento dos recursos para essa área. Entretanto, a média dos alunos nas avaliações do MEC não acompanha o crescimento orçamentário: em 2015, 91% das escolas públicas ficaram abaixo da média no ENEM. Entre as escolas particulares, no mesmo ano, o percentual é de 17%. Tais dados revelam uma falência do sistema educacional brasileiro (BARBOZA e KNIHS, 2017, p. 402).

tos políticos e morais, sem abertura para influências externas (MOURA, 2020).

4 Por que o ensino domiciliar não pode ser aprovado no Brasil? Instituto Alana, São Paulo, 10 jun. 2021.

Conclusões adicionais ressaltam resultados mais extremos com efeitos complicadores, apoiando-se na premissa a qual

Em 2014, o Brasil ficou em 38º lugar no ranking mundial de educação, de 40 países avaliados em exame realizado pelo The Economist Intelligence Unit, a frente apenas do México e da Indonésia. No PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o Brasil ocupava a 40ª posição no ranking de educação, no ano 2000, passando para a posição 55ª no ano de 2012 e em 60º em 2015 (BARBOZA e KNIHS, 2017, p. 403).

As causas prevalentes, como justificativa dos que advogam, sustentam-se na premissa, de um lado, na baixa qualidade do ensino. De outro lado, deixam escapar da memória que família e escola são complementares, sem superposição. Posto que, além da desvalorização de uma categoria profissional, trazem uma visão romanticamente apologética de que a educação pode ocorrer sem uma base técnica.⁵

O desenvolvimento pedagógico e seus atributos intelectuais, culturais e sociais não podem ser exclusivos da família. Nossa pergunta: por que buscar soluções individuais ao invés de fortalecermos a escola tradicional como uma instituição? Eis porque, no caso brasileiro, ao que tudo indica, esse litígio, com visões polarizadas e efeitos disruptivos, chegou a um desfecho, negando a tendência ao homeschooling. Por decisão da maioria do STF, os pais não podem tirar os filhos da escola. Levou-se em conta a Constituição prolatando apenas o modelo de ensino público. A ordem lógica do pensamento de quem defende, pode não coincidir com uma fundamentação concreta. Com efeito,

⁵ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é necessária formação mínima para o exercício do magistério. Segundo o artigo 62 da LDB: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. Pais e responsáveis, muitas vezes, não têm experiência com a educação domiciliar. Isso impede que os alunos recebam uma educação de qualidade, que os professores treinados e capacitados podem oferecer em escolas tradicionais. É necessário que o aluno passe por conflitos, situações diferentes e divergentes do que está acostumado. No homeschooling, dificilmente uma criança diverge de seus pais, pois ela os enxerga como autoridade absoluta, dificultando a contraposição de ideias. Para que um pensamento científico se desenvolva, é necessário que a criança lide com outros pontos de vista (MOURA, 2020).

É no caráter prático da cultura que se tornam claros os compromissos éticos da educação e dos educadores. Compromissos que se acirram nas coordenadas histórico-sociais em que nos encontramos. Isto porque as forças de dominação, de degradação, de opressão e de alienação se consolidaram nas estruturas sociais, econômicas e culturais. As condições de trabalho são ainda muito degradantes, as relações de poder muito opressivas e a vivência cultural precária e alienante. E a distribuição dos bens naturais, dos bens políticos e dos bens simbólicos muito desiguais (SEVERINO, 2007, p. 33).

Por que o ensino domiciliar não pode ser aprovado no Brasil?

Postado em: 10/06/2021

A regulamentação do ensino domiciliar (*homeschooling*) no Brasil está em discussão na Câmara dos Deputados. Caso seja aprovada, a prática irá permitir que a educação básica seja oferecida em casa, sob a responsabilidade exclusiva de famílias e tutores.

Em meio à crise sanitária e humanitária em decorrência da pandemia de Covid-19, e diante de todos os desafios educacionais que foram acentuados nesse período – como o aumento do abandono escolar e da pobreza de aprendizagem –, trata-se do único tema no ano que o governo federal elencou como prioridade legislativa para a educação, o que tem sido criticado por uma ampla maioria das organizações da sociedade civil da educação e da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, uma vez que o tema não apresenta relação com os temas emergenciais da área.

Os argumentos apresentados por essas organizações são diversos e evidenciam a importância da escola e de seu papel insubstituível como espaço de aprendizagem e desenvolvimento físico, social, emocional, cognitivo e científico e da socialização, necessários para que crianças e adolescentes adquiram habilidades e competências essenciais para a participação cidadã na sociedade.

Fortalecer, investir e defender a escola, sem que haja desvios orçamentários e esforços para a implementação de novas práticas, seguem sendo o único caminho para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento social pleno das crianças e adolescentes brasileiros.

Para compreender os retrocessos implicados na regulamentação do ensino domiciliar, preparamos as respostas para as perguntas mais frequentes sobre o tema.

O que é o ensino domiciliar?

O ensino domiciliar é uma prática que permite que famílias ou tutores sejam responsáveis pela docência de crianças e adolescentes. No ensino domiciliar, não há obrigatoriedade de formação em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, e crianças têm seus processos de aprendizagem circunscritos à interação com seus familiares ou com grupos restritos.

Por que a agenda do ensino domiciliar não é uma pauta sobre a liberdade de escolha das famílias?

Os direitos constitucionais à educação, profissionalização, cultura, liberdade e à convivência comunitária são absoluta prioridade para crianças e adolescentes, e é dever da família, sociedade e do Estado garantir o melhor interesse desse grupo. Dessa forma, o melhor interesse da criança e do adolescente deve prevalecer sempre e não pode ser colocado em segundo plano, por isso a agenda da educação domiciliar é uma pauta sobre o direito das crianças e adolescentes e não sobre a liberdade de escolha das famílias.

O direito da criança e do adolescente à educação escolar pressupõe a divisão do dever do Estado (na oferta de escolas e na garantia de um padrão mínimo de qualidade) e da matrícula obrigatória por parte da família na educação básica, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação escolar corrobora com a função familiar quanto ao

desenvolvimento pleno da pessoa, todavia é única e insubstituível no cumprimento dos direitos de desenvolvimento e aprendizagem em uma perspectiva integral, cidadã e vinculada ao mundo do trabalho.

Por que o ensino domiciliar é um retrocesso na garantia do direito à educação de crianças e adolescentes?

Enquanto política pública, é um retrocesso porque rejeita toda a normativa construída nos últimos 30 anos, que buscam estabelecer padrões de qualidade mínimos na oferta de serviços educacionais. Dispositivos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação foram construídos com ampla participação popular e com elevada maturidade de argumentos pedagógico, social e econômico.

A aprovação do ensino domiciliar como política pública em um país desigual como o Brasil pode induzir ao abandono escolar em detrimento ao trabalho precoce ou infantil e ao enfraquecimento das políticas de proteção a violências sofridas por crianças e adolescentes.

Por que o ensino domiciliar não é uma alternativa viável, considerando os desafios orçamentários e a fiscalização necessária para implementar a nova prática?

A regulamentação do ensino domiciliar concorrerá com a distribuição de recursos públicos já escassos para implementar as metas previstas no Plano Nacional de Educação. Mesmo estudando em casa e com algum tipo de previsão legal, em todos os países do mundo, há, por parte de órgãos da educação, acompanhamento, supervisão, avaliação e, às vezes, até formação destinada às famílias e tutores. Nada disso ocorre sem utilizar a estrutura pública e seus recursos, sejam humanos, financeiros, tecnológicos ou estruturais. Ou seja, não é verdade que não há uso do recurso público caso a lei seja regulamentada. Há, e muito.

Em termos de supervisão e acompanhamento, é preciso criar uma estrutura que hoje não existe nas redes públicas: equipes, portarias e diretrizes, ou seja, recursos destinados para isso acontecer.

Em que medida o ensino domiciliar afeta as relações de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes?

Expor crianças a práticas de ensino e aprendizagem inadequadas compromete o seu desenvolvimento nas múltiplas dimensões da vida, como as de ordem intelectual, científica, física, emocional, cultural, social e econômica. As famílias não detêm o conjunto de características necessárias para se alcançar o padrão mínimo de qualidade no que se refere às condições para efetivar o direito de aprender das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido pela Base Nacional Curricular Comum. A qualidade no ensino está diretamente relacionada à garantia de profissionais formados, aplicação de currículo adequado à faixa etária com atividades e programa pedagógico estruturado, ambiente estimulante e infraestrutura segura, eleição e uso intencional de materiais e recursos pedagógicos, além da mediação entre estudantes e educadores que só as escolas são capazes de proporcionar.

Na decisão dos ministros não há uma regulamentação no Congresso Nacional para este tipo de ensino. Acentuaram que não compete ao Judiciário ajustar essas regras. Em conclusão, o “homeschooling” não poderia ser considerado válido no Brasil. Outros aspectos foram considerados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB determina o ensino presencial e estipula que, se o aluno apresentar faltas em taxa superior a 50%, a escola deve comunicar a ausência à Justiça.⁶ A determinação do STF valerá para todos os processos semelhantes no país, pois na interpretação desses

Não é qualquer espécie de educação domiciliar que é compatível com a Constituição. No parecer dos magistrados são inconstitucionais o *unschooling* radical, o *unschooling* moderado e o *homeschooling* puro, em qualquer de suas variações, pois negam a participação estatal. Sinalizaram também que qualquer lei editada pelo Congresso Nacional, deve respeitar o dever solidário entre a Família e Estado na formação educacional (GOTTI, 2019, p. 03).

Contribui na determinação dessa jurisprudência conflitante o recurso chegado aos membros do poder judiciário em 2015. Recurso Extraordinário n. ° 888.815/RS junto ao STF que, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional apresentada: “saber se o homeschooling pode ser proibido pelo Estado ou viabilizado como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação, tal como previsto no artigo 205 da CRFB/1988”. O panorama descrito trata, em especial, da questão da estudante Valentina Dias, educada em homeschooling, representada por seus pais Moisés Pereira Dias e Neridiana Dias, contra ato da Secretária Municipal de Educação de Canela/RS que, diante da solicitação de educação domiciliar, orientou para a imediata matrícula da discente na rede regular de ensino. Tal resposta estava fundamentada na decisão do Conselho Municipal de Educação de Canela/RS, que entendeu pela impossibilidade da modalidade desse ensino, com base no art. 55 do ECA e art. 6º da LDB (fls. 27 e 28). Em síntese, o assunto é da esfera da União e não pode ser regulado por lei estadual.

6 Equiparado aos ditames constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõem sobre o direito das crianças e adolescentes à educação e o dever do Estado de ofertar a educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos. Aos pais, a responsabilidade de matriculá-los na rede regular de ensino, sob pena de incorrer em crime de abandono intelectual tipificado no Código Penal (GOTTI, 2019).

ARGUMENTUM AD HOMINEM

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada (SANTOS, 2013, p. 65). Entusiastas do homeschooling afirmam que as escolas tradicionais têm, em média, 30 alunos por classe para um único professor, e que o ensino domiciliar pode focar em necessidades específicas. Nesse subuniverso, ignoram uma estrutura inadequada, posto que a maioria dos pais não possuem a formação mínima para o exercício do magistério. Ambiguidades epistemológicas estão despreocupadas com o convívio social, pois os pilares do ECA se sustentam no direito à educação e ao convívio familiar e comunitário. O caráter familiar não pode se sobrepor ao patamar técnico, uma vez que, o negligenciamento de abusos e maus tratos dentro de casa, muitas vezes, costumam ser denunciado pela escola.

Argumentum ad hominem negam essas proposições com críticas ao conteúdo. Como se privar a criança de conviver com a diversidade (religião, política, gênero, raça etc.) fosse a solução às divergências escolares. Suficientemente imprecisa é a narrativa da autossuficiência pedagógica. A estrutura pública (financeira, estrutural e tecnológica) direta ou indiretamente deverá supervisionar o ensino domiciliar. Mais do que um paradoxo, o homeschooling é um mito.⁷ No vocabulário da fenomenologia, jamais será um paradigma. Nessas fraturas sociais, o terrível é que,

Nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incensada da verdade (SANTOS, 2013, p. 74).

⁷ Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade, isto é, no sentido grego da palavra *mythos*, mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade (CHAUI, 2013).

GAZETA DO POVO

A feia verdade de quem se opõe a qualquer lei de homeschooling no Brasil

 Por Jônatas Dias Lima
10/04/2021 14:54

Ninguém, absolutamente ninguém, pode ter o direito de educar os filhos em casa no Brasil, não importa a qualificação dos pais para a tarefa, nem sua idoneidade comprovada, nem as evidências de aprendizagem ou socialização de seus filhos que sejam capazes de mostrar, nem os exemplos bem-sucedidos da modalidade no exterior. Nada importa. A educação domiciliar tem que ser proibida e a única educação formal que as crianças brasileiras podem receber é aquela dada exclusivamente em escolas. Essa é a verdade crua, mas jamais dita com tão explícita precisão, presente na argumentação de quem se opõe à existência de uma lei sobre educação domiciliar no Brasil. Quando se retira o confuso verniz que mistura citações a documentos da educação escolar, com insinuações quase criminosas que tentam vincular o *homeschooling* a casos de abuso – mesmo que não haja nenhuma evidência, em nenhum lugar do mundo, que ligue uma coisa à outra - o que sobra é mera vontade de que nada mude, tateando desesperadamente por alguma narrativa que dê a esse ignorante rechaço uma aparência mais defensável. Cada um dos supostos problemas apresentados por esses propagadores do ódio ao *homeschooling* pode ser solucionado com dispositivos apropriados que a legislação nacional deverá conter, exatamente como ocorre nas outras dezenas de nações mundo afora que já regulamentaram a prática há décadas. Com um texto equilibrado e cuidadoso, que concilie o direito de escolha das famílias com a necessária proteção social às crianças e adolescentes, o Brasil pode, sim, sair do atraso e igualar-se aos demais países que já incluíram essa modalidade em sua legislação. Ocorre que mesmo essa possibilidade de texto equilibrado, fruto do diálogo e da legítima conciliação de interesses, parece inaceitável aos críticos mais viscerais do *homeschooling*, coisa que, felizmente, vemos com cada vez menos frequência nos debates relevantes sobre o tema. Falemos um pouco sobre o que dizem para camuflar seu ódio. Ao apontar, escandalizados, para o risco da modalidade gerar crianças antissociais ou sem formação cidadã, esses críticos desonestos propositalmente omitem qualquer menção às experiências no exterior, de modo que seus ouvintes não saibam, por exemplo, que nos Estados Unidos crianças são legitimamente educadas pelo *homeschooling* desde 1972, sem que jamais houvesse qualquer constatação de que as gerações que passaram por essa modalidade se tornaram indivíduos estranhos na sociedade. Destaque-se que estamos falando dos Estados Unidos, um país que faz pesquisa sobre tudo, o tempo todo. Aliás, os exemplos de *homeschoolers* que viraram astros do cinema ou do esporte são numerosos, o que certamente contribui para o esforço dos caluniadores em manter silêncio sobre como funciona a educação domiciliar lá fora. Quando cobram estudos científicos que comprovem a eficácia do *homeschooling* em relação à educação escolar, mais uma vez, propositalmente, omitem que a lei obviamente nada dirá sobre qual método é melhor, mas estabelecerá o direito de escolher a modalidade. Educação domiciliar não é política pública, é uma questão de direitos. É insensato e impossível fazer uma comparação justa entre educação escolar e domiciliar, já que no caso do *homeschooling*, por não ser um sistema massificado, mas sim personalizado, os resultados tendem a variar muitíssimo e dependem completamente da realidade de cada família. O argumento generalizante de que “as famílias não estão preparadas” chega a ser constrangedor, especialmente quando dito pelas mesmas pessoas que, em tese, apreciam muito os rigores da ciência. Aparentemente, se o objetivo é difamar o *homeschooling*, uma frase feita proveniente do senso comum mais raso torna-se suficiente, pois é difícil acreditar que alguém dedicado ao tema e dotado de inteligência nem sequer cogite o fato de que algumas famílias podem, sim, estar preparadas, e podem, inclusive, estar dispostas a provar isso. Convenhamos, essa e outras deduções semelhantes não são difíceis de se fazer. Portanto, desconfie da razoabilidade de quem se opõe de forma pertinaz a toda e qualquer possibilidade de legislação que regule a educação domiciliar no Brasil. Provavelmente você está lidando com alguém que, apesar do discurso, não dá a mínima à consistência dos argumentos. Essa pessoa simplesmente quer que o direito de educar em casa continue sendo negado a todos, em qualquer circunstância, só que não pode admitir isso. É tão demais.

Transformações generalizadas, quando impostas, constroem e desumanizam processos. À medida que o tempo passa, a sociedade se depara com novas conexões de cunho liberal. Ainda que sob o protesto desse liberalismo ortodoxo, é preciso desconstituir a cultura das desigualdades contra tudo o que tenta se ramificar como dogma, para entender a quem interessa o homeschooling.

Alegação dificilmente sustentável é de que a escola não é o caminho mais apropriado para dar dignidade aos filhos. Nesse particular, o homeschooling enfraquece a escola, ao invés de fortalecê-la. Conduz a um desequilíbrio intolerável, pois o perfil das famílias praticantes é majoritariamente branca, classe média, casados e mães de tempo integral. Características que destoam da realidade da maioria das famílias brasileiras.

Em 2020, por exemplo, um dos efeitos da pandemia foi a evasão de cerca de 5 milhões de crianças e jovens. Não foi uma opção, mas o resultado de uma profunda desigualdade social de famílias com renda per capita menor que um salário mínimo. O direito humano a uma educação de qualidade a todas as pessoas deveria ser a pauta principal do Governo Federal, no entanto, ao invés de fortalecer a educação pública, a pasta é a que mais sofre cortes. Em 2021, foram cerca de 2,7 bilhões de reais bloqueados⁸.

Dados do Ministério da Saúde apontam que mais de 70% das violências sexuais contra crianças e adolescentes acontecem dentro das residências, cometidas por pessoas pertencentes ao núcleo familiar. De modo geral, é na escola que essas vítimas pedem socorro. Uma análise judiciosa das relações familiares no contexto da pandemia aponta, segundo registros do Ministério Público de São Paulo e do UNICEF, que, no primeiro semestre de 2020, os casos de estupro contra crianças no estado caíram mais de 15,7%. A materialidade da questão tem uma relação direta com o fato dessas estarem em confinamento, sem ir à escola. Há uma diferença de escala entre o discurso e o método quando as disparidades se ampliam. Quando se passa ao largo das reais prioridades, descamba-se para o proselitismo.

A missão tripla da educação, inscrita no artigo 205 da Constituição Federal, refere-se ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, emana o equívoco de se acreditar que qualquer pessoa pode exercer o magistério. A construção do processo

⁸ Com a pandemia, o abismo social entre os estudantes brasileiros cresceu: ao menos 4,3 milhões de estudantes não possuem acesso à internet e, portanto, não puderam acompanhar as aulas remotamente. Em meio a esse apagão educacional, em contrassenso, o poder executivo tem aplicado energia em outra pauta, absolutamente lateral nas discussões da área, o chamado homeschooling. Segundo dados da Associação Nacional do Ensino Domiciliar, apenas 15 mil alunos são educados em casa. O número representa 0,03% do universo da educação pública e privada, mas o Governo Federal trata o tema como essencial (GUSSEN, 2021).

ensino-aprendizagem cabe aos professores⁹. No domínio das relações, não há como garantir que, de fato, a criança, ao fazer todo o seu processo em casa, sem ir à escola, sem contato com outros alunos, e sem pertencer a uma comunidade escolar terá garantido todos os elementos do direito à aprendizagem elencados na BNCC. A Gestão Educacional deve levar isso em conta, pois é muito mais que uma questão de supervisão e acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provisoriamente verdadeira é a justificativa dos teóricos favoráveis ao ensino doméstico: o suporte tecnológico. Correntes de pensamento trazem o perigo reducionista superpondo que

Graças às novas tecnologias, as pessoas passaram a desenvolver novos métodos com a finalidade de fugir da tradicional sala de aula, pois com a internet a prática do ensino domiciliar pode ser realizada de modo satisfatório suprimindo com maestria o direito à educação. Atualmente todos os conteúdos ministrados no ensino médio e fundamental, que envolva todas as áreas cobradas pelos vestibulares e ministradas nas escolas preparatórias encontram-se disponíveis na internet através de vídeo-aulas gratuitas no youtube, e-books, artigos ou cursinhos preparatórios on-line. Os custos para acessá-las são de uma conexão com a internet (SILVESTRE e SAMPAIO, 2020, p. 101).

O problema epistemológico propriamente dito passa pelo financiamento da educação e a destinação dos recursos. As alegações que pregam o direito ao homeschooling, sob o argumento da questionável qualidade educacional, olvida, de forma abrupta, que: desde 2015 a pasta vem sendo asfíxiada, a emenda 95 do Teto de Gastos dificultou o cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Educação, a Lei Orçamentária 2021 bloqueou 2,7 bilhões de reais do setor e o Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento de 2022.

9 A polissemia do conhecimento pode trazer uma significância positiva, ou não. Dito de outra forma, a beleza do caos sugere que o modernismo contém suas próprias contradições e tensões dialéticas, em que determinadas formas de pensamento e visão modernistas podem solidificar-se em ortodoxias dogmáticas e tornar-se arcaicas. Outras formas de modernismo podem ficar submersas por gerações, sem chegar a ser suplantadas; e as mais fundas feridas sociais e psíquicas da modernidade podem ser indefinidamente tampadas, sem chegar a cicatrizar de fato (BERMAN, 1986).

Durante o contexto pandêmico, acentuaram-se as disparidades educacionais devido ao acesso desigual à internet por estudantes da rede pública. A questão é muito mais complexa: os impactos da pandemia na educação brasileira divulgados pelo Inep apontam que, entre 2019 e 2021, o número de crianças matriculadas no ensino infantil teve uma redução de 7,3%. É preciso ter em mente que, mais do que um dado estatístico, foram 653 mil crianças a menos nas creches e na pré-escola. De maneira prospectiva,

Os pais homeschooling acreditam que são capazes de instruir seus filhos de modo mais eficaz do que o sistema escolar vem fazendo, levando em conta a instrução científica e a preparação para a vida adulta. Isso está claro não apenas na forma pela qual esses pais, comprometidos com o futuro de seus filhos, se empenham em enfrentar o Estado para promoverem por si próprios a instrução da criança, como também em razão do valor que atribuem à própria educação que promovem (ANDRADE, 2014, p. 92).

As contradições na dialética social compartmentam-se numa polarização entre o direito de escolha das famílias e o direito das crianças. Há uma tensão entre a liberdade das famílias e o controle estatal sobre a educação. Os pais querem a responsabilidade da educação formal de seus filhos, com um ensino diferenciado, atenção individualizada, longe das escolas tradicionais, sem o rigor de provas ou avaliações, sem pressão para aprender, “ensinando no tempo de cada um”.

São grupos de diferentes perfis, mas que, em comum, visam maior liberdade para organizar a rotina de estudos. A crítica mais penetrante àqueles que defendem o homeschooling como uma opção educacional legítima, em oposição direta à escolaridade institucional, está na questão das habilidades sociais necessárias. Ou seja, se, ao transcender o universo familiar, as crianças educadas em casa estariam aptas a uma gama de habilidades sociais para interagir em grupo e na sociedade mais ampla. Em outras palavras, “a flecha do tempo somente se dá por intermédio de totalizações” (SANTOS, 2004, p. 118).

Além dos argumentos teóricos, nesse duplo campo de ação, um denominador comum dificilmente será consumado. Das duas, uma: considerar que o sistema de ensino se tornou um ambiente de risco à integridade física, moral, psíquica e religiosa dos

filhos, ou, ao contrário, persistir contra o discurso do lugar-comum, pois há um custo social no sentido da educação e sua complexidade nos processos formativos, posto que são três os objetivos dos processos educacionais: a qualificação do educando para o trabalho, o preparo deste para o exercício da cidadania e seu pleno desenvolvimento sociocognitivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Édison Prado de. A educação familiar descolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2014.

ARRUDA, J. G. S.; PAIVA, F. S. Educação domiciliar no Brasil: panorama frente ao cenário contemporâneo. *EccoS*, São Paulo, n. 43, p. 19-38. maio/ago. 2017.

BARBOSA, Luciane. EVANGELISTA, Natália. Educação domiciliar e direito à educação: a influência norte-americana no Brasil. Viçosa-MG: Rev. Educ. Perspec., v. 8, n. 3, set./dez. 2017.

BARBOZA, Estefânia. KNIHS, Karla. O direito à educação domiciliar e os novos desafios ao Supremo Tribunal Federal: recurso extraordinário 888.815/RS, lacuna legislativa e direito comparado. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, v. 9, n. 17, p. 399-430, jul./dez. 2017.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DE MASI, Domenico. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender nosso tempo. São Paulo: Objetiva, 2017.

GOTTI, Alessandra. Educação domiciliar: os pais podem optar por substituir a escola no Brasil? Nova escola, abril 2019.

GUSSEN, Ana Flávia. A quem interessa o homeschooling? Carta Capital, julho 2021.

LIMA, Jônatas Dias. A feia verdade de quem se opõe a qualquer lei

de homeschooling no Brasil. *Gazeta do Povo*, Distrito Federal, 10 abril 2021.

MOURA, Rayane. A educação domiciliar, ou homeschooling, deve ser liberada no Brasil? *Ecoa UOL*, São Paulo, 17 dez. 2020.

OLIVEIRA, Romualdo. BARBOSA, Luciane. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. *Pro-Posições* [recurso eletrônico]. - v. 28, n. 2 (83) | Maio/Ago. 2017. – Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2017.

POR QUE O ENSINO DOMICILIAR NÃO PODE SER APROVADO NO BRASIL? Instituto Alana, São Paulo, 10 jun. 2021.

PENNA, Fernando de Araújo. A defesa da “educação domiciliar” através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. Teresina: Linguagem Educação Sociedade, n. 42, mai./ago. 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEMIS, Laís. Não defendemos o homeschooling como melhor sistema. Mas os pais têm que ter esse direito. *Nova escola*, abril 2019.

SILVESTRE, Ana Carolina. SAMPAIO, Ygor Alexandre. Educação domiciliar: uma alternativa para a efetivação do direito à educação na sociedade brasileira. *Ratio Juris*. Revista eletrônica da graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas v. 3, n. 2, jul.- dez. 2020.

INCENTIVOS FISCAIS E SEU IMPACTO NAS DESPESAS TRIBUTÁRIAS: UMA ANÁLISE NA EMPRESA COLORTECH DA AMAZÔNIA LTDA

Ariane Gabriele Lopes Silva

Brenda Rolim Rebelatto

Vanessa Pereira Araújo

INTRODUÇÃO

No ano de 1957 a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada, como Porto Livre, pela Lei nº3.173 e posteriormente regulamentada por vários decretos. O Decreto-lei nº 288/1967 fez com que a ZFM virasse uma área de livre comércio e a implementação dos incentivos fiscais especiais, sendo os principais: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto de Importação (II) (SUFRAMA,2021).

Ao analisar as despesas tributárias, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é possível fazer uma comparação entre as despesas com e sem os incentivos fiscais. Com o uso de uma das maiores ferramentas da contabilidade, o DRE é utilizado para segregar dados fornecidos através de relatórios, com a finalidade de apurar lucro ou prejuízo das empresas por meio do confronto das receitas e despesas.

A contabilidade é um instrumento importante para as empresas, contribuindo ativamente para seus desempenhos econômicos, pois facilita o cálculo das receitas, despesas e possível lucro. Qualquer empresa que almeja crescimento, pode utilizar a contabilidade para ajudar na tomada de decisões. Devido à variação e complexidade do mercado, exige-se um bom planejamento, bem como o conhecimento de administração, e de informações contábeis envolvidos na produção de produtos. Com essas informações, é possível encontrar uma forma de minimizar as despesas tributárias (MARTINS, 2003).

Devido aos incentivos fiscais que a ZFM oferece às empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus, surge a problematização desta pesquisa. De que maneira os incentivos fiscais oferecidos pela

Zona Franca de Manaus afetam as despesas tributárias na empresa Colortech da Amazônia Ltda?

Este trabalho teve como objetivo geral avaliar as despesas tributárias através da DRE, de maneira que ajude os administradores a compreenderem como os incentivos fiscais interferem nas despesas tributárias. Os objetivos específicos são analisar quais os impostos que mais afetam a receitas de vendas e como isso impacta o lucro bruto da empresa. A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, se realizou uma pesquisa de campo na empresa Colortech da Amazônia Ltda, através de entrevistas e coleta de dados de relatórios contábeis.

A empresa Colortech da Amazônia Ltda do qual foi selecionada para realização dessa pesquisa devido a sua grande trajetória no setor de fornecimento de masterbatches, compostos e aditivos. No ramo há 20 anos, atua com uma política ambiental excelente onde lhe rendeu a certificação Green Partner Ship promovida pela Sony e a recomendação do Green Pan promovida pela Panasonic, além de conquistar a premiação Fornecedor TOP SUPPLIER – BIC e o PQA – Prêmio Qualidade Amazonas – 2006 na modalidade processo (COLORTECH DA AMAZÔNIA LTDA, 2021).

A pesquisa tem alta relevância para o meio acadêmico, pois envolve uma análise dos incentivos fiscais em relação às despesas tributárias. Atualmente, maioria das pesquisas visam ou a Análise de Custos, ou sobre os incentivos fiscais da ZFM, não refletido a importância econômica da ZFM para o estado do Amazonas e a relevância que essa categoria de análise tem para a tomada de decisão das empresas do Polo Industrial de Manaus.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Zona Franca de Manaus e a lei de incentivos fiscais

Antes da criação da Zona Franca de Manaus, a economia da região amazônica se limitava a exploração de riquezas naturais, se intensificando com o ciclo da borracha.

Em 1967, durante o regime militar, com o intuito de atrair desenvolvimento para essa região despovoada, criou-se a Zona Franca de Manaus (ZFM) pela Lei nº 3173/1957, estabelecendo incentivos fiscais as empresas que aqui se instalassem. Desse modo, esta

lei passou por várias reformulações e atualmente se mantém pelo Decreto - Lei nº 288/1967, informando objetivamente em seu Art. 1º, o conceito de ZFM:

Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos. (BRASIL, 1967).

Com o Decreto Lei nº 288/67 de início se estabeleceu incentivos fiscais por 30 anos com o intuito de criar um Polo Industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Ao longo dos anos este prazo foi se prolongando devido a grande importância que a Zona Franca representa para a Região Norte, suprimindo as desigualdades socioeconômicas entre a região amazônica e as demais regiões do País, atualmente se estende até 2073.

A ZFM atinge uma área de dez mil quilômetros quadrados onde está composta a cidade de Manaus e seus arredores. Ao longo do tempo, todos os incentivos que compõem a ZFM se estenderam para uma área superior a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo a Amazônia ocidental com os estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana no estado do Amapá (SERÁFICO, 2005).

Com os Incentivos Fiscais, tem-se uma política diferenciada que abrangem benefícios federais, estaduais e municipais além de também trazer vantagens locacionais.

Tributos Federais – Imposto de Importação – II

Imposto de Importação (II) também conhecido como de direito aduaneiro ou alfandegário o II, trata-se do imposto de importação que incide sobre produtos estrangeiros. Possui redução de 88% de importação sobre matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagens, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, que sejam utilizados na industrialização com exceção de bens de informática e veículos, estes possuem normas diferentes. A Lei n.º 8.387, de 1991, súmula 5 enfatiza:

§ 5o Para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, salvo os bens de informática e os veículos de que trata o § 2o, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus até 31 de março de 1991 ou para seus congêneres ou similares, compreendidos na mesma posição e subposição da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes de projetos que venham a ser aprovados no prazo de que trata o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a redução referida no caput será de oitenta e oito por cento com a redação dada pela Lei nº 8.387, de 1991, art. 1º. (BRASIL, 2009).

Portanto, as empresas instaladas na ZFM, se beneficiam com a redução do Imposto de Importação.

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

Para todos os produtos produzidos na ZFM que possuem comercialização em qualquer ponto do território nacional, o IPI é isento. Agrega extrema importância no modelo industrial comparado aos demais incentivos por trazer grandes vantagens significativas com a anulação de imposto na entrada de mercadorias destinada ao consumo interno na industrialização (BRASIL, 2020).

Programa de Integração Social – PIS/PASEP

Suspensão na arrecadação do PIS/PASEP para pessoa jurídica na ZFM, sobre Importação de bens novos para a integração de seu ativo imobilizado. Tal suspensão, leva a alíquota zero após dezoito meses de inclusão. Conforme cita a Lei 10.996/2004 no artigo 2:

Art. 2 Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM (BRASIL, 2004).

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Alíquota suspensa para COFINS em entradas e vendas internas entre indústrias e de 3,65% nas vendas de mercadorias acabados para o território nacional. (BRASIL, 2020). Segundo a Lei 10.996/2004 no artigo 2:

Art. 2 Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM (BRASIL, 2004).

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

Imposto que incide sobre o lucro da empresa, quando localizada na ZFM cabe incentivo fiscal de 75% ao IRPJ e adicionais não restituíveis. Esse incentivo as empresas trazem como consequência geração de empregos, renda e investimentos (BRASIL, 2020).

Tributo Estadual – Imposto de sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O ICMS, Imposto de sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, é um imposto cobrado sobre o deslocamento de mercadorias e serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal. Para as empresas localizadas na ZFM, este imposto incide entre 55% e 100%, contanto que as empresas obrigatoriamente contribuam para financiamentos do turismo, ensino superior, PDI, turismo e às pequenas e microempresas existentes (BRASIL, 2020).

Tributos Municipais

Intitulada em oito de janeiro de 1998 pelo Prefeito de Manaus Alfredo Pereira do Nascimento, a Lei Municipal n.º 427/1998 atribui isenção de impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença, na condição em que, as empresas no início de sua operação produzam no mínimo quinhentos empregos diretos, devendo manter este número durante o usufruto do benefício. É o que informa o artigo 1º da Lei Municipal n.º 427/1998:

Art. 1º Ficam concedidos Incentivos Fiscais, na forma de isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença, pelo prazo de dez anos, às empresas industriais que se instalarem, ou às já existentes que ampliarem o seu parque industrial, na área da Zona Franca de Manaus, a contar da data de aprovação do Projeto na Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (BRASIL, 1998).

Vantagens Locacionais

Além dos incentivos que as empresas recebem ao se estabelecerem na ZFM, a Suframa concede incentivos locacionais ao custo de R\$ 1,00 o metro quadrado, além de ceder condições indispensáveis para o funcionamento de uma organização como captação e tratamento de água, rede de abastecimento de água, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial, sistema viário urbanizado e rede de telecomunicações, também dispõe lotes às pessoas físicas e jurídicas que queiram empreender projetos para a agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, mineração, turismo ecológico, extrativismo vegetal e outras do ramo agropecuário (BRASIL, 2020).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO - DRE

Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) é um relatório contábil, composto por contas de resultado, com objetivo de evidenciar o resultado apurado num determinado período. Seguindo o princípio da competência, a DRE segue uma estrutura vertical, havendo um confronto entre as receitas e despesas apura-se o lucro líquido ou prejuízo da empresa.

O grupo de contas de receitas, despesas e de participações que devem constar na DRE é encontrado no artigo 187 da Lei n.º 6.404/76 e no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, havendo algumas divergências.

- Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:
- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
 - II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
 - III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência, ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (BRASIL, 1976).

Segundo a diretrizes dada pela lei acima é possível estruturar a DRE. A estrutura básica é:

- (+) Receitas
- (-) Custos
- (-) Despesas
- (=) Resultados

Segundo a legislação todas as contas da estrutura básica devem estar presentes. Veja o quadro a seguir, representando um modelo simplificado da DRE.

Quadro 1 – modelo de demonstração de resultado do exercício

	01/03/X1	01/03/X2
Receita Bruta de Vendas		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
(=) Receita Líquida de Vendas		
(-) Custo de Mercadorias Vendidas - CMV		
(=) Resultado Bruto		
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas		
Despesas de Venda		
Despesas/Receitas Financeiras		
Outras despesas e receitas		
(=) Resultado Operacional		
(-) Outras Despesas		
(+) Outras Receitas		
(=) Resultado antes do Imposto de Renda, CSLL e das Participações		
(-/+) Imposto de Renda		
(-/+) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		
(-) Participações no Lucro		
(=) Lucro Líquido de Exercício ou Prejuízo do Exercício		

Fonte: Próprios autores (2021).

Para um melhor entendimento da estrutura da DRE, se faz necessário conhecer as contas de resultado representadas na contabilidade.

CONTAS DE RESULTADO

Ribeiro (2018, p. 417) destaca, “que as contas de resultado que integram a DRE são todas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período”.

Entende-se por despesa o sacrifício de bens visando obter receita. Ainda que ela seja necessária para a produção da mercadoria ela não é classificada como custo. O CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro define despesas como “reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.”

As despesas podem ser classificadas em três grupos: pré-operacionais, são despesas pagas antes do início do processo de produção da mercadoria; operacionais, despesas ocorrem das atividades principais; e outras despesas, despesas que ocorrem de transações acessórias e não incluídas nas atividades principais (RIBEIRO,2013).

Entende-se por custo o “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de bens e serviços, são todos os gastos relativos à atividade produção” (VICECONTI; NEVES, 2013).

O principal custo presente no DRE é o Custo de Mercadoria Vendida (CMV). CMV é o custo da produção e armazenagem da mercadoria (OLIVEIRA, 2015). CMV pode ser calculado com a seguinte fórmula:

$$CMV = EI + C - EF$$

EI= Estoque Inicial

C= Compras

EF= Estoque Final

A receita equivale à soma as vendas de mercadorias, produtos ou serviços. O CPC 00 (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro) define receita como “aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.” Ele é o aumento do Ativo ou a diminuição do Passivo.

As receitas podem ser classificadas em dois grupos: receitas operacionais e outras receitas. Receitas operacionais resultam das

atividades principais e outras receitas vem de transações não incluídas nas atividades principais.

Depois da Receita Bruta de vendas vem as deduções de receita que são abatimentos, elas ocorrem por razões de qualidade do produto; vendas canceladas, a anulação da venda; descontos concedidos, descontos que estão presente na Nota Fiscal; e tributos sobre vendas ou, em outras palavras, despesas tributárias. Despesas tributárias são tributos (impostos, taxas e contribuições) que no ato da venda incidem sobre ela. Os principais são PIS, COFINS e ICMS (RIBEIRO, 2013).

METODOLOGIA

A Metodologia utiliza de normas, técnicas e conhecimentos definidos para realizar a análise aprofundada de um determinado estudo. Com este método científico a pesquisa foi guiada visando chegar a uma finalidade conclusiva.

Na abordagem do problema exposto: “De que maneira os incentivos fiscais oferecidos pela Zona Franca de Manaus afetam as despesas tributárias na empresa Colortech da Amazônia Ltda?” Utilizou-se uma metodologia qualitativa exploratória através de um estudo de caso.

A pesquisa realizou-se através da coleta de dados, portanto, é classificada como uma abordagem qualitativa, pois houve a necessidade do empenho de seus pesquisadores para a construção de interpretação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O presente estudo tem caráter objetivo exploratório devido o confronto e aprofundamento do conhecimento já existente expandindo maior fundamento sobre o tema tratado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em suma, ao visitar a empresa, ambiente de estudo para coleta, realizou-se um estudo de caso para recolhimento de dados, através de entrevistas e observação do local (YIN, 2001).

Realizou-se a pesquisa na empresa Colortech da Amazônia Ltda, onde foram entrevistados, o gerente de produção, contador e assistente de venda, de posse de perguntas que levaram a interpretações do questionamento realizado. Através da observação do processo de produção, foram coletados dados relacionados ao insumo: Masterbatch na cor Preta, assim como seus custos total e preço de venda.

Enfim, de posse de todos esses elementos, foi utilizada a demonstração de resultado de exercício para a conclusão desta pesquisa.

ANÁLISE DE DADOS

De posse dos dados coletados nas visitas à empresa Colortech da Amazônia Ltda., foram abstraídos dados relacionados ao material Masterbatch de cor preta, referente ao período do mês de março de 2021. Todos os dados fornecidos são valores aproximados ao real disponibilizado pela empresa e a mesma utiliza de Lucro Real não cumulativo.

Para melhor compreensão e interpretação da análise de dados, foi realizado a simulação de venda de 35 toneladas do Masterbatch na cor preta, que compete exatamente a média que a empresa costuma atingir perante o mês. Esta simulação tem o objetivo de confrontar e comparar os dados de vendas deste produto com e sem incentivos.

EXERCÍCIO DE MARÇO 2021: Compra de Mercadoria

Para a produção de 35 toneladas do material Masterbatch na cor preta, foi custeado cerca R\$ 263.200,00 para a compra de insumos. As tabelas abaixo mostram os valores da compra para a produção com e sem incentivos.

Tabela 1 - tributos sobre compra de mercadoria

Compra Totais			R\$ 263.200,00		
Imposto	Alíquota	Sem Incentivos	Imposto	Alíquota	Com Incentivos
ICMS	18%	R\$ 47.376,00	ICMS	18%	R\$ 47.376,00
PIS	1,65%	R\$ 4.342,80	PIS	0%	R\$ -
COFINS	7,6%	R\$ 20.003,20	COFINS	0%	R\$ -
IPI	5%	R\$ 13.160,00	IPI	5%	R\$ 13.160,00

Fonte: Próprios autores (2021).

A Tabela 1 descreve os valores das alíquotas incididos sobre o valor de compras de insumos com e sem incentivos.

Com o abatimento foi observado, que o fato de haver 100% de isenção no PIS e COFINS na compra do insumo no modelo dos com incentivos, os valores se diferenciam evidentemente na comparação.

Tabela 2 - contabilização na compra

Lançamentos			
Sem Incentivos		Com Incentivos	
D – Mercadorias	R\$ 178.318,00	D - Mercadorias	R\$ 202.664,00
D - ICMS a Recuperar	R\$ 47.376,00	D - ICMS a Recolher	R\$ 47.376,00
D- PIS a Recuperar	R\$ 4.342,80	D- PIS a Recolher	R\$ -
D-COFINS a Recuperar	R\$ 20.003,20	D-COFINS a Recolher	R\$ -
D - IPI a Recuperar	R\$ 13.160,00	D - IPI a Recolher	R\$ 13.160,00
C – Fornecedores	R\$ 263.200,00	C - Fornecedores	R\$ 263.200,00

Fonte: Próprios autores (2021).

A Tabela 2 mostra o valor dos insumos em mercadorias, onde neste foi realizado nos dois modelos o abatimento dos incentivos: ICMS, PIS COFINS e IPI.

Por estar incumbida em uma empresa de bens intermediários ou insumos, recebe o incentivo fiscal no ICMS com deferimento de 90,25% referente ao mês de março, esse deferimento só é calculado no fechamento do período e sua base de cálculo e o faturamento total das vendas do mês.

A respeito das vendas de mercadoria analisa-se que no mês vigente de março de 2021, foi realizada a venda deste material para o fornecedor X localizado no estado do Amazonas, onde se arrecadou R\$ 453.950,00 em caixa para a empresa Colortech da Amazônia Ltda.

Tabela 3 - tributos sobre vendas

Vendas Totais			R\$ 453.950,00		
Imposto	Alíquota	Sem Incentivos	Imposto	Alíquota	Com Incentivos
ICMS	18%	R\$ 81.711,00	ICMS	18%	R\$ 81.711,00
PIS	1,65%	R\$ 7.490,18	PIS	0%	R\$ -
COFINS	7,6%	R\$ 34.500,20	COFINS	0%	R\$ -
IPI	5%	R\$ 22.697,50	IPI	0%	R\$ -

Fonte: Próprios autores (2021).

A Tabela 3 descreve os valores das alíquotas incididos sobre o valor de vendas totais do material Masterbatch na cor preta com e sem incentivos.

No modelo das alíquotas com incentivos, o PIS, COFINS e IPI possuem isenção total na venda de mercadorias devido à venda deste produto ter sido efetuado para um fornecedor dentro do estado.

TABELA 4 - CONTABILIZAÇÃO NA VENDA

Lançamentos			
Sem Incentivos		Com Incentivos	
D - Clientes	R\$ 453.950,00	D - Clientes	R\$ 453.950,00
C - Mercadorias	R\$ 307.551,13	C - Mercadorias	R\$ 372.239,00
C - ICMS a Recolher	R\$ 81.711,00	C - ICMS a Recolher	R\$ 81.711,00
C - PIS a Recolher	R\$ 7.490,18		
C - COFINS a Recolher	R\$ 34.500,20		
C - IPI a Recolher	R\$ 22.697,50		

Fonte: Próprios autores (2021)

A tabela 4 mostra que as mercadorias equivalem ao total de vendas abatidos os valores dos incentivos. Para critério de informação, para vendas de mercadorias a fornecedores fora do estado do Amazonas, existem alíquotas a incidir sobre o valor da venda, para PIS com alíquota a 0,65% e COFINS a alíquota de 3%.

Já no quesito apuração dos tributos, a empresa optou pelo regime tributária Lucro Real não cumulativo, portanto é necessário fazer um confronto entre os tributos calculados na compra e venda, pois eles são considerados recuperáveis. O cálculo ocorre entre as contas de recuperá-la (Ativo) e a recolher (Passivo).

Tabela 5 - Apuração dos tributos sem incentivoS

Lançamentos			
D - ICMS a Recolher	R\$ 81.711,00	D - COFINS a Recolher	R\$ 34.500,20
C - ICMS a Recuperar	R\$ 47.376,00	C - COFINS a Recuperar	R\$ 20.003,20
D - ICMS s/ Vendas	R\$ 34.335,00	D - COFINS s/ Vendas	R\$ 14.497,00
C - ICMS a Recolher	R\$ 34.335,00	C - COFINS a Recolher	R\$ 14.497,00
D - PIS a Recolher	R\$ 7.490,18	D - IPI a Recolher	R\$ 22.697,50
C - PIS a Recuperar	R\$ 4.342,80	C - IPI a Recuperar	R\$ 13.160,00

D- PIS s/ Vendas	R\$ 3.147,38	D- IPI s/ Vendas	R\$ 9.537,50
C - PIS a Recolher	R\$ 3.147,38	C - IPI a Recolher	R\$ 9.537,50

Fonte: Próprios autores (2021).

Tabela 6 - apuração dos tributos com incentivos

Lançamentos	
D - ICMS a Recolher	R\$ 81.711,00
C - ICMS a Recuperar	R\$ 47.376,00
D- ICMS s/ Vendas	R\$ 34.335,00
C - ICMS a Recolher	R\$ 34.335,00
D - IPI a Recolher	R\$ -
C - IPI a Recuperar	R\$ 13.160,00

Fonte: Próprios autores (2021).

Após o confronto das contas, os valores são encerrados, caso fiquem zeradas, e o valor fica nas contas de resultado para depois ser apurado no DRE. É importante observar que nos lançamentos referentes a Tabela 6, o IPI fica como crédito para a empresa, mantendo-se na conta patrimonial IPI a recuperar. Caso haja um exercício onde a empresa precisa pagar IPI eles podem utilizar do crédito para abater do valor a ser pago, ou seja, do IPI a recolher.

Tabela 7 - contabilização do dre

Lançamentos			
Sem Incentivos		Com Incentivos	
D – Clientes	R\$ 453.950,00	D - Clientes	R\$ 453.950,00
C - Receitas de Venda	R\$ 453.950,00	C - Receitas de Venda	R\$ 453.950,00
D- ICMS s/ Vendas	R\$ 34.335,00	D- ICMS s/ Vendas	R\$ 34.335,00
D- PIS s/ Vendas	R\$ 3.147,38	C - ICMS s/ Vendas	R\$ 30.987,34
D-COFINS s/ Vendas	R\$ 14.497,00		
D - IPI s/ Vendas	R\$ 9.537,50		

D - CMV	R\$ 263.200,00	D - CMV	R\$ 263.200,00
C - Mercadorias	R\$ 263.200,00	C - Mercadorias	R\$ 263.200,00

Fonte: Próprios autores (2021).

Quando todos os valores estiverem em contas de resultado é possível elaborar o relatório contábil DRE. Na Tabela 7, na coluna de incentivos, é efetuada uma contabilização simbólica do deferimento do ICMS de 90,25%, portanto o saldo do ICMS s/ vendas de R\$ 3.347,66. O CMV é lançado com valor líquido da compra sem os tributos incidentes.

A demonstração de resultado de exercício, após a compra e venda de toda a mercadoria referente a Masterbatch na cor preta, será apresentada na tabela abaixo.

Tabela 8 - demonstração de resultado de exercício

Março 2021			
Sem Incentivo		Com Incentivo	
Receita bruta de Vendas	R\$ 453.950,00	Receita bruta de Vendas	R\$ 453.950,00
(-) ICMS sobre Vendas	R\$ 34.335,00	(-) ICMS sobre Vendas	R\$ 3.347,66
(-) PIS sobre Vendas	R\$ 3.147,38	(-) PIS sobre Vendas	R\$ -
(-) COFINS sobre Vendas	R\$ 14.497,00	(-) COFINS sobre Vendas	R\$ -
(-) IPI sobre Vendas	R\$ 9.537,50	(-) IPI sobre Vendas	R\$ -
(=) Receitas Líquida	R\$ 392.433,13	(=) Receitas Líquida	R\$ 450.602,34
(-) CMV	R\$ 263.200,00	(-) CMV	R\$ 263.200,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 129.233,13	(=) Lucro Bruto	R\$ 187.402,34

Fonte: Próprios autores (2021)

Observando a Tabela 8, nota-se que há uma diferença entre os lucros brutos de R\$ 58.169,21, conseqüentemente o lucro líquido da empresa após deduzir as despesas, IRPJ será maior com os incentivos oferecidos pela ZFM. Com os dados adquiridos só é possível elaborar até o lucro bruto. Em nota, o IPI geralmente não é uma dedução de receita, mas nessa empresa ele é considerado uma despesa tributária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar os impactos que os incentivos fiscais da ZFM causam nas despesas tributárias utilizando os dados fornecidos pela empresa Colortech da Amazônia Ltda. De posse de todas as informações coletadas, analisar quais mais afetam a receita de venda, identificar quais as diferenças no valor das despesas tributárias com e sem os incentivos fiscais e constatar como o lucro bruto é afetado por tais incentivos.

Efetuando-se uma simulação com valores aproximados ao real de compra e venda referente ao exercício do mês de março 2021, fez-se uma comparação desses valores com e sem incentivos para ao final fazer uma DRE e interpretá-la detalhadamente através dos cálculos elaborados.

O ICMS é o que mais impacta no lucro da empresa comparado aos demais impostos, pois, possui uma alíquota de 18% no Amazonas, se a empresa não possuísse esse incentivo sua apuração seria de R\$ 34.335,00. O segundo com mais impacto é a COFINS com uma alíquota de 7,6%, mas dependendo do produto produzido o IPI pode ter uma alíquota superior, consequentemente ficando com um valor maior do que a COFINS. Essas alíquotas podem ser encontradas na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).

Após a análise das demonstrações de resultado observou-se que a despesa tributária sem incentivos é de R\$ 61.516,88 e com os incentivos é de R\$ 3.347,66. No lucro bruto é observado a diferença desse confronto das cargas tributárias que é de R\$ 58.169,21.

Conforme a pesquisa se observa uma grande diferença de carga tributária mostrando que apesar de uma logística desfavorável da ZFM, os benefícios oferecidos através dos incentivos fiscais, compensam os gastos relacionados com essa logística. Ao adquirirem altos lucros, as empresas podem propor um gerenciamento financeiro bem mais vantajoso comparado às demais do mercado, produzindo mercadorias com o custo menor do que seus concorrentes, consequentemente é possível investir em seu crescimento, proporcionando maior empregabilidade e aumento da economia da região.

Recomenda-se estudar sobre o incentivo relacionado com Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e seu efeito sobre o Lucro Líquido da empresa, assim como analisar as contribuições que as

empresas na ZFM pagam como o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas – FTI, das Micro e Pequenas Empresas – FMPE, e da Universidade do Estado do Amazonas – UEA para om melhor entendimento referente os outros aspectos dos incentivos fiscais da ZFM.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Superintendência da Zona Franca de Manaus. (org.). História. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm. Acesso em: 21 jan. 2021.

AMAZONAS. Superintendência da Zona Franca de Manaus. (org.). O que é o Projeto ZFM? Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (1967). Lei nº 288, de 1967. Coleção de Leis do Brasil: Atos do Poder Legislativos. v. 1, p. 492.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades Anônimas. Brasília, Seção 5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 27/05/2021

BRASIL. Constituição. (org.). Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.: da jurisdição aduaneira. Da Jurisdição Aduaneira. 2009. Dos Benefícios Fiscais na Internação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Constituição. (org.). Lei Nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004. 2004. Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10996.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – Suframa. (org.). Marco Regulatório: incentivos fiscais da zona franca de Manaus, Amazônia ocidental e áreas de livre comércio. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/marco-regulatorio>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Lei Orgânica do Município. (org.). Lei nº 427, de 8 de Janeiro de 1998. 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/1998/43/427/lei-ordinaria-n-427-1998-concede-incentivos-fiscais-pelo-prazo-de-dez-anos-as-empresas-industriais-que-se-instalarem-na-area-da-zona-franca-de-manaus?q=Lei+Municipal+n%C2%BA+427%2F1998>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. SUFRAMA. (org.). Incentivos à produção: política tributária diferenciada. Política tributária diferenciada. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/incentivos>. Acesso em: 11 maio 2021.

COLORTECH DA AMAZÔNIA LTDA (Amazonas). Quem Somos. Disponível em: <https://www.colortecham.com/quem-somos>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico CPC-00: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 21 maio 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico. CPC-26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 15 de dezembro de 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

HERMES, Liane Carly. Metodologia de Pesquisa. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ Ufsc, 2013.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. p. 262

OLIVEIRA, Jessica Cavalcante. Demonstração do Resultado do Exercício: Análise crítica sobre a evidenciação dos tributos sobre vendas e o CMV, apurados segundo as normas contábeis brasileiras. 2015. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3978/1/DemonstracaoDoResultado_Oliveira_2015. Acesso em: 19 maio 2021.

OLIVEIRA, Jofre Luís da Costa; SOUZA, Romina Batista de Lucena de. UM ESTUDO SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA E OS BENEFÍCIOS GERADOS PELA ZONA FRANCA DE MANAUS. Estudos do Cepe, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 36, p. 38-60, jul./dez. 2012. Semestral.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 f.

REIS, Francisco Perivaldo Oliveira; BARONI, Benito de Souza; BARROSO JÚNIOR, Francisco Irapuan; MOREIRA, Jose Cesar Pontes. A importância do planejamento tributário para a redução de despesas. Revista Encontros Universitários da UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2016. (Encontro de Extensão, 25)

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 560.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Foco. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bokman, 2001.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. Contabilidade de Custos. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

UM DIÁLOGO DA TEORIA CONFIGURACIONAL DO ESPORTE E LAZER NA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

David da Silva Ribeiro

Waldeliz de Freitas Rodrigues

Anne Gricelda Barbosa Oliveira

INTRODUÇÃO

Essa temática procura analisar o código de condutas nas relações sociais através do esporte e o lazer, com base na compreensão sociológica de Norbert Elias. O artigo mensura em seu contexto que o esporte e o lazer na terceira idade têm como benefício, manter a capacidade funcional, saúde, auxilia no convívio social e interação, evitando a depressão e problemas emocionais.

O esporte e lazer buscam juntos a alegria, o divertimento, o prazer e a sociabilidade, a junção desses dois termos, estabelece um novo sentido para o esporte, nos transcreve a transformação de valores humanos. Essa atividade para terceira idade, objetiva que o idoso saia do isolamento, que ele descubra novamente as possibilidades do seu corpo, tornando-os menos vulneráveis a enfermidades, esse novo paradigma de envelhecimento rompe com os caminhos da incapacidade do idoso, do desassossego, da saúde mental precária.

Segundo (CAETANO, 2006, p. 25) o envelhecimento pode variar de indivíduo para indivíduo, sendo gradativo para uns e mais rápido para outros. Tais variações estão relacionadas a vários fatores como o estilo de vida, hábitos saudáveis e alimentação balanceada. Norbert Elias (2001, p. 83) cita que o envelhecimento ainda está em processo de mudança, o que nos leva a enxergar que a valorização dos mais velhos é processo que vem se renovando.

Portanto a valorização da prática esportiva na terceira idade é importante, conduz a uma longevidade, estabelece mudanças radicais do quadro de vida no que respeita, em particular, ao estado de saúde e à participação na vida social o que conduz ao controle de suas emoções, conforme Elias (2009, p. 46) [...] as emoções e os movimentos a elas relacionados tem uma função dentro do contexto de relacionamento entre pessoas e, num sentido mais vasto, entre uma

pessoa e a natureza. As emoções e os referidos movimentos ou “expressão” são, em resumo, uma das indicações que os seres humanos são por natureza constituídos para viver na companhia de outros, para a vida em sociedade.

Uma observação necessária da finitude humana está relacionada ao tempo que os idosos têm para realização de suas atividades de esporte e lazer, para Elias (1989, p. 13) afirma que esse caráter enigmático do tempo é proveniente da complexidade das relações humanas e afirma que, “...da convivência humana resulta algo que os homens não entendem, que se apresenta como enigmático e misterioso”. Esse algo, chama-se “tempo”. Cada sociedade estrutura seu tempo através da consciência, emoções e subjetividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da importância dos exercícios na terceira idade

No decorrer da história a humanidade sempre questiona o envelhecimento humano. Em diferentes culturas e tempos o processo tem sido objeto de estudo e reflexões, na sociedade primitiva os velhos eram tidos como objetos de veneração, jovens buscavam orientações dos seus anciões. No século XVIII, o idoso era tido como patrimônio e não encargo já na revolução industrial ocorre uma inversão de valores devido à evolução e a progressão em andamento, em vez de sabedoria começa a se julgar o homem pelo seu vigor pela sua capacidade de produção. O indivíduo é considerado idoso quando possui idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994, 2003).

Como o idoso tinha baixa capacidade de produção, o mesmo passa a ser excluído e marginalizado com a perda do seu papel funcional/profissional e papel/função referente à família, esses atos de irresponsabilidade conduzem o idoso ao isolamento social.

[...] o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, sob vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada (ELIAS, 1993, p. 193-194. v.2)

As estatísticas sobre o crescimento populacional dizem que o mundo se encontra cada vez mais velho que toda humani-

dade se torne mais velha no futuro, devido ao crescimento da faixa etária da população acima dos sessenta anos. No Brasil esse grupo é o que mais aumenta nesse processo de transformações progressivas juntamente com a soma de vários fatores e aspectos biopsicossociais causa no idoso perda da memória, diminuição da força muscular, o declínio de algumas habilidades, diminuição de vontade o que leva ao isolamento social. Essa falta de motivação varia na terceira idade.

Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e, no fundo, não o queremos. Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconscientemente, elas resistem à ideia de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível (ELIAS, 2001, p.80).

O esporte como forte aliado para combater o aborrecimento e melhorar a autoestima do idoso, essa atividade estabelece novos vínculos, cria hábitos saudáveis, motiva a vida do idoso, ultimamente a busca pelo esporte na terceira idade vem crescendo devido a promoção a saúde. Mas para o idoso, praticar esporte precisa de motivação para ter um significado o seu comportamento.

Impulsos emocionais não aprendidos estão sempre relacionados com a auto-regulação pessoal aprendida, mais especialmente ao controle aprendido das emoções. O mutável equilíbrio entre impulsos emocionais e controle-emocional-de-contentação-de-impulsos se mostra por si mesmo nos movimentos de uma pessoa, em seus gestos e em suas expressões faciais, que são sinais por meios dos quais as pessoas comunicam, involuntariamente ou intencionalmente, a condição da auto-regulamentação de suas emoções a outros seres humanos (ELIAS, 1991, p.19).

Quando um idoso começa a praticar exercícios físicos se identifica uma mudança significativa no seu comportamento, a atividade concebida e executada sob novos conceitos pode redimensionar a formação do indivíduo. As atividades esportivas aplicadas ao idoso precisam de apoio especializado (médico e um profissional de Educação Física) se caracterizam pelo benefício à saúde do idoso, permitindo o fortalecimento dos músculos através de atividades laborais adaptadas.

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes deles pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (ELIAS, 2005, p.101).

Mesmo sendo acompanhados por profissionais os exercícios na terceira idade devem ser moderados, é recomendado diminuir a intensidade e investir na qualidade. Assim, as práticas esportivas para o público idoso desenvolvem um novo sentido na sua vida, eles passam a viver de uma forma mais prazerosa e ativa.

OS BENEFÍCIOS DO LAZER AOS IDOSOS

A prática do lazer aumenta o processo de integração do ser humano, na comunidade da terceira idade o lazer age como intervenção na vida social do idoso, este começa a sair de sua casa procurando se distrair, deixa de ficar sozinho, cria novos laços afetivos, o idoso sai de sua zona de conforto, começa a exercitar sua mente e corpo. O sedentarismo que está presente no estilo de vida da maioria dos idosos são combatidos com atividades de lazer, segundo Duma-zedier, lazer é,

“[...] um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembarcar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (DUMAZEDIER,apud SANTINI,1993,p.17).

Quando o começa essa nova integração ao sair de sua zona de conforto, automaticamente ele melhora sua autoaceitação, autoestima, vivencia a retomada de momentos felizes que muitas vezes não puderam ser concretizados pelos compromissos da vida adulta. Para o idoso existem várias opções de lazer que podem ser escolhidas, umas voltadas para o físico ou para exercício da mente, essas atividades são essenciais para manter o corpo e a mente saudáveis na terceira idade. Matsudo (2000, p.20) o aumento da expectativa de vida proporciona às pessoas um maior período de tempo para sintetizar e culminar a realização de seus projetos de vida, entretanto para que isso ocorra, é necessário que a velhice seja vivida com qualidade.

A teoria Elisiana, aponta que as atividades de lazer produzem um “descontrole” controlado de emoções agradáveis, a busca nas atividades de lazer é o aumento das tensões e satisfação. Estamos vivenciando uma sociedade nada monótona, hoje estamos vivendo um dos períodos de muita excitação na história da sociedade, neste sentido a busca do lazer não está restrito a um possível tédio.

As atividades de Lazer, a música, o teatro, os esportes...representam uma interrupção “moderada” nas restrições. E porque moderada? Porque as atividades de Lazer são permeadas por limitações das restrições civilizadoras. No rock ou em outros tipos de dança, as estruturas sociais permitem o gritar, saltar, pular..., mas não são aceitas teoricamente a total exacerbação, explosões incontroladas de extrema excitação coletiva (CAVICHIOILLI, 2000, p.68).

O lazer para o idoso deve ser levado em conta, por promover a Promoção Social do indivíduo, já que age como desenvolvimento pessoal e social, serviços do lazer estão, pois, submetidos às mesmas leis do mercado que outros bens e serviços. O lazer para o idoso às vezes se caracteriza em passeios com os familiares e práticas religiosas, sendo que a realização regular de exercícios físicos é uma das bases para uma melhor saúde e longevidade do idoso.

AS DIFICULDADES AO ACESSO DO ESPORTE E LAZER

Os programas organizados de idosos investem em diferentes atividades sociais, culturais e esportivas. Apesar dos benefícios das práticas esportivas, ainda existem idosos que não realizam essa prática com regularidade, são vários fatores que levam os idosos a desistirem de praticar atividades esportivas, mesmo tendo conhecimento que essas atividades podem ajudar no seu tratamento. Entre as diversas dificuldades, as principais são: o mal-estar no início da prática, a falta de tempo, a falta de companhia para gerar uma motivação, a falta de um espaço público adequado, a baixa autoestima, o medo de agravar ou obter lesões, as dificuldades de mobilidade e outros problemas de saúde em geral.

A Política Nacional do Idoso tem como objetivo criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer, procurando impedir qualquer forma de discriminação de qualquer natureza contra o idoso, pois

ele é o principal agente e o destinatário das transformações a ser efetivadas através desta política (CIELO; VAZ, 2009, p.39).

É dever do poder público, preocupar-se com uma política que priorize ações que estimule e beneficie o idoso, nos segmentos da cultura, lazer, esporte e educação, tendo como meta a promoção da cidadania na terceira idade. De acordo com Elias & Dunning (1992, p. 16) a sociologia orientou-se para o campo restrito dos aspectos “sério” e “racional” da vida, o que teve como efeito que o divertimento, o prazer, o jogo, as emoções e as tendências “irracionais” e “inconscientes” do homem e da mulher tivessem merecido escassa atenção no âmbito da teoria e da investigação sociológicas.

As entidades governamentais devem preocupar-se mais com as políticas de lazer voltadas para esta faixa etária, criando e estimulando programas de lazer, os quais favoreçam para a realização plena do idoso enquanto ser humano ao longo da história vivemos em sociedades organizadas onde os governantes exercem controle sobre os instrumentos de violência legítima, legal, enquanto se detêm a evitar a violência ilegítima ou ilegal no resto da sociedade (ELIAS, 2007, p. 142).

A formação do Estado serve, entre outras coisas, para possibilitar o exercício do controle ou da “civilização” de maneira satisfatória, perante as sociedades modernas. Este novo Estado tem como uma de suas características fundamentais o monopólio da violência física, dentro de uma esfera de legitimidade. Na linguagem eliasiana, isso quer dizer que há grupos ou indivíduos que “podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (ELIAS, 1994 apud GEBARA: LUCENA, 2005, p. 01).

As dificuldades econômicas dos idosos, as condições precárias de saúde e a perda gradual do hábito de lazer externo, são alguns dos impedimentos para esta prática. Segundo Salgado (1982), apesar do declínio de capacidade, os idosos, em sua maioria, demonstram alto grau de interesse pelas artes, ciências, filosofia, religião, direito e política. Suas metas são restritas, embora haja as que se atualizam por meio de leitura, noticiários de televisão ou qualquer meio pelo qual acompanha o desenrolar dos acontecimentos.

ANALISE E DISCUSSÕES

As vantagens da inclusão do esporte e do lazer na vida do idoso, são considerados dois fatores essenciais na manutenção das suas condições físicas, esses elementos tem um papel de destaque na integração social do idoso. Essas atividades proporcionam ao idoso uma autoestima, eles ficam motivados, saem do sedentarismo, ficam mais confiantes, capazes de se desafiarem.

Existe uma boa dose de evidência sugerindo que as estruturas e funções das de lazer não podem ser compreendidas se não se considerarem como um fenômeno social por direito próprio, independente de actividades de não lazer, mas, do ponto de vista funcional, de valor não inferior, não subordinadas a elas. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 141).

Na fase da terceira idade tanto para os homens quanto para as mulheres, é natural que os sistemas fisiológicos do corpo declinem, para retardar esse declínio o idoso deve adotar um estilo de vida mais equilibrado, isso vale para qualquer fase do ser humano, praticar uma atividade de esporte e lazer anemiza a velocidade das modificações corporais, além de permitir o idoso criar novos hábitos saudáveis, evita aborrecimento, deixando esse idoso muito motivado. Elias e Dunning concluem é que todos os “elementos de lazer” possuem função de “antídotos para as rotinas da vida” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 184) para esses autores a sociabilidade é um elemento básico do lazer e desempenha um papel na maioria das atividades.

Na terceira idade, a qualidade de vida se baseia na capacidade de viver plenamente, e isso inclui, principalmente, a saúde física. Praticar algum esporte evita dores, mal-estar e diversas doenças, intervindo em problemas que, muitas vezes, geram dependências e desconfortos.

Quando o idoso pratica esporte mantém sua capacidade funcional e envelhece biologicamente com saúde, toda atividade física manipulada com acompanhamento de um profissional capacitado, concede a pessoa idosa mais independência, mantendo sua autonomia para realizar tarefas cotidianas sem o auxílio de outras pessoas por um tempo maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o equilíbrio psicológico se torna difícil na terceira idade e que a longa trajetória desse envelhecimento para cada indivíduo acentua um certo distanciamento social à medida que a idade aumenta, e que esse indivíduo se torna menos ativo e suas capacidades físicas diminuem, afetando as estruturas da personalidade mental e social no seu ciclo de vida. Para redução dessas ansiedades e medos se discutiu historicamente a importância do esporte e lazer no contexto desse artigo, como recalçamento ao longo dos processos civilizadores para facilitar a transição de um tempo socio biológico.

A priori as atividades de esporte e lazer para população idosa são trilhadas pela psicologia como referências de cuidados e ajuda à prevenção dos agravos no cotidiano de vida do idoso, valoriza suas potencialidades em todos os segmentos, principalmente no que tange a descontração, libera momentos de cooperação e descontração, interação, criatividade e de aquisição de conhecimentos, trazendo benefícios e qualidade de vida na terceira idade.

Portanto, se faz necessário que novos estudos sejam feitos para ampliar as reflexões sobre o universo do esporte e do lazer voltados para a população idosa, onde sejam criados ambientes de fácil acesso, onde esses idosos tenham oportunidades de se exercitar. Esses espaços irão contribuir para minimização dos aspectos discriminatórios dos idosos, assegurando novos meios e perspectivas de compreensão sob essa fase de desenvolvimento humano. Os idosos precisam conhecer diferentes atividades no esporte e lazer para irem em busca de atividades prazerosas fora da rotina dos seus lares.

REFERÊNCIAS

CAETANO, L. M. O Idoso e a Atividade Física. Horizonte: Revista de Educação Física e desporto, V.11, n. 124, p.20-28, 2006. CAVI-CHIOLLI, Fernando. Lazer e Processo Civilizador: Uma reflexão preliminar em Norbert Elias. Revista Paranaense de Educação Física. vol. 1, n. 1, Maio, 2000.

CIELO, P.F.L.D.; VAZ, E.R.C. Legislação brasileira e o idoso. Revista CEPPG – CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão, v. 2, n. 21, p. 33-46, 2009

ELIAS, N. (1989). Sobre el tiempo. México: Fondo de Cultura Eco-

nômica.

ELIAS, N. Introdução à sociologia. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. (2004 [1987]), A Sociedade dos Indivíduos: «A questão cardeal da sociologia», Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos: seguindo de envelhecer e morrer/tradução: Plínio Dentzien. ed. Zarar, ed. Digital: maio 2012.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob perspectiva da sociologia dos processos, Londres, 1991. Trad. M.B. e F.C. Fontanella. (mimeo).

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: O controle das emoções. GEBARA, Ademir e WOUTERS, Cas (Orgs.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Seguindo de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

GEBARA, Ademir; LUCENA, Ricardo de F. O poder e cotidiano: breve discussão sobre o poder para Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, nov. 2005, Ponta Grossa, PR, Brasil. Disponível em: http://www.pg.cfe-ftpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simpósio/artigos.html. Acesso em: 17 abr. 2021.

MATSUDO, S.M. ARAÚJO, T.; MATSUDO, V.R.; ANDRADE, D.; ANDRADE, E.; OLIVEIRA, L.C.; BRAGGION, G. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): Estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v.6, n.2, p.5-18, 2001.

SALGADO, M. A. O significado da velhice no Brasil. São Paulo:

SESC, 1982. (Caderno da terceira idade).

SANTINI, R. de C. G. Dimensões do lazer e da recreação: Questões espaciais, sociais e psicológicas. Angelotti: São Paulo, 1993.

BENZEDORES E BENZEDURAS: PRÁTICAS E SABERES TRADICIONAIS EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE AMATURÁ-AM

*Erik Gonçalo Rubem
Renilda Aparecida Costa*

INTRODUÇÃO

A busca pela saúde do corpo e da alma sempre fizeram parte da vida do ser humano desde os primórdios até a contemporaneidade. Ao longo desse caminhar, muitas maneiras de se enxergar o mundo e o modo de interpretá-los foram sendo reavaliados e reconduzidos conforme o transcorrer da humanidade e da ciência. A medida em que os anos foram passando, e com o avançar da medicina ocidental, essas práticas tradicionais de saúde foram perdendo espaço no âmbito da saúde pública institucionalizada - especialmente nos centros urbanos -, na tentativa de desconstruir tais saberes e torná-los como algo “ultrapassado”.

Na região Amazônica, de gigantesca dimensão geográfica, os detentores dos saberes e práticas tradicionais de cura e benzimento são grandes aliados para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, chegando a ser, em muitas localidades, o único recurso humano para o combate das mazelas que possam a vir atingir corpo e espírito de seus habitantes, como era o caso do município de Amaturá, que passou a ter atendimentos da medicina erudita apenas a partir de meados da década de 70.

Os benzedores, segundo De Moura (2009, p. 46), “são pessoas portadoras de um poder especial, que podem controlar as forças desencadeadoras de desequilíbrios”. A partir da benzeção ou do ato de benzimento - onde são considerados atividades mágico-religiosas -, buscam assegurar o desempenho da regularidade que se objetiva, interrompendo aquela anormalidade que ameaça o bem-estar físico (DE MOURA, 2009).

Os saberes e as práticas tradicionais de benzer, rezar e curar sempre tiveram, intrinsecamente, fundamentos de teor religioso, mitológico ou filosófico, onde apenas nos períodos mais recentes que a ciência pôde obter e fornecer explicação para os mais diversos fatos

observáveis e não observáveis (QUINTANA, 1999). Acredita-se que um dos motivos para este acontecimento é a própria ciência ser considerada recente, se comparada aos conhecimentos ancestrais, pois elas sempre trouxeram o seu modo de pensar e explicar os fatores que rodeiam o universo, onde ganha grande proporção quando relacionada ao cenário amazônico, onde homem e natureza se fazem fortemente conectados até a atualidade.

O referido estudo se configura como pesquisa de campo, que foi realizada entre os períodos de agosto de 2020 a setembro de 2021 e prosseguiu a partir da abordagem qualitativa, com inspiração na etnografia. Os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a seis (6) benzedores (3 homens e 3 mulheres), que por décadas realizam, as atividades de benzimento no município de Amaturá.

O LÓCUS DA PESQUISA E OS AGENTES DA BENZIÇÃO

Amaturá é uma cidade que está localizada à margem direita do rio Amazonas, com área territorial de 4.754,109 km², fazendo parte da mesorregião do Alto Solimões¹, no estado do Amazonas. Na região do município de Amaturá há a presença de 9 comunidades indígenas, sendo elas pertencentes às etnias Ticuna, Cambeba, Cocama e Witoto. Já na área urbana do município, percebe-se que a população é homogênea, apresentando traços de miscigenação branca, descendentes de nordestinos e, descendentes de indígenas das etnias Ticunas e Cambebas, principalmente - pertencentes aos primeiros habitantes originários da região. E é nesse contexto de relações intercultural que está o município de Amaturá, palco do presente estudo.

O município de Amaturá possui a estimativa de 11.934 habitantes, com densidade demográfica de 1,99 habitantes por km² (IBGE, 2021). Sua zona urbana é composta por cinco bairros: Bairro de Cima, Bairro de Baixo, Santa Etelvina, São Francisco e Boa Esperança. Por ser um município de pequena área urbana o estudo abrangeu todo o município de Amaturá, por não haver empecilhos para o deslocamento ou dificuldade de acesso do pesquisador pelos bairros onde os benzedores estão distribuídos.

¹Também fazem parte da mesorregião do Alto Solimões os municípios de Jutai, Fonte Boa, Tonantins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga.

Os (as) benzedores (as) de Amaturá que fizeram parte do estudo eram todos (as) idosos, aposentados (as), com idade que variam entre sessenta e cinco (65) e noventa e três (93) anos e que continham entre trinta (30) a sessenta e três (63) anos desempenhando as atividades benzeduras no município. Quanto os respectivos graus de escolaridade, dois (2) deles eram analfabetos, dois (2) possuíam o 1º ano do ensino fundamental e dois (2) o 2º ano do fundamental. Quanto a cor, dois (2) se declaravam negros, três (3) se autodeterminavam pardos e um (1) era indígena. E quando ao seu seguimento religioso, três (3) eram católicos, dois (2) evangélicos pertencentes à Igreja Assembleia de Deus e um (1) era da Ordem da Cruzada Apostólica Evangélica. A partir de tais interlocutores que nos foi permitido adentrar e conhecer mais sobre esse mundo mágico-religioso que permeia os processos de benzeduras na cidade.

O PROCESSO DE INICIAÇÃO

Os benzedores de Amaturá sempre procuraram um meio de contribuir de alguma forma com a comunidade em que estão inseridos, no ensejo de proporcionar o bem-estar da população. Com muito empenho e dedicação procuram dar o melhor de si em cada atendimento por eles realizados. Para eles, a realização de tais atividades é uma forma de transmitir para todos o amor, a caridade e o respeito ao próximo a partir da benzedura, algo que lhes foi ofertado por Deus.

Três dos participantes do estudo informam que benzimento surgiu em suas vidas como um dom e, de uma maneira geral, atribuem sua origem a Deus, a experiências xamânicas ou o contato com divindades. Muitas de suas rezas fazem referências a Jesus Cristo, Nossa Senhora e a demais santos católicos. Em alguns casos aparentam usar tais recursos como forma de preservar cultos não cristãos por meio de inserção de elementos cristãos, como é o caso das religiões de matriz africana, que podem ser notados alguns de seus elementos durante os benzimentos. Os benzedores de Amaturá costumam afirmar que seus saberes estão relacionados aos saberes milenares dos índios e seus antepassados ou de divindades, de onde seria a origem das suas atividades.

Segundo a compreensão e entendimento de pesquisadores, como por exemplo, Galvão (1976) e Cavalcante (2008), o dom é uma

habilidade sobre-humana que raras pessoas levam consigo desde o ventre materno - por esse motivo que se usa a expressão “dom de nascença” - para ser pajé, xamã, benzedor, rezador, puxador ou parteira, etc.

O dom é algo reconhecido socialmente e apresenta seus indícios. Quem o possui muitas vezes se enxerga deslocado, fora do eixo, como se sua vida não fosse compreendida. Tais pensamentos e deslocação mudam ao compreender e assumir a missão que lhes foi dada. Ninguém consegue escapar desse dom, pois ele é entregue pelas divindades, santos, entidades, e deve ser executado por quem o recebe para o bem de toda a sociedade, com a única missão de usá-lo no favorecimento dos seus semelhantes (CAVALCANTE, 2008).

É bem natural nos perguntarmos sobre como se dá o início das práticas de benzimento de um benzedor, devido a benzedura ser algo que provoca a nossa imaginação enquanto seres humanos. Ao realizarmos esse questionamento à dona Maria, ela relata que:

“Foi um dom que Deus me deu, porque do nada eu começava a rezar e eu sentia a sensação que eu tinha que fazer algo. Sempre eu falo pra quem vem aqui que eu benzo, mas quem cura é Deus. Se tu estava doente ou tinha algo eu tinha que cuidar de ti e fazer um remédio. Eu não sei muito bem explicar isso, só sei que eu sempre tive a sensação que eu nasci pra isso, que era a minha missão ajudar o próximo. Ele me veio como um sonho, como um dom, que ficou mais forte depois que eu tive problemas de saúde.” (Entrevista, realizada em 2021).

O dom pode ser conseguido a partir de sonho ou por uma visão de dimensão espiritual (QUINTANA, 1999). Maria, por ser a primeira entrevistada, logo de início causa grande inquietação. No objetivo de compreender a gênese de suas práticas de benzeção, nos encontramos com grandes dúvidas e inquietações sobre as origens de suas benzeduras, por ser uma forma de aprendizagem distinta da que se imaginava encontrar. Assim como aconteceu com Quintana (1999), em seu estudo sobre as práticas de benzeduras, nos deparamos diante de um saber que não se atribui a alguma forma de aprendizagem formal ou informal, contrapondo-se, por um lado, ao conhecimento erudito, o qual responde a uma aprendizagem formal, e, por outra maneira, difere também daqueles terapeutas populares cujo conhecimento se atribui ao seu intuito ou a uma aprendizagem informal com algum outro benzedor.

Oliveira (1983) diz que o dom, o qual os benzedores informam ter adquirido, geralmente relacionam-se a algum acontecimento marcante na vida dessas pessoas ou de seus familiares, geralmente por problemas de saúde, como foi o caso da benzedora. Dona Maria informa que estava muito mal, que não se sentia disposta para nenhuma atividade interna ou externa à sua casa, mas após o contato com um “anjo” - onde lhes foi transmitido os ensinamentos quanto aos ingredientes e a forma de preparo do remédio - ela conseguiu o reestabelecimento da sua saúde. Após o episódio passou a ter sonhos, aprendeu a identificar as enfermidades, quais benzeduras feitas para o combate de cada uma e quais remédios prescrever.

O benzedor Francisco B., também aprendeu seus benzi-mentos seres divinos: “foi um anjo quem me ensinou a saber o que eu sei”. Passou a ter sonhos e visões sobre benzeduras logo após o seu batismo na Igreja da Cruzada, a qual ele pertence.

“Eu senti um poder sendo dado para mim na hora do batismo, lá na hora da água. O irmão José me batizou, e ele me disse que eu era o único escolhido, entre os que estavam sendo batizados, que teria o poder de tudo que eu pedisse em nome de Deus, de curar alguém e fazer o bem, eu seria atendido, e que eu poderia cuidar dos outros em nome de Deus porque eu acreditei nele” (Francisco B., entrevista/2021).

Tanto Maria quanto Francisco B., anotavam tudo o que lhes era transmitido em uma folha de papel que, logo após decorados os novos aprendizados, descartavam os papéis numa forma de resguardar os ensinamentos que lhes eram difundidos pelos serem mágicos.

Quanto ao senhor Francisco F., sua iniciação se deu logo após o seu contato, em sonho, com uma mulher encantada, quando sua ex-esposa persistia em se encontrar doente mesmo após várias idas e vindas ao SESP (Sistema Especial de Saúde Pública) do município, onde nada era resolvido.

“O início disso tudo foi quando passou um mês, dois meses e a minha ex-mulher disse que a menstruação dela não tinha vindo e que ela achava que estava gestante. Passou mais um mês e nada da menstruação. Então aí veio uma mulher encantada no meu sonho e disse que eu tinha que fazer um remédio e que não precisava mais levar a minha esposa no médico porque eu ia fazer um remédio e ia fazer ela sobreviver. Ela me ensinou o remédio, e aí eu fiz. Desde então ela

ficou boa e nunca mais teve aquelas dores fortes na barriga. Com uma semana que ela estava tomando o medicamento ela ficou boa. E até hoje ela está aí” (Francisco F., entrevista/2020).

Assim como na pesquisa de Loyola (1984), estamos diante de casos que possam ser atribuídos a sua iniciação com o auxílio de entidades ou às experiências xamânicas, onde os seus segredos possam estar sendo resguardados, não podendo ser eles revelados ao pesquisador, por ser uma figura externa a esse mundo mágico. “Os xamãs revelam e atuam com as energias que existem por trás dos eventos cotidianos” (PENAFORTE, 2011, p. 52). Os xamãs, segundo Langdon, (2010, p. 29) “interagem com estas energias, por meio de experiências místicas, através de sonhos, ou dos tranSES induzidos por substâncias ou por outras técnicas, servindo como intermediário entre os domínios, humano e espiritual”.

“Ninguém acredita, mas se eu olho uma planta e na hora me vem uma coisa que me diz que ela é boa para algo. Vem uma coisa na minha mente e no meu ouvido me dizendo que aquilo é bom e aí eu venho e trago”. (Maria, entrevista/2021). “Na aprendizagem pela experiência mística, os conhecimentos tanto das orações como dos chás, pomadas, unguentos etc., são atribuídos à informação de alguma entidade sobrenatural, como *anjos* ou *guias*, principalmente” (QUINTANA, 1999, p 55). Desde então, essa experiência divina ou mística permitiu de alguma maneira fazer com que a benzedeira pudesse acessar o sobrenatural e passa a realizar o controle das forças mágico-sagradas. O dom, nesse caso, parece consistir principalmente em uma comunicação privilegiada com o sobrenatural, na qual se baseia sua força e seu conhecimento. Em contrapartida, “ao assumir a benzedeira a obrigação de ajudar os necessitados através da benzedura, a entidade que lhe outorgou o dom fica, por sua vez, obrigada a ajudá-la no desempenho de suas tarefas” (QUINTANA, 1999, p. 82).

Após a realização das primeiras curas, os benzedores vão ganhando fama no município de Amaturá e cada vez mais pessoas passaram a lhes procuraram, o que lhes tornam mais conhecidos a cada nova cura realizada. Desde então esses seres místicos passaram a ser os guias de dona Maria e do senhor Francisco. Esses dons ou divindades, origem de sua aprendizagem e ao mesmo tempo validação de sua prática terapêutica, não se sustentam unicamente no reconhecimento da própria benzedeira; é necessário que a comunidade onde ela vive também veja nela alguém especial. “É necessário

que esta história encontre um interlocutor que reconheça o sinal que marca seu protagonista como alguém especial, aquele escolhido para realizar a intermediação com o sagrado” (QUINTANA, 1999, p. 83).

O dom da benção, para os benzedores de Amaturá, é algo divino, é algo que devem levar até os últimos dias de suas vidas. Eles possuem um nível de interação com o sagrado, e, por isso, devem exercer sua missão, da mesma forma que Jesus ou os benfeitores desta terra realizaram e realizam as suas obras, sem cobrar nada de quem necessita. E é nessa lógica que desempenham suas atividades, através da solidariedade e respeito ao próximo.

Em Amaturá, também há os benzedores que realizam as suas atividades a partir da transmissão dos saberes de benzeduras repassados por alguém próximo ou familiar. Esse processo não é de fácil aprendizado, por isso, para que esses saberes sejam transmitidos necessita-se de um determinado período mínimo de tempo, para que posteriormente os novos aprendizes prossigam suas atividades de benzeduras. “Acredita-se que o benzimento é um dom especial, mas é preciso desenvolver esse dom e aprender as rezas com um praticante já experimentado” (GALVÃO, 1976, p. 122).

No caso dos benzedores, participantes da pesquisa, esses processos aconteceram de forma natural, sem que houvesse uma imposição por parte de familiares. Se deu como “um chamado”. Entretanto, para o início das práticas das atividades sempre existiram acontecimentos que os levaram a iniciar as benzeduras.

“Eu aprendi a benzer com meu pai. Aos poucos eu fui aprendendo. Ele me ensinava as orações dele e eu sabia. Eu tinha aquelas orações comigo, mas eu não rezava. Meu pai sabia benzer para tudo, e me ensinou aos poucos, conforme eu fui crescendo. Aí quando eu fui pro Bahia com meu esposo, que era quando nós morava sozinhos, e meus filhos adoeciam, aí eu pensava comigo mesma: ‘eu vou benzer, pro meu filho melhorar. Porque se eu não rezar ele vai morrer’. E aí eu começava a rezar neles para eles ficarem bom” (Zenaide, entrevista/2021).

Ver seu filho doente aos 6 anos de idade e, pela primeira vez morando em um local distante do seu pai (que era a pessoa que benzia nos filhos quando adoeciam), lhe obrigou a dar início às práticas de benzimento. Ao final do tratamento obteve êxito nos cuidados em saúde com seu filho, o que lhe permitiu ficar conhecida

como benzedeira. “Depois que viram que eu cuidei do meu filho, os vizinhos, sempre que os filhos seus filhos adoeciam lá, vinham me chamar para cuidar deles. Só eu que sabia benzer ali”. (Zenaide, entrevista/2021). Normalmente, o conhecimento particular e especializado de um benzedor ou rezadora é transmitido através de familiares próximos que tinham e/ou têm domínio sobre o saber e as práticas de benzeduras (SANTOS, 2009).

Outro benzedor que teve inicialização nas práticas de benzeduras através de um familiar foi o senhor Milton. Assim como no caso da benzedeira Zenaide, ele também teve seu aprendizado e iniciação a partir dos saberes de seu pai. “Essa aprendizagem está normalmente associada à presença de um mestre, que via de regra é uma figura da família praticante da benzedura” (QUINTANA, 1999, p. 54). Na família do benzedor, a prática da benzedura era algo que não se restringia apenas ao pai. Além do seu pai, outro familiar também benzia: “eu tinha um tio que também benzia. Ele era bom também” (Milton, entrevista/2021).

Emocionado, ele nos fala um pouco da forma e período que iniciou as benzições:

“Eu comecei assim que eu me casei com minha mulher, lá no Jacurapá, ela com 17 anos e eu com 20, mas antes de eu casar já sabia rezar. As primeiras pessoas que eu benzi foi nos meus filhos doentes. Lá não tinha médico, então era nós mesmos que tinha que rezar. Ou a gente fazia algo ou os filhos continuavam doentes” (Milton, entrevista/2021).

“A origem das práticas em algumas pessoas se dá através das gerações precedentes, com a transmissão oral das rezas através das mães, pais e avós” (PENAFORTE, 2021, p. 18). Assim como no caso de dona Zenaide, o benzedor explica que no aparecimento de enfermidades, enquanto ele ou irmãos seriam crianças, seria o pai quem lhes prestava assistência. Seu pai prestava ainda assistência às demais pessoas que habitavam em sua comunidade, demonstrando sempre cuidado e solidariedade a todos. “Para se ter o dom de cura não basta somente aprender a rezar, é imprescindível se ter certas habilidades, além das qualidades. Eles devem ser de boa índole, ética e moral, além de ser caridoso” (SANTOS, 2009, p. 25).

Já a iniciação de dona Raimunda, que é evangélica, se deu

a partir de um aprendizado quando criança, período em que viveu com uma senhora, conhecida de seus pais. Já quando adolescente, a partir dos ensinamentos que lhes foram repassados por essa mulher, exercia as atividades de benzeduras. Ela nos conta:

“Eu comecei a cuidar bem das pessoas com dezesseis (16) anos. Mas com treze (13), quatorze (14) anos eu já estava sabendo pegar a barriga das mulheres grávidas e a ajeitar neném. Eu aprendi com essa velhinha, que eu morei com ela. E aí ela foi me explicando e eu fui aprendendo. Ela me ensinou a ajeitar os dedos onde desmentia, trilhadura, e outras coisas. Eu fui aprendendo e até hoje eu sei” (Raimunda, entrevista/2021).

Sobre suas orações e com quem as teria aprendido, ela fala: “não aprendi com ninguém, elas foram de mim mesma, eu que criei elas. A mulher me ensinou a tocar, a fazer as coisas, mas a orar, não” (Raimunda, entrevista/2021). Raimunda teve que desenvolver as próprias técnicas para suas orações, visto que seu aprendizado se pautou às atividades manuais - às atividades mais práticas dos cuidados, onde então passou a aprender assistindo o fazer da benzedeira, não necessitando obrigatoriamente, até então, de interação com o sagrado, de uma súplica, por não se tratarem de enfermidades espirituais, mas sim de “ter o jeito certo com as mãos”. A benzedeira buscou fórmulas e estratégias para que desenvolvesse sua própria forma de cuidar e intervir no aparecimento de doenças.

O benzimento para os participantes da pesquisa é como um presente, uma dádiva, onde a retribuição do que se está doando é recebido no seu ato. “Estar benzendo é receber de volta, reciprocamente. A cura, não se dá por uma das partes, mas pela troca que é estabelecida ali, o que retira a responsabilidade de saúde e cura da mão somente do benzedor, rezador, xamã, etc.” (RODRIGUES, 2018, p. 102).

Por serem pessoas que tiveram o início de suas práticas a partir de um ensinamento - diferente das demais, que possuíam sua iniciação por espíritos, anjos e divindades -, poderíamos pensar que esses benzedores teriam menos prestígio perante sua comunidade, em relação àqueles que dizem ter adquirido o dom através de seres sobrenaturais e experiência mística, entretanto, em Amaturá, isso logo se mostrou não verdadeiro, conforme as falas dos próprios benzedores, que sempre possuíam e possuem um fluxo intenso de pessoas de pessoas na busca de seus benzimentos:

“Antes de eu vir morar aqui ia muita gente lá no sítio atrás de mim pra cuidar de doentes. Ia gente tanto de lá das outras comunidades quanto daqui de Amaturá mesmo. Iam de baleeira daqui, de motor rabeta ou à remo. Não importa como, mas sempre iam lá. Às vezes eu não podia nem dormir direito à noite. Quando eu mal dava um cochilo já estavam chamando pra eu ajudar em alguma coisa ou cuidar em alguma doença” (Raimunda, entrevista/2021).

“Aqui em casa era todo o horário. Todo dia e toda hora que eu estava aqui em casa eu tava benzendo alguém. Eu não negava reza pra ninguém. Até de noite cegavam e eu atendia, porque a pessoa não viria na tua porta se não tivesse precisada mesmo né”. (Milton, entrevista/2021).

“Aqui na porta de casa, na varanda, quando dava cinco (5), seis (6) da manhã já tinha gente me aguardando. Já tinha fila de gente me aguardando acordar pra poder benzer, quando não era doença tão grave. Mas se fosse coisa séria, eles batiam aí, não importava o horário, e eu nunca dizia não pra eles. É essa a minha missão”. (Zenaide, entrevista/2021).

Percebe-se que a confiança nas práticas de benzeduras, em Amaturá, independe da forma de origem do seu aprendizado tanto entre os benzidos quanto entre os benzedores. A confiança que a população tem nas benzedoras e benzedores são, em muitos aspectos, semelhantes às crenças nos antigos pajés, pois segundo Trindade (2011, p. 66), “os povos tradicionais da Amazônia herdaram hábitos e modos de interagir a partir da visão do índio que conseguiu manter parte de seus costumes na sociedade amazônica que ele ajudou a produzir”. Isso pode ser percebido na cidade, onde inicialmente se procura o rezador ou benzedor antes dos praticantes da medicina erudita quanto ao tratamento de determinadas doenças.

Em Amaturá, a legitimidade aos benzedores e ao seu tratamento é dado por aqueles que procuram os seus serviços, e que acreditam que eles sejam possuidores de um saber que é muitas vezes inexplicável, mas com eficácia – que independe da maneira que se deu sua iniciação nas benzeduras - mais que suficiente para combater o mal que atingem seus corpos.

AS PRÁTICAS DE BENZIMENTO EM AMATURÁ

O benzimento está presente nos mais variados espaços e nos mais variados símbolos ou tempos. Os (As) benzedores (as) atuam a partir de recursos divinos e mágico-religiosos para reestabelecer a saúde daqueles que se encontram em estado de desarmonia

física. Eles se comportam como intermediários e alicerces da crença popular, por serem firmados como pessoas que possuem amparos sobre-humanos, onde criam e reorganizam mecanismos e formas de manuseio da medicina popular, tendo como foco a recuperação e cura de seus clientes.

Nota-se que em muitos casos em Amaturá, durante as práticas de benzimento, corpo e espírito não são separados durante os rituais, podendo ser percebido que os seres humanos e as forças sagradas possuem uma relação estreita no combate às doenças, pois “para cada enfermidade sempre haverá uma jaculatória específica, em que o sagrado atuará combatendo os males que afligem o corpo e a alma” (TRINDADE, 2011, p. 85).

A religiosidade é percebida inicialmente desde o chamado que alguns benzedores possuem. Chamado esse que foi realizado por Deus para o ofício da benzedura; é sua missão a ser realizada até o dia que completar sua passagem terrena, conforme nos informa a senhora Maria:

“Eu acho que foi um dom que Deus me deu, porque do nada eu começava a rezar e eu sentia a sensação que eu tinha que fazer algo. É um chamado, só pode. Não sou eu que faço as coisas. É Deus e os santos a que sou devoto. Quando vou cuidar de alguém eu digo que não é a minha mão que está ali, mas sim a de Deus. Eu sou apenas um instrumento de Jesus. É assim que eu faço, eu peço pra Ele, e quando menos penso a pessoa já está bem. Tudo que eu faço é em nome de Deus” (Maria, entrevista realizada em 2020).

Também podemos perceber tal pensamento nas falas de outro entrevistado:

“Eu sempre pedia pra Deus pra de alguma forma eu pudesse ajudar as pessoas que precisassem, assim como me ajudavam sempre. E eu só peço a Deus pra continuar me ajudando e dando saúde, pois essa é uma missão que a gente ajuda a todos sem nada em troca, com a graça de Deus. Eu aprendi essas coisas com o poder de Deus. Foi Ele que pediu pra eu fazer essa obra e cuidar das pessoas. Foi um chamado que eu tive” (Francisco B., entrevista realizada em 2021).

“Reconhecer o dom do benzedor é legitimar o ofício dado a ele por Deus do qual não deve se esquivar” (TRINDADE 2011, p. 86). É a união dos saberes da medicina popular, as ervas, e o sagrado, que tornam a doença curável, a partir da intervenção dos benzedo-

res. As rezas, os chás, os movimentos corporais, possuem um sentido, e, assim, tornam-se eficazes, se estiverem inseridos dentro das práticas do ritual do benzimento, pois, fora dele, perde seu poder, perdem sua significância, não podendo operar mudanças no estado do paciente (QUINTANA, 1999).

O ofício da benzedura e do “ser benzedor”, exige diversas responsabilidades e obrigações de quem o exerce, mesmo assim, para eles, é uma dádiva de Deus, e, como toda dádiva, é uma missão que deve ser desempenhada enquanto puderem. A não cobrança de valores em troca das bençãos, a disponibilidade de atendimento, independente do horário, e a sua não recusa no cuidado podem ser citados como algumas dessas obrigações.

“Tem gente que chega aqui e pergunta: dona Zenaide, a senhora reza agora? E eu sempre digo: pra Deus e para ajudar a quem precisa não tem hora, a qualquer hora eu estou aqui pronta para servir a todos. A hora que a pessoa chegar atrás de mim eu atendo. Eu sou muito feliz por fazer esse trabalho. O meu trabalho eu faço com muito amor. Eu faço aquilo conforme eu posso, ajudando com fé em Deus para que aquela pessoa melhore e fique boa, pedindo sempre de Nossa Senhora da Saúde, de São Cristóvão, de Nossa Senhora do Carmo” (Zenaide, entrevista realizada em 2021).

O dom da benzedura não coloca os benzedores de Amaturá em condição de superioridade ou inferioridade sobre o benzido, mas lhe impõe uma sagrada missão que deve ser desempenhada com todo o empenho, gratuidade e dedicação: a de sempre praticar a benção a quem dela necessita.

As rezas, orações e/ou benzimentos em Amaturá são realizadas de forma gratuita, pois “cobrar reza e cobrar para ajudar o outro quando doente é pecado, isso é algo que a gente deve fazer com muita alegria e sem querer nada em troca porque isso é uma missão e não um trabalho” (Milton, entrevista realizada em 2021). E realizar essa prática é algo que proporciona felicidade ao benzedor, mesmo sem nenhum tipo de remuneração. A gratidão em ajudar o próximo é comparada, por um dos entrevistados, em forma de metáfora onde um pai ajuda um filho:

“Benzer e curar as doenças pra mim é o mesmo que uma pessoa pedir ao pai dois reais pra comprar pão. O pai, se tiver o dinheiro, nunca vai negar aqueles dois reais pra matar a fome do filho. Ele

vai e dá na hora o dinheiro para o seu filho, com muita alegria, por saber que ele está podendo acabar com aquela angústia do filho. E assim sou eu, eu fico muito feliz em poder ajudar as angústias dos outros, com o poder do papai do céu” (Francisco B., entrevista realizada em 2021).

O benzimento, por fazer parte da religiosidade popular, onde as pessoas são tratadas a partir da palavra (oração) do benzedor, pode, inicialmente, soar como práticas utilizadas apenas por pessoas que estejam às margens da sociedade, de classes subalternas e com baixo grau de escolaridade ou acesso aos serviços de saúde. Entretanto, tais pensamentos foram sendo desconstruídos desde o início da pesquisa, a partir de informações que eram obtidas por pessoas das mais variadas classes sociais ou escolaridades. O discurso de um dos nossos interlocutores sobre o público que lhes procura só reforça tal ideia:

“Eu rezo e benzo em todo mundo. Muita gente vem me procurar. Eu sempre rezava nos vereadores, professores, nos comerciantes, no prefeito. Eles mandavam me chamar ou então iam lá comigo na prefeitura, que era onde eu trabalhava como viga. Eles também me levavam os filhos pra rezar. Inclusive lá dentro da igreja eu fui rezar muitas vezes. Eu rezei no prefeito lá. No Luiz Pereira eu rezei na igreja. Cansei de ir lá dentro rezar nele” (Milton, entrevista realizada em 2021).

Percebe-se que o público atendido durante as práticas de benzimentos não fica restrito em apenas um grupo ou classe social. Quintana (1999, p. 178) fala que “ainda que o cliente pertença a um grupo social mais elevado que a benzedeira, esses processos o colocam numa posição de dependência em relação àquela”. O benzimento, em Amaturá, dá auxílio para todos que dele necessitam, incluindo a líderes religiosos, como o caso de padres, e profissionais da saúde institucionalizada, como o caso de médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem. Trindade (2011, p. 87) expõe que “crer no divino não é exclusividade das classes populares da sociedade”. Pereira e Gomes (2002, p. 145) discutem que “o sagrado da cultura popular – tantas vezes menosprezado como superstição – é procurado, no entanto, como recurso de cura quando parecem esgotadas as possibilidades de tratamentos advindos da medicina científica”.

Algo bastante importante para as práticas de benzimento são os espaços destinados para a realização das atividades. Os locais

reservados para as práticas do benzimento, entre os benzedores de Amaturá, estão suas varandas (em 3 participantes), a sala de sua casa (em 2 dos benzedores) e o quarto (no caso de uma benzedora).

Dona Zenaide tem a seguinte explicação para o benzimento na varanda da sua casa: “eu só benzo na frente de casa, pra poder a doença, que eu tiro da pessoa não venha tentar me atacar também ou ficar na minha casa, pois depois que ela sai da pessoa, pode passar pra gente, para o nosso lar e filhos” (entrevista realizada em 2021).

No caso de dona Raimunda, o lugar escolhido é o quarto de sua casa, ao lado de sua cama, próximo à sua bíblia. “Eu sempre costumo orar e cuidar da pessoa mais lá dentro, por isso ser uma coisa íntima de cada pessoa que está necessitada, e por mim também, que sou evangélica, e gosto de orar num lugar mais tranquilo” (Entrevista realizada em 2021).

Quando há mais de uma pessoa para ser consultada existe uma estratégia pelos benzedores para o seu atendimento: “se vem dois (2) ou três (3) na mesma hora, eu atendo o que chegou primeiro ou aquele que está mais necessitado. Eu chamo um por vez e peço pra entrar lá no quarto onde eu costumo orar nas pessoas” (Raimunda, entrevista realizada em 2020). Pereira e Gomes (2002, p.151), falam que “a casa é o lugar mais expressivos dos espaços fechados: a consagração transforma quartos, salas e quintais em altares onde os rituais são realizados”. Como visto, a benzedora Raimunda pauta seus atendimentos de forma semelhante aos que acontecem nas unidades de saúde, onde os pacientes são atendidos conforme a ordem de chegada ou conforme a urgência de cada atendimento. Segundo ela, uma pessoa com um dedo desmentido, mediante a dor que ele está sentindo, tem prioridade de atendimento em relação a quem está retornando para uma benzedura já iniciada anteriormente. Isso é uma demonstração clara de empatia com os benzidos e a manutenção da organização no espaço de benzimento.

O local usado para as práticas de benção não se limitam às moradias dos benzedores e dos seus benzidos. As práticas também se estendem para seus locais de trabalho e templos religiosos, como é o caso do senhor Milton, que além da realização na área externa da prefeitura de Amaturá, se dirigia para a igreja para que ali benzesse as pessoas, a partir da solicitação das mesmas. Independentemente do local, não há a recusa no atendimento, muito menos incômodo caso precise se deslocar para a realização de suas benzeduras.

Três, ou o múltiplo de três, é o número de vezes que podem ser utilizadas para benzer alguém. Em relação a essa benzedura, que pode ser estendida em até nove vezes, como é o caso de dona Zenaide, ela informa que o número tem como referência o número de terços que possuem um novenário, em especial o da santa a qual pede proteção antes das suas benzeduras (Nossa Senhora da Saúde). Mesmo que a representação da Santíssima Trindade não seja algo que foi visto em todos os benzedores de Amaturá, como no caso de dona Raimunda e do senhor Francisco F. (evangélicos), o número três sempre estava presente. Essa relevância ao número três ou ao seu múltiplo, também pode ser percebida na pesquisa de Penaforte (2021) sobre as rezadeiras de São Paulo de Olivença, que, em ocasiões era usado para o número de benzeduras a serem realizadas, para o número de sopros que eram dados durante determinadas benzições, para o número de determinados ingredientes em receitas. A pesquisadora ainda diz que:

“O número três representa um simbolismo inegável na vida das rezadeiras, em suas rezas, pedem para que seus benzidos as procurem três vezes para completar a reza e fiquem livres de suas doenças, tem que se completar as três rezas, mesmo se sentindo bem, senão a doença pode retornar com mais força, debilitando ainda mais o benzido” (PENAFORTE, 2021, p. 72).

Outro símbolo muito presente nas benzições era a cruz. Quintana (1999, p. 181) fala que “a cruz tem um espaço muito forte nessa terapêutica, uma espécie de apropriação da cruz cristã”. O referido sinal, onde as linhas de direções se encontram pode “indicar ao mesmo tempo centralidade e marginalidade, composição e dissociação, e o elemento mais significativo que se pode extrair desse exemplo de cruzar é sua relação com uma medida ou equilíbrio” (QUINTANA, 1999, p. 181).

Os recursos naturais utilizados para a prática do benzimento no município de Amaturá são os mais variados possíveis. Tem como objetivo auxiliar no combate às doenças, e, juntamente com as rezas e benzeduras, recuperar e reestabelecer a saúde do enfermo. Para a composição da prática de benzedura e do processo de reestabelecimento da saúde do enfermo, as benzedoras e benzedores podem contar com vários objetos e recursos para compor o ritual,

como por exemplo, ramas de pinhão roxo, arruda, vassourinha, gestos corporais, agulha, folhas, linha, etc., além de um apanhado de orações e rezas, aprendidas através de ensinamento de familiares ou por meio de experiências sobre-humanas.

Existem diversas espécies de plantas do mato ou ervas que são usadas nas práticas de benzimento no município de Amaturá. Esse saber sobre as espécies e suas funcionalidades são repassadas por meio do conhecimento popular, conforme as espécies que podem ser encontradas na região. De Araújo (2016), diz que esses processos de cura, a partir de propriedades da natureza, tem por objetivo reestabelecer a conexão do indivíduo com o meio ambiente e com o próprio ser. Dessa maneira, os benzedores de Amaturá buscam estratégias para integrar o campo espiritual aos ambientes e recursos naturais, almejando como resultado conectar suas energias às da natureza que, no caso do município, são compostos de ervas e plantas – as quais são retiradas da natureza ou cultivadas pelos agentes da benzeção nos jardins ou quintais de suas residências.

As plantas, os frutos, caules ou raízes estão muito presentes nas práticas de benzimento em Amaturá, desde as ramas para a realização das benzeduras até aos remédios receitados após os atendimentos. Segundo Gomes e Pereira (2004), as plantas têm o poder de fortalecer o homem o auxiliando na revitalização do seu equilíbrio. Elas desempenham também o papel de exaurir as más energias recebidas do benzido.

É muito presente o uso dos banhos à base de ervas no município, seja por recomendações de benzedores ou através de ensinamentos populares, transferidos de pai para filho, avós para netos. Esses banhos têm como objetivo espantar os males que possam rondar sobre as crianças ou adultos, podendo ser ou não acompanhado de demais elementos naturais, como sal grosso, folhas com forte cheiro (folha de alho brabo, mucuracaá, cravo, folha de limão verdadeiro ou da terra, etc.) - as vezes cortadas em formato de encruzilhada -, dentes de alho, pimenta do reino.

“O banho serve pra dor de cabeça, pra purificar o corpo e sair toda coisa negativa. O espírito ruim ou as energias negativas não escolhem quem atingir, elas simplesmente são despejadas por alguém ou por alguma coisa na pessoa, seja ela criança ou adulto. O mal não escolhe em quem atingir ou não” (Francisco F., entrevista/2020).

Acredita-se que essa prática de realizar as atividades de benzimento com o auxílio de ervas, plantas ou demais elementos nasceu com o xamanismo e desde as primeiras populações indígenas aqui no Brasil. A manipulação desses elementos ou símbolos tem o objetivo de acionar o real, onde para o seu ritual de cura e purificação do corpo contavam com o auxílio de ervas, plantas, pedras, terra e demais elementos da natureza, pois conforme acreditava-se, tudo no universo estaria interligado, sendo todos nós e todas as coisas parte dele.

Entre os benzedores há a existência de adaptação das rezas ou orações reproduzidas durante o ato do benzimento, com base no universo religioso e, principalmente, por uma questão cultural e popular, como é o caso da massa feita através da mandioca ralada, usada por dona Zenaide para curar o vermelho:

“Um dia desses apareceu uma menina que mora ali pra trás. Ela pegou vermelho aqui na perna dela, na parte da coxa, e veio aqui comigo. Ela veio aqui e disse: “Ah, vovó, eu vim aqui pra senhora rezar em mim. Eu fui visitar meu pais lá na comunidade do Bahia² e eles me disseram que a senhora rezava, e eu vim aqui com a senhora pra ver minha perna”. Ela tava com uma ezipla enorme na perna dela, que chega ela não podia nem andar. Aí eu rezei nela, estava uma feridona. Quando chegar em casa eu disse pra ela colocar macaxeira ralada que ajuda a melhorar. Tem que colocar em cima pra esfriar, que estava muito quente e inflamada. Aí ela foi embora e fez isso. Aí quando foi de tarde ela voltou pra eu rezar pela segunda vez. E quando ela voltou já estava andando bem direitinho. Precisou nem mais vir de moto taxi. Diz ela que pegou, botou o que eu falei, e, quando secou, ela tirou, e aí já estava sequinho o ferimento. Aí quando foi no outro dia já estava bem seco. Morreu tudinho ela.” (Zenaide, entrevista/2021).

Percebe-se que a benzedeira, mesmo morando há mais de 40 anos no município de Amaturá, ainda é reconhecida e lembrada por suas atividades desde o tempo em que residia na comunidade do Bahia, nos mostrando que seu prestígio e reconhecimento não foram apagados com o tempo ou com sua partida da comunidade em que vivia com seu marido e filhos.

Assim como dona Zenaide, a benzedeira Raimunda também faz uso da mandioca. Ela nos diz que “para curar o vermelho a gente faz uma massa de mandioca. A gente rala ela e faz a massa,

2 Comunidade que fica na zona rural de Amaturá.

como se fosse pra fazer farinha, e passa em cima de onde tá a doença. Aí quando vai ver depois, as feridas parar de coçar e começa a secar” (Raimunda, entrevista/2021). A mandioca, usada para a produção da farinha, é um dos alimentos mais consumidos e cultivados na Amazônia. Temos, dessa maneira, alimentos regionais agregados às benzições. “Esses mecanismos utilizados pelas benzedeadas em suas práticas têm sua eficácia, pois, só com o entendimento do fenômeno da benzedura, é que podemos perceber que esse tipo de prática não é apenas composto de crendices e simpatias” (TRINDADE, 2011, p.99).

Nas falas dos benzedores em Amaturá notamos, que para que se construa uma imagem de bom benzedor, e para que sejam vistos como benfeitores, há aparente necessidade de deixar claro o seu papel perante a sociedade, demonstrando que durante a formação de sua identidade há um entrave entre o sistema social e o simbólico. Tal questão fica nítida desde o início da pesquisa, desde a forma que gostam que preferem ser conhecidos, demonstrando a necessidade quanto ao seu papel como benzedores, e não de feiticeiros, charlatãs ou macumbeiros. A possibilidade que alguém lhes interprete de outra maneira, a não ser a da figura de agentes que operam em prol da missão que foi lhes passada por Deus, fica demonstrada em suas falas: “maninho, muita gente vem aqui achando que a gente é macumbeiro ou que faz coisas erradas contra os outros, mas isso não é verdade, aqui eu só quero que todo mundo fique bem, que todo mundo fique bom” (Francisco B., entrevista/2021). Já a benzedora Zenaide diz que “de nada adiantaria eu fazer o bem pra uns, e pra outros o mal. Então pensar que a gente faz coisa errada não tem sentido.” (Entrevista/2021).

As falas dos benzedores fazem supor que há uma parcela da população que os enxerguem como bruxos ou feiticeiros que realizam atividades que visem o mal de terceiros, campo em que sua atuação vai na contramão, pois seu único objetivo é realizado o bem ou desfazer o mal que possam ter despejado contra algum de seus clientes. Dona Maria, em tom de desabafo, relata que chegou a pensar em desistir de realizar seus benzimentos por conta dos preconceitos que sofria por parte de algumas pessoas:

“Olha, quase que eu deixo de benzer. Quando a gente benze assim tem gente que fala mal da gente, mas eles não sabem o que a gente

faz. Me chamaram de feiticeira. Diziam que eu era a maior feiticeira e que eu ia matar as pessoas. Naquele dia que eu ouvi isso eu chorei tanto. Eu falava pra Deus e dizia: Senhor, só tu sabe quem eu sou e que eu não quero fazer mal pra ninguém. E era gente daqui do município mesmo. De habitantes daqui, que eu conhecia” (Maria, entrevista/2020).

“Curandeiros, feiticeiros, benzedoras, e todos aqueles envolvidos com alternativas populares de saúde eram alcunhados com o rótulo indiscriminado de “charlatães” e rejeitados como praticantes de “curandeirismo indígena” e “falsa medicina” (Tramonte, 2001, p. 21). Mesmo se tratando de um pequeno município, como o caso de Amaturá, onde seus habitantes conhecem uns aos outros, o preconceito existiu e/ou pode existir, mesmo que de forma subliminar, pois o receio dos benzedores em ser interpretados como charlatãs, macumbeiros ou bruxos é algo que sempre pairou durante seus inícios na benzedura, pois “o cientificismo acadêmico desprezava a possibilidade de considerar as causas psicossomáticas das doenças, sobre as quais as pesquisas eram ainda incipientes” (TRAMONTE, 2001, p. 26).

O processo de iniciação sobre a aprendizagem e o reconhecimento sobre as patologias podem ser adquiridos tanto de forma sistêmica, assim como por experiência sobrenatural, sem necessariamente que os do segundo grupo, estejam isentos de algum tipo de aprendizado ou adaptações nas suas benzeduras. Aqueles que iniciaram o processo de benzimento a partir de uma aprendizagem sistêmica possuíam um “manual prático”, adquirido a partir do acompanhamento das rezas e orações desenvolvidas por seus pais, mães, tios, avós, como por exemplo, dona Zenaide, “eu aprendia qual era cada doença vendo meu pai benzendo nos outros” (Entrevista/2021). Já outro benzedor, que também iniciou o seu aprendizado com seu pai, fala sobre a forma de diagnóstico das enfermidades:

“É só chegar aqui que eu sei qual é a doença. A gente descobre com o próprio conhecimento. É vendo, sentindo, pegando. O pai traz a criança aqui e aí, olhando pra ela, já sei qual doença ela tem, o que precisa fazer, e já se vai rezando para tratar aquela doença. Eu aprendi desde o tempo que o meu pai rezava. Desde quando eu comecei a me entender por gente eu ficava observando as pessoas que iam atrás dele doentes, o que elas tinham, quais eram os sintomas daquela doença e como fazer pra tratar e a pessoa ficar boa” (Milton, entrevista/2021).

Mesmo tendo um aprendizado a partir de ensinamentos, os benzedores permanecem a vida toda desenvolvendo suas práticas e se reinventando conforme a sua experiência nas atividades de benzedura, na sua religião - ocorrendo assim a variação das orações e rezas- e a necessidade de cada cliente, pois as necessidades e medicações variam conforme o cliente, a doença, o peso, a idade, etc. Gomes & Pereira (1989) nos relatam que essas modificações podem ocorrer de maneira estratégica de cada benzedor, com o intuito de proteger os mistérios que envolvem as práticas da benzedura.

“Essas rezas ou orações são diferentes das oficiais que ocorrem nas religiões por se passarem em meio ao saber e práticas populares, acontecendo assim essas adaptações e uniões de fórmulas, as quais, juntamente com as expressões ou movimentos corporais, fazem parte do ritual como um todo” (TRINDADE, 2011, p. 97).

Cada benzedor tem sua maneira de realizar o diagnóstico e diferenciar as doenças que atingem seus clientes, mesmo que elas tenham sinais e sintomas parecidos, como o caso do quebranto, espanto e mau-olhado. Ao perguntar ao senhor Francisco F. sobre como ele realiza o diagnóstico se uma criança está com mau-olhado, quebranto, ou espanto ele fala: “quebranto ou mau-olhado eu vejo aqui pela cabeça dela, bem no meio da moleira. Quando a moleira da criança está funda, é quebranto. Eu toco e se estiver fundo pode tocar que é quebranto. E se não tiver fundo é mau-olhado” (Entrevista/2020). Quanto ao espanto ele nos diz, “o espanto são os mesmos sintomas dos dois, mas ele acontece depois de o bebê ser sacudido ou ter passado por um susto” (Francisco F., entrevista/2020). No caso de outro benzedor, quebranto “é quando você tem sua família ou algo e alguém olha torto, tem inveja ou algo do tipo. Aí ele solta uma energia ruim contra vocês e o corpo fica mal porque ele sente a carga negativa contra ele” (Milton, entrevista/2021). Cada um (a), a sua maneira, busca formas e fórmulas para que as intervenções obtenham êxito e possam dar a resposta necessária contra cada enfermidade que acometa o indivíduo. No caso de um dos interlocutores, que não possuiu um aprendizado sistêmico, ele fala um pouco como foi o processo de conhecimento das doenças,

“Eu apenas fui benzendo, olhando como cada criança estava. Conforme as pessoas vinham me procurar eu ia sabendo mais ou menos

o que era, vinha uma intuição que me dizia mais ou menos o que era e o que fazer. O que eu não sabia era qual oração fazer para aquela doença. Mas conforme eu ia, iam melhorando e os remédios dando certo, eu já repetia com outra pessoa que viesse me procurar com os mesmos sintomas” (Francisco F., entrevista/2020).

Uma outra benzedora também tem forma parecida para o diagnóstico das doenças:

“Pra aprender cada doença eu pedia de Deus. Peço que Ele me explique qual a doença quando eu não sei, que Ele me dê uma luz quando eu não sei. Mas eu geralmente já sei sempre qual é a doença só de ver. De tanto que aparece gente com essas doenças aqui a gente já vai acostumando e aprendendo como ela ataca na pessoa. Se tu tá com mau olho, eu vejo só pelo teu olhar” (Raimunda, entrevista/2021).

E quanto o desenvolvimento dos remédios a serem preparados para as doenças ela fala que:

“Foi eu mesma, da minha ideia, que fiz isso aí. Eu fiz, testei e aí deu certo, então passei a fazer. E sempre deu certo. Eu pensava em remédios que eram bons pra tal doença, que se parecia com as que a pessoa tinha, e aí eu ia e combinava essas coisas e testando se dava certo. Se desse certo eu continuava, se não desse eu ia ver outro pra dar na próxima vez que a pessoa viesse aqui. A gente tem que pedir de Deus, né? Eu sempre peço sabedoria de Deus antes de fazer qualquer remédio pra alguém” (Raimunda, entrevista/2021).

Geralmente para as benzições é feito o sinal da cruz sobre a cabeça e corpo do cliente. Quando a doença que acomete o benzido é ezipla, cobreiro ou rasgadura, a cruz é gesticulada com uma rama de pinhão roxo ou vassourinha, a fim que aquele mal seja expulso. Também é feito, com palha de açai benta ou com a vassourinha, uma cruz sobre a parte lesionada. Enquanto a cruz vai sendo feita em sentido horizontal e vertical, as orações vão sendo faladas em pequenos sussurros.

Não podemos realizar a sistematização dos saberes dos benzedores de Amaturá, nem suas orações, benzimentos, recursos terapêuticos e procedimento, como uma fórmula que pode ser executada de maneira fácil, sem eficácia ou representatividade socio-cultural. Há um grande conjunto de elementos simbólicos que permeiam a benzição, como por exemplo, a sua relação com o divino, a solidariedade dos benzedores com todos, o dever em realizar a bon-

dade, as fórmulas e rezas aprendidas. Sua interação com os recursos da natureza e as mais variadas experiências dos benzedores para poderem aprender a tratar das enfermidades, seja de ordem espiritual e física, das pessoas que buscam e confiam nas atividades de benzimento. Dessa forma, a atuação dos benzedores, tão importantes para a saúde da população, também proporciona a continuidade e reconhecimento espontâneo de tal fenômeno - inclusive pelas instituições e profissionais da medicina ocidental - como acontece na cidade de Amaturá.

CONCLUSÃO

Os benzedores de Amaturá desempenham um grande papel social na cura de males que resultem na desordem a partir de natureza física ou espiritual dos habitantes de Amaturá. A população que busca os atendimentos dos benzedores independe de idade, classe social e crença religiosa. Nota-se que a população amaturaense possui grande confiança nos detentores dos saberes e nas suas práticas, visto que em vários casos há a procura dos benzedores antes do médico.

No município de Amaturá, o benzimento está em atuação em todas as camadas sociais, o que é de grande significância, uma vez que as pessoas são parte fundamental para a popularização dos benzedores, das suas práticas. Dessa maneira, elas, no momento em que divulgam a eficácia da benzição, ajudam na consolidação do papel de atuação dos benzedores, assim também como ajudam no reconhecimento e permanências de tais saberes.

Cabe ressaltar que as práticas de benzedura em Amaturá é feita totalmente de forma gratuita, sem nenhum tipo de remuneração ou agrado por parte dos benzidos. Para os benzedores o ato de ajudar o próximo é a sua grande recompensa, pois nada é mais gratificante que cumprir com amor e respeito a missão que lhes foi presenteada. Missão esta que hão de desempenhar com muita felicidade até o dia da sua partida.

O espaço de atuação dos benzedores de Amaturá aparenta estar consolidado e definido, uma vez que não há relatos de nenhum tipo de entreve com entidades ou determinados segmentos da sociedade ou instituições públicas. Isso não deve ser associada como enfraquecimento da sociedade que não demonstram maiores

resistência, mas sim que o benzimento e as benzições possuem lugar marcante e específico no combate às enfermidades que não fazem parte do leque de atuação dos médicos e enfermeiros.

Notou-se ainda que a medicina institucionalizada não interfere no campo da benzição, pelo contrário, houveram muitos relatos da atuação conjunta, em várias situações, de benzedores e profissionais da medicina erudita, no tratamento de enfermidades da população amaturaense nos lugares de atuação dos médicos. Dessa forma, temos as benzeduras sendo realizadas de forma livre e sem nenhum tipo de ressalva no hospital do município ou postos de saúde.

Percebemos de forma bastante forte a ligação dos benzedores de Amaturá com o universo da natureza, onde, com o auxílio da floresta e dos seus recursos são realizadas as suas benzições, os banhos, remédios, pomadas, etc. Conhecimentos estes provindos do xamanismo e pajelança, e que se fazem muito presentes na realização das suas práticas de cura e intervenções nos benzidos.

Contundo, os benzedores de Amaturá possuem grande importância na cidade de Amaturá-AM, tanto em relação à saúde local, quanto para a reafirmação da identidade cultural e crenças tidas como populares. Apesar da idade e de suas obrigações diárias, seguem adiante na sua realização com grande esforço e dedicação, dando sua parcela de contribuição para a sociedade, levando em frente esses saberes e mantendo viva parte muito importante da nossa milenar história humana.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Patrícia Carvalho. De nascença ou de simpatia: iniciação, hierarquia e atribuições dos mestres na pajelança marajoara. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DE MOURA, Elen Cristina Dias. Entre ramos e rezas: o ritual de benzeção em São Luiz do Paraitinga, de 1950 a 2008. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa

de Itá, baixo Amazonas. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa Populacional 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/amatura.html>. Acesso em: 09 out. 2021.

LANGDON, Esther Jean; WIIK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura. *Latino-Americana de Enfermagem*. vol.18, n.3, p. 459-466, 2010. jun., 2010.

LEITE Nair Leite, Silvana, da Penha Costa Vasconcellos, Maria. Negociando fronteiras entre culturas, doenças e acordos no cotidiano familiar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v .13. n, 1, p. 113-128. jan./mar., 2006.

LOYOLA, Maria Andréa. Médicos e curandeiros: conflito social e saúde. São Paulo: DIFEL, 1984.

DE OLIVEIRA, Elda Rizzo. Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

PENAFORTE, Gilcirley Santana. Ofício de fé: rezadeiras no município de São Paulo de Olivença –AM. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amazonas, Tabatinga, 2021.

QUINTANA, M. Alberto. A Ciência da Benzedura: mau olhar, simpatias e uma pitada de psicanálise. Bauru: EDUSC, 1999.

RORIGUES, Melina Soares. Benzedeiras e Raizeiras: entre novas e velhas práticas. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias da Saúde) Departamento de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Francimário Vito dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. *Revista CPC*. n. 8, p. 6-35. Out., 2009.

TRAMONTE, Cristiana. Com a Bandeira de Oxalá! Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

TRINDADE, Deilson do Carmo. Ainda se Benze em Parintins: rezas e simpatias nas práticas das mulheres benzedeiros. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

A MOBILIZAÇÃO DOS SABERES DOCENTES EM CONTEXTO RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA: UMA PERSPECTIVA INVESTIGATIVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Evandro Luiz Ghedin

Greicy Oliveira Nascimento

Ana Cristina Mota da Costa Cunha

INTRODUÇÃO

A construção e mobilização dos saberes docentes são defendidas como conceitos que perpassam o cenário da formação inicial e se estendem ao decorrer da ação docente em sua prática pedagógica (TARDIF, 2012), possuindo como grande destaque a realidade em que esses saberes se concretizam. De acordo com Ghedin (2009, p. 4) os processos que ocorrem e constituem a formação docente são baseados em quatro tendências, sendo: saber docente, reflexão sobre a prática, pesquisa no ensino e competências da formação.

A partir disso, este estudo se viabiliza por uma construção teórica pensada no campo da formação inicial e na mobilização destes saberes para o cenário sociocultural, no qual se produz conhecimento, a escola. Porém, há também uma dicotomia entre a teoria (o saber adquirido dentro da universidade) versus a prática (os saberes docentes), pois “é decorrente de uma cultura profissional marcada pela racionalidade técnica que supervaloriza o conhecimento teórico ou pelo pragmatismo praticista ou ativista que exclui a formação e a reflexão teórica e filosófica” (FIORENTINI; SOUZA 1998, p. 311).

Diante disto, através dos debates propostos pelas disciplinas do programa de pós-graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE/UFAM) em nível de doutorado e também pelo grupo de pesquisa Laboratório de Neurodidática e Formação de Professores (coordenado pelo professor Dr. Evandro Ghedin), surgem inquietudes sobre as variáveis possibilidades de investigação referente à formação de professores no contexto amazônico. Deste então, o interesse por buscar na literatura trabalhos que pudessem descrever a relação existente entre professores que atuam em contexto ribeirinho e a maneira que mobilizam seus saberes docentes com base na

sua formação inicial neste determinado contexto de imensidão territorial que é a Amazônia, se tornou o objeto de investigação e compõe a construção deste estudo.

No que se refere ao cenário educacional amazônico, há um contexto adverso e múltiplo de dificuldades que estão atreladas e refletidas no processo de ensino e aprendizagem. Tem-se como um dos principais empecilhos a questão de logística, na qual a “estrada” para acesso se tornam os rios, de onde também surge a existência de um outro grupo minoritário e pensar nas comunidades e sujeitos que estão situados em contextos ribeirinhos, tende a ser uma situação que exige um olhar mais cauteloso quando se trata de educação.

Considerar esta realidade e como os professores mobilizam seus saberes docentes a partir desse contexto torna-se relevante de modo que o Amazônia possui realidades plurais (e também singular), sujeitos que se constroem diariamente a partir de seu contexto social e cultural. E como todo grupo social, esses indivíduos são possuidores de direitos ao acesso à Educação conforme estabelece a Constituição Federal (1988) em seu artigo 6º. Assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que em seu artigo 28 dispõe “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, estabelecendo que haja adaptações de cunho curricular e metodológico de acordo com os interesses e necessidades deste público, bem como atrelamento dos objetivos educacionais às condições climáticas. No contexto ribeirinho, por exemplo, ocorre a enchente e a vazão do rio anualmente, causando modificações do calendário escolar.

Diante disso, o professor é uma figura importante para que o acesso à educação aconteça e caminhe dentro do contexto ribeirinho, tal como descrito nos documentos normativos. Discutir aspectos que se voltam para as especificidades de cada região do Brasil abre oportunidades para debates sobre os desafios que cada região enfrenta e disseminação dos aspectos que compõem a formação de professores na Amazônia.

Para a execução deste estudo utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa. A escolha é respaldada pelo fato desta abordagem se direcionar à análise do contexto de acontecimentos onde está inserido o objeto de estudo, possuindo o ambiente natu-

ral como a sua principal fonte de dados, assim como o pesquisador torna-se seu principal instrumento (GIL, 1999). Conforme André e Lüdke (1986), através deste aparato metodológico é possível obter dados descritos por meio do contato que o pesquisador realiza com a situação estudada, dando ênfase maior ao processo do que o produto, além de trazer uma concepção da perspectiva dos participantes.

A fonte de dados pautou-se em um caráter bibliográfico. A relevância de um estudo bibliográfico para execução de toda e qualquer pesquisa se constrói através de um aprofundamento teórico sobre a temática estudada. Ruiz (2006) destaca que a pesquisa bibliográfica é a primeira etapa que o pesquisador deve realizar, e devido a temática ter surgindo como um desejo de investigação nesse campo, a primeira ação que foi executada referiu-se a pesquisar sobre trabalhos que discutissem alguma relação entre saberes docentes, formação de professores e o contexto ribeirinho. Desta forma, foi realizado um levantamento na plataforma digital da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no ano de 2020 com intuito de avaliar o que as pesquisas mostram a respeito dessa temática.

SABERES DOCENTES: TECENDO UM OLHAR PARA O CONTEXTO RIBEIRINHO AMAZÔNICO

Para o embasamento teórico deste estudo, apresentam-se as contribuições de autores como Vasconcelos (2016), Freire (2015), Tardif (2012), Ghedin (2009), Pimenta (1999) e Nóvoa (1992) como base para a compreensão do processo de formação inicial de professores e os saberes docentes.

No que se refere à formação inicial de professores, a idealização da oferta de uma educação de qualidade, emancipatória e igualitária percorre o nosso cenário educacional brasileiro de Norte a Sul, porém são inúmeros os obstáculos, problemáticas e preocupações existentes para que de fato haja engajamento das políticas públicas educacionais em todos os contextos existentes. Portanto, discutir a formação de professores vem sendo uma das grandes preocupações das últimas décadas, que busca debater e chamar a atenção para a valorização da diversidade cultural, instigando a luta contra qualquer tipo de discriminação, preconceito e exclusão, buscando o reconhecimento das identidades culturais preexistentes em nosso território.

Vasconcelos (2016) aborda a perspectiva de formação de professores ser um tema ainda limitado no cenário de pesquisas de-

envolvidas no Brasil e, principalmente, que aborde a construção cultural dos povos da Amazônia. A autora propõe algumas indagações:

Como pensar a formação do professor em tempos marcados pelas profundas mudanças provocadas pela globalização? Que formação o professor precisa receber para responder aos imperativos deste fenômeno que impõe um modelo de cultura única, sob o qual todos os povos devem alinhar-se? E, ao atuar na escala global, cruza fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades, povos e nações com novas combinações de espaço-tempo, transformando o mundo numa verdadeira “aldeia global” (VASCONCELOS, 2016, p. 18).

Esses questionamentos se fazem presentes ao pensar na formação de professores que vise à desconstrução de uma pedagogia enraizada em práticas excludentes, silenciadoras e descontextualizadas das realidades sociocultural e histórica dos indivíduos e grupos sociais oprimidos (FREIRE, 2015). Neste sentido, a premissa de debater a construção da formação docente em relações aos saberes docentes postos em prática e que possam dialogar com a diversidade das comunidades ribeirinhas em um contexto plural na Amazônia é ainda mais desafiador, afinal este contexto social tem muitas marcas e raízes históricas que fazem dele um cenário de miscigenação de culturas. Assim, requer preparo docente de maneira que os saberes sejam mobilizados em decorrência da busca por justiça social e comprometimento com uma educação democrática e emancipatória.

Freire (2015), Pimenta (1999) e Tardif (2012) destacam-se nas últimas décadas como referência nos estudos sobre o processo de constituição e construção da mobilização dos conhecimentos pelo professor em execução da sua atividade docente (NEVES, 2016). Partindo desse pressuposto, é necessário compreender que os saberes docentes acompanham o tempo e espaço assim como o processo educacional. Desta forma, estes saberes são caracterizados por Xavier (2014) como temporais, plurais, e heterogêneos, além de possuir as marcas dos indivíduos.

Para Tardif (2012) esta nova roupagem que nomeia o “saber docente” baseado na perspectiva histórica e cultural, carrega o processo formativo como um campo repleto de subjetividade e apresenta uma concepção da prática pedagógica baseada em diferentes

saberes necessários para a formação profissional do professorado, que agora, deixam de ser meros cumpridores de atividade e passam a denotar um papel de mobilizadores de saberes profissionais. De tal modo, os saberes docentes partem da compreensão aquisitiva de conhecimentos adquiridos ao longo da sua construção acadêmica e não acadêmica durante sua trajetória de vida, relevando os saberes adquiridos na sua construção pessoal e profissional para a vida do docente (TARDIF, 2012).

Estas novas abordagens de pesquisas que visionam a figura do professor como voz dos processos e anseios educacionais permitem o reconhecer como sujeito de um saber e de um fazer, além de gerar uma reflexão sobre a ação e na ação tanto dos formadores quanto dos egressos, analisando os saberes que possuem como referência sobre suas próprias ações e pensamentos. Nóvoa (1992) discute as ações de investigações sobre a formação de professores na perspectiva de dar voz a estes para entendimento desta temática.

[...] a partir da valorização destes, é que os estudos sobre os saberes docentes ganham impulso e começam a aparecer na literatura, numa busca de se identificarem os diferentes saberes implícitos na prática docente. Nesse espírito, tinha-se em vista que é preciso investir positivamente os saberes de que o professor é portador, trabalhando-os de um ponto de vista teórico e conceptual (p. 27).

Neste sentido, os estudos sobre formação docente passam a carregar uma concepção voltada para a compreensão dos diversos saberes que compõem tanto a vida profissional como na execução da prática educativa durante a profissionalização docente. Segundo Neves (2016), os estudos sobre formação docente no contexto brasileiro saltaram de 7% nos anos 90 para 22% em 2007, mostrando que o universo das pesquisas em educação passou a demonstrar maior interesse em entender as relações entre ensinar e aprender.

Autores como Ubiratan D'Ambrósio (2012), Ghedin (2009) e Saviani (2009) ainda conotam uma problemática que perpassa a formação docente, levantando a preocupação com as fragilidades apresentadas na formação inicial, sendo analisado por estes autores como uma formação que necessita de aprimoramento dos conhecimentos necessários à prática educativa. Conota-se que o preparo recebido das instituições que ofertam a formação inicial se apresenta

de maneira insuficiente para os embates dos problemas com os quais se deparam no cotidiano, gerando discrepâncias que irão interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme o Art. 5º, inciso I, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 normatiza que:

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da **especificidade do trabalho docente**, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se **leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão**, para que se possa conduzir o(a) egresso(a): I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e **relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural**, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (grifos da autora do projeto).

Diante desta normativa, volta-se para a construção do saber docente defendida por Tardif (2012) ao relacionar o “saber” com a identidade que estes docentes possuem como sujeitos, levando-se em consideração suas experiências de vida, sua bagagem histórica profissional, as relações estabelecidas com seus alunos em sala de aula e tantos outros aspectos produzidos pelo contexto no qual ele também faz parte, se lapidando como algo específico do professor. Assim, os saberes docentes não existem isoladamente da formação docente e se constitui relacionado ao trabalho docente, mas, tão pouco deve ser propagado distintamente do cenário cultural, político, social, econômico e histórico.

Ao considerar que os saberes originam-se a partir de diferentes fontes e que estabelecem múltiplas relações quando postos em prática pelos docentes, Tardif (2012) os classifica em: i) saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica), sendo os saberes responsáveis pela formação de professores como o todo e transmitidos pelas instituições formadoras; ii) saberes disciplinares, compreendidos nos diversos campos do conhecimento transposto em forma de disciplina, incorporando saberes sociais definidos e selecionados para serem incorporados na prática docente pelas instituições universitárias; iii) saberes curriculares, estando atrelados aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos que são ca-

tegorizados e apresentados através dos saberes sociais definidos pela instituição escolar e que acabam por ser selecionados como modelos e de base para a formação da cultura erudita; e iv) os saberes experienciais, compondo o campo dos saberes resultantes e validados pela experiência, dando ênfase tanto a experiência individual como a coletiva transparecendo em forma de habitus e de habilidades, expressos no saber-fazer e saber-ser.

Desta maneira, o contexto aparece como parte indissociável, se fazendo necessariamente relevante na construção curricular dos cursos de formação inicial (demandada pelos documentos normativos), como também constituidor fundamental para a caracterização dos saberes necessários à docência, levando em consideração que o professor possui experiências e vivências oriundas de vida pessoal, mas que não deixam de ser influenciados por questões culturais e sociais.

CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES EM CONTEXTOS RIBEIRINHO: ANÁLISE INVESTIGATIVA NA BDTD

Com base no intento de compreender e conhecer as pesquisas que abordam a temática sobre a construção dos saberes docentes em contexto ribeirinho, realizou-se um levantamento de pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a fim de buscar trabalhos que pudessem auxiliar no desenvolvimento do tema proposto. Assim, utilizou-se na aba de buscas avançadas concomitantemente os seguintes termos “ribeirinhos” e “saberes docentes”, na qual só foi possível filtrar um trabalho apresentado pela plataforma. Diante disto, optou-se por fazer buscas diversificadas utilizando os termos “saberes docentes no contexto ribeirinho”, da mesma forma que se pesquisou somente pelo termo “ribeirinho”, em que se teve um número considerável de trabalhos, sendo 134 apenas no Programa de Pós-Graduação em Educação, estando em sua maioria relacionados ao contexto ribeirinho do estado do Pará. Entretanto, não apresentam diretamente ligação com análise da formação inicial e a mobilização dos saberes docentes. A Tabela 1 a seguir denota os trabalhos analisados que trazem enriquecimento para temática levantada:

Tabela 1: Levantamentos de trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Tipo	Pesquisas	Autor/Ano
Tese	Ecologia de saberes: um estudo do diálogo entre conhecimento escolar e o saber popular dos ribeirinhos da Ilha do Açaí.	Almeida (2016)
Dissertação	Cartografias da educação na Amazônia rural/ribeirinha: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do município de Breves/Pará.	Cristo (2007)
Tese	Formação e vivências: representação social do ser professor em comunidades ribeirinhos no Vale de Jurúá - Acre.	Lima (2012)
Tese	Professoras aposentadas em território rural/ribeirinho: identidades e práticas socioculturais.	Rodrigues (2013)
Tese	Pedagogia da identidade: interculturalidade e formação de professores	Vasconcelos (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com base na tabela apresentada, os 5 (cinco) trabalhos foram os que mais se aproximaram e discutiram as questões de formação e utilização dos saberes docentes voltados para o contexto rural e ribeirinho. Nesta proposta inicial, limita-se apenas a apresentação dos objetivos e as principais perspectivas abordadas pelos autores de maneira sucinta em cada pesquisa elencada acima.

A pesquisa realizada por Almeida (2016) se propõe a analisar como os saberes escolares, construídos por um currículo, consideram e dialogam com os saberes caracterizados como populares e que constituem a diversidade cultural existente neste contexto. Na investigação proposta por Cristo (2007), o planejamento curricular é o objeto de investigação de uma comunidade situação ao sul da Ilha de Marajó no Pará, sendo analisada a construção curricular educacional com perspectiva de identidade do povo ribeirinho. Já na tese de Lima (2012), baseada na premissa de que o “ser” docente se constitui com bases sólidas e ideológicas de acordo com a sua construção identitária decorrente do exercício da profissão, indagou-se sobre quais as especificidades que poderiam compor essa identidade docente e o saber fazer pedagógico em um contexto repleto de diversidade às margens dos rios.

A pesquisa realizada por Rodrigues (2013) possui como indivíduos de destaque professoras aposentadas que já atuaram no contexto ribeirinho no estado do Pará. Este trabalho chamou a atenção por utilizar os saberes docentes adquiridos ao longo do processo de atuação de professoras aposentadas como saberes necessários na construção de novos professores em início de carreira para aquela determinada realidade em cursos de formação. E, por fim, tem-se a pesquisa de Vasconcelos (2016), fundamentada na hermenêutica crítica e que aborda concepções construídas através da observância das práticas dos docentes que compõem o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, campus de Parintins, relacionadas à cultura, à identidade cultural e à representatividade desta cultura ribeirinha na formação inicial deste professorado.

Das cinco pesquisas citadas, somente a pesquisa de Cristo (2007) e Vasconcelos (2016) partiram de uma análise documental até a concretização da prática docente, seguindo uma linha epistemológica. Desta forma, expressam uma concepção linear no que se refere em entender inicialmente o cenário cultural, social, econômico, político, geográfico e educacional, pensando nas políticas públicas existentes e que chegam até essas localidades através da prática pedagógica do professorado.

Almeida (2016) toma como contexto investigativo as salas multisseriadas que, infelizmente, é uma realidade presente também no contexto ribeirinho do sul do Amazonas, como aponta Galdino (2015). O que reflete a capacidade do professor polivalente em atuar com diversas faixas etárias e nível de desenvolvimento e aprendizagem ainda se pensando na adequação do conteúdo com o objetivo de atingir a todos os educandos. Lima (2012), Rodrigues (2013) e Vasconcelos (2016) apresentam perspectivas fundamentais para construção da identidade e o “ser” docente, fazendo uso das representações sociais por parte da comunidade, abordando a importância da figura do professor em um contexto esquecido pelo poder político, mas que não deixa de imprimir suas marcas no tipo de educação oferecida.

Diante desta investigação parcial sobre o que já vem sendo pesquisado no campo educacional a respeito da formação e saberes docentes em contexto ribeirinho, nota-se que existe um percentual de trabalhos que estão visionando este cenário. Procurou-se nesta

breve análise, abordar trabalhos que representassem alguns dos contextos ribeirinhos, estando presentes nesta revisão da literatura os estados do Acre, Amazonas e Pará, porém fica evidenciado que este cenário possui múltiplas facetas, sendo necessárias demais investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em educação para o contexto ribeirinho é considerar como os docentes, que são os sujeitos inteiramente executores das propostas pedagógicas e curriculares que chegam até as salas de aula, foram e estão preparados para atuarem nessa realidade.

E ao direcionar-se ao contexto amazônico e ribeirinho, que passa a ser um contexto muito atingido por falhas de Estado em prover condições de sustentabilidade adequadas a diversas famílias que ali fincaram suas raízes, ainda se conota uma relação ideológica muito forte sobre esses indivíduos perpassando as relações de poder e opressão a sua cultura e ao seu contexto social. Esta ação é demonstrada por Galdino (2015, p. 233) ao relembrar um dito popular que é repetido pelos amazônidas: “curumim/cunhantã estuda pra ser gente, ou vai querer ser igual esse povo daqui, um Zé ninguém”, o que traz à tona a não valorização da cultura e dos aspectos sociais de uma comunidade, sendo o inverso de tudo aquilo que está descrito em documentos que norteiam o ensino e aprendizagem.

De início, a proposta do referido estudo pautou-se em apresentar as perspectivas epistemológicas de desenvolvimento da formação de professores preocupados com esses contextos. Além de ressaltar a importância de investir em pesquisas que abordem como os cursos de formação inicial que estão inseridos em um cenário geográfico, político e cultural cercado de falhas de estado pode contribuir (ou de que maneira contribuem) para a formação de futuros professores qualificados e preparados para oferecer um ensino emancipatório.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio através de bolsa de estudo;

Ao VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU) pela

oportunidade de discussão e contribuição iniciais para a construção deste texto final.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ALMEIDA, E. M. M. Um estudo do diálogo entre o conhecimento e o saber popular dos ribeirinhos da Ilha do Açaí. Tese (Doutorado), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa, 1988. Senado Federal. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4024.htm . Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. Lei 9.394/1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<http://www.senado.gov.br>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacaobasica/resolucoes-do_conselho-pleno-2015h. Acesso em: 10 jul. 2020.

CRISTO, A. C. P. Cartografia da educação na Amazônia rural ribeirinha: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do Município de Breves/Pará. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FERREIRA, J. da S. E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e os desafios da Formação de seus Professores. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6488>. Acesso em: 16 maio. 2020.

FIORENTINI, D.; SOUZA MELO, G.F. Saberes docentes um desafio para acadêmicos e práticos. In: Geraldi, C. e tal. (org.). Cartografias

do trabalho docente: professor (a) – pesquisadora (a). Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALDINO, Z. C. *Política pública e formação universitária – as ações de orientação na valorização dos direitos humanos para a prática social cidadã*. In: *Em busca de justiça social, cidadania, democracia, sustentabilidade e qualidade de vida em contextos amazônicos*.

GHEDIN, E. *Tendências e dimensões da formação do professor na contemporaneidade*. Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar, Universidade Federal de Londrina, 2009.

GIL, C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, M. A. R. *Formação e vivências: a representação social do ser professor em comunidades ribeirinhas do Vale do Juruá – Acre*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012.

NEVES, I. P. *A mobilização dos saberes de professores que ensinam Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades), Universidade Federal do Amazonas, Humaitá/AM, 2018.

NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de Professores*. Porto Alegre: Porto Editora, 1992.

PIMENTA, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, I. C. F. S. *Professoras aposentadas em território rural/ribeirinho: identidades e práticas socioculturais*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAVIANI, D. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. *Revista brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 14 ed. Petró-

polis: Vozes, 2012. p. 56-70.

VASCONCELOS, C. F. C. *Pedagogia da Identidade: interculturalidade e formação de professores*. 2016. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

XAVIER, L. N. *A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária*. *Revista Brasileira de Educação*. v. 19, n. 59. out.- dez., p. 827-849.2014.

AS VOZES DAS MULHERES PESCADORAS DA COMUNIDADE DO ITABORAÍ DO MEIO MENINO DEUS – PARINTINS/AM.

*Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira
Jesus de Souza Brasil
Rosa Mery Oliveira e Oliveira*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado *As vozes das Mulheres Pescadoras da Comunidade do Itaboraí do Meio Menino Deus – Parintins/AM*, objetivou ilustrar a importância da memória e a tradição oral em uma Comunidade de Várzea Amazônica chamada de Itaboraí do Meio Menino Deus, um lugar historicamente conhecido como refúgios de negros escravizados e ao tempo presente é um lugar de morada de mulheres empoderadas, que trabalham, administram e se sustentam a partir do seu labor diário. Estruturamos o artigo em tópicos assim descritos: Intencionalidade da Pesquisa; Perfil das Colaboradoras; As Vozes Femininas da Várzea Amazônica; Tarrafeando o Sustento da Família. A pesquisa de campo é um contínuo, e nos utilizamos das técnicas e métodos da oralidade, que nos ofereceu instrumental na recolha e posterior tratamento para os elementos de campo.

A INTENCIONALIDADE DA PESQUISA

O ideário de construirmos uma proposta de pesquisa sobre a Comunidade Menino Deus Itaboraí do Meio foi postergada por algum tempo, mas no ano de 2015 durante uma longa conversa com moradores da comunidade reavivamos o anseio de versarmos sobre a tessitura histórica desta comunidade amazônica. Ainda no ano de 2015, tivemos uma conversa informal com a professora Vânia Maria de Matos Santos que nos pontuou situações a respeito da comunidade em questão, endossou que fosse efetivado um trabalho sobre a memória do lugar e no decorrer da conversa, nos contou sobre o surgimento da comunidade e da presença afrodescendente nesse processo de nucleação do povoado.

No dia 06 de janeiro do ano de 2018, Dia de Santos Reis, visitamos a Comunidade do Itaboraí, viajamos pelo passado, conhe-

emos parte da história de algumas famílias que habitam a região. E ao longe, no momento que atravessávamos o rio Amazonas, avistamos a pequena Igreja em Madeira cujo padroeiro é o Menino Deus e as bandeirolas muito típicas nas Festas de Santo. Quando aportamos, nos encontramos, nos sentimos parte, nos sentimos o todo. E durante a etnografia na comunidade, fizemos recolhas de entrevistas e imagens, que foram fundamentais para o desdobramento da pesquisa.

E ainda em campo, uma das colaboradoras faz menção de que o lugar chamado de Itaboraí, está presente em documentos e publicações do início do século XX, e isso demonstra o quanto é antigo este aglomerado populacional na várzea amazônica, cuja localização é na margem esquerda do Rio do Amazonas, distante a 40 quilômetros do município de Parintins. E de acordo com a etimologia, ITA significa Pedra em Tupi Guarani e BORAÍ quer dizer bonita, mas ao contrário do termo a comunidade foi erguida em cima de solo quaternário, que deu origem a Várzea Amazônica.



Figura 1: Mapa do Médio Amazonas com destaque para o município de Parintins e a Comunidade Menino Deus Itaboraí do Meio.

Fonte: Georgio Italo.

Em 15 de novembro de 1889, quando se deu a então a Proclamação da República; o Estado do Amazonas ainda não dispunha de cabo de telégrafo para a facilitar a comunicação com o restante do Brasil; e foi através de um comunicado oficial republicano colocado em garrafas, que esta porção de Brasil ficou sabendo do fato ocorrido de grande relevância. Então a conhecida Costa do Itaboraí, foi o primeiro lugar no Amazonas a tomar conhecimento de que a República havia sido proclamada. Encontramos esses relatos em Cerqua (2009, p. 40):

A 15 de novembro é declarada a República do Brasil. A notícia chega em Parintins rapidamente a 19 de novembro comunicada pelo Pacote conhecido como “Pernambuco”, que joga na água, no Itaboray e no Boto, garrafas contendo impressos republicanos e notícias. No dia 21 a cidade realiza uma passeata de adesão e no dia 28 celebra-se um ato oficial, com manifesto e abaixo assinado reconhecido em cartório.

A posição estratégica fica mais evidenciada, quando o mesmo fato só chegou a conhecimento da Capital do Estado dias depois do ocorrido, mais precisamente em 21 de novembro de 1889. A historiadora Orange Feitosa (2008, p. 40) cita: “Foi um pacote que trouxe a Manaus, em 21 de novembro, a notícia da queda da Monarquia”.

Outro fato que se deve dar a devida atenção, é sobre o processo de formação deste pequeno povoado na costa do Itaboraí, que segundo relatos de moradores mais antigos, teve uma participação bastante numerosa de famílias negras, que se emparentaram com as populações indígenas e neo indígenas que habitavam essa extensão de terras alagadiças do médio Amazonas. Acrescentamos que os dados provinciais denotam, que à época na região de Vila Bela da Imperatriz (Parintins), também haviam práticas escravocratas, com plantéis consideráveis. Na obra Memória do Município de Parintins, Bittencourt (2001, p.77) comenta:

Dos “Extractos de Relatórios da Presidência do Pará de 1849 a 1852”, consta que o número de escravos em Parintins, ano de 1848, era de 77. Em 1859 esse número é elevado a 102 com os nascimentos e novas entradas. Dois anos depois, em 1861 essa quantidade subiu a 263, em todo o Município. Em 1869 baixou aquele algarismo para 149, naturalmente devido as saídas e aos falecimentos. Em 1873 existiam somente 80. Segundo o quadro nº 4, junto ao Relatório da Presidência de 26 de Maio de 1877, o número de escravos em Parintins era de 117. Em 1881, elevava-se a 134, decrescendo em 1884, para 131. Neste ano deu-se a abolição total na Província.

Ao tempo presente, a comunidade conta com aproximadamente 283 moradores e 46 famílias; e a Escola Municipal Tiradentes funciona com um calendário especial para as escolas de várzea, e dispõe de 3 professores, todos com graduação e 116 alunos.

PERFIL DAS COLABORADORAS

No decorrer do dia mantivemos contato com os moradores, efetuamos entrevistas com duas colaboradoras, conversas bastante enriquecedoras, cujas falas optamos por usá-las nesse breve artigo. Não desqualificamos as outras sonoras, apenas adiamos o seu uso para um outro momento, pois percebemos que o assunto sobre a presença negra na comunidade não está saturado e ainda há moradores afro descendentes e que não foram entrevistados. Tentamos dissertar, através desse processo de triangulação (entrevistados, teóricos e inferências pessoais,) valorizando a fala de nossas colaboradoras, pois elas não fazem parte do ocidente vencedor, elas não agem como colonizadas internas, que apenas repetem o discurso vigente.

Senhora Vânia Maria, de Matos Santos, 62 anos, professora, diretora, ex-presidente da comunidade e articuladora. Dona Vânia Maria é o ponto inicial para o desenvolvimento de nossa pesquisa, a mesma tem uma importância capital na identificação de nomes e pessoas da Comunidade Menino Deus Itaboraí do Meio.

Senhora Cristiane Silva Ribeiro, 32 anos, pescadora, associada e membro da Mesa Diretora do SINDPESCA. Representante das cinco Comunidades Rurais de Várzea da região do Itaboraí.

AS VOZES DAS MULHERES MARUPIARAS¹ DA VÁRZEA AMAZÔNICA

O Itaboraí é uma Comunidade Amazônica de várzea, com suas idiossincrasias, grosso modo, suas terras ficam inundadas por aproximadamente seis meses do ano, mas os seus moradores não abandonam suas casas, improvisam assoalho sobre assoalho, estocam alimento e aprenderam a dominar as intempéries. Wagley (1988, p.44):

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas [...] Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais.

¹ Marupiara: Diz-se de ou pessoa que tem sorte na caça ou na pesca.

A origem negra na comunidade manifesta-se fortemente na tez de uma parte de seus moradores, sendo que alguns se reconhecem como afrodescendentes e outros mesmo aparentando o biotipo negro, não se reconhecem. A inconsciência sobre suas ancestralidades, talvez se deva ao silenciamento que a sociedade nacional aplicou a negros e indígenas e principalmente ao processo de eugenia e embranquecimento que se praticou no Brasil ao longo de sua história e que muito interferiu na formação identitária do brasileiro. Na região de Villa Bella, atual Parintins, há lugares de memória e denominações que aludem a presença negra nessa porção do estado do Amazonas. De acordo com Oliveira (2017, p. 37):

Na região de Villa Bella da Imperatriz (antiga denominação da cidade de Parintins), no século XIX, de acordo com o ofício da chefia de polícia da comarca, identificou-se um local onde alguns negros fugidos se amocambavam. Não se sabe onde necessariamente seria esse local ao certo, mas atualmente é perceptível a identificação de algumas comunidades rurais cujos topônimos fazem menção à presença do negro em sua jurisdição: Mocambo do Arari, Terra Preta do Andirá, Ilha de Santo Antônio dos Cativos.

Das denominações e lugares elencados acima, acrescentamos o Itaboraí do Meio, pois a nossa colaboradora é bastante enfática em suas afirmações, que são fruto de uma memória bastante lúcida. Nossa colaboradora Vânia, comenta:

É eu lembro também das famílias que eram os moradores mais ali pra baixo mais um pouco, que eram os Vasconcelos, eram também a famílias dos Prata, a família dos Santos, essas famílias eram todas descendentes de negros mesmo, inclusive eles também faziam aqueles portos né pra vender a madeira, pra dar funcionamentos das lanchas meu filho que eram na época, elas eram funcionadas através da, como é que se chamavam um Deus é, através das caldeiras né, então muitas dessas famílias muitas delas hoje se encontram lá na Valeria a família do Xavier, que foi uma mistura de negros com índios que residiam na Valeria, e eles trabalham né com aquelas caricaturasinhas né, trabalhavam com artesanato, entalhar, é barro que é a argila, trabalhavam tipo assim com a madeira também com mais eles trabalhavam também, e a alimentação deles era também bem adequada a realidade deles como descendentes, eles sempre exploraram a mandioca, a macaxeira, o milho assim como o Itaboraí explorou essas produções, o feijão, a pesca também, e da mandioca sabe que mais eu admiro e que ainda, eu participei várias vezes, era que de eles extraíam da mandioca eles faziam caiçuma que também

era a tipo assim alimentação criada pelos negros e pelos índios, o tarubá, que o caiçuma é o mesmo pagiroba, então as vasilhas isso é muito importante visualizar hoje dentro da cultura amazonense principalmente parintinense, que as vasilhas, as louças que eu quero dizer né elas assim eram trabalhadas pela mão do próprio negro, pelo próprio índio, eram os Alguidar que hoje se chama de bacía né, as bacias de barro eles faziam, os Potes, as Bilhas, também as Talhas dentro dessas talhas eles colocavam o pagiroba entendeu, eram as vasilhas que eles colocavam armazenavam a pagiroba pra eles usarem como alimento nos dias de mutirões que eles faziam, isso é muito importante a gente saber valorizar até por que quase a gente não ouve mais falar, mas der repente se você fizer uma acareação e encontrar esses artesões, ou essas pessoas esses profissionais que trabalhavam nessas coisas você ainda encontra os filhos, os netos que ainda tem algo importante sobre essas culturas, sobre essas alimentações. (Entrevista/2018).

As famílias de origem negra trabalhavam na agricultura, mas principalmente na extração de madeira/lenha para serem vendidas nos Navios a vapor que subiam e desciam o rio Amazonas por meados do século XIX e início do XX. Vânia destaca:

Lembro também das famílias que eram os moradores mais ali para baixo mais um pouco, que eram os Vasconcelos, eram também a famílias dos Prata, a família dos Santos, essas famílias eram todas descendentes de negros mesmo, inclusive eles também faziam aqueles portos né para vender a madeira, para dar funcionamentos das lanchas meu filho que eram na época, elas eram funcionadas através da, como é que se chamavam, é através das caldeiras né. Então muitas dessas famílias muitas delas hoje se encontram lá na Valeria a família do Xavier, que foi uma mistura de negros com índios que residiam na Valeria, e eles trabalham né com aquelas caricaturasinhas né, trabalhavam com artesanato, entalhar, é barro que é a argila, trabalhavam tipo assim com a madeira também com mais eles trabalhavam também, e a alimentação deles era também bem adequada a realidade deles como descendentes, eles sempre exploraram a mandioca, a macaxeira, o milho. (Entrevista/ 2018).

Ao longo da entrevista, nossa colaboradora procura nominar as famílias negras que moravam no Itaboraí e os descendentes que ainda moram, bem como os que migraram para a cidade de Parintins, mas não se esqueceram dos seus vínculos com a comunidade. Dona Vânia (62 anos), nomina aproximadamente dez famílias negras do Itaboraí:

Deixa eu ver que famílias mais eu posso citar dos negros que ali habitavam que eram os Pires, os Pires eles também vieram dos negros, e aqui a gente ainda tem alguém dessa família apesar que muitos já

se foram mais os filhos como a gente ainda tem aqui na comunidade seu Arinos Pires, lá na Valeria que também é filho aqui do Itaborai você vai encontrar o seu Hermínio Pires isso são dos Pires, agora da família Pantoja, (Hermínio é em Valeria) é mais ficou como filho daqui ele se mudou por causa da enchente ele mudou-se pra lá, e ainda tem também o Nestor Pires, acho que três ainda moram aqui (estão aqui na comunidade) ainda moram, agora é dos Melo ainda sobrevivente o Tio Raimundo, Tia Joaquina né e pode até colocar assim representantes da família, e eles também e nós também somos descendentes da etnia negra por isso que muitos de nós os cabelos são enroladinhos entendeu, a gente ainda tem um pouco deles, agora da família Pantoja a gente ainda tem Daniel Pantoja, tem Raimundo, tem Ana Maria, tem João, João Pantoja, tem Zé Nilton todos esses são membros da família Pantoja, dessa família antiga que se estabeleceu aqui a muitos, muitos anos, e a gente pode ressaltar também que inclusive o professor Dutra, ele é desta família descendentes dos Pantoja (Entrevista/ 2018).

A entrevista com a professora Vânia Matos acrescenta elementos a mais do que já se produziu sobre a temática negra na região de Parintins, são falas que merecem ser reconhecidas, documentadas e analisadas, pois respondem a muitas indagações e hiatos históricos na região de Parintins.

TARRAFEANDO O SUSTENTO

Quando se trata de categorizar trabalho e gênero, se alude às mulheres que as mesmas não são afeitas ao trabalho braçal, consequentemente algo irrelevante, pois se resumem em meras ajudantes de seus cônjuges, portanto sem direito a proventos e valorização laborativa. Na Amazônia, a realidade das mulheres não é diferente, exercem a função de “donas de casa”, trabalhadoras agrícolas (roçado, juta), pescadoras, artesãs, tecelãs, ceramistas, seringueiras, mas ainda assim são invisibilizadas e subalternizadas. Para Torres (2012, p. 199):

O roçado ou o sistema produtivo da várzea amazônica onde são produzidos os gêneros alimentícios, tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização, é considerado lócus de trabalho dos homens. As mesmas atividades realizadas pelas mulheres no roçado não são consideradas trabalho, mas uma espécie de “ajuda” [...].

É oportuno comentar, que o papel das mulheres no período em que se deu a grande depressão econômica no Amazonas

que durou dos anos 20 aos anos 50 do século XX, e a força de trabalho das mulheres foi de importância capital, ocasião em que as mesmas foram para o *front* de batalha da economia informal, contribuindo sobremaneira para as finanças do estado. Nesse caso, as mulheres da Amazônia não se enquadram na categoria das que trabalham menos, ou só ajudam (não trabalham), mas sim, podem ser denominadas, como simplesmente trabalhadoras, sem espaço para qualquer relativismo, que venham a inferiorizá-las. Torres (2012, p.206), comenta que,

O trabalho como ente civilizador responsável pela hominização cria, recria e reinventa o ser social homem e mulher. E embora cada sociedade possua um *modus vivendi* embasado no ato de trabalhar peculiar, envolvendo costumes e todo o acervo intelectual de sua época, não pode haver dois pesos e duas medidas. Ou seja, não podem existir pessoas que trabalham mais e outras que trabalham menos, uns que trabalham e outros que só ajudam (não trabalham).

Na Comunidade do Itaboraí do Meio Menino Deus, as mulheres passaram a ilustrar um protagonismo que não se via nesta vastidão amazônica, pois outrora, algumas funções como a atividade de pesca que eram tradicionalmente masculinas, também passaram a ser realizadas por mulheres, que as executam com bastante tato, empenho, desde o fazimento das malhadeiras, tarrafas, chumbadas, à pescaria nos lagos e rios e o pós-pescaria, que é a venda do pescado para os barcos vindos do Pará. Desta forma, as mulheres eliminam atravessadores que porventura venham a lucrar com seus trabalhos.

É inegável o protagonismo feminino no Amazonas e no Brasil, praticamente em todas as áreas da atividade humana, fato ao qual os agentes da comunicação social dão visibilidade cada vez mais, quase sempre com certa simpatia implícita e muitas vezes nem sequer disfarçada. São informações de caráter genérico ou aprofundado, em que se apresentam dados consistentes ou simples aferição de uma dada realidade local que apontam para uma silenciosa revolução em andamento, da qual as mulheres de todo o País são as protagonistas. (SILVAN, 2011, p. 68).

E dentro desse universo laborativo amazônico e mais especificamente na Comunidade do Itaboraí, citamos que a atividade da pesca era uma tarefa especificamente masculina. E que a mulher em seu ciclo não podia tocar nos instrumentos de pesca dos seus

cônjuges (entrvalho de malhadeira, tarrafa, zagaia...), pois de acordo com o senso comum das comunidades tradicionais amazônicas, essa atitude trazia má sorte, também conhecida como “Panema”. Torres (2011, p.107) destaca:

Toda a existência desses povos é cingida não só pelo trabalho, mas também por um acervo cultural associado a uma mística que envolve os mitos e toda uma rede de significados e simbologia. O mito do panema, por exemplo, dá conta de que a mulher sequer pode chegar perto dos instrumentos de pesca, devido a panemice que ela possui capaz de fazer com que o homem não consiga nenhum peixe na pescaria.

Nas comunidades amazônicas da região de Parintins, o mito da panema não se aplica somente ao fato da mulher se “aproximar” dos arreios de pesca, mas também permeia a consciência coletiva das populações tradicionais, e em relatos orais, de que quando o homem mantém relação íntima com uma mulher no seu ciclo menstrual, o mesmo fica com todas as suas ações de trabalho infrutíferas, quer seja na pesca, roçado, caça, pois terá má sorte por um determinado tempo.

E ainda de acordo com a tradição oral de Parintins, há a crença de que a Panema traz maus fluídos para a pescaria dos homens por ação feminina. E é através da mulher e de suas rezas e defumações com a espinha dorsal de peixe nos arreios de pesca, que os homens são libertados da *Panema*, passando a ter muita sorte na caça, na pesca e na agricultura. Para Maués (1993, p.21): “a pesca, o poder e o xamanismo que, por serem cruciais para o sistema, não podem ser expostos à desordem e ao perigo que a mulher representa”.

A Comunidade pesquisada, ainda que seja uma terra de várzea, onde na enchente o rio Amazonas mostra sua força impiedosa, as famílias não migram para a cidade de Parintins, permanecendo pelos longos seis meses em que suas terras inundadas, e buscam alternativas para as suas sobrevivências, seja no cultivo de hortaliças, criação de aves e principalmente da pesca, esta última tem se destacado ao longo dos anos e apresenta um considerável superávit. De acordo com Silvan (2015, p. 68):

É inegável a expansão do protagonismo feminino no Amazonas e no Brasil, praticamente em todas as áreas da atividade humana, fato ao qual os agentes da comunicação social dão visibilidade cada vez mais, quase sempre com certa simpatia implícita e muitas vezes nem sequer disfarçada. São informações de caráter genérico ou aprofundado, em que se apresentam dados consistentes ou simples aferição de uma dada realidade local que apontam para uma silenciosa revolução social em andamento, da qual as mulheres desse País são as protagonistas.

Neste contexto, as mulheres nesta comunidade amazônica passam a desempenhar um papel de destaque no que tange as questões sociais e econômicas, pois não diferente dos grandes centros urbanos, as mulheres desse rincão amazônico também são empoderadas e ressemantizaram o conceito do trabalho ser apenas masculino, assumindo o pilar central em suas famílias, como mantenedoras e provedoras e o fruto de seu trabalho exercem um fator de impacto preponderante em sua comunidade, e mesmo assim, suas funções não são tipificadas. Stolck (1980, p.83-84) comenta:

Acredito que, adotando a perspectiva produtivista, nascida do conceito de progresso do século XIX, que considera socialmente valorizadas apenas aquelas atividades relacionadas com a produção material, os estudiosos da subordinação das mulheres têm ignorado o papel fundamental ocupado por elas na reprodução da sociedade classes. Não compreendem, assim, a natureza específica da subordinação das mulheres, nascida precisamente do papel socialmente essencial que desempenham (...). As mulheres são tidas, então, como inferiores por omissão. Como consequência lógica deste preconceito político-produtivista, muitos marxistas e feministas defendem a incorporação das mulheres no trabalho produtivo (e a superação da divisão sexual do trabalho), como o único caminho para a sua emancipação.

Na Comunidade pesquisada, as mulheres têm grande representatividade, são professoras, trabalham no roçado na época da vazante e na atividade da pesca. Na Comunidade do Itaboraí há uma residência que é conhecida carinhosamente dentre os comunitários como a Casa das Sete mulheres e foi nesse lugar que a entrevista se deu em meados de janeiro do ano de 2018, e nesse primeiro contato, fomos bem recebidos e em uma conversa informal, percebemos que as mesmas têm e demonstram um grande orgulho de sua profissão. Segundo a colaboradora Cristiane (32 anos), uma de nossas entrevistadas:

tadas, a mesma exerce a profissão de pescadora desde os doze anos de idade, ofício que foi ensinado por seus pais;

Eu agradeço primeiramente agradeço a Deus e me orgulho por minha mãe ter me criado, assim como ela se criou no trabalho na pesca e eu me sinto feliz por nós estarmos dentro da nossa comunidade onde é uma área que a gente vive bem e convive. Não tem risco de nada como na cidade diferente como no interior e na cidade né, mas a gente vive uma vida tranquila graças a Deus. O peixe principalmente a gente não compra, vai pescar a verdura a gente não compra, sobre esse outro material assim a gente também não compra, o que a gente não utiliza é que vamos na cidade. Agora graças a Deus até isso a energia pra guardar os produtos da gente, já tem, já favoreceu mais a ainda que veio a luz para todos pra cá. Tudo isso a gente se sente feliz e orgulho esse ano de agradecimento à dona Vania também que ela é uma pessoa que hoje lutou por nossa comunidade e luta como sempre, ela nunca assim deixou ou abandonou a comunidade ela sempre foi uma pessoa até agora que ainda vive com os pés direitos firmes para que aconteça tudo que ela deseja para nossos filhos ou até mesmo nos mãe e pai que existe na comunidade. E assim como assim até mesmo como mutirão pra vez do trabalho da comunidade com a festa do menino Deus tem as noitadas do pescador e agricultor a noitada do pescador eles fazem assim as oferendas e na noitada dos pescadores eles se reúnem e compram aí então tudo isso já é uma assim uma ajuda pra a comunidade por que quem mais que tem que olhar pra nossa comunidade se não somos nós comunitários né, então a gente se sente feliz e se orgulha por está aqui na beira do Amazonas. Como podemos dizer assim, graças a Deus somos ricos, porque nós temos nosso peixe, temos nossa água do rio Amazonas e por isso nos sentimos felizes. (CRISTIANE, entrevista/2018).

E apesar de ser um trabalho braçal, a nossa entrevistada se especializou nesta função de pescadora, pois a entende como profissão de fato, e não apenas como uma prática sazonal. As mulheres pescadoras, montaram uma infraestrutura que atendesse suas necessidades no que tange à logística, pois no período da enchente o transporte é executado por barcos, rabetas e canoas que descarregam todo o pescado no pequeno porto da casa. Na época da vazante, as distâncias aumentam, e fazer o transporte apenas com força motriz humana é algo escravizante e até desumano; e desta forma, a colaboradora e suas irmãs compraram cavalos e carroças que são usados para o escoamento do produto pescado. A mesma destaca que é associada ao SINDPESCA, e que o seu trabalho obedece às regulamentações do governo federal e que exerce uma função de lideran-

ça representando as comunidades da conhecida “Costa do Itaboraí”, margem esquerda do Rio Amazonas. A atividade da pesca envolve as mulheres da casa, crianças e adolescentes, que aprendem e a praticam. Nossa colaboradora comenta:

É um trabalho que a gente não é de hoje que a gente exerce. Não é só eu tem outros sócios também que eu trabalha da pesca aqui, tem o seguro do pescador que recebe o 4 meses por ano mas isso é de bom também e assim e vários aqui também como é o nosso peixe a gente tira pra sobreviver pra comprar o nosso alimento que da ate pra doenças também porque a gente guarda dinheiro por que não sabe o dia,ne isso também graças a Deus e é bom e eu me orgulho por se pescadora e eu entendo de tudo eu vou consertar, tecer malhadeira eu vou para os lagos. Nós temos nossos cavalos e no tempo do verão é muito longe, mas nós já temos nossos cavalos que vão e levam a gente e trazem as malhadeiras, trazem os peixes, então é por isso eu agradeço por entender de tudo que no interior é como diz à mamãe que e “difícil ter uma pavulagem dizer que não eu não sei isso não sei aquilo”. Como que nasceu e se criou e viu o trabalho do pai e da mãe fazer? E dizer que não sabe, não graças a Deus que me orgulho por ser mulher eu sei tecer, sei tarrafeiar e graças a Deus eu me sinto bem com o trabalho da pesca e associada também e eu faço parte do membro da diretoria do Sindicato e eu que represento a nossa classe de pesca aqui do Itaboraí e eu que represento as 5 comunidades Boa Vista, São José, Boa vista, menino Deus que e a nossa comunidade e a Imaculada.

No discurso da colaboradora Cristiane, notamos a sua capacidade de articulação e liderança dentro de sua comunidade rural e de suas irmãs que também são associadas ao Sindicato Rural de Parintins. E dentro dos Sindicatos, as pescadoras e agricultoras do Itaboraí ocupam os seus lugares de representatividade. Ribeiro (2017, p. 48) nos orienta que

(...) Todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição de lugares de grupos subalternizados.

As pescadoras do Itaboraí são mulheres decididas e valorizam o fruto do seu trabalho, ou seja, vendem o pescado, hortaliças a um preço justo para embarcações entre os estados do Amazonas/

Pará, pois segundo a nossa colaboradora, em Parintins os atravessadores apenas exploram os pescadores mais desavisados. Acrescentamos também que as mesmas administram os seus patrimônios, sem interferência de membros do patriarcado, elas são donas de seus próprios negócios e finanças. A nossa entrevistada alude que após as políticas do governo federal e a intensificação do *Projeto Luz para Todos*, facilitou o armazenamento do pescado, que antes era conservado à base de gelo trazido da cidade de Parintins semanalmente.

Nós não vendemos para atravessadores e graças a Deus até facilitou porque na cidade eles não valorizam nosso suor, lá eles querem quase de graça. E nos arriscamos a ser picado por cobra, arriscado ser mordido por um jacaré e tudo. Lá na cidade a gente entregávamos por 2 reais ou 3 reais e aqui não porque aquelas balsas passam e graças a Deus ajudou por aqui a gente entrega não por quilo, mas por cambada e a gente que tem que valorizar o nosso suor e nós que temos que procurar o local mais favorável pra vender o nosso produto. Você acha que vamos vender de 1 real ou 2 reais? Não! Nós vendemos por 5, claro que temos que nos valorizar, somos nós então que apanha de carapanã. Vendemos também o nosso cheiro verde e levam tudo mesmo graças a Deus (...) O Luz para Todos melhorou ainda mais ainda né, porque toda semana o Ivan trazia pra gente 4 sacas de gelo, toda semana da sexta a segunda feira agora não porque nos temo o freezer ligada a energia e pronto. Aqui está bem graças a Deus e agora diz esse ano a dona Vania fez a reunião pra gente ganhar água, e a gente está feliz, ainda feliz mesmo por que tempo de verão você sabe que o rio é lá ai a gente carrega água (...) A gente também estava reformando o motor até pra isso pra pesca nosso motor, mas não é pelo Banco é pelo que nós batalhamos mesmo, temos um casco de 11 metros que está reforma só pra esse trabalho da pesca. Ai nós temos nossa bajarinha também. Mas aqui nós não pescamos mais fora nos pescamos mais na beira, pomos as malhadeiras aqui e de vez em quando vamos ver, essa é nossa batilha diária. (CRISTIANE, entrevista/2018).

Essas mudanças no aspecto micro também são um reflexo de questões econômicas de caráter nacional na época dos presidentes do partido dos trabalhadores, demonstrados através de dados estatísticos, que didaticamente ilustram o papel da mulher brasileira e amazônica no mercado de trabalho formal e informal. A mulher rompe limites que foram estabelecidos pelo machismo, que as relegou a segundo plano, que definiu que as mesmas fariam apenas um trabalho doméstico, e que o lar seria o seu trono.

E a nossa colaboradora mesmo sendo mãe, conseguiu se reinventar enquanto profissional, encontrou sua liberdade e valor enquanto ser humano e a sua independência financeira a partir de seu próprio trabalho. Silvan (2015, p. 68) comenta que,

No período de entre 1990 e 1998, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina passou de 22,9 milhões para 31,3 milhões; a taxa de atividade passou de 39,2% para 47,6%; e a porcentagem de mulheres no conjunto dos trabalhadores teve uma elevação de 5,2 pontos percentuais (de 35,5% para 40,7%). No século XXI, o fragmento “universo de trabalho masculino”, posto em evidência pela ascensão das mulheres aos escalões de instituições privadas e governamentais, especialmente a partir da década de 1990, dá sinais explícitos de tolerância à participação igualitária, reagindo com certo comprometimento à questão de gênero.

Os relatos de nossas duas colaboradoras, são vozes de mulheres que mesmo não tendo ouvido falar sobre gênero e feminismo, falam com bastante propriedade sobre a importância do trabalho feminino na sociedade contemporânea. E a comunidade do Itaboraí que foi um lugar de passagem de Cabanos, que viu passar o Navio com o comunicado da Proclamação da República, hoje vê suas filhas fazendo suas Revoluções Diárias, seja na Educação, na Agricultura e na Pesca. Enfim, no Itaboraí o único silêncio reinante não é mais o da mordaca praticada pelo machismo, mas o da pescaria, que é o sustento da Casa das Sete Mulheres do Itaboraí do Meio Menino Deus.

CONCLUSÃO

Ao longo desta pequena contribuição acadêmica, procuramos fazer com que os objetos de pesquisa também objetassem, pois esse é o real sentido dos instrumentais para se entender a complexidade do trabalho da mulher na Amazônia e a não valorização de sua força de trabalho. O objetivo foi procurar ouvir mulheres que vivem em uma comunidade amazônica de várzea, que foram silenciadas, subalternizadas, sabotadas pela sociedade patriarcalista, que tem raízes profundas nas regiões longínquas da Amazônia. Mas a nova geração de mulheres do Itaboraí do Meio Menino Deus, são resistentes, revolucionárias, e vivem a pescar sonhos, esperança e a liberdade na hinterlândia amazônica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. IN Fontes Históricas/Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – 3ª ed.-São Paulo: Contexto, 2011.

BITTENCOURT, Antônio C.R. Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

CERQUA, Dom Arcângelo (1917-1990). Clarões de fé no médio Amazonas. 2ª ed. Manaus: ProGraf – Gráfica e Editora, 2009.

COSTA, Jéssyca Sâmia Ladislau Pereira. Escravos Negros no mundo do trabalho na Manaus Oitocentista (1850-1884). Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2016, p.56.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. Escravos nos anúncios: compra, venda e aluguel de cativos em Manaus (1854-1884). In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: ISBN 979-85-65957-03-8; 2014.

FEITOSA, Orange Matos. Sob o Império da Nova Lei: o amanhecer da República no Amazonas (1892-1893) – Manaus: Laureate; Uninorte; Fundação Encontro das Águas, 2008.

OLIVEIRA, Georgio Ítalo Ferreira de. Comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri: Autoimagem, Construção Sócio-Histórica e Territorial. Dissertação de Mestrado; PPGSCA-UFAM, 2017. 156 f.: il. color; 31 cm.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. O Livro dos Mortos: a Cabanagem através das fontes carcerárias. IN Revista Amazonense de História, v 1, nº1, jan/2002.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Visões da Cabanagem - Uma revolta popular e suas representações na historiografia, - Manaus: Editora Valer, 2001.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p. 200 – 212, 192.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v 2, nº 3, p.3-15, 1989.

RIBEIRO, Djamilia. O que é: Lugar de fala? –Belo Horizonte (MG):

Letramento: Justificando, 2017. INBN: 978-85-9530-073-6.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16), 2001.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16), 2001.

SILVA, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado Amazonas/ Uninorte, 2004.

SILVAN, Denison. Protagonismo Feminino no Amazonas. IN Intersecção de Gênero na Amazônia/Iraíldes Caldas Torres; Fabiane Vinente dos Santos (organizadora) – Manaus: EDUA, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? / tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. IN Trabalho e dominação. Editora Brasileira de Ciências Ltda, São Paulo, 1980.

TORRES, Iraíldes Caldas. Mulheres Pescadoras e a Ressignificação do Mito da panema na Amazônia. IN Intersecção de Gênero na Amazônia/Iraíldes Caldas Torres; Fabiane Vinente dos Santos (organizadora) – Manaus: EDUA, 2011.

TORRES, Iraíldes Caldas. Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer/Fapeam.2012.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Tradução

Fontes orais: Pesquisa de Campo

Vânia Maria de Matos Santos, 62 anos, professora, diretora, ex-presidente da comunidade e articuladora. Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2018.

Cristiane Silva Ribeiro, 32 anos, pescadora, associada e membro da Mesa Diretora do SINDPESCA. Representante das cinco Comunidades Rurais de Várzea da região do Itaboraí. Entrevista realizada em 06 de janeiro de 2018.

Basic Contributions to the Knowledge of the Architecture of the Zencity Wreck (Buenos Aires, Argentina)

Javier García Cano

«... **compuesta de materia y de forma, así como es otra cualquier** cosa. y la materia suya se entiende la madera y clavazón y las jarcias, velas y estopa y brea, con todas las otras cosas de que es compuesta. Y la forma es la hechura y talle que los hombres le quisieron dar; siendo enseñados por la necesidad le buscaron y dieron tal forma para seguridad y remedio del peligro, lo cual pudo ser que por experiencia hallaron esta forma ser la más cómoda ...»
(En Fernández González, 1996: 199)

INTRODUCTION

In December 2008, a fortuitous discovery took place in the city of Buenos Aires. It was at the construction site of a housing and office complex project called Zencity. An operator of a backhoe loader, while performing his job, happened to find what would later be identified as the remains of a shipwreck on the coast of Buenos Aires' anchorage in the 18th century (VALENTINI and GARCÍA CANO, 2012, p. 11). The neighborhood is known as Puerto Madero, developed on the old coast and coastal bottoms of the Rio de la Plata. In that territory, since the middle of the 19th century, land fillings were made to gain land from the river. Such fillings reached a height of 9 m. In this context, the "Zencity Wreck" was found.

Following the discovery and subsequent intervention of the General Directorate of Heritage of the Ministry of Culture of the Autonomous City of Buenos Aires, an urgent archaeological rescue excavation was carried out to prevent the remains' loss. Never before in the country had a similar intervention been carried out. The materials (ship and cargo) were removed from the site and deposited in different city government agencies, allowing the development of a research and conservation project.

ARCHAEOLOGICAL REMAINS: THE SHIPWRECK

The ship's remains are 21.47 m. long, 5.33 m. wide and a maximum of 2.06 m. high in the area of the sternpost [codaste]).

This data corresponds to the remains of the articulated and assembled hull. The whole structure corresponds to the section below the ship's waterline; no materials from above the waterline or even part of the deck and gunwale were identified. One recognized the highest section of the hull disarticulated from the main hull remains. This fragment corresponds to the transom [Espejo de popa] located a few meters north of the hull. It is 4.16 m. wide (measured parallel to the ship's beam) and 2.65 m. high, measured in the articulated parts. It is important to note that the stern rudder [maestro de codaste] is broken into two parts and that the piece that appeared articulated to the transom [Espejo de popa] (the high portion of the sternpost) was measured as part of it to define this height.

Although the discovery exposed only the highest portion of the vessel, the lowest part of the stern panel [Espejo] and the stern [popa] are preserved. It presents two of the rudder females, both in wrought iron and in their original position. The detail of its placement and sequence of fittings reveal the type and quality of the constructive process. It is notorious how the partial irregularity of nails and bolts' positions explains efficient but not regular labor. The same happens with the variations in the dimensions of the planking. In a part of the ship where there is no geometrical complexity (it is a flat and continuous surface), there are no difficulties in materializing an element; the flat planks are of different widths. Perhaps, this is the evidence of the workforce responsible for their manufacture. The curves that define the start of the hull lines from stern to bow present a smooth and unsophisticated double curvature, clearly basic and according to what can be verified in the rest of the hull lines.

The third part of the hull found disassembled in the site corresponds to the stern mast step [carlinga de popa]. With a length of 1.12 m. —and made of oak like the whole ship—, it corroborates the existence of at least two masts as the main elements of the wind propulsion system. This mast step's geometry confirms that its original position in the construction is notoriously displaced towards the stern.

Geometry and dimensions of the hull's remains suggest a type of ship of average size for its time in the set of those dedicated to the transport of goods (CEREZO MARTÍNEZ, 1987). A ship suitable for ocean navigation, with a single hold and deck, in which

the main objective is to ensure the cargo's goods' arrival to the destination. Both the circumstances of Buenos Aires until the beginning of the 19th century and characteristics of the ship's architecture coincide with the needs of a city sustained by an economy of services and trade, that was made possible by the presence of these cargo and transport ships (JUMAR et al., 2006, p. 12).

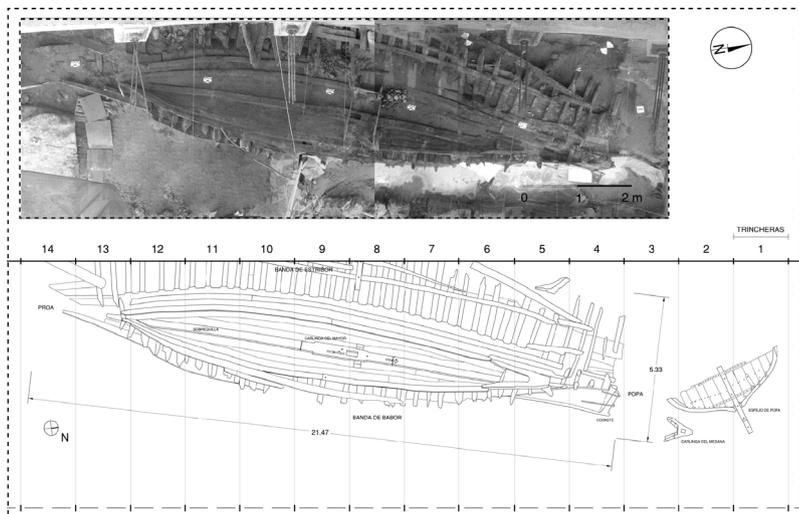


FIGURA 1: Foto mosaico 2d del pecio totalmente excavado. Es visible el interior del casco en proyección vertical. La proa está destruida y la popa parcialmente completa. Al centro de la imagen se distingue la carlinga del palo mayor.

Planimetría del sitio con la localización de los principales componentes del casco. Es identificable la sobrequilla en el eje central de la estructura y el espejo de la Popa y la sección alta del codaste separados del casco. Foto de Javier García Cano, dibujos de Rosario Jhonson.

Photo mosaic 2d of the wreck completely excavated.

The interior of the hull is visible in vertical projection. The bow is destroyed and the stern is partially complete. At the centre of the image the cockpit is distinguished from the main mast.

Planimetry of the site with the location of the main components of the helmet. The keel on the central axis of the structure and the mirror of the stern and the high section of the stern apart from the hull can be identified.

NAVAL ARCHITECTURE AND DATING

The wood used for the ship's construction, based on analyzed samples from different sections, is Cantabrian oak (*Quercus robur*) (VALENTINI and GARCÍA CANO, 2012, p. 88). Both this European wood and how were cut and manufactured parts of the construction system are evidence of the Spanish construction of vessels in the northern basin (the Cantabrian basin) (APESTEGUI, 1999). The rusticity of the wood treatment, as well as the pieces' proportions (tending to be over-dimensioned in terms of necessary mass), propose the continuity of a tradition in which the valuable qualities of the constructions were their robustness and long durability under very demanding conditions of use, like oceanic crossings or long voyages in the open sea. The north of Spain's ships fulfilled such requirements with improved success than those built in the south. Ships from the South basin (Andalusia) were built with lesser quality hardwoods and required more maintenance and repair work. These ships are related to the building traditions of the Mediterranean. Those originating from the Cantabrian region were built according to the most rigorous sea and ocean conditions, and resulted in more durable vessels, better responding to any ocean-bound situation (APESTEGUI, 1999).

A two-masted vessel [corbeta] with approximately 26-28 m. of deck length (this dimension is an approximation derived from the specific size of the keel remains) entirely made of oak according to the northern Spanish tradition in the late 17th and mid-18th centuries is part of the most widespread naval production for the Spanish empire (APESTEGUI, 1999, p. 23). The Zencity Wreck meets these specific characteristics, strength and resistance to extreme use, concerned by the present article (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1996, p. 12).

The sampling of 26 wood sections for dendrochronology studies resulted in a geographic location in the northern Spanish context and placed the ship's construction around the middle of the 18th century (MUNDO, 2012). These territories had countless families dedicated to riverbank carpentry (APESTEGUI, 1992, p. 18). Most used the old technique of selecting sections from each tree to build one or more specific pieces. This technique of selective felling and lopping of specimens resulted in very selective production

of ships that, in turn, allowed the survival of many forests (MUNDO, 2012). The low productivity of ships and the little technical innovation, compared with what happened in other European nations, characterized this form of exploitation of material resources (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1996, p. 6).

The hull lines have smoothly curved warps, tending to produce interior cargo space and seaworthiness rather than reducing factory weight and increasing sailing speed. This ship then presents rather traditional design characteristics instead of the innovative line drawings of French or British warships of the 18th century (LAVERY, 1983).

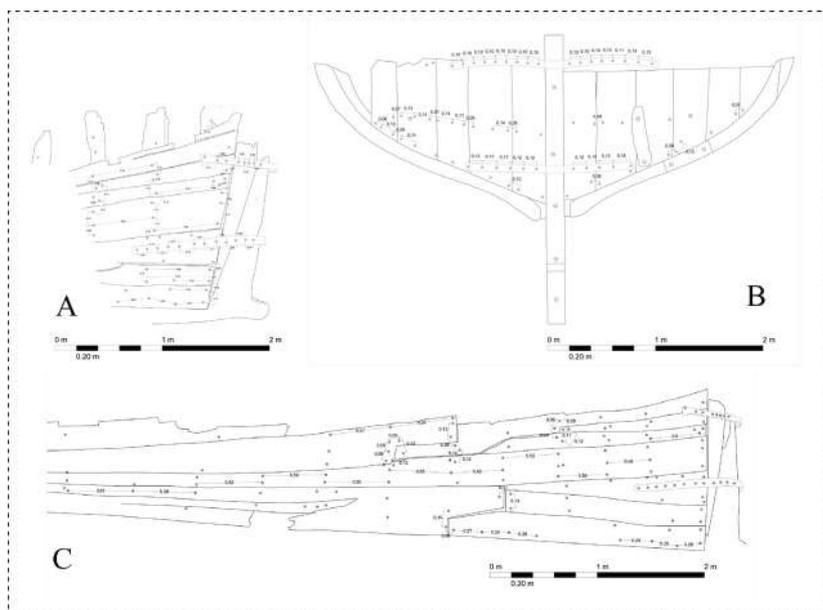


FIGURA 2: A. Detalle de la popa en la banda de babor. Son visibles las juntas de las tablas y la confirmación del codaste que incluye una poco frecuente forma semiesférica.

B. Vista frontal de la porción baja del espejo de popa. Son visibles todas las piezas que lo componen y es destacable la distribución de tablas verticales del forro del casco.

C. Detalle de la porción más alta existente de la banda de babor. Es destacable el patrón original de distribución y juntas de las tablas tanto como las reparaciones que no cumplen con el parámetro geométrico. El alineamiento de clavos y pernos da cuenta del sistema constructivo y la presencia de las

piezas estructurales. Dibujos de Rosario Jhonson.

A. Aft detail on the port side. Visible are the joints of the boards and the confirmation of the stern that includes a rare semi-spherical shape.

B. Front view of the lower portion of the aft mirror. All the pieces that compose it are visible and it is remarkable the distribution of vertical boards of the lining of the helmet.

C. Detail of the highest existing portion of the port band. It is remarkable the original pattern of distribution and joints of the tables as much as repairs that do not comply with the geometric parameter. The alignment of nails and bolts accounts for the construction system and the presence of the structural parts.

DISCUSSION

The wreck has a heel towards the starboard side, which determined a larger preserved surface area than on the port side in the process of site formation. Even though the preserved section is higher on the starboard side, there are no remains of the bands' wreckage; moreover, there are no vestiges of beams, spars, or deck planks. However, given the structural parts' characteristics, it is implausible that there is more than one deck. The solidity ratio of the side with its structure is high, being that the frames are distributed in an average wide dimension of 0.25 m., against a 0.28 m. space between consecutive frames. This relationship is prevalent in the Spanish construction tradition of the 18th century (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001, p. 17). The cross-sections of the frames (beyond the deformations derived from the site formation process and the deterioration of the wood) tend to be of equal sides. From one specimen to another, the variations are minor and evidenced a manufacture resulting from a little systematized labor, typical of a shipbuilding carpentry of low sophistication.

In the broadest beam or master frame area, the distribution tends towards uniformity and homogeneity. The frames sided dimension almost equals the space in between them. However, although each of the frames is not strictly equal, their width variation on the surfaces parallel to the lines' development is of a range of 2 to 3 centimeters, which is feasible given the nature of low-cost work. Anyhow, it is necessary to remember that these dimensional variations comply with acceptable margins in naval construction until the period of change from wood to steel in the 19th century (GOODWIN, 1987).

Rusticity and robustness are two of the well-known characteristics of the construction of Spanish ships ordered by private individuals for trade (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001, p. 31). In general, these ships were not built with the use of plans or complex pre-figuration systems as it was the case for the 18th century with military ships (all over Europe) or those of larger size and where the documentation and planimetry defining their geometry, lines and specific details were established as part of the construction contract (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001, p. 12).

Even produced within the framework of some basic techniques fulfilling the tradition and orally transmitted knowledge of carpenters, these ships benefited from the security of experience (CASADO SOTO, 1993). Such qualities are visible in this wreck. The details of cutting and assembling timbers are coarse and unrefined, just meeting what is required to navigate and survive in the ocean. A notable feature is the number of wrought iron nails and bolts used. This quantity characterizes places like Spain, where the resource is local and abundant (CASADO SOTO, 1993). This hull has more than the minimum quantity required. This is one of the factors adding robustness, but, at the same time, increasing weight and decreasing sailing speed.

The use of large amounts of iron in assembly is also the result of a long tradition even associated with classical times (APES-TEGUI, 1992, p. 25). The presence of bolts with a locking mechanism implies the continuity of this technique since pre-medieval times. It is a not very precise technique, only used if a lot of cheap and good quality iron is available. It allows assembling pieces of important sections with a certain speed and capacity of adjustment. At the same time, it is one of its advantages that once in navigation it allows simple but effective adjustments with the only use of a hammer. Once again, here lies one of the distinctly Iberian peninsular characteristics (GARCÍA HURTADO, 2020).

The nailing is complementary to the above-mentioned bolts system, and here again, given the construction material, its density results in robustness and rusticity that allow having little sophisticated timber cuts and assemblies. The sizes are very diverse (in sections and lengths), but in all the cases, the forge's quality and the mineral used for construction correspond with the all-Spain's

generalized situation from the 16th century on (CASADO SOTO, 1993). The distribution of both fastening systems and timber assembly demonstrates the use of an abundant and low-cost resource. The high density of iron is a clear indicator of Spanish shipbuilding (FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 1996, p. 37).

The hull has a single layer of outer planking. Once again this is a crucial piece of information to understand the low-cost scale of investment in constructing a merchant vessel, which will be required to have a high performance. At the same time, it indicates a vessel with meager standards of living facilities. What is valuable in these ships (according to the shipowner's criteria) is the cargo and not its crew. All of this implies that building this ship should have involved a sufficient investment to reassure seaworthiness that would allow the trade, no matter anything other than the compliance of the transport of the goods and, therefore, of the commercial transaction. This ship was built to arrive at the port of call loaded, not to do so with fast speed or in less time than usual. It was made to withstand the harshness of the scenarios that it would encounter on its way, whatever was agreed upon in the transactions. In other words, an ordinary ship for an independent shipowner and not a trading ship of the big companies (VALDALISO GAGO, 1991).

The flooring is defined in a relatively small portion and double lined, to have sufficient reinforced substantial load space. Clearly, in this case, it also determines a reinforcement in the most demanded planking area, not only by the external water pressure but also by the needed distribution of greater weight in the load. Here, as in the rest of the hull, all plank joints are simply flat-edged. The existence of heavy cargo (ceramic containers of half and one arroba and artillery pieces close to a ton of weight each) was corroborated at the site.

The constructive details of both the planking and the structure are traditional in Spanish construction since the 17th century (CASADO SOTO 1993). The joints of the keel and keelson sections are the traditional ones with the shape of a Jupiter ray. The joints of the frame futtocks are simple diagonal contact and bolted. However, in the lower section of the stern, we verified the presence of plank cuttings [cortes de tablas] with some irregularity (necessary for the geometry of the hull's curvature) resulting from an unelaborate con-

struction and with poor quality craftsmanship in the details.

Also, this hull shows mandatory details solved with rare formats. To cite an example, the sternpost's foot or the initial end from the bottom to the top, requires typically a horizontal widening that protrudes from the vertical line. This shape, commonly referred to as the "heel" of the sternpost, is intended to protect the rudder's lower edge. Most cases of the 17th and 18th centuries in Spanish construction resolve that with a straight-sided geometry and recreating a triangle (CASADO SOTO, 1993). The current case presents a complex curved form of semi-spherical section. From observing a riverbank carpenter's tasks, producing a piece of wood in the shape of a prism with a triangular base is much simpler than a cylinder with a hemispherical end. In both cases, the need to protect the lower edge of the rudder blade is achieved. The relationship between production effort and efficiency in accomplishing the objective in this case, seems to pose a very different degree of sophistication compared to the rest of the hull.

On-site, only two pieces confirm the masts' quantity and position: the mast steps of the main and mizzen, the first being in its original position within the system, and the second, disjoined and without the remains of the anchorage and fixing pieces in the hull. There are no more traces of the masts and the relative position in the hull of both two results from the main beam towards the stern. In terms of the distribution of parts of the system, they seem to be somewhat abaft. In terms of space utilization below deck, these positions free up room for cargo. In terms of sail maneuvering, the mizzen mast seems to be too close to the stern and therefore decreases its control efficiency. Finally, the mizzen's mast step was supported in its original position, much higher than the main beam's mast step, which only implies a reduction in its capacity to absorb critical lateral efforts. This distribution leaves an enormous space on the deck towards the bow area. There is enough space to have a third mast, a foremast, but no evidence defines the original existence of such. In any case, the two mast steps and their positions address questions that current evidence cannot answer.



FIGURA 3: porción baja de la banda de babor en la popa del pecio, donde es visible el codaste de la popa así como los herrajes metálicos para sostener la pala del timón (ausente). Fotografía Javier García Cano.

FIGURE 3: lower portion of the port side at the stern of the wreck, where the stern of the stern is visible as well as the metal fittings to support the rudder blade (absent). Photography Javier García Cano.



FIGURA 4: excavación en su etapa inicial. Son visibles los elementos de la popa y del sollado en la porción trasera así como algunos contenedores de cerámica que integraron la carga del buque. Fotografía Javier García Cano.

FIGURE 4: Excavation in the initial stage. The elements of the stern and of the orlop in the rear portion are visible, as well as some ceramic containers that integrated the cargo of the ship. Photography Javier Garcia Cano.

CAUSES OF THE SHIPWRECK: DISCUSSION AND CONCLUSION

In some fundamental points, the hull presents damages of great importance with a destroyed bow. Although one knows that in any wooden ship, it is a sector with little capacity to withstand forces, especially in cases of stems built with many nailed or bolted joined pieces, there were no findings at the site indicating the existence of such pieces. It is worth remembering here the absence of all the deck

components (structure and planking). The sternpost is split into two parts, and its upper section is missing. The keel has a break with partial disarticulation of two of its sections. One locates such a break very close to the stern section approaching the main beam and, therefore, the mast step of the main. This severe damage to this construction type's main structural element is only possible if the ship has received a great magnitude blow. It is neither easy nor frequent for a wooden keel to break, even with recurrent blows. One needs at least three components of this equation for this purpose. On the one hand, a topography with resistant soils (preferably stone), secondly, a depth that puts the ship at risk, and finally, specific conditions of tide or seaworthiness (due to weather, for instance). These conditions are not easy to combine on the southern bank of the Rio de la Plata. At least in the vicinity of the site, only on the eastern coast of the river (in the Oriental Republic of Uruguay), the bed has rocky soils. Since this ship ended up damaged in Buenos Aires, and since those stony, shallow soils are located 60 km from this location, it is possible to think that the keel's damage results from some blow to the hull in Uruguay. The distance between the two coasts is a fact that helps sustain that despite substantial damage, the ship was able to navigate with many difficulties even without total steering.

It is possible then to think of a scenario of challenging weather on the eastern coast, where the ship was caught by a storm that, in turn, favored the hitting of the hull on the hard bottom, and that resulted in trying to cross southwards looking for soft ground that would not cause more damage and that, with little depth and the proximity to the city of Buenos Aires, could save both the crew and the cargo (FERNÁNDEZ DURO, 1880).

The hull position relative to the coast and the cardinal points presents a north-south alignment of the keel with a drift of 8 degrees to the west. Nautical charts and local cartography from the 17th, 18th, and 19th centuries (TAULLARD, 1940; LÓPEZ and ROCCA, 1987) indicate that the coastline had an almost strict north-south orientation at the wreck site. The parallelism between keel (and therefore the ship's two sides) and coastline shows that when, at the time, the ship rested on the river bed, it did so being parallel to the coast and beach waterline. The final position implied that the bow was facing south and the transom [espejo de popa] detached to the

north as did the mizzen mast step. At first, it seems that this situation results from a stranding.

According to geological records, the topography of the bed of the Río de la Plata around the 17th, 18th, and early 19th centuries was almost entirely flat and with average depths for the site of approximately 3 m. The excavation corroborated a bed made up of soft muddy materials, with some sand and clay. In view of Because of this, we may suggest that the wreck's location might have been a soft soil stranding that determined the loss of navigability and steering of the ship. The damage mentioned above obviously played a significant role in preventing the ship from sailing again.

The Zencity Wreck shows signs of ax blows, cuts produced with saws, and even marks of burning fire lit to weaken the wood and remove parts of the ship for recycling. These offensive signs and the ship's situation near the beach are the reasons explaining the lack of much of the portion above the waterline. Clearly, in a small city like Buenos Aires in the 17th and 18th centuries, wood was scarce and precious raw material (VALENTINI and GARCÍA CANO, 2012, p. 34). Even if the adobe was the predominant construction material, wood always became very useful for structural parts like carpentry, windows, and doors. A stranded and accessible ship is undoubtedly a very desirable quarry, especially for the wood. It is possible that this ubiquitous behavior around the world, the formal salvage or looting of shipwrecks, explains the absence of remains of the mast and deck.

This vessel is an example of most of the Spanish private fleet built by family workshops or shipyards (GARCÍA HURTADO, 2020) that have developed their trades along very extended chronological processes involving many generations. It is a ship that, without having an outstanding value at the time (as were the avant-garde designs of the 18th-century military vessels) and useful life, was the type that sustained the connection with the distant and marginal territories of the empire. It is the object that existed in places where there was no official fleet policy of the Crown. The study of the Zencity Wreck contributes to the specific knowledge resulting from the archaeological research not carried out in a similar case in the whole region. Before, there was no data on this type of ship provided by archaeological works.

It is the type of ship where the least amount of specimens and types of records has survived. There were no major legal for-

malities or detailed contracts for the construction of these ships, or even on preservable supports. In many cases, they resulted from oral agreements between the investor (owner) and the ship's carpenter, who would execute it (FERNÁNDEZ DURO,1880; CASADO SOTO, 1993).

Taking up the phrase of Fernández González quoted at the beginning, he somehow summarizes this idea of the intuitive way that boats were built at a time and that each type responded to certain needs q were not always the preset x the rules....

The significance of the research on this shipwreck lies in the fact that it was the first one that could be completely excavated in the Rio de la Plata on the remains of a commercial and supposedly private ship from the colonial period.

The patrimonial value of the Zencyty Wreck lies in its representativeness as part of a system that allowed the survival in lands of little economic and political value for the Spanish Crown. Its condition of uniqueness confirms this.



FIGURA 5 : el pecio en el sitio del hallazgo, ya totalmente excavado y en proceso de exhibición pública, previo a su traslado. Es visible el muro de hormigón armado construido a los fines de la obra del conjunto habitacional

que hoy día ocupa el solar. Fotografía Mónica Valentini.

FIGURE 5: the wreck at the discovery site, already fully excavated and in the process of public display, prior to its transfer. The reinforced concrete wall built for the purpose of the work of the housing complex that today occupies the site is visible. Mónica Valentini photography.



FIGURA 6 : imagen del pecio expuesto luego de haber terminado la primera etapa de la excavación, hacia el fondo de la imagen se ve la popa y en primer plano los restos muy deteriorados de la proa. Fotografía Mónica Valentini.

FIGURE 6: image of the wreck exposed after having finished the first stage of the excavation, towards the bottom of the image you can see the stern and in the foreground the very deteriorated remains of the bow. Mónica Valentini photography.

ACKNOWLEDGMENTS

I would like to thank Mónica Valentini for his collaboration and our path side by side, Liliana Barela, for her trust and support in the management of needs and actions concerning cultural heritage, and Hernán Lombardi, for his understanding of the value of science in public management.

REFERENCES

APESTEGUI, Cruz. Aproximación a la vida y obra de Antonio Gaztañeta. In *Antonio Gaztañeta (1656–1728)*, pp. 39–93. Untzi Museo-Museo Naval / Sociedad Estatal Quinto Centenario, San Sebastián, 1992.

APESTEGUI, Cruz. La arquitectura naval entre 1650 y 1754. Aproximación a los aspectos tecnológicos y su reflejo en la construcción en Guipúzcoa. *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimo del País Vasco* 2: 237–266, 1999.

CASADO SOTO, José Luis. *Barcos y Astilleros. La construcción naval en Cantabria*. Biblioteca navalia 1, Autoridad Portuaria de Santander, Santander, 1993.

CEREZO MARTÍNEZ, Ricardo. La expedición Malaspina 1789–1794. Ministerio de Defensa, Museo Naval, Madrid, Lunwerg Editores, Barcelona, 1987.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. *A la mar madera. Libro quinto de las disquisiciones náuticas*. Impresora de Cámara de S.M., Madrid, 1880.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco. Arqueología de la Arquitectura Naval. In *Cátedra Jorge Juan. Ciclo de conferencias, Curso 1994–1995*, edited by Ramón de Vicente Vázquez, pp. 179–227. Universidade da Coruña, Coruña, 1996.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco. La construcción y la arquitectura naval. In *Historia de la tecnología en España*, vol. 2, edited by Francisco Javier Ayala Carcedo, pp. 473–498. Editorial Valatenea, Barcelona, 2001.

GARCÍA HURTADO, Manuel-Reyes. *Las innovaciones de la Armada en la España del siglo de Jorge Juan*. Biblioteca de Historia 94, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2020.

GOODWIN, Peter G. *The Construction and Fitting of the Sailing Man of War, 1650–1850*. Conway Maritime Press, London, 1987.

JUMAR, Fernando; BIANCARDI, Nicolás; BOZZO, José; ORLOWSKI, Sabrina; QUERZOLI, Roberto and SANDRÍN, María Emilia. El comercio ultramarino y la economía local en el Complejo Portuario Rioplatense siglo XVIII. *Anuario Instituto de Estudios histórico sociales* 21: 235–254, 2006.

LAVERY, Brian. *The Ship of the Line*. Conway Maritime Press, London, 1983.

LÓPEZ, Norberto, and ROCCA, Edgardo J. *Relevamiento de la zona portuaria de la Ciudad de Buenos Aires: 1536–1987*. Junta de Estudios Históricos del Puerto de Nuestra Señora de Santa María del Buen Ayre, Buenos Aires, 1987.

MUNDO, Ignacio A. Desde la interdisciplina. Análisis dendrocronológico del pecio de Zencity: ¿qué nos dicen los anillos de crecimiento de sus maderas? In *Un mercante español en el Puerto de Buenos Aires: Historias y Hallazgos en Puerto Madero*, edited by Mónica Valentini and Javier García Cano, pp. 81–85. Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, Buenos Aires, 2012.

TAULLARD, Alfredo. *Los planos más antiguos de Buenos Aires, 1580–1880*. Jacobo Peuser, Buenos Aires, 1940.

VALDALISO GAGO, Jesús María. *Los Navieros Vascos y la Marina Mercante en España, 1860–1935. Una historia económica*. Instituto Vasco de Administración Pública, Bilbao, 1991.

VALENTINI, Mónica and GARCÍA CANO, Javier (eds). *Un mercante español en el Puerto de Buenos Aires: Historias y Hallazgos en Puerto Madero*. Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, Buenos Aires, 2012.

BARRA(C/Ç)O

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ESCULTÓRICA SOB A
PERSPECTIVA DO INCÊNDIO NA FAVELA DO BAIRRO
DE EDUCANDOS EM 2018**

Lílian Freire Noronha

INTRODUÇÃO

O projeto de intervenção “Barra(c/ç)o”, cujo título faz uma simbiose entre os termos “barraco” e “açó”, em função do que o projeto se propõe a executar, bem como do material que irá utilizar (açó, alumínio, entre outros), apresenta o conceito de uma intervenção escultórica que aborda a problemática de sinistros em barracos¹ nas localidades com menos infraestrutura na cidade de Manaus. Trazendo para o protagonismo a resistência da população que habita nessas localidades em face às adversidades. Para tanto, utilizou como recorte o incêndio, conforme ilustrado na Imagem 1, que assolou moradias do bairro de Educandos, Zona Sul, em 2018, consumindo mais de 600 unidades de madeira e alvenaria, entre a rua Inácio Guimarães e rua Nova. O amontoado dessas moradias, muito perto umas das outras, somado ao fato do sinistro ter iniciado a noite, com vento forte e sem energia elétrica no momento em que ocorreu, amplificou as consequências negativas do evento.

Dessa forma, o projeto teve como ideia central inserir o aluno do Nível Médio, da disciplina de Artes, no ambiente que promova a construção da apreciação estética visando a promoção de processos criativos com base no exercício da sensibilidade e da crítica reflexiva às relações sociais, econômicas, políticas e culturais que o cercam. Logo, dentre as competências específicas de Arte da BNCC², a competência 6 – Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais [...] exercendo protagonismo de maneira

1 O termo “barraco”, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa on line <<https://houaiss.uol.com.br>> significa pequena habitação de madeira ou tijolos, coberta de palha ou zinco, geralmente construída em morros ou favelas; Barracão; qualquer casa muito simples, rústica, com instalações precárias.

2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

crítica e criativa [...] – com foco na habilidade de relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas (EM13LGG604) foi o almejado nesse projeto para que o aluno as adquirisse.

Imagem 1 – Incêndio no bairro de Educandos



Fonte: G1 Amazonas – Foto: Rickardo Marquez / G1 AM (2018).

Nesse íterim, o projeto será desenvolvido em 3 (três) fases, quais sejam:

- Fase 1: pesquisa bibliográfica do sinistro em conjunto com a pesquisa *in loco*, através da visita presencial dos alunos ao local onde ocorreu o evento;
- Fase 2: construção da maquete com uso de materiais diferenciados;
- Fase 3: intervenção escultórica com a utilização de retalhos de placas de aço.

Assim, na Fase 1, os alunos deverão ir ao local *in loco*, onde ocorreu o incêndio no bairro do Educandos, para ter uma visão espacial do ambiente e da proporção que o sinistro tomou, e, então, partir para o estudo e a elaboração de uma intervenção escultórica. Tal intervenção será realizada pelos alunos com base nos sentimentos despertados pela visita *in loco*, usando como referência a única casa que não foi destruída completamente pelo incêndio, bem como pelas demais pesquisas realizadas.

Na Fase 2, para construção da maquete, serão oferecidas quatro opções de materiais para os alunos utilizarem:

- 1 - Folhas de isopor prensado (adquiridos em livrarias);
- 2 - Paleta de isopor (paleta de carne/frango de isopor);
- 3 - Papelão;
- 4 - Massa de modelar;
- 5 - Papel marché.

A quantidade de opções de materiais permitirá que os alunos possam escolher o material mais adequado e acessível para trabalhar a sua composição que terá por base a respectiva casa. A ideia não é reproduzir fielmente a referência, mas sim produzir uma composição artística que, de acordo com a subjetividade de cada aluno, representa suas emoções e sua perspectiva quanto à temática.

Por fim, na fase 3, os alunos, com base na maquete construída, irão realizar, cada um, uma intervenção escultórica utilizando como material retalhos de chapas de aço. As esculturas terão como referência à série “Bichos” da artista Lygia Clark em função da utilização de metal na obra e do conceito que a artista traz de superação da superfície através da tridimensionalidade.

PESQUISA ARTÍSTICA

Nessa etapa, será evidenciado o processo do desenvolvimento da pesquisa artística a partir da definição do conceito que norteia o então projeto e da intervenção escultórica solicitada. Para tanto, os alunos utilizarão como referência para seus projetos as produções da artista brasileira Lygia Clark que trabalhava com papel, placas de metal, e de madeira. Nesse caso, as referências são das obras relacionadas com a aplicação de metal.

As obras da série “bichos”, Imagem 2, partiu de um estudo da artista acerca da geometria, também utilizada pelos Concretistas de São Paulo. Entretanto, apresentando a característica emocional do Neoconcretismo, do qual a artista fazia parte. Tais obras possuem um conceito simples de construção, mas que permite uma participação do espectador e com essa série Lygia Clark tornou-se pioneira na arte participativa mundial.

Imagem 2 – Obra da série “Bichos”



Fonte: www.escritoriodearte.com/blog/artigos/bichos-obra-viva/

Na obra “Casulos”, Imagem 3, a artista mantém a mesma ideia de superar a superfície e trabalha com o metal para que pudessem ser dobrados e permitissem novas formas. Através dos “Casulos” a artista, posteriormente, dá criação a série “Bichos”.

Imagem 3 – Obra da série “Casulos”



Fonte: www.escritoriodearte.com/blog/artigos/bichos-obra-viva/

Barbieri (2008, p. 13), com relação à Lygia Clark, enfatiza que:

com a série “Bichos”, a partir de 1960, ela inicia uma verdadeira subversão da arte: 1º) propondo que o objeto de arte não seja apenas visto, mas também tocado; 2º) introduzindo os outros sentidos do espectador na cena artística; e 3º) incluindo-o na própria criação, não mais como observador, mas como sujeito co-autor da obra.

Por conseguinte, a intervenção escultórica proposta permitirá que os alunos tenham uma experiência estética, tátil e emocional. Para Barbosa (2019), é necessário haver um pensamento presentacional nas artes plásticas, que capta e processa a informação através da imagem que, por sua vez, somente será compreendida se houver uma alfabetização para a leitura da imagem. Partindo-se desse pensamento, percebe-se como a Metodologia Triangular proposta pela autora interliga as percepções da História da Arte, da leitura da obra de arte e do fazer artístico.

Nesse sentido, a proposta de intervenção escultórica apresentada tem o condão de instigar os alunos a buscarem um novo olhar para os padrões estéticos verificados na visita in loco para uma contextualização mais pessoal e significativa a ser materializada na própria escultura a ser criada.

REFERÊNCIA ARTÍSTICA

Como referência artística para essa proposta de intervenção escultórica, tem-se a imagem da única moradia, do recorte realizado, cuja estrutura não desmoronou após o incêndio, Imagens 4 e 5, e, em função do impacto que causa, será o referencial para, a partir dela, os alunos desenvolverem suas composições.

Imagem 4 – Unidade residencial após o incêndio



Fonte: Estadão Conteúdo – Foto: Suamy beydoun / AGIF / Estadão Conteúdo (2018).

Imagem 5 – Unidade residencial após o incêndio (ampliada)



Fonte: Estádio Conteúdo – Foto: Suamy beydoun / AGIF / Estádio Conteúdo (2018).

ESTUDOS, ESBOÇOS E MAQUETE

A maquete base, que foi construída para modelo de apresentação junto aos alunos, foi confeccionada com folha de isopor prensado, colada com cola de silicone e com aplicação de papel contato por dentro. Para o revestimento, foram cortados pequenos pedaços de isopor, não simétricos, que simularam tábuas de madeira. Para a construção da maquete pelos alunos, a ideia não é uma cópia fiel da imagem da moradia que restou após o incêndio, mas sim o desenvolvimento de uma perspectiva que cada aluno vai elaborar a partir de seus próprios sentimentos e visão social acerca de moradias que não tem uma infraestrutura adequada. Logo, a maquete será um primeiro contato com a materialidade da intervenção. O aluno é quem vai definir o material que irá usar para a construção da maquete dentre as opções apresentadas.

Imagem 6 – Construção de uma maquete



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

JUSTIFICATIVA DE MATERIAIS E PROCEDIMENTOS

Os materiais sugeridos para a intervenção foram escolhidos com base na configuração da aula que se pretende executar com os alunos, de acordo com o Plano de Aula elaborado, bem como com a intervenção escultórica a ser desenvolvida.

PLANO DE AULA 1º ANO DO ENSINO MÉDIO			
DATA __/__/__ – Visita in loco __/__/__ – Aula teórica/prática __/__/__ – Confeção da escultura	TURMA 01	COMPONENTE CURRICULAR Artes	
TEMA Intervenção escultórica			
COMPETÊNCIA/BNCC	HABILIDADES/BNCC	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Competência específica 6 – apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re) construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.	(EM13LGG604) Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política e econômica e identificar o processo de construção histórica dessas práticas.	Inserir o aluno do Nível Médio, da disciplina de Artes, no ambiente que promova a construção da apreciação estética visando a promoção de processos criativos com base no exercício da sensibilidade e da crítica reflexiva às relações sociais, econômicas, políticas e culturais que o cercam.	I. Que os alunos pesquem e conheçam o local do incêndio no Educandos; II. Que os alunos conheçam o trabalho da artista Lygia Clark; III. Que os alunos desenvolvam uma intervenção escultórica.
CONTEÚDO	METODOLOGIA	CARGA HORÁRIA	RECURSOS DIDÁTICOS
Linguagem visual baseada nos três eixos da Abordagem Triangular: contextualização; apreciação e produção; Intervenção escultórica.	I. Visitação com os alunos no local onde farão anotações e fotografias; II. Apresentação do trabalho da artista Lygia Clark; III. Construção da maquete com os materiais sugeridos; IV. Confeção da escultura.	02h (visita in loco) 02h (aula teórica/prática) 02h (escultura)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Notebook; ❖ Projetor; ❖ Chapas de aço (retalhos); ❖ Folhas de isopor prensado; ❖ Paleta de isopor; ❖ Papelão; ❖ Tesoura; ❖ Cola de silicone ou de isopor.
Bibliografia – Lygia Clark https://portal.lygiac Clark.org.br/ https://arteref.com/artista-da-semana/lygia-clark-da-a-criacao-de-conceitos-artisticos-ate-metodos-terapeuticos/			

À vista disso, enfatiza-se que a escolha por materiais mais acessíveis para a construção da maquete, Fase 2, permitirá que os alunos possam materializar suas ideias sem um custo alto nesse

momento. Na Fase 3, o custo dos retalhos de chapas de aço para as esculturas poderão ser repartidos entre os alunos de modo a não onerar demasiadamente.

Imagem 7 – Materiais propostos para construção da maquete e material para a construção da escultura



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de intervenção, desde a sua concepção até a construção da maquete, teve caráter de prática pedagógica que me instigou a percepção e sensibilidade com relação à temática. O incêndio ocorrido no bairro de Educandos, em 2018, que afetou mais de 600 casas na localidade, já durante a pesquisa, me emocionou bastante. Inicialmente, algumas questões se fizeram necessárias para contextualizar o cenário. E, buscar tais questões, como o quantitativo

de famílias afetadas, a situação socioeconômica dessas famílias, a maneira como o fogo consumiu as casas e deixou o terreno praticamente limpo, restando apenas uma casa, acabou por se tornar uma experiência de imersão impactante e dolorida, mas, ao mesmo tempo, gratificante.

Depois da etapa da pesquisa, a definição do conceito e de como seria trabalhada essa intervenção, assim como a melhor forma de planejamento para implementação junto aos alunos e a etapa da construção da maquete será uma experiência que partirá da sensibilização e tristeza até a dimensão lúdica. Tal ação possibilitará, também, o desenvolvimento de processos artístico-pedagógicos onde o aluno atua como protagonista ao percorrer o seu próprio processo artístico, visto que o protagonismo se concretiza quando da ação ativa do aluno e da sua interação com o entorno.

Os resultados dessa proposta de intervenção auxiliará o aluno, enquanto artista visual iniciante, na sua formação artística e pedagógica, despertando, assim, sentimentos a partir de uma experiência estética, com crítica social, que se traduzirá através de uma reflexão social voltada para a intervenção na problemática suscitada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Ao Prof. Dr. Michel Justamand – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA/UFAM. Ao Prof. Valter Frank de Mesquita Lopes responsável pela disciplina de Escultura da Faculdade de Artes (FAARTES/UFAM).

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Cibele Prado. Da vida à arte e de volta à vida: o sujeito em Lygia Clark. Revista CÓGITO, Salvador, n. 9, p. 10-18, out. 2008.

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A CRIANÇA NO BRASIL COLÔNIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA OBRA CASA- GRANDE & SENZALA

Maria Goreth da Silva Vasconcelos

João Luiz da Costa Barros

Jeane Vasconcelos de Oliveira

INTRODUÇÃO

A infância é uma concepção em constante construção. Ao longo do tempo adquiriu estatutos distintos, que apontam para noções que refletem o sentido histórico, que os sujeitos que a circundam a ela estabelecem. Neste contexto podemos perceber que em momentos retrógrados, a infância se inseria com pouca diferenciação do que se estabelecia para o adulto, tanto no que se refere ao trabalho, como em questões relacionadas a indumentária, as expectativas sociais e outros. Era um momento em que, passado o período da dependência física da mãe, as crianças se incorporavam plenamente ao mundo dos adultos.

[...] Na maior parte da história, crianças com mais de sete anos foram tratadas como pequenos adultos. Vestiam-se como eles, faziam os mesmos trabalhos e ingressavam na comunidade sexual dos adultos quando tinham idade inferior à dos garotos e garotas de hoje. Mesmo nos Estados Unidos, a idade exigida para o consentimento de relações sexuais ficava abaixo dos dez anos, até o fim do século XIX, [...] (NASCIMENTO, 2018, p. 9).

É somente no século XVII, no contexto das classes dominantes, mediante modificações trazidas pelo pensamento moderno, o qual estabeleceu o dualismo mente e corpo, dando ênfase a razão como norteadora do homem no mundo, que vamos perceber pela primeira vez uma concepção de infância, como a entendemos nos dias de hoje. A criança nesse ínterim, por ser considerada um indivíduo fraco e irracional, demandava o cuidado e a proteção do adulto, que figurava como aquele “racional”, capaz de direcionar os rumos do pequeno e frágil ser.

O adulto passou, então, pouco a pouco a preocupar-se com a crian-

ça, enquanto ser dependente e fraco. [...] Só ultrapassava esta fase da vida quem saísse da dependência, ou pelo menos dos graus mais baixos de dependência, e a palavra infância passou a designar a primeira idade de vida: a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje (NASCIMENTO, 2018, p. 9).

Mediante a ideia de proteção e dependência deste período, o conceito de infância surge, carregando a noção de criança como ser biológico, carecedor de cuidados e disciplina, a fim de que viesse a se tornar um adulto, socialmente aceito para o seu tempo (LEVIN, 1997). Este posicionamento, sob a égide da incapacidade plena, fez com que mais tarde, tanto em sentido social como em sentido jurídico, a infância se convertesse em objeto de proteção-repressão, configurando posturas higienistas ou de tutela por parte do Estado. Criança e infância passaram a ser vistas a partir de moldes universais, compreendidas em uma concepção linear de desenvolvimento, na qual se desconsiderava suas interações com o mundo, não se reconhecendo as peculiaridades sociais nas quais estava inserida, nem sua capacidade de participação na produção cultural, social e histórica de seu tempo.

No Brasil, este paradigma implicou na definição de Leis, cujas orientações doutrinárias tratavam o público infanto-juvenil no plano da manutenção da ordem social, em detrimento ao significativo bem-estar da infância.

Desde o Código Criminal de 1830 até o Código de Menores de 1979, tais leis tinham como orientações certas doutrinas que tratavam o público infanto-juvenil somente enquanto tipo social perigoso, os chamados menores desvalidos. Para tanto, tinham como preocupação principal a manutenção da ordem social, em detrimento do bem-estar da infância. Nesse sentido, as leis destinadas à população infanto-juvenil eram dirigidas basicamente àquelas crianças e aqueles adolescentes considerados “delinquentes” – afinal eles eram entendidos como um grande risco à harmonia social (ARAÚJO, 2010, p. 7-8).

A preocupação maior neste universo versava sobre uma determinada parcela do público infantil, a saber, “o menor”, a partir do momento em que ele praticasse um ato “delincente”, ficando assim em Situação Irregular, o que gradativamente, o conduziria a merecer consideração judicial. É importante destacar que, neste mo-

mento histórico, a pobreza muita das vezes fora confundida como situação de risco/marginalização, assim de propensão a situação irregular, necessitando-se para tanto de “prevenção”, visto o desejo de manter-se a “harmonia social”.

É só a partir do final do século XX, na década de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que vemos figurar no Brasil, sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, a concepção de infância/criança, como sujeito de direitos, o que bem se configura nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

O ECA, contrapondo-se as visões anteriores da legislação brasileira, e adotando as bases da Doutrina da Proteção Integral, surge no cenário brasileiro, tratando pela primeira vez a população infanto-juvenil de maneira universalizada e com reconhecimento de vicissitudes e singularidades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, consequência desta nova doutrina, representa não somente um salto qualitativo no sentido de garantir e zelar o cumprimento e a proteção dos direitos da infância, mas também normatiza instituições que desempenham um trabalho preventivo e educacional, e não apenas punitivo. Além disso, determina medidas socioeducativas destinadas aos “menores em conflito com a lei”, objetivando a ressocialização destes jovens para a sociedade. Portanto, o ECA se caracteriza essencialmente pela perspectiva do trabalho preventivo e protetivo, diferentemente dos Códigos anteriores que tinham como princípio a resolução de problemas com base no olhar “criminal” sobre os “menores desvalidos”, que estabeleceria com esta parcela da sociedade, uma relação de caráter conservador e discriminatório (ARAÚJO, 2010, p. 9).

Crianças e adolescentes a partir do ECA, passam a gozar de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sendo-lhes assegurado prevenção e proteção, a fim de que se desenvolvam plenamente e em condições de dignidade.

Art. 4º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, n.p).

A nova concepção incorporando a ação de movimentos sociais, a influência de acordos internacionais remetentes aos Direitos Humanos, e refletindo a força do processo de redemocratização do país na década de 1980, traz para o panorama jurídico-conceitual, a superação da ideia de “infância irregular”. Adota a noção de infância portadora de direitos, na qual crianças e adolescentes devem ser vistos de maneira integral. Põe em evidência o tema da educação em seu sentido amplo, visto se trabalhar na perspectiva preventiva e protetiva, como elemento central nos ordenamentos jurídicos. Essa é a perspectiva que vigora na atualidade brasileira, e é a partir da mesma que lançamos o olhar para pensarmos a infância do momento presente, dialogando com aquilo que se manifestou no passado. Destacamos neste íterim a necessidade de estudos que tratem a formação do pensamento social sob a criança brasileira e amazônica, a partir desta perspectiva.

Como já mencionamos, o tratamento das crianças nem sempre fora visto como o preconizado no ECA. A noção idealizada e vivenciada de atenção para com o público infante-juvenil, muitas das vezes se apresentou, e ainda se apresenta na atualidade com práticas adversas, levando-nos a buscar um entendimento maior sobre o que se demanda destas relações.

No sentido de identificar e refletir sobre o posicionamento, que em outros momentos de nossa história se incorreu sobre os referidos sujeitos, buscamos na obra *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre, uma imagem sociológica e histórica, que nos possibilitasse conhecer a partir da visão do autor, a infância que se apresentava, no período que se estendeu, do século XVI ao século XIX, no território brasileiro. Neste caso a criança que se fez conhecer no sistema patriarcal e agrário do Brasil Colônia. Este é o caminho pelo qual nos aventuramos no presente trabalho.

A INFÂNCIA NA CASA-GRANDE & SENZALA

Quando optamos por trabalhar esta perspectiva, algumas dúvidas emergiram, entre as quais, o sentido pretendido com o que haveríamos de escrever. Ao estudarmos a obra *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre, na disciplina *Formação do Pensamento Social na Amazônia*, no Programa de Pós-Graduação *Sociedade e Cultura da Amazônia- PPGSCA/UFAM*, durante o período de dou-

toramento, muitos elementos relacionados ao posicionamento do autor, chamaram-nos atenção, dentre os quais a situação da infância no contexto da sociedade patriarcal e agrária a que a obra se refere.

É certo que Freyre não foi um autor cujo encaminhamento acadêmico segue para estudos a respeito da infância brasileira, ainda que esta tenha sido sua motivação inicial e estivesse presente em vários de seus escritos.

Na amplitude sociológica, antropológica e histórica para a qual conduziu seus trabalhos, é possível percebermos que a temática da infância esteve presente em várias obras de Freyre. Segundo Burke (1997, p. 3-4), o trabalho de Freyre é considerado pioneiro em diversos campos, dentre eles nos estudos sobre a infância:

Quatro dos artigos que escreveu para o Diário de Pernambuco nos anos 20 tratavam da infância, das crianças e seus livros e brinquedos. A história da criança atraiu seu interesse por si mesma, como uma desculpa para discutir sua própria infância, e como um microcosmo da cultura brasileira. Embora Freyre nunca tivesse realizado seu plano original, não o abandonou completamente. Se voltamos para Casa-grande & Senzala, logo fica óbvio que fragmentos substanciais do “projeto secreto” estão embutidos no texto, indo das bonecas, pipas, piões, bolas e outros brinquedos e jogos das crianças brancas, negras e índias até o “sadismo patriarcal”, os estudos e a disciplina dos colégios jesuítas e a breve discussão sobre a educação das meninas.

Partindo dessa premissa, sem pretensões maiores, no sentido de abarcar outros escritos do autor, neste trabalho, restringiremos nosso olhar ao que destacamos de Casa-grande & Senzala. Nesse sentido, começamos por situar algumas particularidades da obra.

SOBRE CASA-GRANDE & SENZALA: FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA SOB O REGIME DA ECONOMIA PATRIARCAL

Escrita em 1933, a obra Casa-grande & Senzala, apresenta o panorama do Brasil colonial agrário e escravocrata, envolto no patriarcalismo que sobrepujava, escravos, mulheres, crianças, entre tantos outros menos favorecidos, ao domínio e poder do pater famílias.

O regime patriarcal refere-se ao:

Tipo de dominação caracterizado pelas relações pessoais no âmbito da família extensa e que confere poder autoritário ao patriarca chefe de família ou do clã. Ideologicamente, envolve o respeito irrestrito

à tradição, à santificação do passado e à obediência servil aos mais velhos, sobretudo ao pater famílias. Ao tomar dimensões mais amplas, transforma-se em patrimonialismo. No Brasil, o coronelismo se apresentou como uma modalidade de patriarcalismo (SANDRONI, 1999, p. 449).

É neste modelo de sociedade cujas relações primavam pelo patriarcado, que Freyre denota a realidade de Casa-grande & Senzala. Adotando uma metodologia histórica e comparativa tece considerações a partir do que percebia nas relações cotidianas do cenário de seu tempo, desde as funções sociais definidas, àquelas referentes à vida privada.

É importante destacar que, ao longo dos anos, críticas foram tecidas a referida obra, a qual parece carregar saudosismo por parte do autor, em relação as reminiscências e vivências do menino que foi, ou que desejava ser como filho do senhor de terras. Outro elemento que se destaca neste íterim, e que costuma ser trazido como crítica ao escrito de Freyre, são os elementos de contradição, abrandamento e dualidade, presentes na interpretação que faz da realidade Colonial. De acordo com Melo (2009, p. 280), mencionando crítica de Candido a Freyre:

[...] o autor de Casa-grande & senzala seria um escritor que ainda detinha a visão senhorial e aristocrática da história brasileira e que, no entanto, também havia sido um inovador capaz de ter seus momentos progressistas e de trazer no bojo de sua interpretação do Brasil elementos que problematizavam a visão senhorial do país.

Na 48ª edição de Casa-grande & Senzala, Cardoso (2003, p. 22) ao fazer a apresentação da obra, menciona,

É indiscutível, contudo, que a visão do mundo patriarcal de nosso autor assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que ele valorize a cultura negra e mesmo o comportamento do negro como uma das bases da “brasilidade” e que proclame a mestiçagem como algo positivo, no conjunto fica a sensação de uma certa nostalgia do “tempo dos nossos avós e bisavós”. Maus tempos sem dúvida para a maioria dos brasileiros.

Críticas à parte, é inegável que Gilberto Freyre, inova nas análises sociais de sua época. Apesar de não trazer a totalidade do que foi aquele momento, aponta elementos prementes do período,

principalmente em relação ao cotidiano do espaço da casa-grande. Sua intenção, possivelmente não fora a de explicar a realidade complexa que caracterizava o momento histórico, contudo os fragmentos apontados em seus escritos, nos permitem visualizar e esboçar posicionamento sobre a referida sociedade, como bem menciona Cardoso (2003, p. 24). Freyre:

[...] Sugere, é incompleto, é introspectivo, mostra o percurso, talvez mostre o arcabouço de uma sociedade. Mas não “totaliza”. Não oferece, nem pretende uma explicação global. Analisa fragmentos e com eles faz-nos construir pistas para entender partes da sociedade e da história.

É nesse contexto de sugestões e incompletudes que situamos as pistas apontadas pelo autor, a respeito das infâncias que se apresentavam naquele momento histórico.

SEGUINDO AS PISTAS: SITUANDO AS INFÂNCIAS A CRIANÇA BRANCA

A infância na sociedade patriarcal constituía-se em um período de curta duração. A mortalidade infantil era frequente naquela sociedade. Muitas crianças morriam ao nascer, outras sobreviviam até os primeiros anos de vida. As doenças da infância, cuidados e questões sanitárias da época contribuíam para o crescente número de óbitos entre os pequeninos.

No sentido de abrandar essa realidade, a Igreja católica impregnava a ideologia comparativa: criança/menino-deus. Logo, a figura dos pequenos como seres angelicais, era a imagem que se propagava no cenário da mortalidade infantil. Assim, uma criança que morria, o “anjinho”, teria lugar resguardado no céu. Sua prematura existência, em vez de pranto exacerbado, deveria ser regozijada, visto ser a vontade divina.

A identificação da criança com os anjos, na verdade fora um artifício, que serviu como justificativa pelos jesuítas para amenizar a alta mortalidade resultante do cruzamento entre brancos e índios, o aumento das doenças resultantes do contato e os consequentes óbitos advindos a população infantil. Essa mesma lógica serviu de consolo as famílias de origem europeia, que abarcando a ideologia canônica, chegavam a manifestar uma alegria mórbida com a morte da criança-anjo, a qual iria para o céu, junto “a nosso Senhor”.

A referida concepção contribuía para aceitação do quadro, sem maiores alardes, até porque era frequente nesse cenário, o nascimento de muitas crianças, e assim o extenso número de filhos por famílias.

A verdade é que perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família de hoje. Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Ou então era mau-olhado. Cousa feia. Bruxedo. Feitiço. Contra o que só as figas, os dentes de jacaré, as rezas [...] (FREYRE, 2003, 366).

A mortalidade infantil era compensada pelo fato de serem fecundas as mães brasileiras nas famílias patriarcais. De acordo com registros, genealogias, tradições de famílias, testamentos [...] podemos avançar a generalização de que o número de filhos legítimos, numa família patriarcal típica do Brasil que atingiam a adolescência ou mocidade, regulava, nos séculos XVIII ou XIX, e provavelmente no século XVII, entre 10 e 20 (FREYRE, 2003, 406).

As crianças que sobreviviam, nos primeiros anos de vida, até seis ou sete anos de idade também eram tratadas como anjos, sendo protegidas e aceita suas gracinhas. Sobre isto, na obra *Sobrados* (1936), Freyre descreve que, a criança quando menino era “criado como anjo: andando nu em casa como um Menininho Deus.

É só com a entrada dos bacharéis e médicos de família, às casas dos senhores, no século XIX, denunciando situações antissociais e higiênicas da época, que as causas em relação a mortalidade infantil são questionadas, e a concepção/justificativa dos religiosos, perde sua força. Os óbitos infantis agora passam a ser vistos por uma perspectiva higienista.

Percebe-se que a ideologia da adoração da criança como anjo perdurou durante muito tempo, e dentro deste contexto, era só a partir dos sete anos que a referida impressão se modificava. Àquelas, pelo entendimento da época adentravam no estado da razão, passando da concepção da criança a imagem do “menino-deus” para a imagem do “menino-diabo”. Neste contexto pressupunha-se que já estivessem aptas a adentrar no mundo dos adultos, sendo um período propenso a punições e castigos por parte de pais, tios, padres e mestres, a fim de lhe imprimir, disciplina e preparo para a inserção social. *“Esse caráter pedagógico, disciplinar e correccional chegava aos moldes de crueldade e sadismo não somente nas casas grandes, mas também nos colégios de padres. É nessa tradição que parte da infância*

brasileira foi educada até boa parte do século XX” (COSTA, 2015, p. 53). Neste período, criança era tolerada desde que:

[...] não se aproximasse dos adultos, nem levantasse a voz na presença deles, nem se desse a afoitezas de respondão. Respondesse baixo mesmo aos que falassem com ele gritando, quase como aos negros; desaparecesse da sala quando os grandes estivessem conversando; brincasse sem fazer assuada. Guardasse dos mais velhos uma distância de inferior, de subordinado, de subserviente (FREYRE, 1936, p. 180).

A criança assim, ao mesmo tempo que deveria se aproximar da razão do adulto, deveria manter respeito e um certo afastamento dos mesmos, apresentando ante os tais, condição de subordinação.

É importante destacar que nos moldes do que acontecera no período anterior à modernidade europeia, cujos valores refletem o ideário de “criança como adulto em miniatura”, a destacada noção apresenta-se por aqui em cronologia tardia se comparada aquele contexto. Contudo com a mesma precocidade com que fora em momento retrógrado naquela sociedade. Conforme Costa (2015, p. 49):

A infância na sociedade patriarcal acabava precocemente, o que refletia a prematuridade da criança em se tornar um jovem ou adulto. A criança chegava a ter vergonha da sua infância e passava a modificar o seu comportamento imitando os adultos, seja nos trajes ou na maneira de se portar socialmente. Havia um sentimento de completa inferioridade em relação a si e ao mundo do adulto.

Freyre (2003, p.499) menciona essa situação ao destacar que:

Os viajantes que aqui estiveram no XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta; botinas pretas; o andar grave, os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro.

Meninos-diabos eles só eram até os dez anos. Daí era diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível,

adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus que Spix e Martius viram com espanto ostentada pelos brasileiros.

A precocidade dos meninos coadunava com o desejo dos pais, senhores do poder, em tornar os filhos viris, machos, iniciando-os nos prazeres sexuais, visto evitarem que estes se tornassem “efeminados”, o que na época era entendido como vergonhoso e não passível de aceitação.

Nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O folclore da nossa antiga zona de engenho de cana e de fazenda de café quando se refere a rapaz donzelo é sempre em tom de debique para levar o maricas ao ridículo. O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeiro. Deflorador de mocinhas. E que não tardasse a empenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos (FREYRE, 2003, p. 456).

A preocupação com a vida sexual dos sujeitos parece também ter influenciado a precocidade da infância feminina, a qual tinha brevidade, visto se evitar que a menina se envolvesse com as paixões da mocidade, sendo “deflorada”, o que configuraria uma “densonrada” para a família e sociedade da época.

As meninas aos doze, treze, catorze anos eram estimuladas a casar, sendo este o momento de maior atrativo para elas. As que aos quinze anos chegassem sem tal condição, tornavam-se motivo de preocupação aos pais, visto atingirem a idade de maturidade para o matrimônio. Aos dezoito anos, as mulheres eram consideradas “matronas”, idade de maturidade plena. Aquelas que aos vinte anos não estivessem casadas eram consideradas como “moça solteirona” (COSTA, 2015, p. 56).

[...] Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessa a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona. O que hoje é fruto verde naqueles dias tinha-se medo que apodrecesse de maduro, sem ninguém o colher a tempo (FREYRE, 2003, p. 429).

Havia um cuidado excessivo pela preservação da virgindade da menina, que deveria ser entregue ao casamento casta e pura.

[...] Basta recordarmos o fato de que, durante o dia, a moça ou me-

nina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas. Mais uma prisão que aposento de gente livre. Espécie de quarto de doente grave que precisasse da vigília de todos (FREYRE, 2003, p. 422).

É certo dizer que desde a primeira comunhão, as meninas deixavam de ser criança, tornavam-se sinhás-moças. Este era um grande dia, repleto de pompa, indumentária específica para celebrar o momento, o qual só perdia em esplendor, para o dia do casamento, o qual era escolhido pelos pais, que elegiam o noivo da filha, levando em consideração prestígio e posse de homens na maioria das vezes bem mais velho que as donzelas.

[...] Aí vinha colhê-las verdes o casamento: aos treze e aos quinze anos. Não havia tempo para explodirem em tão franzinos corpos de menina grandes paixões lúbricas, cedo saciadas ou simplesmente abafadas no tálamo patriarcal. Abafadas sob as carícias de maridos dez, quinze, vinte anos mais velhos, e muita das vezes desconhecidos das noivas. Maridos da escolha ou da conveniência exclusiva dos pais. Bacharéis de bigodes lustrosos de brilhantina, rubi no dedo possibilidades políticas. Negociantes portugueses redondos e grossos, suíças enormes; grandes brilhantes no peitilho da camisa, nos punhos e nos dedos. Oficiais. Médicos. Senhores de engenho [...] (FREYRE, 2003, p. 423).

O destino destas moças era certo, tornarem-se donas de casa, restrita a olhar ao redor das casas-grandes a partir de suas varandas. Muitas morriam aos primeiros partos, visto as condições de saúde do tempo, ou próprias da anatomia franzina, mal resistindo a gravidez no corpo, ainda de menina.

Um fato triste é que muitas noivas de quinze anos morriam logo depois de casadas. Meninas. Quase como no dia da primeira comunhão. Sem se arredondarem em matronas obesas, sem criarem buço, sem murcharem em velhinhas de trinta ou quarenta anos. Morriam de parto – vão todas as promessas e rogos à Nossa Senhora da Graça ou do Bom Parto. Sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feitos pelas negras de restos de vestidos (FREYRE, 2003, p. 432-433).

Nestes fragmentos percebemos a condição da criança branca (menino e menina), no contexto das casas grandes.

A CRIANÇA NEGRA

A realidade da infância negra apesar de comungar com a precocidade do tratamento das crianças brancas, filhas dos senhores das casas-grandes, apresentava peculiaridades que denotam o tratamento para com o negro naquele momento histórico, os quais sob a égide do pensamento colonial foram colocados na condição de escravos. As crianças negras deste cedo eram criadas para servir. Aprendiam na senzala os afazeres dos pais. Quando bebês acompanhavam as mães no trabalho, sendo carregadas nas costas por horas a fio, o que muitas das vezes resultou em modificações anatômicas no formato de seus membros inferiores. Em outros momentos eram deixadas a parte, até que as mães terminassem os afazeres.

Freyre (2003, p. 442) mencionando trabalho de Sá de Oliveira publicado em 1895 descreve que:

[...]obrigadas as negras, no trabalho agrícola de longas horas por dia, a trazerem os filhos atados às costas – costume seguido na África, mas só durante viagens ou pequena parte do dia- ‘veem mais tarde os seus filhos ficarem com as pernas defeituosas, arqueadas de modo que, tocando-se pelos pés formam uma elipse alongada’. Por outro lado, quase todas, obrigadas a se entregarem a ocupações agrícolas ou domésticas, atiravam os filhos ao berço, à esteira ou à rede – aí permanecendo as crianças dias inteiros.

[...] Brandão Júnior refere o fato de um fazendeiro no Maranhão que obrigava as escravas negras a deixarem seus filhos, crianças ainda de mama, no *tejudabo*, metidos até o meio do corpo em buracos para esse fim cavados na terra. O fim era evidentemente assegurar-lhe a imobilidade, evitando-se o perigo de engatinharem para o mato, ou para os pastos, chiqueiro, estrebaria etc.

Amenizando o que na realidade ocorria com o negro nas casas-grandes, como bem se sabe, casos de maus-tratos, Freyre (2003, p. 435) descreve que algumas crianças, juntamente com homens e mulheres advindas da senzala, para cumprir funções de “amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos”, ficavam na família na condição “de pessoas da casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias”.

O menino negro trazido à casa-grande exercia função de brinquedo, ou qualquer coisa que o “senhorzinho” branco em cres-

cimento, quisesse fazer dele. Situações muita das vezes carregada de humilhações e maus-tratos, fato que refletia o sadismo, que desde cedo aquele já manifestava. Sobre isto Freyre (2003, p. 419-420) destaca:

Suas funções foram as de prestadio mané-gostoso, manejado à vontade por nhonhô; apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pós de serra e de pano como os judas de sábadô de aleluia, e não de carne como os meninos brancos. [...] Nas brincadeiras muitas vezes brutas, dos filhos dos senhores de engenho, os moleques serviam para tudo: eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de leiteiras e de cargas as mais pesadas. Mas principalmente cavalos de carro. Ainda hoje, nas zonas rurais menos invadidas pelo automóvel, onde velhos cabriolés de engenho rodam pelo massapê mole, entre os canaviais, os meninos brancos brincam de carro de cavalo “com moleques e até molequinhas filhas das amas”, servindo de parelhas. Um barbante serve de rédea; um galho de goiabeira, de chicote. É de supor a repercussão psíquica sobre os adultos de semelhante tipo de relações infantis – favorável ao desenvolvimento de tendências sadistas e masoquistas.

O menino negro trazido para a casa-grande era aquele que além de companheiro de brinquedos, iniciava muita das vezes o menino branco no amor físico, a semelhança do que fora o escravo púbere ao senhor moço na organização patrícia do Império Romano (FREYRE, 2003, p. 113).

A criança negra do sexo feminino, tão quanto a do sexo masculino, sofria do sadismo imposto por seus senhores. Por um lado, era submetida aos caprichos do patriarca nas casas-grandes, sendo por ele, muitas das vezes abusada sexualmente. Outras, do mesmo modo que o menino, servia como aquela que iniciava no sexo, os herdeiros da citada família. A menina na condição de mucama, contava sobre si, com o domínio de suas sinhás, as quais mais tarde na condição de matronas, costumavam nutrir ciúmes em relação a estas. Isto em decorrência da beleza que possuíam e/ou da preferência sexual de seus maridos pelas tais.

Sobre a criança do sexo feminino, principalmente, se aguçava o sadismo, pela maior fixidez e monotonia nas relações da senhora com a escrava [...] Sem contatos com o mundo que modificassem nelas, como nos rapazes, o senso pervertido de relações humanas; sem outra perspectiva que a da senzala vista da varanda da casa-grande,

conservavam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as mucamas que na infância sobre as negrinhas suas companheiras de brinquedo.

[...] Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos (FREYRE, 2003, p. 420-421).

A CRIANÇA INDÍGENA

Casa-grande e Senzala além de trazer o cotidiano do Brasil Colonial referente a contribuição de brancos e negros a partir da ótica do autor, menciona a contribuição do indígena na formação do povo brasileiro. E é assim que percebemos o modo como a criança indígena é descrita na obra.

Do menino, aliás, salientaremos mais adiante o papel que representou em momento, se não dramático, decisivo, de contato entre as duas culturas, a europeia e a indígena; quer como veículo civilizador do missionário católico junto ao gentio, quer como o conduto por onde preciosa parte de cultura aborígene ocorreu das tabas ara as 'missões' e daí para a vida, em geral, da gente colonizadora. Para as próprias casas-grandes patriarcais (FREYRE, 2003, p. 198).

Sobre o modo como os indígenas eram tratados, enfatiza-se o fato de que a semelhança de outras crianças, mantinha-se sobre eles as expectativas dos adultos, as quais o envolviam em sentido profilático *“correspondendo a receios da parte dos pais de espíritos ou influências malignas”* ou pedagógicos, *“visando orientar o menino no sentido do comportamento tradicional da tribo ou sujeitá-lo indiretamente à autoridade dos grandes”* (FREYRE, 2003, p. 198).

A infância do indígena era rodeada de superstições e medos de animais monstruosos. Apesar de crescerem livres de castigos corporais e de disciplina paterna ou materna, não deixavam de seguir *“uma espécie de liturgia ou ritual”*.

Ao atingir a puberdade cortavam-lhe o cabelo no estilo que frei Vicente do Salvador descreve como de cabelo de frade, também à menina cortava-se o cabelo à homem. A segregação do menino, uma vez atingida a puberdade, nos clubes ou casa secretas dos homens chamadas *baito* entre as tribos do Brasil Central, parece que visava

assegurar ao sexo masculino o domínio sobre o feminino, educar o adolescente para exercer esse domínio. Eram casas vedadas às mulheres (a não ser as velhas, masculinizadas ou dessexualizadas pela idade) e aos meninos, antes de iniciados. Nelas se guardavam as gaitas e os maracás que mulher nenhuma se lembrasse de querer avistar mesmo de longe significava a morte certa. Durante a segregação o menino aprendia a tratar a mulher de resto; a sentir-se sempre superior a ela; a abrir-se em intimidades não com a mãe nem com mulher nenhuma, mas com o pai e com os amigos (FREYRE, 2003, p. 207).

Freyre descrevendo posicionamento dos primeiros cronistas relata que não havia castigo corporal nem disciplina de pai e mãe entre os indígenas do Brasil.

Apesar de cotidianamente, não infringirem castigos e punições aos filhos, estes possuíam provas de iniciação bastante rudes. *“Algumas tão brutas que o iniciado não as suportava e morria em consequência do excessivo rigor. Já nos referimos à flagelação, à tatuagem, à perfuração do septo, dos lábios e das orelhas; outras provas em uso eram a de arrancar os dentes e a de limá-lo [...]”* (FREYRE, 2003, p. 207). As citadas provas, estavam a cargo dos mais velhos e visavam a formação moral e técnica do menino indígena.

Neste contexto, um outro elemento na obra nos chamou atenção, a saber, a descrição de Léry em relação a higiene e cuidado das mães as crianças pequenas: *“O menino crescia livre de fraldas, cueiros e panos que lhe dificultassem os movimentos. Mas não implicava essa liberdade em descuido das mães”* (Freyre, 2003, p. 210).

No capítulo referente a contribuição do indígena a formação social brasileira, Freyre, enfatiza o posicionamento da mulher. A ela ele atribui a base física da família, considerando-a, elemento central de cultura material, na formação brasileira. *“Do indígena se salvaria a parte por assim dizer feminina de sua cultura. Esta, aliás, quase que era só feminina na sua organização técnica, mais complexa [...]”* (FREYRE, 2003, p. 230).

Neste contexto fica subentendido, o modo como a menina indígena viria a ser tratada, ou seja, aprendendo com a mãe, os costumes e tradições da comunidade. Na obra, contudo não percebemos destaques maiores, que enfatizassem a educação da criança indígena do sexo feminino, por isso o fato de aqui, não citarmos outros fragmentos.

DIFERENÇA E SEMELHANÇA NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE

Percebemos nos pontos destacados, que havia uma sensível diferença no tratamento e expectativas relacionadas as crianças no período Colonial. Isto tanto relacionado a questões socioculturais, como as específicas a relação de gênero, algo que abre margem para a necessidade de estudos aprofundados na área.

É importante mencionar que, apesar das diferenças existentes entre os elementos que compuseram a nossa cultura, a saber: indígenas, brancos e negros, e o tratamento recebido pelas crianças desde a tenra idade, um elemento é comum entre ambos, a saber: o medo.

A dinâmica da infância brasileira no período colonial, fora repleta de figuras fantasiosas, as quais se apresentam como elemento “pedagógico” no imaginário dos pequenos.

Novos medos trazidos da África, ou assimilados dos índios pelos colonos brancos e pelos negros, juntaram-se aos portugueses, da côca, do papão, do lobisomem; ao dos olharapos, da cocaloba, da farranca, da Maria-da-Manta, do trangomango, do homem-das-sete-dentaduras, das almas penadas. E o menino dos tempos coloniais viu-se rodeado de maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os outros meninos do mundo. Nas praias o homem-marinho-terrível devorador de dedos, nariz e piroca de gente. No mato, o saci Pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda parte a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão, o tatu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d'água. À beira dos rios, o sapo-cururu. De noite as almas penadas [...] (FREYRE, 2003, p. 411).

Os seres fantásticos eram apresentados as crianças pelos adultos através de canções e histórias. Possuíam uma função educativa e disciplinar. A criança internalizava e acreditava em uma realidade imaginária e definidora de atitudes, a qual funcionava como verdade instaurada, levando-a a se comportar a partir daquele mediador.

O imaginário da criança colonial, rodeado de figuras monstruosas que rondavam “atrás de meninos malcriados e teimosos”, impunha um adestramento de sentidos, no qual o medo figurava como elemento psíquico central.

Por traz desta roupagem estava presente o adulto, o qual

definia a figura, o sentido e as consequências para a “suposta transgressão”, a qual deveria ser “corrigida” pelo ser fantástico. Em alguns contextos, a relação de terror imaginário se confundia com o terror real, uma vez que existia também um ser de carne e osso (pais, mestres, padres e outros), que rondava não só o imaginário, como o cotidiano concreto do infante, estando propenso a puni-lo, castigá-lo, e assim impor sua lei e superioridade.

Crianças assim, quer seja pelo terror imaginado, quer seja pelo terror real, deveriam se manter na posição de submissão e subalternidade, uma vez que incompletos, em formação, “tutelados”.

Vemos aqui, que na diversidade social e cultural das infâncias da Colônia, a razão da obediência, da ordem, da Lei do mais “velho” para com “o menos experiente”, era o que imperava, configurando-se com o que ousamos definir como a grande semelhança, no contexto da diferença existente entre os pequenos, independentemente de sua condição de raça, etnia, gênero, cultura, posicionamento social/econômico e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizar a infância no período colonial é algo que demanda mergulho profundo em elementos de nossa história. A temática a partir dos escritos de Freyre, por si só, é fato que requer esforço intelectual maior, visto que o tema, apesar de se apresentar em fragmentos nos escritos do autor, está presente em várias de suas obras. Nossa pretensão no presente trabalho restringiu-se à obra *Casa-Grande e Senzala*, embora ao longo do manuscrito, visando diálogo com o pensamento do autor citássemos trechos de outras obras por ele produzidas. Citações estas, que comungavam com o que aqui se queria expor.

Percebemos através da aproximação com a obra de Freyre, que seu escrito é permeado por hibridismos, antagonismos e perspectivas conciliatórias em relação aos elementos que formaram a base de nossa sociedade. Apesar das críticas que a ele tem sido feita, acreditamos que ainda não se tem dado o crédito necessário ao seu trabalho em relação a História, Antropologia e Sociologia da Criança brasileira. Também ao fato de Freyre, no Brasil ter se antecipado aos estudos em torno desta questão, os quais segundo Burke (2002), só emergiram de fato, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX.

O estudo da criança brasileira a partir da sociedade patriarcal dos séculos XVI ao XIX, em Freyre, permitiu-nos ter noções de conceitos e expressões, que ganharam sentido social naquele momento histórico, e que de certo modo, comungavam com expressões utilizadas em estudos relacionados a sociedade europeia de momentos anteriores. As referidas expressões e conceitos, aqui foram ressignificados, ganhando sentido peculiar a sociedade patriarcal brasileira.

Chamou-nos a atenção as diferenças socioculturais de tratamento e comportamento para com as crianças destes trópicos. Poderíamos mencionar que as mesmas se apresentam em posicionamento plural, sendo-lhe semelhante o posicionamento “tutelar” na relação vertical do adulto para com a criança, corroborado por uma pedagogia de imposição e medo, que domesticava o imaginário, os sentidos e a maneira das “infâncias” serem e se comportarem no mundo.

Casa-grande & Senzala além de trazer a imagem histórica das infâncias brasileiras do período patriarcal, conduziu-nos a pensar nas crianças e infâncias de nosso tempo, colocando em suspensão os questionamentos: qual a visão que temos a respeito dos referidos sujeitos na atualidade? Como a partir dessa visão temos nos posicionado como educadores e nas instâncias sociais diversas? Como os contextos educacionais e demais setores sociais estão construindo na atualidade, a história das infâncias brasileira e especificamente, amazônidas? Como este segmento tem sido visto em cenário nacional e no contexto amazônico? Como a sociedade amazônida, no contexto do entendimento de crianças como sujeito de direitos, postulado no ECA, vem entendendo e possibilitando a construção de conhecimento a respeito da sociologia da criança/infância?

Essas inquietações entre tantas outras, levam-nos a acreditar que a produção de conhecimentos em torno das infâncias em cenário brasileiro/amazônico precisa ganhar evidência. Que mais pesquisadores se aventurem a conhecer tal realidade, revisitando clássicos, discutindo-os e construindo novos saberes. Mais que isso, que se permitam transitar em um campo de produção, no qual ainda existe uma grande lacuna, a saber: o desafio de se pesquisar a formação do pensamento social da criança no Brasil e peculiarmente, na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Roberta Martins; REIS, Cláudio. O ECA e a educação: a criança e a infância nos caminhos do direito brasileiro. II Simpósio Nacional de Educação. XXI Semana de Pedagogia. Infância, Sociedade e Educação. 13 a 15 de Out. de 2010. Cascavel, 2010.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em 15 de jan. de 2018.

BURKE, Peter. O Pai do Homem: Gilberto Freyre e a história da infância. In: GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez; FONSECA, Edson Nery (org.). Casa-grande & senzala: edição crítica. Madri; Barcelona; La Havana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002. p. 786-796.

CANDIDO, A. Aquele Gilberto. In: _____. Recortes. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. In MELO, A. C, saudosismo e crítica social em Casa grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia, estudos avançados 23 (67), 2009, p. 279-296.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

LEVIN, Esteban. A infância em cena – Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>. Acesso em 06 de jan. de 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. A meninice no pensamento de Gilberto Freyre. Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais, nº 43, Julho/Dezembro de 2015, p. 203-218.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

RELAÇÕES HOMOAFETIVAS NAS PINTURAS RUPESTRES DO PNSC – PI¹

Michel Justamand

Gabriel Frechiani de Oliveira

Vitor José Rampaneli de Almeida

Leandro Paiva

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Matteus Freitas de Oliveira

Vanessa Belarmino da Silva

Giovanna Neiva Luz

APRESENTAÇÃO

Parece-nos necessário, a título de informar detalhes relevantes, realizar uma breve apresentação para quem lerá nosso artigo. Um deles é que esses escritos são um desdobramento apropriado de pesquisas de campo (ocorridas para a realização de nossos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorados), publicações de livros (JUSTAMAND, 2014; JUSTAMAND; FUNARI e ALARCÓN-JIMÉNEZ, 2016; JUSTAMAND et al, 2017;), capítulos (JUSTAMAND, 2017, 2019; JUSTAMAND et al, 2019), artigos em revistas digitais e/ou impressas (JUSTAMAND, 2012, 2014, 2016, 2018; JUSTAMAND et al, 2017; JUSTAMAND e FUNARI, 2017; GOMES FILHO et al, 2018; JUSTAMAND et al, 2019a, 2019b, 2019c; COLLING et al, 2019; JUSTAMAND et al, 2020; BUCO et al, 2020; JUSTAMAND et al, 2021a, 2021b, 2021c; JUSTAMAND e OLIVEIRA, 2021), e, também, apresentações em eventos acadêmicos/científicos pelas/os componentes do presente texto.

As/os autoras/es trataram das questões de sexualidade, gênero, falos, vulvas, zoofilia e outros temas em alguns de seus trabalhos, participaram de eventos e publicaram conjuntamente resumos, artigos, artigos estendidos e capítulos, nos ANAIS dos eventos. Foram congressos nacionais e internacionais sobre arte rupestre²,

¹Esse texto foi originalmente publicado em forma de artigo digital na Revista de História da Arte e da Cultura, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no v.2, n.2, jul-dez 2021, com o título A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara/PI, Brasil, pelos mesmos autores. Nessa publicação em forma de capítulo ganhou atualizações, ampliações de debates e revisões.

²Apresentamos as seguintes comunicações orais: 1 - Cenas de representações sexuais

arqueologia³, história⁴, antropologia⁵, patrimônio⁶, gênero⁷ e da diversidade sexual⁸.

nas pinturas rupestres da Serra da Capivara – PI, no X SIAR - Simpósio Internacional de Arte Rupestre, em Teresina, 2014; 2 - Representações das genitálias masculinas e femininas nas pinturas rupestres da Serra da Capivara – Piauí/Brasil, no Primer Congreso Nacional de Arte Rupestre, em Rosário, Argentina, 2014; 3 - Representações fálicas nas pinturas rupestres da Serra da Capivara – Piauí/Brasil, no XIX International Conference Arte Rupestre – IFRAO, Cáceres, Espanha, 2015; e, por fim, 4 - Representações de relações sociais entre pessoas de mesmo sexo nas cenas de pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara PI/Brasil, na VII Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre – ABAR, em Diamantina, 2018.

3 Apresentamos as seguintes comunicações orais: 1 - O feminino rupestre em São Raimundo Nonato – PI: muito antes de 1500, na VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul, em Goiânia, 2012; 2 - Representações fálicas nas pinturas rupestres da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato – Piauí, na III Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Núcleo Regional Nordeste, em São Luiz, 2014; 3 - Representações fálicas nas pinturas rupestres da Serra da Capivara, Piauí – Brasil, no XXVI Valcamonica Symposium, Prospects for the Prehistoric Art Research 50 years since The Founding of Centro Camuno, Valcamonica, Itália, em 2015; 4 - Mulher não é só sexo na serra: o feminino nas cenas de pinturas rupestres em São Raimundo Nonato – XVIII, Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Goiânia, 2015; 5 - Representações dos falos nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – Piauí, na IV Semana de Arqueologia dos Descendentes do MAE – USP, 2015; 6 - Representações de relações sociais entre pessoas de mesmo sexo nas cenas de pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-PI/Brasil, na I SEMANA DE ARQUEOLOGIA DA UFPE, em Recife, 2018; 7 - Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas de mesmo sexo nas cenas de pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-PI/Brasil, na VI Semana Internacional de Arqueologia dos descendentes do MAE-USP, em São Paulo, 2019; por fim a 8 - Representações de relações sexuais e sociais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara/Piauí, no I Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF, em São Raimundo Nonato, 2019.

4 Apresentamos as seguintes comunicações orais: 1 - O feminino nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato-PI. No seminário História e Representação: cultura, política e gênero, na PUC/SP, em 2011 e 2 - Representações de relações sociais entre pessoas de mesmo sexo nas cenas de pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara PI/Brasil, na XVII Semana de História da PUC/SP, em São Paulo, 2018.

5 Apresentamos as seguintes comunicações orais: 1 - As representações da mulher nas pinturas dos sítios arqueológicos de São Raimundo Nonato PI, na III Semana de Antropologia, na UFAM, em 2011; 2 - O feminino rupestre em São Raimundo Nonato Piauí: muito antes de 1500, no II CIAEE – Congresso Iberoamericano de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, em Dourados, 2012; e, por fim, 3 - Representações dos falos nas cenas rupestres no parque nacional serra da capivara e em seu entorno, São Raimundo Nonato – PI/Brasil, no III CIAEE – Congresso Ibero Americano de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, em Dourados, 2015.

6Apresentamos a comunicação oral: Representações fálicas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno, PI/BRASIL, no Seminário Patrimônio Imaterial: lugar, cotidiano e existência, em São Raimundo Nonato, 2015.

7Apresentamos a comunicação oral: As mulheres nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no PI: muito antes de 1500, no II Seminário Enlaçando Sexualidades, Salvador, em 2011.

8Apresentamos a comunicação oral: Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas de pinturas rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara – PI, no IX Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e

Nesses eventos tivemos, sem dúvidas, muitas oportunidades, dentre essas as de ouvir, ver, falar, se expressar e, fatalmente, contribuir com alguma ideia, reflexão, além de, certamente, aprender muito sobre as muitas questões voltadas a multiplicidade da sexualidade humana ancestral e também da atual. Fizemos amizades⁹. Fomos absorvidos pela causa e luta por conquistas. Assim, esse texto é a nossa contribuição escrita depois de tomarmos posse de inúmeros saberes contidos nesses espaços acadêmicos, de pesquisa e de afetividade.

A nossa torcida é para que gostem! Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos registros rupestres localizados no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC localizado no sudoeste do Estado do Piauí que retratam possíveis cenas de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo e de outras temáticas relevantes ao assunto. Juntamente com a apresentação das cenas, registradas durante pesquisas de campo nos sítios arqueológicos do PNSC, realizamos sua apreciação fundamentadas nos referenciais teóricos desenvolvidos pelas professoras Niède Guidon, Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin, juntamente com estudos em arqueologia e antropologia que dialogam com as teorias e estudos da crítica feministas¹⁰ e LGBTQIA+, alinhadas ao debate de Arqueologias Queer e de Gênero, tais como, Loredana Ribeiro (2017a e 2017b), Fabiano Gontijo e Denise Schaan (2017), Violet Baudelaire Anzini (2020) e Shay de los Santos Rodriguez.

O PNSC tem sido local de pesquisas e reflexões sobre a presença humana ancestral e suas produções técnico-científicas e sociais desde os anos 1970, do século XX. Tal investimento científico se iniciou com a Missão Francesa, liderada, à época, pela arqueóloga Niède Guidon, com apoio de outros investigadores (GUIDON,

de Gênero da ABEH, o CINABEH, Fortaleza, em 2018.

9Ampliando nossas amizades: <https://gigaufba.net/gig-participa-do-ix-cinabeh/>

10Concordando com Ribeiro (2017a e 2017b), Gontijo e Schaan (2017) e Anzini (2020) compreendemos que não existe um pensamento feminista único nas ciências humanas e, tão pouco, disseminado nos movimentos sociais de luta e resistência. A singularidade ligada ao termo estudo feminista foi ampliada para a compreensão de múltiplos feminismos, no plural, desde os estudos de Scott (1990). As contribuições de feministas negras, lésbicas, latinas, queer e indígenas, como Gonzalez (1988), Butler (2003), Lugones (2014) e Costa (2014) abrem espaço para uma crítica feminista aliada aos estudos culturais, fenomenológicos e com forte presença da descolonialidade.

1991). Na região, foram, e continuam sendo realizados inúmeros trabalhos arqueológicos, paleontológicos, educacionais e ambientais, entre outros. Logo, compreende-se que este espaço socioambiental ainda reserva muitas descobertas para a ciência brasileira e mundial. Dada sua importância, o parque recebeu o reconhecimento da comunidade acadêmica graças às pesquisas arqueológicas realizadas, especialmente quanto às artes rupestres - principalmente, as pinturas. Essas pesquisas acabaram por colaborar com a elevação do PNSC à categoria de Patrimônio da Humanidade, em 1991, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO (PESSIS, 2003).

O parque e sua circunvizinhança são ricos em vestígios arqueológicos e paleontológicos (QUEIROZ et al, 2020). O PNSC toma maior importância se mencionados os sítios que apresentam as interações entre homem-megafauna, que como aponta BELÓ (2012), são raros tanto no Brasil como em países da América do Sul, sendo o sítio da “Toca da Janela da Barra do Antonião” que abriga significativo registro dessa relação. Os vestígios arqueológicos de grupos humanos ancestrais, suas produções cerâmicas e materiais líticos – pedras lascadas e polidas, e seus registros comunicativos e artísticos compõem os diversos sítios arqueológicos do PNSC.

O desenvolvimento das pesquisas científicas no PNSC são motivos da maior disputa arqueológica dos últimos anos nas Américas, porque apontam para o povoamento em terras *brasilis* muito anterior ao que se poderia supor/imaginar em pesquisas anteriores (ETCHEVARNE, 1999, 2000; ADOVASIO; PAGE, 2011). Independentemente das polêmicas dos materiais líticos encontrados, as pinturas rupestres são os vestígios dos humanos ancestrais que aparecem em abundância e que se destacam aos olhos de qualquer habitante local, turistas e pesquisadores/as, sendo observadas nas rochas representações das caçadas, lutas, rituais religiosos, relações sociais e os mais variados tipos de relações sexuais (MELTZER; ADOVASIO; DILLEHAY, 1996; JUSTAMAND; FUNARI e ALÁRCON-JIMÉNEZ, 2018; JUSTAMAND, 2019).

Frente a essa diversidade de artefatos arqueológicos, no presente estudo usaremos como fonte principal as pinturas rupestres que tratam sobre a temática da sexualidade humana ancestral e suas múltiplas práticas sociais, com ênfase a possível relação homoafeti-

va, inscritas nas rochas do PNSC (GOMES FILHO et al, 2018; JUSTAMAND et al, 2019a, 2019c, 2019d; JUSTAMAND et al, 2021d). As ideias de análise sobre esse tema surgiram a partir da expedição científica, realizada entre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, no PNSC, onde foram observadas e registradas diversas pinturas rupestres, nos 51 sítios visitados.

Destaca-se que esses locais foram escolhidos previamente e com cuidado, visando a obtenção da experiência interpretativa que se difere, metodologicamente, dos trabalhos quantitativos e classificatórios da arqueologia como os anteriormente realizados por Guidon (1991) e Pessis (2013). Influenciados por Martin (1984) ao estudar o amor, a violência e a solidariedade nas pinturas rupestres do PNSC, nos distanciamos da arqueologia anterior, a conquista em busca de gerar, nas fendas das representações do que entendemos como possíveis manifestações de sexualidades, subvertem olhares biologizantes, binaristas e heteronormativos como nos alerta Colling et al (2019) e Anzini (2020). Nossa escolha objetivou reunir o maior número possível de cenas sexuais/sociais entre pessoas representadas do mesmo sexo (JUSTAMAND et al, 2019a, 2019c, 2019d), que são pouco analisadas e/ou inéditas nas publicações acadêmicas (GOMES FILHO et al, 2018).

Os diálogos entre pesquisadoras, pesquisadores e o condutor Mário Filho (credenciado para atuar no parque), contribuíram para sistematização do levantamento de informações e planejamento da atividade de campo. O auxílio do condutor no território do PNSC se tornou necessário porque, para além da dificuldade de circular dentro do parque, em virtude das suas dimensões, acidentes geográficos e perigos iminentes, como animais selvagens, as informações sobre a dimensão sentida e apreendida da paisagem, a partir dos diálogos no pré campo, campo e pós campo, revelava para nós outra arqueologia do presente, diferente desta que nos desafia a entender as possíveis cenas sexuais, devido às limitações metodológicas para leituras temporais e contextuais tão emblemáticas para as ontologias do presente (GONTIJO e SCHAAN, 2017).

As relações que atualmente concebemos como homoafetivas, estão presentes nas cenas rupestres da Serra da Capivara, desafiando a manutenção de um Sistema¹¹ generificado e generificante

11O termo aparece no trabalho de Rodriguez e Anzini (2020) ao se referir ao sistema cis heterossexual. O Sistema, corresponde ao que Bulter (2003) compreende enquan-

que mantem um discurso naturalizador e atemporal da simetria entre sexo, gênero e sexualidades, desestabilizando o binarismo e os desejos heteronormativos que são reiteradas pelas instituições que governam os corpos de nossa era (HARAWAY, 1995; BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2014; RODRIGUEZ E AZINI, 2020). Vale salientar que a concepção da homoafetividade é uma acepção recente na história humana assentada em concepções médicas e da psiquiatria moderna (COSTA, 2014).

Em estudo anterior, Colling et al (2019) sugerem uma perspectiva Queer para compreender os contextos presentes em pinturas rupestres. Para os autores, concordando com Gontijo e Schaan (2017), existe uma armadilha interpretativa posta (e porque não imposta!) ao visualizar as inscrições de povos ancestrais grafadas em rochas. Observamos constante risco em estabelecer simetrias entre um passado, cujos marcadores sociais, normas, valores, significados e significantes são para nós pouco inteligível em seu paleocontexto e são erroneamente interpretados por meio das lógicas dos simulacros do projeto de modernidade que atuam como cirurgias ideológicas para controlar nossas percepções, corpos, tempos e espaços, recriando realidades dominadas de ideologias a favor de uma concepção colonizadora (TRIGGER, 2004; RIBEIRO, 2009, 2017a, 2017b; GOMES et al, 2019).

Diante disto, Colling et al (2019) nos conduz a olhar, por meio de uma leitura tradicional, os sítios arqueológicos da Serra da Capivara, onde há mais de 1.300 sítios com cenas rupestres que remetem à possíveis cenas sexuais, datadas entre 06 e 12 mil anos, produzindo estranhezas e subversões ao discurso do conhecimento situado que acampa os grandes tratados arqueológicos a favor do binarismo e normatividade dos sexos, gêneros, e das sexualidades (HARAWAY, 1995).

Assim, o estudo tem como objetivo apresentar e analisar a presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara – PI e interpretá-la para além da correspondência corpo-sexo-gênero-desejo-sexualidade em dois polos antagonônicos e biologizados, evitando transportar a prisão discursiva que dominam os corpos de nossa era para uma leitura apri-to matriz da heterossexualidade, que é compulsória e normativa. O trocadilho cistema, aglutina a abreviação Cis da palavra cisgênero, que designa a pessoas que estão em concordância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

sionadas no campo da arqueologia subversiva queer (FOUCAULT, 1987, 2014; BUTLER 2003).

O passado grafado nas paredes rochosas do PNSC, compõem fragmentos de uma paisagem aparentemente menos heteronormativos, em que os territórios obedeciam outras lógicas de poder do qual o gênero, como hoje é compreendido, não era elemento fundador das relações sociais. Estas paisagens estão marcadas com cenas de sexo, o que podemos indicar, a partir da visão tradicional, como um grande manual de Kama Sutra da pré-história, com cenas de sexo grupal, pessoas entre pessoas do mesmo sexo, bestialismo/zoofilia entre outras expressões de práticas sexuais (GOMES FILHO et al, 2018; JUSTAMAND et al, 2020). Esses registros nos remetem a pensar que as práticas atualmente conceituadas como homoafetivas são tão antigas quanto o próprio humano, confirmando algumas teorias sociocomportamentais de Freud.

Para Freud a homoafetividade não era uma doença, na verdade nunca o foi. O psicanalista a considerava uma variabilidade da função das formas sexuais, e reforça que a homoafetividade é uma variabilidade polimorfa e quem tem isso é capaz de desfrutar de várias formas de prazer e desejos, que hoje a “sociedade” reprime de forma incoerente, o que não poderia aparecer nos tempos de pré-contato, assim as pessoas poderiam ser mais livres em suas manifestações sexuais.

Freud, ao que nos parece, via essas manifestações dentro da extrema normalidade, ou seja, para ele como o ser humano pode desenvolver suas fantasias sexuais livremente e isso com bastante naturalidade sem censura e sem julgamentos.

AS PERCEPÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS PINTURAS RUPESTRES: VERDADES CONSTRUÍDAS A FAVOR DE QUAL PASSADO?

Tratar das pinturas rupestres em Arqueologia e não pontuar o lugar de prestígio dessa temática no interior da disciplina, enquanto campo de pesquisa, é usar das ferramentas discursivas de dominação que mantém esta ciência com ares de materialidade/objetividade, em função da base positivista que sustenta sua formação enquanto saber sistematizado (TRIGGER, 2011; RIBEIRO, 2009, 2017b).

Não é de interesse nosso realizar uma incursão epistemológica da evolução do pensamento arqueológico, mas revelar as intencionalidades de um saber situado, como discutiu Donna Haraway (1995) e reconhecer o papel instrumentalizador que a Arqueologia assumiu no projeto de Modernidade, como apontou os estudos de Lucas (2004) sobre a produção da história do sentimento nacional no Brasil e a condução ideológica da colonização europeia pra gerar uma falsa sensação de autonomia política, econômica, cultural e ideológica (GOMES, et al, 2019).

As considerações feitas por Trigger (2004), Lucas (2004), Ribeiro (2009, 2017a, 2017b), Gontijo e Schaan (2017) e Gomes et al. (2019) problematizaram o desinteresse de arqueólogos em desenvolver o campo de análise voltado para as pinturas rupestres, como temática subalterna, “inóspita e inabitável” (BUTLER, 2003), de conhecimentos secundários destinados a serem produzidos por arqueólogas. Não diferente de outros campos acadêmicos, o projeto sexista, falocêntrico, eurocentrado encontrou terreno fértil na Arqueologia, delimitando espaços acadêmicos, atribuindo divisões sexuais em temáticas de pesquisa e mais que isso, produzindo um conhecimento com base no dimorfismo de gênero, sexista, machista, classista, racista, mulherofóbico, transfóbico e homofóbico.

As pinturas e gravuras realizadas em suportes rochosos pelos povos indígenas do passado são consideradas uma evidência arqueológica de difícil trato acadêmico, pela dificuldade de datação e de associação com o restante do contexto arqueológico. Por este motivo, constituiu-se num tópico de menor interesse, tanto no Brasil quanto em outros países. Gozando de baixo status entre profissionais da arqueologia, as expressões rupestres passaram a ser consideradas foco de estudos menores já desde as últimas décadas do século passado. (RIBEIRO, 2017b, p. 1097).

Na trama da geração de conhecimento, a Arqueologia impregnada de ranço positivista, engendrou a produção de um saber direcionado ao papel dominador de seres machos biologizados para recontar a histórias por meio dos achados arqueológicos. Surgem então, as retóricas disciplinares das instituições normatizadoras, que não moldaram apenas os corpos que Foucault (1987) interpretou como dóceis, mas reconstruiu espaços performáticos generificados a favor da norma heterossexual, branca, cristã, classe média, anglo-eu-

ropeia e para além disso foi capaz, de nos escombros das escavações arqueológicas, recontar o passado com as lentes do projeto modernista em curso, produzindo verdades situadas à favor da matriz heteronormativa (HARAWAY, 1995; TRIGGER, 2004; BUTLER 2003, GONTIJO e SCHAAN, 2017).

O conhecimento generificado produziu na Arqueologia leituras anacrônicas, transportando levemente o *modus operandi* da nova roupagem do modo de produção capitalista (incluindo as novas ressignificações realizadas para entender o corpo do homem e da mulher, a família e a propriedade privada, por exemplo) para interpretar, com tom de objetividade e materialidade (classificatória), as relações sociais, de uma outra forma de socialização, no contexto do pleistoceno.

O binarismo, que cirurgicamente atua com tecnologias sociais para modelagem dos corpos, inteligibilidade e discursos que emanam poder, contribuiu para territorialização de visão tradicional Cistêmico que se refere a compreensão dos paleos espaços e paisagens povoados por nossos ancestrais. Essa visão reitera normas produzidas pela matriz heteronormativa como discutiu Rodriguez e Anzini (2020), mantendo a correspondência de desejos cis, sexo cis, sexualidades cis e, finalmente, cisgêneros.

Segundo, Ribeiro (2009) a missão Francesa e o PRONAPA reduziram as possibilidades de novos imaginários para compreender as pinturas rupestres, conduzindo metodologicamente a abordagem estruturalista, difusor cultural europeu, como ponto de partida aceitável – enquanto viés de análise, com base em tradições e estilos para compreender a composição de painéis rupestres. Um dos exemplos foi a posição radical assumida por Laming-Emperaire contra o comparativismo etnográfico na interpretação das artes rupestres. O trabalho de Martin (1984) sobre a temática amor, abre um novo caminho metodológico da pesquisa arqueológica no Brasil, ampliando possibilidades para compreensão de histórias, de significativa subjetividade, contidas nas pinturas rupestres e que precisam ser relevadas e discutidas (JUSTAMAND et al, 2019a, 2019b, 2019c).

O trato arqueológico dado ao passado, cristalizado nas pinturas rupestres, ofereceu exclusividade a ação ancestral masculina, invisibilizando as dinâmicas referentes as produções femininas. Como foco dessa estratégia, muitos resultados de pesquisa privile-

giaram cenas de caça, lutas, sacrifícios xamãs, descrição de fauna e flora, como saberes articulados, produzidos e registrados por ancestrais machos, portanto, com pênis, então homens. Temos aqui a elaboração do paradigma maior que conduziu, nos corredores do dimorfismo e binarismo de gênero, a masculinidade arqueologizada do caçador –guerreiro (RIBEIRO, 2009).

As cenas de possíveis relações eróticas entre ancestrais de mesmo sexo, o que a leitura tradicional indicaria homem com homem e mulher com mulher, são vestígios de um passado escandaloso que precisava ser mantido longe do debate acadêmico. E foi exatamente essa estratégia realizada pela arqueologia histórico-cultural. Este trabalho, portanto, vem escandalizar a centralidade machista que ocupa a cena do conhecimento arqueológico, pelas fendas que estão abertas do passado que nos possibilita novos imaginários de outros possíveis marcadores sociais distantes do que conhecemos como a matriz heterossexual fortemente atuante desde o século XVII (FOUCAULT, 1987; GONTIJO e SCHANN, 2017; COLLING et al, 2019).

REFLETINDO A PARTIR DE OUTROS LOCAIS DO MUNDO

O fato de nos comunicarmos é, provavelmente, o maior motivo de estarmos vivos hoje. Assim, sem dúvidas nós somos amantes das palavras e diuturnamente as usamos na forma da fala e da escrita, indescritivelmente, sendo as palavras a maior fonte de expressar o que nos faz ser entendidos. Todavia, “muito antes de qualquer escrita, os que habitavam as grutas de Altamira comunicaram com seus semelhantes e se pode dizer que continuam a comunicar demonstrando que a história dos humanos se comunicando teve seus primeiros registros amparados na imagem” (PELTZER, 1991, p.129).

A arte ancestral, especialmente as grafadas em rochas, fornecem informações sobre o que os grupos humanos consideravam substancial em suas vidas e, de acordo com Justamand *et al.* (2020), as particularidades das representações das cenas, sejam sociais ou não, são fontes arqueológicas e, também, antropológicas, históricas e geográficas. Nessas artes estavam contidas uma forma de reverência desses ancestrais aos poderes criativos da natureza e a autora sugere

que faziam isso por meio das imagens sexuais e/ou de nascimentos (EISLER, 1996).

As cenas das pinturas rupestres se relacionam diretamente com os interesses múltiplos dos grupos usuários desejosos de comunicar, ensinar e transmitir conhecimentos e saberes acumulados ao longo do tempo para as gerações futuras (BUCO et al., 2020). Por isso, talvez, as figuras com conotações voltadas para a sexualidade tinham um papel importante, o que para a visão tradicional corresponde apenas a um aspecto fundamental da vida humana, no que se refere a sobrevivência e reprodução da espécie, é também para nós mediadora das relações sociais e individuais por meio das relações de poder como aponta os estudos de Gontijo e Schaan (2017). Pensamos que o mesmo pode ter ocorrido com as cenas rupestres existentes no PNSC (ver figura 01).



Figura 01 – Toca do Caldeirão dos Rodrigues. Cena da Penetração com amamentação. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

A temática da sexualidade é muito recorrente em inúmeras formas de expressão artística e culturais da humanidade, desde os tempos imemoriais. Como Eisler (1996) e Peter Stearns (2010) lembram que a arte primitiva tinha forte conteúdo sexual. Partilhamos as suas ideias de que a sexualidade do passado pode contribuir para entendermos e ou explicarmos a do presente, haja vista a quantidade

de cenas voltadas às práticas sexuais encontradas no PNSC (ver figuras 02 e 03), devido ao grande número de recorrências observados, destarte, a temática sexualidade é algo presente dentro do universo simbólico dos grupos humanos pré-coloniais (JUSTAMAND e FURNARI, 2017).

As diversas cenas encontradas no parque sejam elas de ordem sexual ou não, nos apontam para a observação do corpo humano, delineadas na pintura pela forma (antropomórfica). Como abaliza Justamand (2011) a cultura visual é expressamente corporal, que ora é marcado sexualmente, ora não. Esse ponto é importante para se pensar como nossos ancestrais se relacionavam socialmente. Como nos lembra o autor, em menção a Le Breton (2003), esse corpo ancestral é construído, e nos estudos sobre arte rupestre podemos apontar que este é reconstruído, nas interpretações contemporâneas.

Assim compreendemos que há uma questão latente que é como interpretar essas recorrências arqueológicas? A analogia direta não é uma resposta unilateral em função das descontinuidades do tempo-espaco, é necessário observar as recorrências no registro rupestre, os vestígios arqueológicos diretos encontrados no local e tentar construir linhas interpretativas que entrelaçam o passado e o presente. Desse modo, podemos pensar o gênero enquanto um processo de construção sociocultural que é atravessado por normas (implícitas e explícitas) que regulam as relações humanas, inferindo diretamente nas formas individuais e coletivas de representação de si e do outro no e para o mundo (SCOTT, 1995; HARAWAY, 1995). Logo, o olhar sobre o gênero no que tange suas relações com as construções sociais, não é uma negação do biológico, mas o entendimento de que sobre nesse bio-corpo há práticas de regulação que são produtos da cultura (BUTLER, 2003; 2008; LOURO, 2013) sejam elas das sociedades modernas ou das sociedades pré-históricas.

Bem como todas as subdisciplinas da arqueologia, a arqueologia histórica também recebeu fortes influências das transformações teóricas que esta ciência antropológica e histórica sofreu ao longo de seus anos de formação. Assim, é importante salutar as escolas arqueológicas e seu desenvolvimento até chegar nas discussões de gênero.

Vamos iniciar com o pensamento históricoculturalista, para o qual a cronologia e a espacialidade eram as principais inquietações desde o século XIX. Em seguida, passando pela incessante

procura por entender o comportamento humano, ou seja, suas leis tão em voga pelos praticantes do processualismo ou nova arqueologia desde a década de 1960. E por finalmente, com o advento do pós-processualismo na década de 1980, onde os temas irão tornar tão múltiplas quanto as suas arqueologias na procura da contextualização, da interpretação, ou mesmo na postura crítica do cientista (COSTA, 2013).

O modelo de pensar e analisar o histórico culturalismo alemão e em seguida o inglês, como teoria da arqueologia procura responder, desde o final do século XIX, aos problemas de ordenação da cultura material, especialmente nos seus aspectos evolucionistas e difusionistas. Enquanto a teoria processualista inglesa e a nova arqueologia norteamericana, surgidas na década de 1960 e têm como base a procura por leis gerais ou regularidades no comportamento humano, e em sua adaptação ao meio, em qualquer época ou lugar. Elucidado, principalmente, nos trabalhos de Clarke e Lewis Binford com a maior preocupação de uma arqueologia científica e a mais positivista possível, que quer saber como essas materialidades se comportam sistemicamente de cultura em cultura, o que não diferia muito de seus predecessores historicoculturalistas (COSTA, 2013).

O pós-processualismo, por sua vez, surge na década de 1980 na Inglaterra e vai encontrar no estudo do pensamento, e não só da cultura material, sua principal motivação para a investigação arqueológica. Embasado nos trabalhos de Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley, esta corrente teórica vai ser uma corrente de diversos segmentos contrários ao processualismo, tendo como bons pensadores sociais como Karl Marx, Antoni Giddens, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e de instrumentais teóricos como a hermenêutica ou a fenomenologia.

Assim sendo, parece-nos, que o principal questionamento feito pelos pós-processualistas é porque, ou, mais especificamente, para quem ou para que, a cultura material age sobre as culturas humanas. Dentro do viés da arqueologia histórica os trabalhos envolvendo categorias mentais, tais como os de James Deetz em respeito ao nascente pensamento georgiano, ou as abordagens sobre outras categorias intangíveis como ideologia, gênero, identidade e poder vão ser os expoentes dessa corrente (COSTA, 2013). Assim é sucinto e necessário este desenvolvimento das escolas na arqueologia para

entender como surgiram os debates sobre gênero e identidade nessa disciplina.

O filósofo Robin George Collingwood explicita a construção dessa conjectura no passado, a tentativa de leitura do passado. Afirma o autor que:

Se dois historiadores desse separadamente uma resposta a pergunta "Que espécie de acontecimentos sucederam, ou podem ou devem suceder na história", as suas respostas seriam extremamente diferentes se um deles pensasse habitualmente num acontecimento como algo que levasse uma hora e o outro objeto, como algo que levasse anos; e um terceiro, que concebesse um acontecimento como levando para uma de 1000 anos, daria seu turno uma outra resposta diferente (COLLINGWOOD, 1986, p. 32).

Boas (2004) nos seus estudos cita a importância dos processos adaptativos dos grupos humanos para solucionar problemas do seu cotidiano, visando uma melhor integração ao meio ambiente. O autor afirma que as obras de arte aborígenes possuem um alto grau de habilidade, nos quais os elementos como simetria e ritmo são os principais critérios de análise dessas obras contidos na habilidade técnica.

Dessa forma, em vez de pensar-se em tradições, subtradições e estilos como unidade cultural de apenas um determinado grupo cultural, é interessante também pensar como opções artísticas e estratégias de um grupo cultural. No qual, adota-se um dado estilo em um local, sem necessariamente ser um novo grupo cultural, mas apenas por uma opção de escolha (JUSTAMAND, OLIVEIRA e GOMES FILHO, 2020).

Figura 02 – Toca do Baixão do Perna IV. Cena do sexo grupal. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



Figura 03 – Toca do Pinga do Boi I. Cena da representação da penetração de, supostamente, um homem com duas mulheres. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



Assim como a penetração anal masculina, verificada em uma cerâmica peruana, datada de 600 anos depois da era cristã (TAYLOR, 1997), encontramos algumas cenas similares entre as do parque piauiense com datações entre 6 e 12 mil anos (Ver figura 04).

Figura 04 – Toca Boqueirão da Pedra Furada. Cena da penetração/relação sexual entre dois antropomorfos, provavelmente, representações de dois homens. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

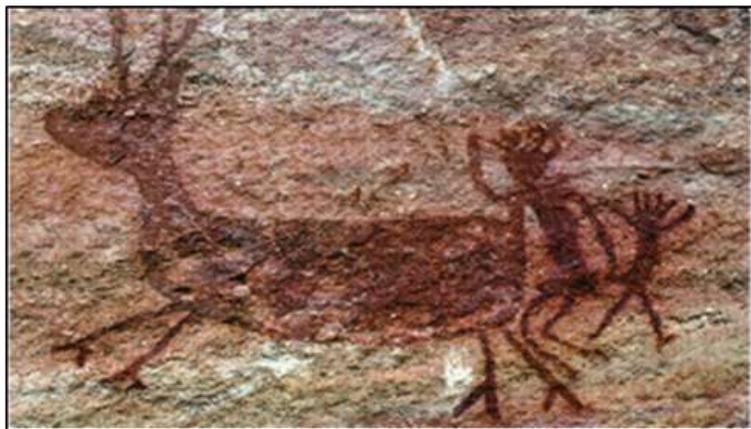


Encontram-se vestígios da temática sexual, na Austrália, na Nova Caledônia e na Itália (DUBAL, 2017) e na Rússia (MY-KHAILOVA, 2017). Parece-nos que era condição *sine qua non* da nossa espécie, desde milhões de anos atrás, publicar, deixando marcas nas rochas para a eternidade, suas reflexões e ideias sobre as suas formas e relações com as práticas sexuais, problematizando outra concepção de corpo, sexo e gênero diferente da nossa era. Assim, em muitas cenas como as de caça e rituais evidenciamos marcações de ordem sexual. As pinturas de cenas sexuais, tais marcações ficam evidentes, como meio de comunicação destas relações, observando assim possíveis posições sociosexuais que são reverberações da organização social desses grupos humanos (JUSTAMAND et al, 2020).

A temática sexualidade não está direcionada às relações entre os grupos humanos, mas o registro rupestre aponta a possibi-

lidade de relações entre eles e os não-humanos, a partir da observação de recorrências rupestres no PNSC (JUSTAMAND et al, 2021d, 2021e, 2021f). Destarte, o campo objetual da sexualidade transpassa as barreiras do binarismo de gênero e espécie, demonstrando uma multiplicidade de relações, podendo transpassar o discurso biológico, social, político ou econômico da matriz reguladora heterossexual, por meio dos estudos culturais com abordagens desestabilizadoras sobre gênero, sexo e sexualidade pautas dos estudos queers na qual apontam para novas possibilidades (BUTLER, 2008). Esse desenho rupestre, ao que nos parece, de zoofilia encontramos similares no PNSC no qual agrega folego para gerar a desestabilidade do discurso de sexualidades intra espécie, além de apontar para necessidade de uma revisão teórica e metodológica para a compreensão de gênero e sexualidade a partir dos estudos arqueológicos (ver figura 05).

Figura 05 – Toca do Caldeirão dos Rodrigues. Cena da representação de dois homens com um animal, com a, possível, penetração de um animal por um desenho de homem, e a penetração, aparentemente, de duas figuras de sexo masculino. Mostra ainda que uma representação masculina segura o falo de outra. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



Lins (2012) afirma que baseado em suas pesquisas que entre os grupos caçadores e coletores, havia a exogamia, ou seja, eles copulavam com pessoas de fora do seu grupo. Ocorriam festas e encontros periódicos entre eles. Lins reitera que esses eventos proporcionavam uma série de situações, tais como as ampliações das redes

políticas, econômicas, sociais, mas também as sexuais. Justamand (2010) sugere, fundamentado em suas pesquisas de campo, que as representações de muitos antropomorfos juntos e, possivelmente, “comemorando” algo são encontradas no PNSC, (ver figura 06).

Figura 06 – Toca da Vereda do Juvenal. Cena da penetração com animais e outras pessoas perto. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



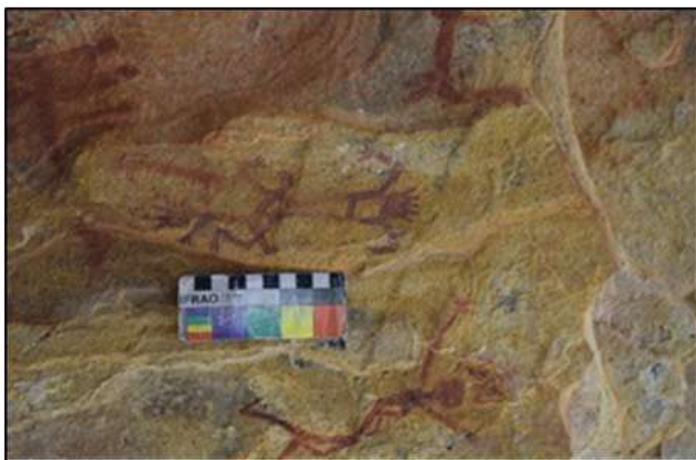
No mundo ancestral indo-europeu-asiático, muitos artefatos atribuídos a representações de mulheres foram esculpidos em marfim ou em pedra analisados dentro do nosso universo cultural simbólico ocidental. O desafio de analisar uma obra de arte não ocidental a partir de uma perspectiva ocidental pode acarretar uma série de problemas de interpretação, essa sempre é subjetiva e está associada ao contexto do observador, gerando uma série de possibilidades (GUIDON, 1984). É possível comparar as experiências das pessoas do presente com as pessoas das sociedades pretéritas?

Dentro desse contexto, a perspectiva atribuída a essas esculturas se espalhou por toda essa região, logo, tais representações poderiam destacar prováveis traços culturais e sexuais femininos. Como realizar essa interpretação dentro do campo da arte rupestre? Um exemplo, análise de grafismos com a forma de um antropomorfo, os elementos que devem ser buscados no desenho: cabeça, eixo da coluna vertebral, membros superiores e inferiores e uso de equi-

pamentos manuais ou adereços, com esses elementos são possíveis identificar um grafismo com formatação humana.

Todavia, existem estatuetas, que não demonstram com clareza uma configuração clara da sexualidade, deixando a impressão de serem o que hoje nomearíamos como andróginas (ADOVASIO; SOFFER e PAGE, 2009). Os artesãos ancestrais investiam suas qualidades técnicas para produzir essas imagens, tinham seus propósitos, obviamente, tanto na criação das representações de mulheres, quanto nas representações de androginia (ver figuras 07).

Figura 07 – Toca do Pinga do Boi. Cena do Sexo com pessoas do mesmo sexo, provavelmente, representações de duas mulheres. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



Sobre as produções de pinturas, estatuetas e esculturas, de modo geral, no antigo Egito, por exemplo, suas características de representatividade das mulheres aparecem com sinuosas curvas, demarcando as dimensões de suas nádegas e cinturas com seus seios bem desenvolvidos (DOMÍNGUEZ-RODRIGO, 2011).

Timothy Taylor aponta que as artes rupestres contribuíam para a ampliação da compreensão, reconhecimento e discussão sobre como eram as relações entre as pessoas naquele período histórico. Indica que as representações de vulvas pintadas nas rochas, datadas de mais de 12 mil anos atrás, especialmente nas cavernas europeias, poderiam ter conotações eróticas e ou rituais. Indica a existência de

bastões “fálicos”, alguns com representações nítidas de pênis, às vezes mais de um no mesmo objeto. Eram feitos de marfim, em sua maioria. Já a função desses objetos poderia ser de consolo, inserção vaginal, oral, anal, entre outras (TAYLOR, 1997). As inscrições no parque brasileiro apresentam tais conotações sexuais em seus desenhos nas rochas (ver figura 08).



Figura 08 – Toca do Sítio do Meio. Cena de falos eretos e de homens com seus falos um de frente para o outro. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Baseados nos vestígios deixados por humanos pretéritos, imaginamos que outras relações sociais/sexuais eram possíveis, diferente do que muitas pessoas pensam, devolvendo a complexidade da sociedade ao passado, presentes em suas relações com a natureza e no grupo social. Mas, afinal de contas, o que se idealiza sobre os costumes ancestrais? Se concebe que os nossos parentes mais antigos tinham práticas sexuais que poderiam ser consideradas, contemporaneamente, comuns à maioria dos sujeitos, no que tange as relações entre sexos opostos. Todavia, como visto, outras práticas sexuais que são variações da sexualidade humana, como a homossexualidade e a zoofilia podem ser problematizadas (JUSTAMAND et al 2021d, 2021e, 2021f). Outra questão que deve ser observada com cuidado analítico são as práticas sexuais que envolvem crianças e animais,

uma vez que, as ciências contemporâneas classificam tais práticas correlacionadas a questões de ordem patológica. Desse modo, para esse último ponto, faz-se necessário um maior cuidado analítico, para que se evite anacronismos (COLLING et. al, 2019).

As temáticas e cenas de sexos são elementos presentes nos três estilos da subtradição Várzea Grande, isso demonstra que a questão da sexualidade era uma temática com grande relevância nas sociedades pré-coloniais naquela região, inclusive algumas imagens apontam a possibilidade de violência sexual cometida, zoofilia e cenas de gravidez, tanto no estilo Serra da Capivara quanto no estilo Serra Branca.

De acordo com Prous (1992, p.523):

“O ‘complexo Serra Talhada’ substituiria aos poucos a variedade ‘Serra da Capivara’. As cores são o vermelho, o amarelo e o preto. As figuras são miniaturizadas (menos de 10 cm), os antropomorfos se agrupam em cenas de atuação coletiva, incluindo violência e sexo. Parece que teria hábito a uma certa evolução cronológica, por exemplo, uma tendência à miniaturização das figuras, mas há ainda pouco dados referentes à cronologia; as gravações parecem tão antigas quanto as pinturas, e correspondem ao mesmo estilo”

A particularidade da arte rupestre do PNSC consiste em ser o maior enclave de sítios do mundo, uma permanência de ocupação de territórios de milhares de anos e uma diversidade temáticas impressionante, ressaltando a temática da sexualidade, especialmente, pela existência de recorrências de relações sexuais entre gênero igual e diferente, relações de zoofilia (JUSTAMAND et al, 2021d, 2021e, 2021f) e cenas de estupro ou violações sexuais (JUSTAMAND et al, 2019a, 2019c).

Ao estudarmos as técnicas corporais sexuais através de imagens, deixadas em formações rochosas, contribuímos para o entendimento de parte da vivência de nossos ancestrais, e, então, logo depois, com a definição da cidadania cultural no contexto piauiense. Pois, parece-nos, que ser cidadão é ter consciência e controle do próprio processo, projeto e trajetória de formulação e reformulação identitária, o que passa pelo pleno conhecimento das práticas passadas de nossos antecessores (GONTIJO, 2000).

O QUE EMANA DO PARQUE...

Atualmente estão catalogados 1.335 sítios arqueológicos no local, 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres, 206 sítios de pinturas e gravuras e 80 sítios de gravuras (GUIDON, 2014 a, 2014 b; MARANCA e MARTIN, 2014). Esses locais, a nosso ver, abrangem muito mais do que a catalogação pragmática, marcação de tamanho e cores dessas imagens, pensamos que nelas estão contidas histórias a serem reveladas e discutir possíveis temáticas, a partir das pinturas e cenas, abrem possibilidades de descentralizar as metodologias de classificação e discursos das “verdades arqueológicas” até então disseminadas.

O estudo da arqueologia queer e de gênero para compreender o corpo, ao se distanciar das perspectivas vitorianas e colonizadas (FOUCAULT, 1987) que normatizam, disciplinam e os docilizam, propõe a descoberta de compreensão das performances menos afetadas pelo anacronismo, considerando as mudanças culturais do governo dos corpos durante as descontinuidades tempo-espaciais que podem ser percebidas estudos arqueológicos (RIBEIRO, 2017a, 2017b; GONTIJO E SCHAAN, 2017; GOMES et al, 2019; COLLING et al, 2019). Histórias que têm importância para se refletir o hoje (GUIDON, 2014 a, 2014 b), inclusive no que tange os processos de escolarização (GOMES FILHO e JUSTAMAND, 2018).

Sabemos que pesquisas anteriores já contemplaram temáticas próximas as que estamos a apresentar nesse texto.

POR ESSE MOTIVO ELECAMOS ALGUMAS A SEGUIR...

Gabriela Martin, uma das pesquisadoras mais antigas da FUMDHAM, que tem acompanhado os trabalhos desde os anos 70, do século passado, já abordou a temática do amor. Publicou um dos primeiros trabalhos sobre as pinturas rupestres do parque tratando de amor, violência e solidariedade (MARTIN, 1984).

As pinturas rupestres do PNSC seriam referências no entendimento da sequência de ocupação humana no Nordeste naquela época. Esses humanos deixaram marcas, um tanto decifráveis, nas rochas. Algumas compondo cenas representativas das ações humanas. Encontramos nas rochas figuras com cabeças ornadas, lutas sociais e grupais. E muitas vezes, aparecem o sexo, ilustradas pelas

genitálias indicado pelo pênis, para os homens, tanto ereto quanto em descanso e o círculo abaixo das pernas para indicar as vulvas, demarcação, em alguns casos, das mulheres (PROUS, 2006; PESSIS, 2003).

A temática da sexualidade se tornou alvo de debates, mesmo que de forma branda, em poucos manuais e artigos, apesar de sua presença significativa nas inscrições do PNSC. No livro *Comunicar e Educar no território brasileiro: uma relação milenar* foi tratada a questão, especialmente, comparando com as imagens de outras partes do país (JUSTAMAND, 2012).

A investigação sobre a mesma temática teve outros desdobramentos publicados em revistas ou livros. Um deles foi *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*, onde se expôs os gestuais rupestres com cenas de pedofilia, penetração, excitação masculina coletiva e sexo grupal. Outro desdobramento ocorreu com a publicação da temática relacionada aos falos eretos e em grupos (JUSTAMAND, 2010, 2011).

Outros temas que se desdobraram e que ganharam certa visibilidade são as presenças de falos, vulvas e sexo com mulheres grávidas. Esses se tornam alvo de investimentos em pesquisas entre os anos de 2013 e 2015. Tais investimentos foram transformados em novas publicações (JUSTAMAND, 2014a, 2014b, 2015; JUSTAMAND e FUNARI, 2014, 2016, 2017; JUSTAMAND; FUNARI e ALARCÓN-JIMÉNEZ, 2016).

Pessis e Martin publicaram novas reflexões e incluíram entre essas ideias a discussão sobre a importância das artes rupestres para a história da arte brasileira. E em seus escritos atuais, lembram que muitas pinturas rupestres representam o movimento, ou seja, que nas cenas é possível notar o movimentar das reproduções. As autoras, apesar de discordarem das interpretações das imagens rupestres, indicam que há cenas de lutas, caças, muitos animais, danças e sexo. Sugerem que esses inscritos nas rochas, são bem representados e com riqueza de “interpretações” (dizem elas), além de terem uma técnica com traço leve e seguro (MARTIN, 1999; PESSIS; MARTIN, 2014).

A construção do conhecimento arqueológico também está inserida dentro desse contexto acadêmico, o substrato dos arqueólo-

gos na leitura de um passado é a cultura material¹². A partir da análise da cultura material em forma de vestígios e fatos arqueológicos, é possível conhecer o modo de vida dos grupos humanos do passado e do presente¹³ (HODDER, 1994).

A principal dificuldade em analisar as obras de artes pré-históricas é tentar compreender seu significado dentro de um contexto arqueológico, a perspectiva estética pode fornecer informações acerca seu designer e formatação, mas apenas pelo uso da semiótica podemos buscar uma interpretação e denotar um valor ou significado (LAYTON, 2001a).

A interpretação dos dados arqueológicos das sociedades pré-coloniais está associada à antropologia pré-histórica, que permite a investigação da estrutura política, econômica e social de uma sociedade. A arqueologia é uma ponte entre o presente e o passado¹⁴ (SHANKS e TILLEY, 1988, p. 23-24). Esta narrativa arqueológica do passado pode ser alterada a partir de dois fatores, como: 1) novas evidências arqueológicas descobertas e; 2) modificações na estrutura política (UCKO, 2005).

ÚLTIMAS PALAVRAS

O nosso posicionamento como autoras/es é o de que o diferencial do presente trabalho foi o de juntarmos as temáticas sociais e/ou da sexualidade grafadas no período rupestre, numa mesma exposição e sequência de interpretação e análises. Reconhecemos que essa proposta pode não apresentar a totalidade de informações e conhecimento que o tema provém. Todavia, ressaltamos aos leitores que outros estudos foram publicados ao longo dos dois últimos anos, sendo estes indicados para uma maior compreensão dos desdobramentos da expedição. O texto aqui é um apontamento para que os nossos leitores tenham uma ideia, mesmo que fragmentada, do uni-

12 Cultura Material: “Se a cultura material é definida de forma a abranger todos os meios precisos para o conhecimento de fins sociais a atingir, precisamos incluir, entre os últimos, desejos e propósitos que o Homo sapiens não compartilha com nenhum outro animal” (CHILDE, 1976, p. 74).

13 Wheeler (1961, p. 7) afirma que “Em forma muy simple y directa, la arqueología es una ciência que debe ser vivda, sazonada com sentido humano. La arqueología muerta es el polvo más seco que puede soplar”.

14 De acordo com Albuquerque Júnior (2011, p. 40) “O campo historiográfico, como campo de produção do saber, está recortado por relações de poder que incidem sobre o discurso historiográfico. Ele é a positividade de um lugar no qual o sujeito se articula, sem, no entanto, se reduzir a ele”.

verso afetivo social e sexual pintado nas rochas do PNSC. Produções que foram ali registradas que podem atingir mais de 10 mil anos (PESSIS; CISNEIROS e MUTZENBERG, 2013) e que muito ainda há para ser descoberto, analisado e apresentado à sociedade civil e científica.

Nesses escritos nos preocupamos em apresentar um aperitivo das cenas rupestres com a temática da sexualidade ou social, do que está à disposição nas rochas do PNSC. Sabemos da existência de muitas outras cenas e temas a serem abordados. Sem esquecer, evidentemente, muitas observações ainda devem ser realizadas junto as marcas registradas nas rochas por nossos parentes ancestrais.

Tomamos como certo que nossos ancestrais ao registrarem práticas sexuais e ou sociais variadas, em suas artes, demonstram que lidavam, ao que nos parece, com muita naturalidade, com os seus corpos e, também, os seus afetos, por mais diferentes e diversos que fossem esses desejos e ações sexuais. Mais do que tudo que a sexualidade, em todas as suas variantes, não era reprimida ou escondida, ao que nos faz indicar, pelas cenas, afinal as pinturas rupestres estavam ali para todos verem e todos tinham acesso livre.

Lembramos, finalmente, que os sítios arqueológicos do PNSC costumam ser abertos, não precisando de esforços especiais para realizar as visitas, e são de fácil acesso, então, sugerimos, visitem o parque! Conheçam mais!

REFERÊNCIAS

ADOVASIO, James M. e PAGE, Jake. *Os primeiros americanos. Em busca do maior mistério da arqueologia*. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ADOVASIO, James M.; SOFFER, Olga e PAGE, Jake. *Sexo invisível. O verdadeiro papel da mulher na pré-história*. Trad. Hermano de Freitas. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: A arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. São Paulo: Edusc, 2011.

ANZINI. Violet Baudelaire. O poder das coisas: Corpa, falocentrismo, transgeneridade e Arqueologia. *Revista discente de Arqueologia*. Rio Grande, RS, v.1 n.1, jul.-dez. 2020.

BELÓ, Pétrius da Silva. *Alterações antrópicas em restos fósseis da megafauna*: tafonomia do sítio arqueológico e paleontológico “Toca da Janela da Barra do Antonião”, área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

BOAS, F. *A formação da antropologia americana, 1883-1911*: Antropologia. Tradução Rosaura Maria Cime Lima Eichenber. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora: UFRJ, 2004.

BUCO, C. A.; OLIVEIRA, G. F.; JUSTAMAND, MICHEL; ALMEIDA, V. J. R.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S. O papel das mulheres ancestrais nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-PI, BRASIL. *Revista Memória em Rede*, v. 12, p. 245-273, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

CHILDE, G. *Para uma recuperação do passado*. Trad. Luísa Penafiel. São Paulo: DIFEL, 1976.

COLINGWOOD, Robin G. *Ciência e Filosofia: a ideia de natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

COLLING, Leandro; JUSTAMAND, Michel; GOMES FILHO, Antaniel dos Santos e OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. Questões queer para analisar os registros rupestres com cenas que sugerem práticas sexuais na Serra da Capivara. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. IMPRESSO), v. 32, p. 24-41, 2019.

COSTA, Claudia de Lima. 2014. Feminismos descoloniais para além do humano. *Estudos Feministas*, v. 22 n. 3 p. 320.

COSTA, Diogo M. Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica. *Ciência e Cultura*, SP, v. 65. n. 2, 2013.

DOMÍNGUEZ-RODRIGO, Manuel. *El origen de la atracción sexual humana*. Madri: Akal, 2011.

DUBAL, Leo. The art of representation of sexual intercourse. *Re-*

vista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art, n. 15, março/2017, pp. 14-18.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado. Sexo, mito e política do corpo*. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. *Revista da USP*, São Paulo, n. 44, pp. 121-141, dez/fev, 1999-2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade: a vontade do saber*. V: 1. Ed: 09. Paz e Terra, Brasil, 2014.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; COLLING, Leandro; JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Gabriel Frechiane; BELARMINO, Vanessa da Silva; SANTOS FILHO, Mário R. Nossos ancestrais praticavam sexo? Diversidade sexual nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PI, Brasil. *Somanlu – Revista de Estudos Amazônicos*, v. 18, p. 1-13, 2018.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; JUSTAMAND, Michel. Registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-Piauí: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares. *Ciência e Sustentabilidade – CeS*, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 39-56, jan/jun, 2018.

GOMES, Khala Anderson de Oliveira; TAVARES, Natália de Oliveira; SOUZA, Newan Acacio Oliveira de. Arqueologia e teoria queer. *Revista Arqueologia Pública*, [S.L.], v. 13, n. 1[22], p. 280-299, 22 jul. 2019. Universidade Estadual de Campinas. <<http://dx.doi.org/10.20396/rap.v13i1.8654818>>. Acesso em: 30/maio/2021.

GONTIJO, F. Genes, Carnaval e SIDA. Paris: *EHESS*, Tese de Doutorado, mimeo, 2000.

GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise Pahl. Sexualidade e Teoria Queer. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 51-70, dez. 2017.

GONZALEZ, Lélia. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, p. 69-82.

GUIDON, Niède. Arte Rupestre: Uma síntese do procedimento de

pesquisa. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte: UFMG, v. 6-7, p.341-352, 1984.

GUIDON, Niède. *Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí*. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède; MARTIN, Gabriela. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. São Paulo: A&A Comunicação, 2014a, vol. A, p.26-44.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède; MARTIN, Gabriela. *Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara*. São Paulo: A&A Comunicação, 2014b, vol. II-B, p.444-452.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995.

HODDER, I. *Interpretación en Arqueología: Corrientes actuales*. Trad. Maria José Aubert e J.A. Barcelona. Editora Crítica, 1994.

JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

JUSTAMAND, Michel. Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato (PI). *Revista Cordis*. História, Corpo e Saúde, n. 7, jul./dez. 2011, pp. 219-245.

JUSTAMAND, M. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. *Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, v. VIII, p. 121-135, 2012.

JUSTAMAND, M. A mulher rupestre – representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato/Piauí. Embu: Alexa Cultural, 2014a.

JUSTAMAND, M. Rochas de livres prazeres: ao registrarem práticas sexuais variadas em suas pinturas rupestres, nossos ancestrais demonstravam que lidavam naturalmente com o corpo e os desejos.

Revista de História da Biblioteca Nacional, v. 1, p. 62-67, 2014b.

JUSTAMAND, Michel. Representações das genitálias (falos e vulvas) nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil). *ANAIS do XXVI Valcamonica Symposium. Prospects for the prehistoric art research. 50 years since the founding of Centro Camuno*. Capo di Ponte. I Edizione multilingua, ago/set, 2015, pp. 147-152.

JUSTAMAND, M. As mulheres de São Raimundo Nonato. In: Michel Justamand e Lilian Marta Grisolio. (Org.). História e representação: cultura, política e gênero. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017, v. 1, p. 43-62.

JUSTAMAND, M. As mulheres ancestrais. Representações do feminino nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato - PI. Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos, v. 18, p. 67-84, 2018.

JUSTAMAND, M. Representações dos falos nas pinturas rupestres do PARQUE Nacional Serra da Capivara em São Raimundo Nonato/Piauí. In: Vagner Carneiro Porto. (Org.). Arqueologia hoje: tendências e debates. São Paulo: MAE/USP, 2019, v. 1, p. 549-562.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato - Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9 - Nº 99 - março/ 2014, pp. 53-56.

JUSTAMAND, M. e FUNARI, P. P. A. Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, BRASIL. *Anuario de Arqueología*, v. 8, p. 29-44, 2016.

JUSTAMAND, M.; FUNARI, P. P. A.; ALARCÓN-JIMÉNEZ, A. Arqueologia da sexualidade representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

JUSTAMAND, M. e FUNARI, P. P. A. Sexual scenes in serra da capivara rock art, BRAZIL. *Expression*, v. 15, p. 26-35, 2017.

JUSTAMAND, M.; FUNARI, P. P. A.; ALARCÓN-JIMÉNEZ, A.; OLIVEIRA, G. F. Arqueologia do Feminino. A mulher não é só sexo na Serra da Capivara. O feminino nas pinturas rupestres em São Raimundo Nonato/PI. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017.

JUSTAMAND, M.; COLLING, L.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S.; SANTOS FILHO, M. R. e OLIVEIRA, G. F. Representações de práticas sexuais nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-PNSC/PI-BRASIL. REVISTA CORDIS – revista eletrônica de História Social da Cidade, v. 18, p. 274-291, 2017.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A. e ALÁRCÓN-JIMÉNEZ, Andrés. Arqueologia, turismo e história e o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, Icó-Ceará, v.1, n.1, pp. 01 – 15, jan/abr., 2018.

JUSTAMAND, Michel; COLLING, Leandro; OLIVEIRA, Gabriel Frechiane; GOMES FILHO, Antoniel S.; BELARMINO, Vanessa da Silva. Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-Piauí. *Revista Nordestina de História do Brasil*, v. 1, p. 92-105, 2019.

JUSTAMAND, M.; COLLING, L.; OLIVEIRA, G. F.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S. Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-Piauí. *Revista Nordestina de História do Brasil*, v. 1, p. 92-105, 2019a.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G. F.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S.; FUNARI, P. P. A. Female representations in rock art scenes, São Raimundo Nonato-PI, BRAZIL. *EXPRESSION quarterly journal*, v. 01, p. 29-35, 2019b.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G. F.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S. Relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara-PI. *Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio*, v. II, p. 13-26, 2019c.

JUSTAMAND, M.; COLLING, L.; OLIVEIRA, G. F.; GOMES FILHO, ANTONIEL DOS SANTOS; BELARMINO, V. S. Representações de relações sexuais e sociais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara/Piauí. In: Luma Nogueira Andrade. (Org.). *Diversidade sexual, gêneros e raça: diálogos Brasil-África*. Campina Grande: Realize Editora, v. 1, p. 106-119, 2019d.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G. F. de; FUNARI, P. P. A.; QUEI-

ROZ, A. N. de; SANTOS, V. dos; GOMES, A. dos S.; ALMEIDA, V. J. R. de e SILVA, V. B. de. Multiplicidade sexual nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PI (BRASIL). *Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos*, v. 20, p. 71-92, 2020.

JUSTAMAND, M. e OLIVEIRA, G. F. OS falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara/PNSC-PI/Brasil. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, p. 50576-50596, 2021.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G. F.; LUZ, G. N.; SOUZA, M. L. L. H. A.; SOARES, F. S.; ALMEIDA, V. J. R.; GOMES FILHO, A. S. e BELARMINO, V. S. Novos apontamentos sobre as representações da sexualidade nos registros rupestres no parque nacional Serra Da Capivara - PI, Brasil: um estudo. *Latin American Journal of Development*, v. 3, p. 979-993, 2021a.

JUSTAMAND, M.; SANTOS JUNIOR, W. R.; OLIVEIRA, G. F.; GOMES FILHO, A. S.; ALMEIDA, V. J. R.; OLIVEIRA, M. F.; BELARMINO, V. S.; VILELLA, L. The ancestral daily life and sexual rock art representations in the Park National Serra da Capivara-PNSC/PI-Brazil. *RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT*, v. 10, p. 1-27, 2021b.

JUSTAMAND, M.; SANTOS JUNIOR, W. R.; OLIVEIRA, G. F.; ALMEIDA, V. J. R.; GOMES FILHO, A. S.; OLIVEIRA, M. F.; BELARMINO, V. S.; VILELLA, L. Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara-PNSC/PI-Brasil. *Latin American Journal of Development*, v. 3, p. 1856-1890, 2021c.

JUSTAMAND, M.; BUCO, Cristiane A.; ALMEIDA, Vitor J. R.; GOMES FILHO, Antoniel S.; QUEIROZ, Albérico N.; OLIVEIRA, Gabriel F.; OLIVEIRA, Matheus F.; PAIVA, Leandro. Rock art representations and possible zoophilia themes at Serra da Capivara National Park, Piauí, Brazil: a case study. *Expression Quaterly E-Journal of Atelier in Cooperation with Uispp-Cisnep International Scientific Commission on the Intellectual and Spiritual Expressions of Non-Literate Peoples*, v. 1, p. 34-41, 2021d.

JUSTAMAND, M.; BUCO, Cristiane A.; ALMEIDA, Vitor J. R.; GOMES FILHO, Antoniel S.; QUEIROZ, Albérico N.; OLIVEIRA, Gabriel F.; OLIVEIRA, Matheus F.; PAIVA, Leandro. Ancestral zoophilia: zoophilic representations in rock art in the Serra da Capivara

National Park, Piauí, Brazil. *Revista de Cultura, História e Arqueologia*, 2021e.

JUSTAMAND, M.; OLIVEIRA, G. F.; LUZ, G. N.; SOUZA, M. L. L. H. A.; SOARES, F. S.; ALMEIDA, V. J. R.; GOMES FILHO, A. S.; BELARMINO, V. S. Novos apontamentos sobre as representações da sexualidade nos registros rupestres no parque nacional Serra Da Capivara - PI, Brasil: um estudo. *Latin American Journal of Development*, v. 3, p. 979-993, 2021f.

LAYTON, R. *Antropologia da Arte*. Tradução Abílio Queirós. Lisboa: Edições 70, 2001 a.

LAYTON, R. *Introdução à Teoria em Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 2001 b.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade*. Campinas: Papyrus, 2003.

LINS, Regina Navarro. *O livro do amor. Vol. 1. Da pré-história à renascença*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUCAS, Gavin. Modern Disturbances: On yhe Ambiguites fo Archaeology. *Modernism/Modernity*. 11, no. 1 (2004): 109-120. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/>>. Acesso em: 30/maio/2021.

LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3):935-952.

MARTIN, Gabriela. Amor, Violência e Solidariedade no Testemunho de Arte Rupestre Brasileira. *CLIO Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, n. 6, 1984, p. 27-. 37.

MARTIN, Gabriela. *Pré-História do nordeste do Brasil*. Recife: EdU-FPE, 1999.

MELTZER, David; ADVOVASIO, James M.; DILLEHAY, Tom D. Uma visão da Toca do Boqueirão da Pedra Furada. In: *Fundamentos - Revista da Fundação do Museu do Homem Americano*. São Raimundo. Vol 1, nº 1, p.347-377, 1996

MYKHAILOVA, Natalia. Sex as transition between worlds in deer hunting society (mythology and rock art). *Revista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art*, n. 15, março/2017, pp. 58-68.

PELTZER, Gonzalo. *Jornalismo iconográfico*. Lisboa, Planeta, 1991.

PESSIS, Anne-Marie. 2003. *Imagens da pré-história*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobrás.

PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da Pré-História*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2013.

Revista de Arqueologia, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 51-70, dez. 2017.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MUTZENBERG, Démetrio. Identidades gráficas na arte rupestre: Parque Nacional Serra da Capivara. In: Albuquerque, Marleide Lins; Borges, Síría Emerenciana Nepomuceno (orgs.). *Identidades e diversidade cultural: Patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí – Brasil e do Alto Ribatejo – Portugal – Coletânea*. Teresina: FUNDAC – CEIPHAR/ ITM, 2013, p.19-33.

PESSIS, Anne-Marie e MARTIN, Gabriela. Arte pré-histórica do Brasil: da técnica ao objeto. In: BARCINSKI, Fabiana (org.). *Sobre a arte brasileira. Da pré-história aos anos 1960*. São Paulo: Martins Fontes e Edições SESC, 2014.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros. A pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

QUEIROZ, Albérico N.; PEREIRA, A. M. R.; OLIVEIRA, Gabriel F.; JUSTAMAND, Michel; SANTOS JUNIOR, Valdeci; ALMEIDA, Vitor J. R. O pampatherium SP, nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – PI, BRASIL. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, v. 3, p. 1013-1023, 2020.

RIBEIRO, Loredana. Sobre pinturas, gravuras e pessoas – ou os sentidos que se dá à arte rupestre. *Revista Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*, Dossiê Arqueologia Hoje. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

RIBEIRO, Loredana; SILVA, Bruno. S. R.; SCHIMIDT, Sarah. K. S.;

PASSOS, Lara. P. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, 2017a.

RIBEIRO, Loredana. Crítica Feminista, Arqueologia e Descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, vol. 30, n. 1:210-234, 2017b.

RODRIGUEZ, Shay de Los Santos; ANZINI, Violet Baudelaire. Transviades contra o sistema transfóbico: você sabe o que é genitalismo? *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S.L.], v. 3, n. 12, p. 41-57, 5 abr. 2020. Pimenta Cultural. <<http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2020.12.12026>>. Acesso em: 20/maio/2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990.

SHANKS, M. TILLEY, C. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.

STEARNS, Peter N. *História da Sexualidade*. Trad. Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TAYLOR, Timothy. *A pré-história do Sexo. Quatro milhões de anos de cultura sexual*. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

TRIGGER, Bruce, G. *História do Pensamento Arqueológico*. 2ª Edição. Brasil: Odysseus, 2011.

UCKO, P. Introduction. UCKO, P. (ed) *Theory in Archaeology: A World Perspective*. Londres, Routledge. Londres, Routledge, p.1-24, 2005.

WHEELER, M. *Arqueología del campo*. Fondo de Cultura Económica. Ciudad México, 1961.

EDUCAÇÃO, PANDEMIA E O CONTEXTO AMAZÔNICO: DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM PARINTINS – AM

*Mírian de Araújo Mafra Castro
Ana Cristina Mota da Costa Cunha
João Luiz da Costa Barros*

NOTAS INICIAIS

Ao refletir sobre a questão da Educação na Amazônia em tempos de Pandemia é necessária a compreensão de que esta região possui dimensões territoriais, socioculturais de proporções continentais e que expressam dezenas de línguas maternas, culturas e crenças ancestrais. A diversidade sociocultural amazônica está geograficamente distribuída por limites nacionais e internacionais, correspondentes a fronteiras estaduais e a tríplice fronteira Tabatinga/Brasil – Letícia/Colômbia – Santa Rosa Yavari/Peru, representado uma das versões da Amazônia multiétnica.

Vasconcelos (2017) elucida a respeito das relações fronteiriças de povos amazônidas a importância de perceber que possuem dinâmicas socioculturais próprias, com relações econômicas e históricas estabelecidas nessas territorialidades a partir de suas vivências. Neste sentido, o campo da educação nessa região é plural e requer uma atenção a educação plurilíngue no âmbito escolar para atender a diversidade sociocultural de seus povos. Tal compreensão da questão da educação na Amazônia diz respeito a necessária atenção de compreender as especificidades do cotidiano de tais povos, sobretudo nas cidades de fronteiras regionais, internacionais, de terras indígenas, quilombolas.

Falar das fronteiras amazônicas no sentido amplo, envolve a compreensão da diversidade multiétnica existente em toda sua territorialidade. Assim, a Amazônia é habitada por povos denominados indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, povos das águas, povos das florestas, caboclos, entre outros. Nas mais distintas territorialidades amazônicas destacam-se as lutas de seus povos para assegurar a manutenção do direito à vida e a educação com base em seus valores, costumes e crenças (VASCONCELOS, 2017).

A partir do exposto, a territorialidade amazônica a ser destacada neste estudo é a cidade de Parintins/AM. Este é um município situado no estado do Amazonas, distante 170 km da capital Manaus e limítrofe com o estado do Pará. Parintins dispõem de uma população estimada em cerca de 112.716 habitantes (IBGE, 2020). É uma cidade amazônica de origens indígenas e em sua atualidade tem parte deste território como territorialidade Sateré-Mawé, tanto na área rural do Uaicurapá quanto na área urbana no centro da cidade e bairros adjacentes. Outra etnia que habita a cidade em grupos menores são Hexkaryana.

Diante do contexto da diversidade amazônica e em meio a atual conjuntura da Pandemia, a pergunta norteadora que serviu como eixo principal neste estudo é a seguinte: Quais desafios vêm sendo evidenciados por docentes no município de Parintins, no período do ensino remoto, contexto da Pandemia em 2021?

O Projeto Aula em Casa foi uma iniciativa do Governo Estadual, criado em função da pandemia (COVID-19), implementado pela SEDUC/AM mediante o Decreto nº 42.087 que estabeleceu a suspensão das aulas presenciais da rede pública estadual de ensino em todos os municípios do Amazonas. O projeto “Nas ondas do rádio”, foi criado e implementado pela SEMED/PIN, que optou pelo uso do Rádio como recurso de transmissão das aulas em casa para alunos da rede municipal do ensino fundamental a partir do 4º ano até o 9º ano.

O objetivo deste trabalho está centrado em refletir sobre os desafios do ensino remoto no contexto amazônico, a partir do município de Parintins. Assim como, descrever aspectos que vem se destacando na Educação amazônica no período da pandemia; identificar instrumentos e estratégias educativas que vem sendo utilizadas pelos professores nas aulas remotas e analisar os desafios e possibilidades da aula em casa a partir da perspectiva docente.

O texto faz um recorte sobre a Educação na Amazônia, a partir do município de Parintins/AM, considera a perspectiva docente, elucidando desafios do formato de ensino aula em casa devido à pandemia. As questões sanitárias apresentadas pela necessidade de distanciamento social em decorrência da pandemia da COVID-19 levaram à suspensão das atividades escolares no município, instigando professores da rede de ensino Municipal e Estadual a criarem

novos instrumentos e estratégias educativas para serem utilizadas no ensino remoto – aula em casa.

A abordagem utilizada nesta pesquisa foi de cunho Qualitativa, o instrumento de coleta de dados trata-se de um questionário estruturado enviado à 31 professores da comunidade escolar parintense, enviado por meio da plataforma Google Forms. Os resultados evidenciam as tecnologias que estes professores vêm utilizando no ensino remoto, assim como suas principais dificuldades em relação ao uso das estratégias educativas inseridas no formato de ensino aula em casa. Entre os desafios citados pelos professores estão questões geográficas do acesso ao aluno nos espaços amazônicos, a qualidade reduzida do acesso à internet, a ausência de formação docente para este formato de ensino.

EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA EM TEMPO DE PANDE- MIA

Diante da atual problemática gerada pela pandemia da COVID-19 no Brasil, a região amazônica e em destaque o Estado do Amazonas, sua capital Manaus, foi severamente atingida pelo vírus a partir de março de 2020. Exigindo do poder público local a adoção de medidas que restringissem a proliferação do novo vírus na região.

Entre as medidas adotadas para tentativa de controlar tal proliferação do vírus, o governo do estado estabeleceu decretos a fim de minimizar a circulação de pessoas, reduzindo aglomerações. Assim, no estado do Amazonas, o governo Estadual promulgou o Decreto N° 42061 em 16 de março de 2020, onde declarava a situação de emergência na saúde pública e formalizou um comitê de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus. (AMAZONAS, 2020).

A respeito do município de Parintins foram promulgadas leis de âmbito local, a exemplo do Decreto N° 014/2020, o qual declara situação de emergência em Saúde Pública no Município e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus, suspendendo atividades não essenciais. (PARINTINS, 2020a).

O Decreto de N° 015/2020, estabelecido pelo governo municipal suspende as aulas presenciais na sede do município e nas comunidades rurais, com objetivo de promover o isolamento social, o enfrentamento e a diminuição dos riscos de disseminação e contágio de COVID-19 na região (PARINTINS, 2020b).

Desde modo, as medidas adotadas pelo governo estadual e municipal no estado do Amazonas, modificaram o *modo operandi* do ano letivo de 2020, as atividades escolares foram inicialmente paralisadas por semanas, equipe pedagógica, professores e alunos, aguardavam mudanças nos índices de avanço da COVID-19 no estado do Amazonas, porém a crise sanitária no estado perdurou em 2020 por uma sequência de meses, ocasionando centenas de famílias enlutadas.

Em meados do segundo semestre de 2020, o governo do estado do Amazonas, resolve por meio do decreto Nº 42.461 de 03/07/2020 regulamenta o retorno das aulas presenciais na sede do estado, Manaus, na rede de ensino privado. No caso do município de Parintins também a rede de ensino privado no nível de educação infantil, cursos técnicos profissionalizantes, tiveram seus retornos nos períodos de diminuição nos índices de contaminação e mortes no estado do Amazonas.

As mudanças no processo de ensino escolar da rede de educação pública ocasionadas em 2020 e que tiveram continuidade em 2021 exigiram que as atividades escolares fossem inicialmente paralisadas 2020 e retomadas no ano de 2021 sob um novo formato, o Ensino Remoto, por meio do Projeto Aula em casa, rede estadual de ensino. Na rede municipal em Parintins, o projeto que vigorou foi o Nas ondas do rádio. Devido ao serviço de internet na região do Baixo Amazonas/AM ser muito precário, a secretaria municipal de ensino optou pelo uso do Rádio como recurso de transmissão das aulas em casa para alunos da rede municipal do ensino fundamental a partir do 4º ano até o 9º ano.

Paralelo ao “Projeto Aula” em casa e “Nas ondas do Rádio”, professores das redes de ensino estadual e municipal mediavam o ensino por meio do uso de aplicativos de comunicação por celular, exigindo que os professores se reinventassem e elaborassem novas formas de organização de toda a ação pedagógica. Em regiões rurais onde os professores não podiam contar com o acesso à internet, professores podiam contar apenas com a entrega de apostilas e curtos momentos de orientação presencial ao aluno e/ou pais de alunos.

No primeiro semestre do ano de 2021, e as aulas na rede municipal de ensino ainda estão acontecendo de forma remota através da aula em casa, visto que, conforme os dados da Fundação de

Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM), por meio do Boletim Diário da Covid-19, edição de nº 414, confirma que até o dia 21 de maio de 2021, há um total de 382.150 pessoas infectadas no estado e um total de 12.915 mortes provocadas pelo vírus da COVID-19, então não é momento propício para o retorno presencial das atividades pedagógicas.

A pandemia trouxe muitos desafios e, também inúmeras possibilidades de mudanças no modus operandi da sociedade global, pode-se dizer que vivemos em um tempo de resistência e ousadia, onde o desalento e a esperança caminham muito próximos.

A esperança de que ciência sustente a necessidade humana de ir além de um pensamento apto e possa considerar a complexidade do real, que parta desse mesmo pensamento para considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que ela, a ciência, levanta para a humanidade (MORIN, 2005).

Entre os desafios impostos a sociedade humana, sobretudo a sociedade capitalista de produção está o iminente desafio de se reinventar, recriar suas formas de apropriação indevida da natureza. Neste caso, Istvan Mészáros (2008), elucida que o objetivo primordial dos sujeitos que lutam contra as formas de opressão da sociedade mercantil é atingir a emancipação humana. Não se luta apenas contra o vírus, mas também contra as formas opressão da vida humana em sua essência.

Assim sendo, a educação pode atuar como um instrumento de mudança. Contudo, a educação emancipatória, com vistas a superação da educação atual da sociedade capitalista, cuja função tem sido de servir de ferramenta para a manutenção e legitimação dos privilégios da expansão capitalista. A superação da educação utilitária é uma ruptura necessária, afim de romper com a função da educação como engrenagem da acumulação de capital (MÉSZÁROS, 2008).

A educação escolar vem formando gerações especializadas, cuja função social tem sido dominar técnicas para atuar no mercado de trabalho de formar eficiente. A técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também, retroativamente, a sociedade tecnológica transforma a própria ciência. Assim, a ciência vem atendendo aos interesses econômicos, capitalistas. O estado por sua vez é ativo nesse circuito de acordo com suas finalidades, programas

e subvenções. A instituição científica suporta as coações tecno-burocráticas próprias dos grandes aparelhos econômicos ou estatais, mas nem o Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico: utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá (MORIN, 2005).

A educação emancipatória é um instrumento de mudança. A humanidade necessita da superação da educação atual da sociedade capitalista, cuja função tem sido servir de ferramenta na manutenção e legitimação dos privilégios da expansão capitalista. A superação da educação utilitária é uma ruptura necessária, afim de romper com a função da educação como engrenagem da acumulação de capital (MÉSZÁROS, 2008).

Diante do vírus, Boaventura propõe a Pedagogia Intervital – entre vida humana e não humana. Uma pedagogia nada fácil e questionadora: como aprender com o que não vemos? – Esta será sempre uma tele aprendizagem, com certeza são enormes os obstáculos desta mútua aprendizagem, ainda que não se saiba se o vírus quer aprender algo com a humanidade (SANTOS, 2021).

Neste sentido, a educação escolar que está a serviço da formação dos futuros cientistas do mundo tem sido limitada a função utilitarista da formação técnica para atender aos interesses do mercado capitalista. A própria ciência por necessitar de financiamento para suas pesquisas tem se limitado a atender aos interesses do capital expansionista. O espírito científico tem sido teleguiado pelos interesses das grandes indústrias.

Sendo assim, Boaventura elenca que faz quarenta anos que o mundo vive dominado pela ideia de que não há alternativa à sociedade atual. Não há superação a este modo como está organizada nossas vidas, o trabalho ou a ausência dele, o nosso tempo e a falta dele, a nossa vida social e a ressaca, assim como a solidão e a insegurança do emprego e do desemprego, bloqueia-se a resistência de lutar por uma vida melhor, pois ante a possibilidade de mudança sempre está a iminente sentença de a vida piorar (SANTOS, 2021).

Boaventura apresenta didaticamente, a partir de três metáforas, a compreensão da presença do vírus na humanidade: 1) o vírus como inimigo; 2) o vírus como mensageiro; 3) o vírus como pedagogo. A está última metáfora, por ser pedagógica, interessa detalhar aqui tal elucidação. O vírus obviamente é um pedagogo cruel,

pouco dado a explicações as razões de seu modo de agir, muito embora não seja irracional. As presenças do vírus impõem a reflexão da perspectiva pós o vírus, gerando uma hermenêutica entre a racionalidade humana e a racionalidade viral, uma transcendência do pensamento das relações necessárias entre humanos e não humanos (SANTOS, 2021).

Propõem-se uma Pedagogia Intervital – entre vida humana e não humana. Uma pedagogia nada fácil e questionadora: como aprender com o que não vemos? – Esta será sempre uma teleaprendizagem, com certeza são enormes os obstáculos desta aprendizagem, uma aprendizagem mútua, ainda que não se saiba se o vírus quer aprender algo com a humanidade. Sendo assim, os sinais que o vírus dá deixa de ser opaco e passa a ser transparente, à medida que se compreende a relação do ser humano hoje infectado pelo vírus e seus atentados já realizados, durante séculos, contra a natureza (SANTOS, 2021).

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS

A educação escolar no Brasil é regida por normativas específicas que determinam as formas de ensino presencial, semipresencial e ensino à distância em todo território nacional. Em tempos anteriores a Pandemia, a educação pública no estado do Amazonas na modalidade de ensino desde a educação infantil ao ensino médio ocorria majoritariamente na forma presencial.

Em 19 de março de 2020, mediante o Decreto n. 42.087, ficou estabelecido a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino em todos os municípios do estado, por um período de mais 15 dias, totalizando em 30 dias sem aulas.

Em situações de paralização das aulas presenciais o Artigo 3 da Resolução 30/2020, determina que cabe aos gestores das unidades escolares os seguintes procedimentos:

- I – Planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período supracitado, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por partes dos alunos e/ou familiares;
- II- Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III- Preparar material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como vídeo aulas, podcasts, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico.

IV- Zelar pelo registro da frequência dos alunos, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas;

V- Organizar avaliações dos conteúdos ministrados durante o regime especial de aulas não presenciais, para serem aplicadas na ocasião do retorno das aulas presenciais.

O “Projeto Aula em casa” apresenta-se como uma medida emergencial viável frente ao COVID-19 para inúmeras cidades no mundo, porém as condições sociais, culturais e tecnológicas dos principais sujeitos do processo ensino e aprendizagem, estudantes e professores, nem evidenciam acesso favorável à internet com a mínima qualidade para ter êxito nas aulas nesse formato.

Sendo assim, o Projeto Aula em Casa, propõe uma retomada emergencial das aulas da rede pública de ensino do estado, no período de maior proliferação da Pandemia no Amazonas. Contudo, a realização de um projeto educacional de ensino remoto não é algo homogêneo e impõe o desafio de expandir o acesso a uma educação de qualidade por meio do ensino remoto em localidades de cabeceiras de rios, ilhas ou várzeas, tarefa nada simples.

De acordo com Santaella (2013) a escola necessita habilitar estudantes para o uso correto das Tecnologias da Informação e Comunicação, as TICs. É necessário prepará-los para saber realizar leituras críticas do contexto digital e linguagem de mídia. Alfabetizar para a comunicação, para a educação e cultura audiovisual e digital. Ensinar a partir de um ecossistema educativo, onde as redes possibilitam a aprendizagem em qualquer tempo e espaço.

Apesar do Projeto Aula em Casa ser uma alternativa viável no período de Pandemia, o mesmo ainda não considera a ausência de acesso aos recursos tecnológicos por parte de professores e estudantes, seja na área urbana ou rural. Assim como desconhece o real domínio no uso das tecnologias que estes possuem.

No município de Parintins, o ensino remoto proposto pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, foi construído a partir de consulta ao Conselho Municipal de Educação – CME. O projeto intitulado: “Aprendendo em casa pelas ondas do rádio” é destinado a estudantes do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e abrange zona

urbana e zona rural de terra firme. O objetivo principal é fornecer o acompanhamento de aulas de Língua Portuguesa e Matemática; componentes de maior peso nas bases curriculares e com maior defasagem no ensino fundamental. (BRASIL, 2019).

Contudo, a perspectiva da educação colonizadora, ainda é predominante na educação escolarizada no Brasil. No Amazonas a educação escolar ainda não valorizava plenamente o conhecimento dos povos ribeirinhos que aprenderam na “escola das águas e da terra-firme o valor do olho d’água, a importância das sementes, o respeito pela mãe d’água e pela mãe do mato” (VASCONCELOS, 2017).

Como exemplo dessa afirmativa, Schindwein (et al, 2020) pontuam que as crianças das áreas rurais dificilmente têm acesso a Wi-Fi, celular e computador, acesso a TV. O meio de comunicação mais acessível ainda é o rádio, na maioria das comunidades. Por esse motivo o projeto da SEMED, optou por essa TIC como meio de transmissão das aulas.

É essencial ensiná-los a “aprender a aprender”. Na era digital essa é uma questão em que as TICs são pertinentes. É preciso preparar os estudantes para desenvolver competências. Formar cidadãos com valores, virtudes e capacidade de gerenciar suas emoções e pensamentos. A escola precisa avançar pedagogicamente a partir da experiência, da prática, pois só a teoria não é suficiente (GÓMEZ, 2015).

Assim, a presença das tecnologias educacionais nas escolas não é algo recente, contudo necessita ser constantemente aprimorada. Desde a década de 1990 tem se expandido pelo país, porém o estímulo ao uso dessas ferramentas nem sempre ocorre de forma efetiva, o que impôs desafios antigos e atuais: o acesso limitado a internet, a infraestrutura tecnológica das escolas, a estrutura curricular e a consideração da diversidade geográficas amazônica.

Entre os desafios do Ensino Remoto estão: infraestrutura tecnológica, estrutura curricular adequada, condições geográficas amazônicas. Por sua vez SEMED/Pin, após consulta ao Conselho Municipal de Educação (CME), elaborou o Projeto “Aprendendo em casa pelas ondas do rádio” para os alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação abrangendo a sede e a zona rural de terra firme, com o objetivo de fornecer o acompanhamento de aulas de Língua Portuguesa e Matemática, que são

componentes de maior peso nas bases curriculares e ao mesmo tempo disciplinas com maior defasagem no ensino fundamental. (Brasil, 2019). Além disso, o projeto considera o disposto na Lei 9394/96 (Brasil, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 32 & 4º e artigo 35 & 8º sobre ensino fundamental à distância e se respalda na resolução 20/2020 (Amazonas, 2020) sobre aulas não presenciais na Educação Básica para evitar a disseminação do Covid-19 (SCHLINDWEIN et al, 2020).

É válido ressaltar, que as crianças das áreas rurais apresentam maior dificuldade no acesso ao Wi-Fi, celular e computador, em algumas localidades poucas possuem televisão e o acesso tecnológico mais utilizado pelas famílias é o rádio. Por esse motivo o rádio foi eleito como canal para realizar a transmissão das aulas, devido ao alcance, facilidade de comunicação e adaptação das famílias parintinenses, seu vínculo interativo-social com as comunidades urbana e rural (SCHLINDWEIN et al, 2020).

O Projeto “Aprendendo em casa pelas ondas do Rádio” foi elaborado pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Parintins, visando impedir a suspensão das aulas em decorrência da propagação da Covid-19 no município. O projeto é voltado para estudantes do 4º ao 9º ano do ensino fundamental das escolas da rede municipal e abrange as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As aulas são planejadas diariamente pelos professores e revisadas pela gerência especial de apoio técnico e pedagógico da SEMED antes de serem levadas ao ar, transmitidas do estúdio da Rádio Clube de Parintins em cadeia com a Rádio Alvorada e Rádio Tiradentes, as três rádios em frequência modulada (FM). (SCHLINDWEIN et al, 2020).

As aulas ministradas pela equipe técnica da SEMED estão em consonância com a Proposta Curricular Municipal alinhada à Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e Proposta Curricular Amazonense. A Secretaria elaborou o projeto tendo como amparo as legislações federais, estaduais e municipais, como forma de impedir a propagação do vírus nas instituições escolares. Nessa perspectiva, a LDB 9394/96 (Brasil, 1996) também garante a possibilidade de oferecimento de aulas não presenciais em formato Ensino a Distância (EaD). No caso de Parintins, as aulas do Ensino Fundamental via rádio têm sido a única estratégia viável para atingir os alunos da área urbana e das comunidades rurais (SCHLINDWEIN et al, 2020).

Na contramão da educação colonizadora, a educação descolonial requer a valorização das diversidades de saberes, seja o conhecimento tecnológico ou o conhecimento dos povos ribeirinhos que aprenderam na “escola das águas e da terra-firme o valor do olho d’água, a importância das sementes, o respeito pela mãe d’água e pela mãe do mato” (VASCONCELOS, 2017).

A educação deve agregar conhecimentos e viabilizar a aprendizagem tecnológica e educação de povos tradicionais para ampliar as visões de mundos dos estudantes. Considerando que o aluno possui a capacidade de aprender além das paredes da escola (SIBILIA, 2012), é essencial capacitá-lo com ferramentas para ele dar continuidade na sua aprendizagem, então ensiná-lo a “aprender a aprender” é uma das questões pertinentes na era digital. É preciso desenvolver competências e não apenas formar reprodutores de modelos já estabelecidos. Formar cidadãos com valores, virtudes, com capacidade de gerenciar suas emoções e pensamentos. A escola precisa avançar pedagogicamente e para isso precisamos da experiência, da prática, a teoria não é suficiente (GÓMEZ, 2015).

Por fim, Sibilía, (2012) e Santaella (2013) ressaltam que o uso das TIC na educação pode exercer um papel importante nas práticas pedagógicas, não como substitutas ou simplificadoras das atividades que envolvem o ensino e a aprendizagem, mas como instrumentos potenciais do processo educativo. As TIC vêm para somar com os processos de ensino atuais. Diante da metamorfose que vivemos atualmente é inevitável incorporá-las ao contexto escolar. A orientação desse trabalho, parte da ideia de que o conhecimento não é produzido somente nos espaços escolares, mas extrapola os limites físicos de tempo e espaços, comportando diferentes ambientes e formas de aprendizagem. Por exemplo: as TIC por meio das redes e dos dispositivos móveis.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo utilizou como referência metodológica a abordagem Qualitativa. Na atualidade é característica da pesquisa qualitativa percorrer todo um campo transdisciplinar, o qual envolve ciências humanas e sociais, a partir de uma estrutura teórica, sustentada por múltiplos paradigmas, entre eles: fenomenologia, construtivismo, marxismo (CHIZZOTI, 2003).

Deste modo, a abordagem Qualitativa dispõe de tais paradigmas afim de viabilizar a interpretação de fatos, a partir da observação sistemática de experiências individuais ou coletivas. Utiliza-se de campos do conhecimento como o antropológico e, por meio de análises de cunho social, cultural, econômico, entre outros, realiza suas construções do conhecimento. Pesquisadores que optam por essa vertente metodológica visam explorar o meio social a partir de traduções e interpretações do cotidiano estudado e, para isso utilizam a acuidade e a competência científica como parâmetros de orientação na produção de conhecimentos sobre o processo social investigado (CHIZZOTI, 2003).

Afim de que os dados da pesquisa pudessem ser elucidados e analisados à luz do arcabouço teórico, foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, um formulário semiestruturado com questões abertas e fechadas.

O formulário foi enviado para cerca de 70 professores que trabalham na rede de ensino municipal e/ou estadual ou ainda na rede de ensino privado no município de Parintins, cidade localizada ao leste do estado do Amazonas (AM). O recurso de acesso e abordagem aos professores, foi a plataforma Google Forms, devido ser uma ferramenta confiável e acessível ao público alvo.

Como resposta aos formulários enviados, 31 professores remeteram seus formulários devidamente preenchidos em todos os campos para que fosse realizado a análise dos dados e compreendidos a luz da teoria aqui elencada. Destaca-se entre os autores que compõem a análise dos dados: Boaventura de Souza Santos, Paulo Freire, Edgar Morin, autores que acrescentam lucidez na compreensão de estudos de análise qualitativa.

ANÁLISE DOS DADOS

O isolamento social ocasionado pela Covid-19 impôs a centenas de professores por todo mundo a urgência em repensar, reelaborar e planejar novas formas de ensino para suprir a ausência de aulas presenciais; introduzir em suas práticas pedagógicas o ensino remoto como forma de trabalho pedagógico possível diante do vírus.

Deste modo, esta pesquisa apresenta aspectos da experiência e vivência docente no período do ensino remoto no município de Parintins. Para ter acesso aos professores foram enviados formu-

lários pela plataforma Google Forms e foram obtidos como resposta 31 formulários respondidos por professores da rede municipal, estadual e privada. Tais professores participantes da pesquisa responderam questões a respeito de suas estratégias pedagógicas frente a necessidade de organização pedagógica para manutenção da rotina escolar dos alunos e os desafios diante do contexto amazônico.

Após a análise dos dados oriundos da aplicação dos questionários, foi observado que os participantes da pesquisa são professores da zona rural (5) e urbana (26) com idades entre 29 e 66 anos, sendo que 6 (seis) professores atuam na Educação Infantil, 14 (quatorze) nos anos iniciais do ensino fundamental, 10 (dez) nos anos finais do ensino fundamental, 6 (seis) atuam no Ensino Médio, 01 (um) na Educação de Jovens e Adultos – EJA e 1 (um) pertencentes ao nível Superior.

O perfil dos professores participantes da pesquisa é composto por uma maioria de professoras. De acordo com os dados da pesquisa cerca de 64,6% dos docentes, participantes da pesquisa são do gênero feminino e 35,4% são do gênero masculino. Além disso, 32,3% lecionam em 1 turno, 48,3% lecionam em 2 turnos e 19,4% lecionam em 3 turnos.

Durante a investigação, os professores relataram diversos desafios relacionados ao ensino remoto neste período de pandemia, tais como: falta de acesso à internet, a adaptação e flexibilização em relação à uma nova forma de ensino e aprendizagem, devolutiva das atividades pelos alunos e utilização das ferramentas tecnológicas para o ensino.

Desde modo, Barbero (2014), ressalta a importância de a escola capacitar estudantes para o uso de TICs afim de realizar leituras críticas do contexto digital, principalmente a linguagem da mídia. A alfabetização de alunos para comunicação: “Educação para cultura audiovisual e digital”. Vivemos num “ecossistema educativo”: as redes possibilitam a aprendizagem em qualquer tempo e espaço.

De acordo com Paulo Freire (1977, p. 69) a “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não há transformação do saber, mas um encontro de interlocutores que buscam a significação dos significados”. Assim, sem a interação docente e discente o processo da educação escolar se torna parcial, pois as ferramentas tecnológicas são meio e não fim do processo de ensino aprendizagem. O domínio das tecnologias precisa ser efetivo e eficaz entre os

interlocutores da educação, afim de mediar a aprendizagem.

Quando questionados sobre quais ferramentas tecnológicas e estratégias educativas vem utilizando no período do ensino remoto, a maioria destacou que usam o celular como equipamento tecnológico e como estratégia para envio dos materiais de estudo usam o aplicativo do WhatsApp, bem como, fazem uso da transmissão das aulas nas ondas do rádio ou disponibilizadas também na forma impressa (buscar na escola) ou ambas as formas (online e impressa).

Em relação a obtenção de materiais de estudos encaminhados pelos docentes, foi possível observar após relatos dos professores que a maioria dos estudantes utiliza o celular e o aplicativo WhatsApp como principal ferramenta de interação para o estudo; tendo pouco acesso a outros recursos tecnológicos como computador, notebook e tablets. Entretanto há os discentes que não usam nenhum tipo de equipamento tecnológico, e nesse caso só dispõe de apostilas impressas entregues e recebidas pelos professores. Dessa forma, entendemos que algumas famílias precisam buscar as atividades impressas em função de não ter como imprimir em casa e passar para as crianças realizarem como recurso de aprendizagem e avaliação.

As figuras abaixo representam momentos do processo de trabalho pedagógico docente em meio a pandemia em ambientes rurais:

Figura 1. Professor navegando rumo à escola na área rural para orientação de alunos na EJA (FARIAS, 2021).



O processo de educação ficou limitado, porém os professores procuraram atender aos alunos dentro das limitações estruturais da rede de ensino pública. Nesse contexto, observou-se ainda, que os estudantes possuem dificuldades em relação ao domínio das TICs por diferentes motivos e fatores econômicos, sociais e culturais; a resistência às mudanças na forma de ensino ocorre pela ausência de expansão das ferramentas tecnológicas em ambientes urbanos e rurais no Amazonas; a falta de treinamento para lidar com as ferramentas tecnológicas; a dificuldade de acesso à internet e as dificuldades financeiras ocasionada pela pandemia.

A pandemia nos colocou frente ao desafio de pensar a escola, nos retirando a sala de aula, o ambiente que sempre foi o lugar de estabelecer os vínculos principais de mediações de conhecimento. Como diz Edgar Morin, “é preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que valores são ambivalentes, em que tudo é ligado” (2007, p. 84).

Diante do cenário de interrupção das interações em sala de aula, os professores precisaram pensar em novas formas de mediações pedagógicas. O professor Farias encontrou nas aulas em casa um meio de inserir suas técnicas de ensino por meio da música e da inserção do aluno como autor de seu conhecimento. Para os alunos com acesso à internet a didática do professor favoreceu o processo de ensino e aprendizagem.

Figura 2. Professor interagindo com alunos por meio de seu Projeto – Eu, você e a ciência (FARIAS, 2021).



Neste contexto fragilizado em que estamos vivendo, os professores se uniram para compartilhar atividades, experiências, para aprender e trocar uns com os outros. Buscaram aprimorar talentos por meio da música, gravação de vídeos, áudios didáticos, atravessaram rios, lagos, igarapés para chegar até seus alunos e levar apostilas. Enfim, os professores tiveram que se reinventar da noite para o dia, pois os alunos precisavam de retornos imediatos, embora essa experiência dos professores seja em alguns aspectos exaustiva, muitos destacam procurar fazer o melhor possível para o momento, buscando novas formas de ensinar, novas ferramentas de mediação em prol de uma educação mais significativa.

Analisando o questionário, identificamos que os professores apresentam dificuldades no exercício da docência quanto ao ensino remoto tais como: devolutiva dos alunos em relação as atividades propostas, dividir o mesmo aparelho eletrônico com outras pessoas em casa, falta de acesso à internet, participação da família, e a falta de um ambiente adequado para realização das atividades ou gravação das aulas. Como pode ser comprovado nos relatos abaixo:

Para mim é a questão da acessibilidade dos alunos aos conteúdos apresentados diariamente... A participação é baixíssima por tantos motivos Principalmente por que a maioria dos alunos da escola onde leciono são da periferia da nossa cidade e com poucos recursos financeiros para dispor de todos esses instrumentos (MARTINS, 2020).

Acesso à Internet por parte dos pais. (SIMAS, 2020).

Distanciamento, estrutura tecnológica e apoio ou acompanhamento familiar das atividades enviadas para as crianças (SANTOS, 2020).

Além das situações mencionadas, também foram citadas outras dificuldades como falta de participação e devolutiva das atividades pelos discentes. O que se pode observar é uma falta de interesse da família, pois, muitos pais trabalham fora e ao chegarem em casa não procuram saber dos filhos como foi o dia escolar, se tem lição a ser feita, ou seja, não há cobrança e comprometimento com as tarefas passadas pelos professores, o que ocasiona nos filhos uma falta de interesse e motivação pelo aprendizado escolar.

Contudo, o professor Martins (2020) compreende que as interferências econômicas e sociais acentuam muito as dificuldades de discentes ao acesso à educação no sistema remoto. Os professores

destacam também que a falta de interação professor/aluno é uma dificuldade evidente no ensino da Matemática e demais áreas do conhecimento. A internet limitada não permite a interação em tempo real para acompanhamento e orientação docente. Os professores questionam como é possível alfabetizar alunos do 1º ciclo sem a interação professor/aluno.

Nota-se a partir das análises dos questionários, que é necessário estabelecer relações com as questões do cotidiano, da cultura, da economia, e que consiga interagir de forma dinâmica com o processo ensino aprendizagem favorecendo a construção de um sujeito cada vez mais independente, autônomo, pois como diz Freire (2013, p. 47) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”, além disso, o progresso do conhecimento científico, tem-se exigido novos olhares epistemológicos e metodológicos, ou seja, que o observador se inclua em sua observação, “que o sujeito se reintroduza de forma crítica e auto reflexiva em seu conhecimento dos objetos” (MORIN, 2012, p. 30).

O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética... Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente, nos dedicar. (FREIRE. 2013, p. 18)

Neste sentido, uma escola, um sistema de ensino ou um fazer docente que vislumbre a perspectiva de garantia de ensino a todos. Os desafios para a construção de uma educação de qualidade na Amazônia são imensos e o debate relacionado aos aspectos social, cultural, político e econômico da Amazônia nos conduz a pensar como se configura a Educação nesta região, ou como deveria ser uma Educação para a Amazônia. Considerando está realidade e refletindo sobre as respostas dos professores sobre os maiores desafios de ser professor (a) na Amazônia parintinense, pôde se evidenciar conforme a fala de alguns dos professores, o seguinte:

Valorização. Não é fácil ser professor na Amazônia. É humanamente impossível chegar nas mais longínquas localidades por conta pró-

pria. (FARIAS, 2020).

As surpresas climáticas e as diferenças ímpares da região que em sua maioria não são levadas em consideração na elaboração de documentos como a BNCC. (CATIVO, 2020).

Falta de acesso a ferramentas de comunicação, recursos tecnológicos, falta de plataforma de aprendizagem (SOUZA, 2020).

O maior desafio é ter que se reinventar sem o auxílio algum por parte de nossos governantes, a falta de recursos midiáticos pelos alunos, a falta de internet adequado pelos alunos, etc. (JACAUNA, 2020).

A nova forma de educação praticada durante a pandemia na Amazônia, nos mostra os grandes desafios enfrentados pelos professores, no que tange a desvalorização profissional, a escassez de acesso à internet e a falta de ferramentas e recursos tecnológicos, evidenciando aspectos relativos aos problemas reais no que tange ao acesso à escola, ao currículo, e a qualificação docente.

Ademais, pode-se dizer que grande parte dos profissionais tiveram que aderir, aceitar e executar as orientações dadas pelas suas secretarias de educação. Sobre estarem acordados se diz no sentido de compreenderem o momento e cumprirem, da melhor forma possível, com o desafio de ensinar de uma forma diferente, mas sem perder de vista que é necessário aprimorar muito esse formato, pois o ensino à distância pode ser favorável para o momento atual, carregando algumas vantagens, mas também possui inúmeras contradições, decorrentes principalmente das dificuldades, anteriormente já destacados, relacionadas ao acesso e uso das tecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia evidenciou muitos desafios e, possibilidades de mudanças no *modus operandi* da sociedade global, pode-se dizer que a vida tem exigido mais resistência e ousadia frente ao desalento da humanidade. A esperança é que a ciência sustente a necessidade humana de ir além de um pensamento apto e possa considerar a complexidade do real, ultrapassando questões meramente emergenciais da condição humana (MORIN, 2005).

A nova versão de educação praticada durante a pandemia na Amazônia, nos mostra os grandes desafios enfrentados por educadores, no que tange a desvalorização profissional, a escassez de acesso à internet e a falta de ferramentas e recursos tecnológicos,

evidenciando aspectos relativos aos problemas reais no que tange ao acesso à escola, ao currículo, e a qualificação docente. Aos profissionais da educação cabe a reflexão sobre aderir, aceitar e executar as orientações dadas pelas suas secretarias de educação, com o desafio de ensinar de uma forma diferente; sem perder de vista a necessidade de aprimorar suas formas pedagógicas constantemente.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS ATUAL. (2020, maio 09). Após duas quedas seguidas, AM tem 1.198 novos casos de Covid-19 e 45 mortes em apenas um dia. Dia a dia. <https://amazonasatual.com.br/apos-duas-quedas-seguidas-am-tem-1-198-novoscasos-de-covid-19-e-45-mortes-em-apenas-um-dia>. Acesso no dia: 23/04/2021.

AMAZONAS. (2020). Decreto Nº 42061 de 16/03/2020 (Dispõe sobre a declaração de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e institui o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19). Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391375>. Acesso no dia: 10/05/2021.

AMAZONAS. DECRETO N.º 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublicado>. Acesso no dia: 12/05/2021.

AMAZONAS. DECRETO N.º 42.145, DE 31 DE MARÇO DE 2020. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublicado>. Acesso no dia: 10/05/2021.

AMAZONAS. Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas não Presenciais. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia: 13/05/2021.

AMAZONAS. Normas Complementares para o Regime Especial de Aulas não Presenciais. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia: 10/05/2021.

BRASIL. Câmara Federal. Medida Provisória Nº 934, DE 1º de Abril

de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoes-Web/fichadetramitacao?idProposicao=2242413>. Acesso no dia: 13/05/2021.

BRASIL. Relatório Brasil no PISA 2018. Versão Preliminar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf, 2019.

CEE-AM. Conselho Estadual de Educação. Resolução N° 30/2020. Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso no dia: 10/04/2020.

DEWEY, John. Experiência e educação. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GÓMEZ, Á. I. P. Educação na era digital: a escola educativa. Penso Editora. 2015.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. István Mészáros; tradução Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1ª ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência / Edgar Morin; tradução de Maria. 8. ed. D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

PARINTINS. Decreto N° 014/2020-PGMP (Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Parintins

e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins). Prefeitura de Parintins (PGMP). <https://parintins.am.gov.br/uploads/102930.pdf>. Acesso no dia 13/05/2021 (2020a).

PARINTINS. Decreto Nº015/2020-PGMP (Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020. Prefeitura de Parintins (PGMP). <https://files.reporterparintins.com.br/documents/171466.pdf>. Acesso no dia 15/05/2021 (2020b).

RAMBO, Nestor Francisco. A educação em rede em época de pandemia: algumas nuvens e muitas sombras. In: SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (Orgs.). *Vozes Contemporâneas da Educação*. Ilustração: Cruz Alta, 2020, p. 27-49. Ver: <http://www.saude.am.gov.br/visualizar-noticia.php?id=6810>.

SANTAELLA, L. *Comunicação Ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. SP: Paulus. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza, 1940 – O futuro começa agora [recurso eletrônico]: da pandemia à utopia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Recurso digital.

SIBILIA, P. *Redes ou Paredes: A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.

SCHLINDWEIN, Luciane Maria; TRINDADE, Patrícia dos Santos; LEAL, Gyane Karol Santana. *Infância e pandemia: conhecimento nas ondas do rádio em Parintins/AM*. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 26 (2020) - Ahead of print, p. 1-18.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. *Educação do Campo no Amazonas: história e diálogos com a territorialidade das águas, das terras e das florestas*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

DIREITOS, CONFLITOS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NA BACIA DO TARUMÃ- AÇU (MANAUS, AMAZONAS, BRASIL)

*Priscila Ramos de Farias
Waldeliz de Freitas Rodrigues*

INTRODUÇÃO

O Rio Tarumã-Açú faz parte da área de proteção Ambiental Tarumã Mirim Tarumã Açú, na margem esquerda do Rio Negro. É de uso sustentável e foi criada por meio do Decreto de nº 16.498 com data de 02/04/1995 a qual abrange uma área, em hectares de aproximadamente 56.793ha. Sendo tal área delimitada pela Lei Estadual nº 2.646, de 22/05/2001. O acesso fluvial dá-se através do Rio Negro, Igarapés Tarumã-Açú e Tarumã-Mirim e o acesso rodoviário, através do Ramal Pau Rosa situada no km-21 da Rodovia BR-174.

No Plano Diretor Ambiental de Manaus fica localizada na zona oeste da cidade de Manaus em uma zona antes descrita como rural mas na atual revisão do mesmo foi retratada como zona de expansão urbana. Na margem esquerda do Rio Tarumã-Açú podem ser encontradas comunidades das etnias, originárias do Alto Rio Negro e Médio Solimões, Barasano, Pirá-Tapuya, Tuyuka, Sateré-Mawé e por fim os Karapãna (lê-se Karapãno de acordo com os próprios indígenas desta etnia).

As comunidades da referida localidade tem como base unidades familiares que foram construídas ao longo do tempo por meio de relações matrimoniais interétnicos. A etnia Tuyuca estabeleceu relações matrimoniais com os demais grupos indígenas e os Karapãna também com não-índios. Logo podemos encontrar comunidades exclusivamente indígenas compostas de indígenas de mais de uma etnia, como também comunidades mistas na qual a maioria é indígena. Para Elias (2006) essas figurações se diferem de todas as outras figurações entre seres vivos, pois estas não pautam-se em relações biológicas, de gênero, raça ou etnia.

Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados. Seres humanos biologicamente invariáveis podem formar figurações variáveis. Essas figu-

rações possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, formando, respectivamente, o campo de investigação de um ramo da ciência de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia (ELIAS, 2006, p. 26).

Em um contexto histórico, o empoderamento desses povos foi fruto de muitas lutas, resistência, alguns fugiram de suas terras como tentativa de evitar a integração, exploração e extinção de suas culturas, porém, alguns desses povos ainda lutam para terem a reintegração de posse de suas terras. Em um estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado necessariamente passaria por todos os campos, desde o material até o pessoal.

Pensar o processo de democratização através das disputas que ocorrem nos elos de interdependência é uma forma, segundo Elias, de livrar a análise sociológica de “substantivos desumanizados (estrutura, função, papel, organização) como instrumento de investigação” (ELIAS, 1999a, p. 143).

Na área supracitada existe um conflito, um processo processo da Ação de Reintegração de Posse n.º 001.02.020166-5 da 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital feito pela Eletro – Ferro S/A contra Maria Alice da Silva Paulino, indígena Karapãna, residente no ramal do Cujubim, Tarumã, na margem direita do Tarumã-Açú e do processo de Reintegração de Posse n.º 012.10.058500-3 de 14.11.2001 feita pela Companhia Industrial do Norte – CIANORTE contra as famílias de Maria Auxiliadora da Silva Paulino e de Marilda da Silva Paulino, irmãs de Alice e também indígenas Karapãna, tramitando na 8ª Vara Cível da Comarca de Manaus até aquele ano. Tais processos serão esmiuçados mais adiante, fazendo-se mister chamar atenção quanto ao trâmite dos Processos em jurisdição Estadual, mesmo sendo as requeridas indígenas devidamente reconhecidas formalmente por meio de instrumentos legais expedidos pela FUNAI.

A redução de diferenças de poder entre governantes e governados é visível nos seguintes atos dos governantes: na tentativa de justificar que suas ações estão calcadas em princípios de direito e de justiça; na necessidade de justificar suas ações como ações voltadas para os interesses sociais gerais; na insistência de que seus programas de go-

verno são programas que visam atender a sociedade como um todo; na busca de simpatia das massas “com planos de melhoramento das suas condições de vida” (ELIAS, 1999, p. 71).

Neste sentido a área descrita até este momento é palco de um mosaico de atores/ situações que vão além de conceituações jurídico-formais. Devemos atentar e debater acerca da questão dos direitos indígenas, do homem-indígena, seus anseios e necessidades modernas. Em especial em relação à questão territorial e habitacional em âmbito urbano, dos “índios urbanos”, como vêm sendo denominados. A defesa de seu direito é feita por meio de ação real.

“O Direito é dinâmico por natureza, no entanto, seus instrumentos jurídicos muitas vezes costumam ser um entrave nesta luta.” Assim leciona Rodrigues (2006, p. 297).

A diversidade das figuras jurídicas da propriedade territorial que assinala tal complexidade de elementos em questão, agrupando-os em uma categoria classificatória, não parecem comportar uma homogeneização formal fazendo-se necessário o debate, a pesquisa e a ação de diversos setores da sociedade para que tais direitos sejam efetivados.

Só se podem compreender os processos de desconcentração do poder através da práxis da vida social. Todavia, esta última tem de ser analisada, no que diz respeito à democratização, em vista das metas socialmente construídas pelos indivíduos no interior de uma dada estrutura social que é “mantida pelas ações dos próprios indivíduos de maneira a não levar constantemente a tensões destrutivas nos grupos e nos indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 123).

A ausência de instrumento legal para a situação dos índios na cidade corrobora para que seus direitos indígenas sejam aviltados como um todo, pois como já foi dito antes, trata-se antes de tudo dos Direitos Humanos e do dinamismo social os quais bem aduz Roberto Bernal ao afirmar “a existência de grupos indígenas, famílias ou indivíduos de etnias diferentes que se recusam a viver no sistema de terras indígenas imposto pelo Estado brasileiro”, entendemos então que as identidades são delineadas dentro do espaço urbano pelas etnias acima citadas. Assim assinala Almeida apud Basini (2010) sobre este aspecto:

“Há uma recusa explícita de contemplar uma possível dinâmica da identidade étnica e de reconhecer a capacidade das pessoas de assumirem múltiplos papéis sociais e várias identidades. A dupla recusa agrava a situação dos indígenas na cidade, que passam a ter questionada sua “definição legítima” e seu reconhecimento em termos jurídicos – formais.” (ALMEIDA apud BASINI, 2010).

Para além da invisibilidade do indígena que está vivendo nas cidades, se faz necessário que as garantias constitucionais sejam efetivadas de modo amplo e participativo, e que o Estado os reconheça enquanto populações indígenas. Como lembra Mészáros (2008, p.68), “[...] enquanto estivermos onde estamos, e enquanto o ‘livre desenvolvimento das individualidades’ estiver tão distante de nós como está, a realização dos direitos humanos é e permanece uma questão de alta relevância para todos os socialistas”.

Os indígenas que vivem em meio urbano têm direito de participarem democraticamente e de lutar por seus direitos coletivos (direito este especial à diferença), lutar por direitos fundamentais tais como saúde, educação, moradia, associados aos conhecimentos tradicionais que lhes pertençam assim como o patrimônio genético.

Em 1928, é aprovada a Lei n. 5.484, que passa a regulamentar a situação jurídica dos índios. Exonera a tutela orfanológica e coloca-os sob a tutela do Estado. Ocorre o processo de “classificação” indígena de acordo com o grau de relacionamento com a sociedade brasileira, denominados como: “grupos nômades”, “aldeados ou arrancados”, “incorporados a centros agrícolas”, e reunidos em povoações indígenas. Índios incorporados à sociedade ou em centros agrícolas são responsáveis por seus atos. (GOMES, 2012, p. 95-96).

Gomes, 2012, p. 112:

No que se refere ao conceito de “terras indígenas”, a CF de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 231 define: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Ainda no parágrafo § 2º: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.(GOMES, 2012, p. 112).

Neste sentido Almeida (2004) leciona acerca da coesão de comunidades de diferentes etnias ao não indígena nos afirma que não é novidade em diversas regiões brasileiras, os quais por ocasião de defesa de terras pacificamente ocupadas pelos mesmos “funciona como fator de identificação, defesa e força” e vai além e leciona *in verbis*:

“Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido em face de antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito,⁵ que reforçam politicamente as redes de relações sociais. Neste sentido, a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como *unidades de mobilização*.” (ALMEIDA, 2004).

Necessário em tal discussão é assegurar mecanismos jurídicos que promovam a igualdade material para a consecução dos mesmos. O Decreto n. 736, de 6 de abril de 1936, estabelece que “os índios devem ser nacionalizados para serem incorporados à sociedade brasileira e define as terras indígenas como ‘aquelas em que presentemente vivem e já primariamente habitavam e são necessárias para o meio de vida compatível com o seu estado social: caça, pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação; aquelas que já lhes tenham sido ou venham ser reservadas para seu uso ou reconhecidas como de sua propriedade a qualquer título” (GOMES, 2012, p. 96).

O *modus operandi* das normas segue o preceito positivista da situação. É necessário salientar aqui que o operador do Direito deve passar a analisar o objeto em questão não isoladamente, pois este está inserido em conjunto de relações. Se o faz *pari passo* retira o essencial de suas propriedades essenciais (BOURDIEU, 2007, p 27). Assim também aduz Almeida:

“A tentativa de reduzir os que se autodefinem como indígenas nas cidades à fixidez de um passado mítico idealizado, asseverando que perderam o “idioma, a religião e as habilidades na caça, na coleta e na agricultura”, nega a configuração étnica que estão construindo no presente”. (ALMEIDA apud BASINI, 2010).

Tais questões justificam a pesquisa que tomou por base a luta e o processo de territorialização pela permanência nas terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas localizadas na região do Tarumã-Açú e ao mesmo tempo verificando de que forma o Estado consegue tornar tais atores sociais invisíveis, tolhendo, concomitantemente, seus direitos de lá permanecerem. Se a democratização é, para Elias (1997, p. 156), definida como uma “constante mudança na distribuição de poder” que exige uma constante transformação global da sociedade, [...]. “Neste estágio, já está claro que cada um dos cidadãos que, nas democracias parlamentares, conquistou, a duras penas, o direito de controlar seu próprio destino, numa medida limitada, através das eleições no contexto nacional, praticamente não tem chance de influenciar os acontecimentos no plano global” (ELIAS, 1994a, p. 137).

Partindo do princípio das garantias constitucionais pertinentes ao tema e da problemática dos direitos territoriais vividos pelas comunidades indígenas no município de Manaus percebe-se uma articulação forte pelas comunidades indígenas na forma de associações formais, elaboração de projetos (econômicos, educacionais, políticos) e da judicialização dos conflitos territoriais por eles enfrentados. Os meios são os mais diversos para que sua causa seja visibilizada, para que seus direitos sejam concretizados enfatizando sempre a luta pela terra, e sendo assim, as estratégias de atuação são as mais diversas.

A “ilusão jurídica” é uma ilusão não porque afirma o impacto das ideias legais sobre os processos materiais, mas porque o faz ignorando as mediações materiais necessárias que tornam esse impacto totalmente possível. As leis não emanam simplesmente da “vontade livre dos indivíduos”, mas do processo total da vida e das realidades institucionais do desenvolvimento social dinâmico, dos quais as determinações volitivas dos indivíduos são parte integrante (MÉSZÁROS, 2008, p. 163).

Como já foi dito, são atores sociais, como toda sociedade formadora de uma nação também é, na qual as identidades não são fixas, nem o meio onde se nasce deva ser obrigatoriamente a que se deva morrer. Pensando sempre no processo que possa ter levado a migração, que contexto social, político e até mesmo econômico tenha sido fator decisivo de mudança.

“Entretanto, os estados mais fortes no topo da hierarquia dos estados interdependentes são quase invariavelmente impelidos à luta competitiva entre si. A força dessa polarização entre dois estados hegemônicos é tão forte, que os outros estados tendem a cair – algumas vezes contra sua previsão e vontade – na órbita de um dos dois, tal como limalhas de ferro são atraídas para um dos pólos de um imã poderoso. Desse modo, a luta eliminatória pela hegemonia entre as unidades de poder no topo da hierarquia determina, consideravelmente, o agrupamento dos estados em toda a hierarquia, embora não sem efeito recíproco, pois os arranjos de estados menos poderosos afetam, por sua vez, o equilíbrio da tensão entre os estados do topo” (ELIAS, 1998, p. 213).

A alteridade destas comunidades indígenas se faz presente sob estes aspectos de atuação social (agency) na qual são senhores de suas vontades e lutas daquilo que entendam que lhes pertença. O fortalecimento do laço territorial pode ser confirmado pela etnicidade que é a necessidade essencial de manutenção e reprodução de suas culturas e línguas, identificadores de sua singularidade como sujeitos de um direito fundamental à diferença, que lhes confere o reconhecimento conforme suas características próprias. Neste sentido Oliveira (1998) leciona que:

“A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade”.

Para tanto o espaço físico é de suma importância para que possam efetivamente reproduzir seus rituais, línguas, costumes e tradições, aduz a parte deste aspecto latente Junqueira (2005):

“A posse, o usufruto e o controle efetivo da terra pelos índios têm sido reconhecidos como condição *sine qua non* para a sobrevivência dos povos indígenas. A terra é a natureza culturalizada dentro da qual uma etnia realiza suas virtudes e potencialidades.” (JUNQUEIRA apud ARRUDA, 2006).

Sob outro aspecto, o da tradição, Hall (2006) nos assevera que a ideia de identidade nacional tem como base a cultura nacional

que nada mais é que um discurso – um meio de construção de sentidos que influencia e organiza nossas ações e concepções que temos de nós mesmos. Sentidos com os quais podemos nos identificar ou construir identidades, a partir do entendimento que estes sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que ligam o seu presente com o seu passado, gerando imagens que a partir delas são construídas.

Argumenta assim Benedict Anderson (1983) apud Hall (2006), que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. Nestes termos as comunidades indígenas do Tarumã-Açú que tradicionalmente ocupam suas terras Hobsbawm (1983) pondera do seguinte modo, acerca das tradições:

“Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas... *Tradição inventada* significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”. Por exemplo, “nada parece ser mais antigo e vinculado ao passado imemorial do que a pompa que rodeia a monarquia britânica e suas manifestações públicas. No entanto..., na sua forma moderna, *ela* é o produto do final do século XIX e XX.” (HOBBSBOWM e RANGER, 1983, p.1 apud HALL, 2006)

Ou seja, o dinamismo se faz pulsante, pois a cultura não é estática, é sempre um rio a correr, mudando seu leito na medida em que se torna necessário, assim é o ser humano. As comunidades indígenas também não se diferem destes aportes pois desde que aqui estão vêm mantendo relações com os outros povos que aqui chegaram, relações de amizade ou de guerra, tanto com os imigrantes quanto com seus conterrâneos.

Houve, nos dois últimos séculos, uma mudança incontestável no sentido de novos equilíbrios de poder. Basta observar que “as sociedades governadas oligárquicamente pelos privilegiados hereditariamente transformaram-se em sociedades governadas por representantes revogáveis de partidos políticos de massa” (ELIAS, 1999, p. 70).

Como bem explanamos os interesses assegurados constitucionalmente entram em conflito com indeterminação de competência para regularização da área do Tarumã-Açú observando-se

a complexidade da convivência dessas comunidades indígenas em áreas que no momento estão em litígio e pressão constante de especulação imobiliária.

APORTES TEÓRICOS PARA SE PENSAR OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

A Constituição Federal Brasileira em seu caput do Art. 231 não só confere especial proteção às terras tradicionalmente ocupadas e habitadas pelos índios, na qual cabe à União exercer a proteção, demarcação e fazer com sejam respeitados todos os seus bens, como também reconhece aos mesmos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. No §1º do Art. 231 CF/88, temos a seguinte definição de terras tradicionalmente ocupadas:

“Art. 231 – (...) § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

Neste sentido o entendimento tradicional de ocupação seria levemente a relação, laço, vínculo dos indígenas com espaço, no entanto, faz-se necessário ir além e estudar quais os meios em que se deram tal relação, em que circunstâncias aconteceu progressivamente o vínculo relacional com o espaço, resultando na sua produção enquanto lugar mais ou menos delimitado, que pode ser ocupado por algo ou alguém, que pode ser usado ou não, sendo revelado pelo seu uso social. Elias (1998) nos alerta que,

“Nenhuma das grandes potências ligadas entre si por sua ameaça recíproca pretende ou planeja formar com a outra uma configuração dilemática. Os atos voluntários, as intenções e decisões dos representantes de ambos os lados mantêm o processo dilemático em marcha. Entretanto, planos e decisões propriamente ditos originam-se da matriz do processo dilemático. Eles mantêm o processo em marcha e são por ele determinados” (ELIAS, 1998, p. 252).

As sociedades indígenas do Tarumã-Açú, são comunidades que se inter-relacionaram, conformaram novos atores sociais, tem como referência seus mitos de criação advindos das comunida-

des de origem do Alto Rio Negro, como exemplo a etnia Karapanã, que compõe segundo Santos (2012):

“(…) um mosaico multiétnico que incluem, entre outras, famílias de origem Tukano; fato observável tanto no fluxo migratório (Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira quanto nas novas configurações interétnicas estabelecidas via alianças matrimoniais, práticas linguísticas, assim como por outros tipos de trocas simbólicas.” (SANTOS, 2012, p. 212).

E indo além dos processos de territorialização, tomados não somente como marcos de delimitação territorial, Santos (2012) se posiciona tomando tal processo como também meio de provocação histórica:

“(…) mas também enquanto uma provocação histórica a qual determinados grupos com menos vantagens se utilizam para reutilizar suas categorias étnicas. A esse tipo de provocação histórica como risco empírico que se estabelece aos sujeitos no momento da ação, Sahlins (1990) toma como uma possibilidade de modificar a estrutura e promover uma revalidação de suas categorias culturais (BASINI, 2003). Prossegue ainda, colocando que a comunicação social é um risco tão grande quanto as referências materiais e, por isso, a reapropriação dos elementos indígenas pelos não-indígenas não é somente uma prerrogativa do romantismo indigenista; mas também os índios se apropriam de elementos não indígenas, seja para montar suas estratégias, que lhes permite fugir dos estereótipos hegemônicos (territoriais, raciais, de hábitos etc.), seja para afirmar sua etnicidade (BASINI, 2006)” (SANTOS, 2012, p. 214).

Como podemos observar a dinâmica tempo/espço são conformadoras deste cenário, pois a cristalização de fatos e acontecimentos históricos minimiza e oculta fenômenos de elevada importância vivenciados no presente. Podendo produzir, contudo, um conteúdo parcial, tendencioso e pouco explicativo das relações atuais que estas comunidades vivenciam com quaisquer tipos de agências (estatal, não governamental, mistas, de pesquisa e de grupos econômicos).

Imperioso é o estudo das temporalidades e dos fatos históricos que as levaram à sua conformidade atual, estudar como deu-se progressivamente tais acontecimentos e de que forma a atuação política evidenciada na sua alteridade corroboram sua sobrevivência num Estado de cultura homogeneizante, utilizando de estratégias

que ora os visibilizam e quando lhes é interessante na sua invisibilização. E mesmo tal conceituação para Pacheco (1998) não se basta pois trata-se de um olhar que não consegue explicar a complexidade indígena, da mesmo modo o conceito de índios misturado, como preceito de tornar o outro inferior, em tom depreciativo, de tal modo que ao tratar dos índios do nordeste faz conjectura de modo a extirpar o pensamento de que a interação somente gera perdas pelo contrário, como assim assinala:

“A “etnologia das perdas” deixou de possuir um apelo descritivo ou interpretativo e a potencialidade da área do ponto de vista teórico passou a ser o debate sobre a problemática das emergências étnicas e da reconstrução cultural. E é orientado por essas preocupações teóricas, que se constituiu do início dos anos 90 para cá um significativo conjunto de conhecimentos sobre os povos e culturas indígenas do Nordeste, ancorado na bibliografia inglesa e norte-americana sobre etnicidade e antropologia política, **e é importante acrescentar nos estudos brasileiros sobre contato interétnico**”. (PACHECO, 1998, p. 06, grifos nossos).

Sendo assim diante do processo histórico vivido pelo Brasil nos idos de 1500, a conformação destes espaços sempre foi dinâmica, pois as políticas colonizadoras e o agency (MONTEIRO, 1992) indígena transformavam o território constantemente, e por vezes, os índios viveram em espaços ínfimos, ou mesmo eram expulsos, dizimados ou descidos (ALMEIDA, 2010) e de modo reflexivo pode-se inferir que é o que as comunidades indígenas têm vivenciados atualmente nas cidades, necessário salientar sobremaneira que o processo é produz mudanças, movimentos de transformação de determinado espaço, como disse Corrêa (apud PERICO, 2009) e a apropriação que o sujeito coletivo indígena o faz é em conformidade com uma conjuntura política, social e econômica favorável ao seu grupo. Assim estes novos processos de territorialização traduzem-se pela delimitação de um espaço a partir de relações de poder, na luta pela efetivação de direitos territoriais.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

Como bem foi explicitado no início deste artigo, o Estado se faz presente por meio da instituição da Área de Proteção Ambiental de uso sustentável, APA Tarumã Mirim/ Tarumã Açú. Posterior-

mente vindo a redefinir a área em questão com também sendo a de Parque Estadual do Rio Negro, Setor Norte e Setor Sul que tem como objetivos o Art. 6º da Lei Estadual nº 2.646 de 22.05.2001,

“Art. 6º - O Parque Estadual do Rio Negro, Setor Norte e Setor Sul, tem como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (Grifos nossos).

Como uma breve contextualização histórica acerca das Unidades de Conservação brasileiras, faz-se *mister* citar a criação em 1872 pelo Congresso dos Estados Unidos, do Parque Nacional de Yellowstone qual, dentre outras prerrogativas, era proibida a permanência humana que não fosse de modo recreativo, ou seja, qualquer ocupação era considerada ilegal e considerada infratora e com consequente desalojamento, sendo proibida sua colonização, venda ou ocupação segundo a legislação dos E.U.A. Tal modelo de conservacionismo foi amplamente divulgado e copiado por países subdesenvolvidos, no caso o Brasil.

No âmbito das relações humanas, Elias (apud GEBARA e WOUTERS, 2009, p. 36) pondera que os seres humanos evoluíram em um mundo constituído por outros seres além deles. E, que cada ser humano, portanto, é feito daquilo que chamamos de natureza para viver em comum e em relação com a grande variedade de seres, alguns são amigáveis, alguns são hostis, alguns são inanimados, sendo que destes últimos, alguns são humanos. Sendo assim, a maioria dos atributos e propriedades de um ser humano têm funções que podem ser compreendidas somente se considerarmos as relações com outros seres, além dele próprio.

Assim, quando se cita o referido modelo da conservação ecológica que é adotado, no Brasil, em 1973, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, e em 1980 já eram cerca de 58 Unidades de Proteção Ambiental – Unidades de Conservação (UC's), dentre as quais a Estação Ecológica de Anavilhanas (área situada no Rio Negro, com cerca de 400 ilhas e uma diversidade biológica de grande relevância) criada pelo governo federal, que por força da Lei 11.799/08 foi transformada em Parque Nacional de Anavilhanas, ou seja, proteção inte-

gral não permitindo a presença humana que não seja para pesquisa científica, recreação, turismo ecológico, desenvolvendo atividades educação e interpretação ambiental.

O que intriga o leitor mais atento é que a instituição do Parque Estadual em questão permite que haja propriedades particulares, vejamos, *in verbis*, em seus parágrafos §1º, §2º do Art. 7º:

“Art. 7.º - As Áreas de Proteção Ambiental de que cuida esta Lei tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. §1.º - As Áreas de Proteção Ambiental são constituídas de terras públicas e privadas. §2.º - Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização da propriedade privada localizada no interior dessas áreas.”

Há uma sobreposição de Unidades de Conservação, um excesso de proteção legal que conflituosa em seus objetivos e que geram uma série de problemas ambientais, que vão desde a diminuição da vegetação original ao aumento de ocupação irregular, crescimento urbano justificado pela atual conformidade do Plano Diretor, o qual estabelece que área do Tarumã, seja área de expansão urbana. Corroborar com este cenário a aprovação pela Câmara Municipal de Manaus na data de 20.01.2010 o Projeto De Lei n.º 406/ 2009 de 14 de outubro de 2009, na qual desmembra o bairro Tarumã, criando o bairro Tarumã-Açú.

CONSIDERAÇÕES

As explanações acerca de todo o Complexo Tarumã-Açú se trata de uma análise junto às comunidades, a artigo considera interessante referenciar os grupos indígenas, vivenciando como as comunidades enfrentam o questionamento sobre a ocupação de suas terras e como eles podem valer seu direitos de reintegração de posse, esperando dessa forma requisitos para a integração e/ou aceitação dos mesmos na sociedade civilizada. Sobre este sentido o artigo destaca que os indígenas continuam vivenciando o processo civilizador ao qual Norbert Elias se refere.

A morosidade do Poder Judiciário corrobora para uma insegurança jurídica que não é afeita ao processo em si. No entanto essa demora gerou um aspecto positivo, no sentido de reorganização

política das comunidades envolvidas na busca de novos meios de defesa e articulação outros órgãos estatais (extinta Secretaria de Estado para Povos Indígenas - SEIND), de pesquisa e de outras unidades organizacionais indígenas que atuam enquanto movimento social tornaram sua luta visível e de afirmação enquanto comunidades indígenas em meio urbano.

Por fim, imperioso notar que os anseios daquelas comunidades enquanto coletividade não se abalam de modo algum frente a ações que se arrastam da FUNAI, MPU, AGU em dar-lhes a devida segurança e proteção que nossa Lei Maior lhes confere, pelo contrário, o sinistro os engrandece e os torna mais coesos e atentos nas decisões e planejamentos, seja no âmbito educacional, econômico ou político na perene formulação de estratégias de ação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas – Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.6, n.1, 2004: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Henri Acselrad: A Associação, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povos”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, PPGSCA-U-FAM, 2006.

_____, Alfredo Wagner Berno de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.349 p.: il.: 16x23 (Vol. 01, nº. 02.) ISBN 978-85-7883-147-9 1. Conflitos Sociais – Territorialidades – Quilombolas I.

ANDERSON, Benedict R. et al. (eds.). (1966), “Selected documents relating to the September 30th Movement and its epilogue”. *Indonesian*, 1:131-205.

BASINI, Jose. Territorios étnicos de conflitos y multiples alteridades na AMERICA Latina y en Amazonia Ecuatorial – Jose Basini / Daniel Tavares dos Santos. Daniel Tavares dos Santos – Saberes indígenas

nas: ensino superior, autonomia e território/Organizado por Ivani Ferreira de Faria, Raimundo Nonato Pereira da Silva. – Manaus AM: UFAM/Piatam, 2010, p. 352.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Préface. In: SAYAD, Abdelmalek. L'immigration ou les paradoxes de l'altérité. 1. L'illusion du provisoire. Paris: Raisons d'Agir, 2006. p. 9-14.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 25 de março. de 2021.

ELIAS, Norbert. (1994a), A sociedade dos indivíduos, Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

_____. (1997), Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro.

_____. (1998), Envolvimento e alienação. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

_____. (1999), “O sociólogo como destruidor de mitos”. Em Introdução à sociologia, Edições 70, pp. 53-75, Lisboa.

_____. (1999), Introdução à sociologia, Edições 70, Lisboa.

_____. (1999a), Características universais da sociedade humana. Em Introdução à sociologia, Edições 70, pp. 113-145, Lisboa.

_____. Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública; organização e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução textos em inglês, Sérgio Benavides; textos em alemão, Antônio Carlos dos Santos; textos holandês, João Carlos Pijnappel - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNAI. Conferência Nacional dos Povos Indígenas – Relatórios Sintetizados e Documentos Finais das Conferências Regionais dos Povos Indígenas. Brasília, DF: FUNAI, Diretoria de Administração, Coordenação Geral de Documentação – CGDOC, 2006a.

_____. Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de Abril de 2006, Documento Final. Brasília, DF: FUNAI/CGDTI,

2006b.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104p.; 2x18cm. ISBN85-7490-402-3. Tradução de: The questions of cultural identity. 1. Identidade social. 2. Etnologia. I. Título.

HOBSBAWM, Eric & Terence Ranger (eds.) (1983). A invenção da tradição . Cambridge: Cambridge University Press.

MÉSZÁROS, I. Filosofia, ideologia e ciências sociais. Trad. Ester Vaiman. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1988. “O Nosso Governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero/CNPq.

_____, João pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorial e fluxos culturais/Versão Impressa ISSN: 0104-9313/Versãoon-line ISSN:1678-4944/MANA V.8N.1Rio de Janeiro, abr.1998/disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, Liliane Costa de. Identidade e tradição: a mulher indígena Sateré-Mawé da comunidade Y'apyrehyt. Monografia de Conclusão de curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito das Coisas. v. 5, 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA, ATRAVÉS DA TEORIA ELISIANA

*Raiany Ketlen Rodrigues Leal
Waldeliz de Freitas Rodrigues*

INTRODUÇÃO

A pandemia que atingiu o Brasil provocou milhares de mortes, tanto na população brasileira quanto ao redor do mundo, a COVID-19 transformou a vida de todos. Para frear a disseminação do vírus se fez necessário o isolamento social por questões sanitárias, isto provocou a suspensão das aulas em todo sistema de ensino público, privado e centros de ensino de línguas estrangeiras. No atual cenário de pandemia, não é de conhecimento se o ensino voltará a ser normal.

Assim, em todos os países docentes trabalham para se adaptar nova rotina sem aulas presenciais com uso de recursos tecnológicos. Segundo Elias (1993, p. 212), a “tecnologia” não é a causa da mudança dos comportamentos as mudanças específicas na maneira de como as pessoas se prendem umas as outras modela a personalidade de uma maneira civilizada.

Mediante essa nova e repentina realidade, muitos docentes têm encontrado dificuldades para conseguir utilizar as Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs, que é o conjunto de instrumentos e ferramentas por meio dos quais será possível colocar em prática os ensinamentos remoto e híbrido. Para essa nova reconfiguração organizacional na educação se mensura o pensamento elisiano pela actualidade, para se compreender o mundo como complexo, paradoxal de dimensões e incertezas, estas relações sociais são explicadas como perspectiva de uma teia de complexas interdependência.

Qualquer ser humano “está, de facto, durante toda a vida, fundamentalmente orientado para os outros homens e dependente deles. O tecido das interdependências entre homens é aquilo que os liga uns aos outros. São elas que constituem o núcleo daquilo que se designa aqui como figuração – uma figuração de homens orientados uns para os outros” (ELIAS, 1989, p.45).

Como um dos pontos centrais no pensamento elisiano, rede e teia dão lugar à teoria central da sociologia que se torna um fundamento teórico para compreender as configurações da sociedade. No caso do ensino das Línguas Estrangeiras o artigo busca analisar como está sendo as práticas educacionais dos docentes para atender os discentes no contexto da covid- 19.

Num mundo em profunda transformação a educação precisa ser muito mais flexível, híbrida, digital, ativa, diversificada. Os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais. Hoje há inúmeros caminhos de aprendizagem pessoais e grupais que concorrem e interagem simultânea e profundamente com os formais e que questionam a rigidez dos planejamentos pedagógicos das instituições educacionais (MORÁN, 2017, p. 23).

Neste mundo em profunda transformação a educação precisa ser adaptável, dinâmica, híbrida, remota, presencial, ou seja, precisa ser diversificada. Os processos de aprendizagem são múltiplos e, através do ensino remoto ou híbrido, é possível que nos tornemos visíveis, audíveis ao interagirmos, e ao mesmo tempo que facilite a locomoção dos alunos, uma vez que ele pode tranquilamente acompanhar as aulas até mesmo através do seu celular, tablet, sem precisar sair de sua residência. Para Henz (2014, p. 3) todos os sujeitos são participantes e caracterizam-se como coautores e construtores de conhecimentos e práticas que sirvam para intervir nos problemas levantados, refletindo e analisando sobre como se dão as diferentes relações e interações na práxis educativa escolar e na sociedade.

A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Na atualidade para a sociedade, o conhecimento de línguas estrangeiras é um diferencial que amplia as possibilidades e oportunidades no mercado de trabalho. Norbert Elias aponta que a sociedade constitui-se como um dos elementos essenciais de uma estrutura organizacional cujas atuações demonstram-se de diversas formas de interrelacionamentos e entrelaçamentos sociais e que esta jamais poderá agir individualmente.

Uma das grandes controvérsias de nossa época desenrola-se entre os que afirmam que a sociedade, em suas diferentes manifestações

- a divisão do trabalho, a organização do Estado ou seja lá o que for -, é apenas um “meio”, consistindo o “fim” no bem-estar dos indivíduos, e os que asseveram que o bem-estar dos indivíduos é menos “importante” que a manutenção da unidade social de que o indivíduo faz parte, constituindo esta o “fim” propriamente dito da vida individual. Acaso já não equivaleria a tomarmos partido nesse debate o fato de começarmos a procurar modelos para compreender a relação entre indivíduo e sociedade nas relações entre os tijolos e a casa, as notas e a melodia, a parte e o todo? (ELIAS, 1994, p. 17).

Nesse mesmo caminhar Norbert Elias demonstra que entre estas concepções existentes a uma convergência acerca da falta de modelos conceituais para consistir na elaboração do aprendizado de línguas estrangeiras. Nessa perspectiva, o incentivo e o estímulo para o aprendizado de idiomas devem ocorrer sempre e desde cedo, por parte da escola e das famílias, para que crianças e adolescentes tenham interesse e consciência da importância do estudo de línguas estrangeiras para sua formação.

[...] ao estudar uma língua estrangeira, o estudante entra em contato com outra cultura, o que contribui para que ele conheça aspectos culturais diferentes daqueles presentes na sua comunidade. Isso pode levar o estudante a um processo de reflexão acerca do outro e de si próprio. Afinal, o mundo social do estudante brasileiro é influenciado por aspectos econômicos, políticos e culturais das sociedades de outros países. (LIMA, 2009, p. 27).

Para Elias (1994, p.16) a busca para a compreensão de aspectos mais significativos que se fazem presente entre sociedade e indivíduo, evidencia: “[...] como é que eles formam uma “sociedade” e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem.” Neste sentido a escola proporciona para as crianças uma rica experiência de aprendizagem da língua estrangeira, especialmente para as crianças que não tiveram oportunidade de vivenciar esse tipo de estudo no seu meio familiar.

Para se introduzir o conhecimento de ensino de línguas estrangeiras para os alunos o professor, antes de tudo deve respeitar seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse. Libâneo (1998), afirma que “o professor medeia à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, nesse

sentido o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio do aluno tem de ser respeitado e ampliado”.

Analisando o desenvolvimento de línguas estrangeiras como suporte de melhoramento profissional, se pode citar, que este aprendizado, se refere a um processo relacional, que vai inspirar o docente a compreender os movimentos de organização da constituição social do saber do discente sobre a disciplina proposta, o que tange em ser uma expressão de um processo, de uma relação entre essas forças.

O surgimento de uma nova ocupação, portanto, não se deve a um desses dois fatores especificamente, mas à interação de ambos. É essencialmente um processo de tentativa e erro no qual as pessoas procuram combinar técnicas ou instituições e necessidades humanas. Todo passo nessa direção é efetuado por indivíduos (sic). O processo como tal, a gênese e o desenvolvimento de uma profissão ou de qualquer outra ocupação, é mais que a soma total de atos individuais – tem seu modelo próprio. (ELIAS, 2006, p. 89-90).

Essas forças se tornam mais compreensíveis quando houver a necessidade social do exercício dessa atividade, será melhor apreendido se for encarado como uma “imagem reticular”, como uma rede de relações humanas interdependentes. Elias explica como esse processo ocorre,

Tomemos, por exemplo, uma forma relativamente simples de relação humana, a conversa. Um parceiro fala, o interlocutor retruca. O primeiro responde e o segundo volta a replicar. (...) As idéias (sic) de cada um dos parceiros podem mudar ao longo da conversa. É possível, por exemplo, que eles cheguem a um certo acordo no correr da conversação. Talvez um convença o outro. Nesse caso, alguma coisa passa de um para o outro. (...) A característica especial desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma idéias (sic) que não existiam antes ou leva adiante idéias (sic) que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das idéias (sic) não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral. (ELIAS, 1994a, p. 29).

O educador de língua estrangeira deve relacionar a teoria e a prática como elemento de reflexão sobre o seu papel na constituição do conhecimento de seu discente e principalmente como vai desenvolver seu trabalho, para levar seus discentes a serem líderes de si mesmo para se tornarem questionadores onde estes se tornem cidadãos que faram diferença no mundo. Esses processos dão forma e figurações sociais vistas nas cadeias de interdependência. No livro *Processo Civilizador*, Elias cita que o constante autocontrole a qual o indivíduo agora o indivíduo agora está cada vez mais acostumado procura reduzir os constrates e mudanças súbitas de conduta e a carga efetiva de toda auto-expressão.

Hoje com a mudança da forma como estão sendo elaboradas as aulas devido a covid-19, o educador teve que se reinventar trazer para sua atuação a tecnologia como fonte de auxílio educacional, o conceito de inovação se tornou sinônimo de investimento educacional. As escolas tiveram que viveciar uma metamorfose na sua praxis. Segundo Elias, o estudo desses mecanismos de integração, é relevante para compreensão do processo civilizador (1993). A sociedade atual vem se estruturando, a inovação na educação e no processo de aprendizagem, vem reorganizando o indivíduo na sociedade, esse indivíduo vem se adaptando a nova realidade que foi gerada por meio do coronavírus.

OS IMPACTOS NEGATIVOS E POSITIVOS DA PANDE- MIA NA EDUCAÇÃO

O isolamento social e a suspensão das aulas, que obrigou os alunos a estudarem em casa, mostrou que a maioria dos pais não estavam acompanhando o processo de aprendizagem de seus filhos, o que leva a uma reflexão para toda comunidade escolar. Além disso foi possível diagnosticar a desigualdade social de acesso as tecnologias, muitos alunos não possuem um dispositivo eletrônico com conexão de internet, enquanto outros possuem esse dispositivo, conseguem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem.

[...] a percepção do isolamento do indivíduo, que como ego pensante dentro de sua própria cabeça, confronta todo o mundo externo, é algo debilitada pela ideia de Deus. Na Sociologia moderna, a mesma experiência básica tem expressão teórica no ego atuante, que confronta as pessoas 'externas' como 'outras'. À parte, a monadologia

leibniziana, dificilmente se encontra na tradição filosófico-sociológica um único enfoque do problema que parta da base de uma multiplicidade de seres humanos (ELIAS, 2011, p. 231).

O isolamento social e a mudança de hábitos de higiene se fez necessário para evitar o crescimento de contaminação do coronavírus, Goudsblom (2003, p. 154) argumenta que o impacto das epidemias deve ser pensado *no contexto do processo civilizador*. O medo de se contaminar com o coronavírus dentro do processo civilizador é essencial, o receio fora dos limites do outro ou dos outros, faz o indivíduo pensar no seu Eu, que na Sociedade dos Indivíduos, surge como a autoconsciência formada a partir do controle dos instintos.

[...] a autoconsciência de pessoas que foram obrigadas a adotar um grau elevadíssimo de refreamento, controle afetivo, renúncia e transformação dos instintos, e que estão acostumadas a relegar grande número de funções, expressões instintivas e desejos a enclaves privativos de sigilo, afastados do olhar do “mundo externo”, ou até aos porões de seu psiquismo, ao semiconsciente ou inconsciente. Numa palavra, esse tipo de autoconsciência corresponde à estrutura psicológica estabelecida em certos estágios de um processo civilizador [...] Em seu reflexo teórico, eles aparecem como um abismo existencial e um eterno conflito entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994, p. 32).

Esse processo se refere a uma transformação cultural à medida que os professores, os consumidores dessa nossa forma de ensinar, são incentivados a procurar novas informações e assim, criar novas conexões com estes conteúdos de mídias. Santaela (2008, p. 113),

Documentos em forma de textos, imagens, sons e vídeos reproduzidos com auxílio de softwares e hardwares dos computadores foram um dos motores da (r)evolução tecnológica contemporânea, produzindo mudanças sociais e outros hábitos nos quais todos podem ser autores e emissores no compartilhamento de projetos e ideais no modelo todos-todos. Os sites passaram a compor o cotidiano dos internautas, que navegam pelo ciberespaço com movimentos livres, toques e clicks dos mouses, no intermédio harmônico entre os sistemas lineares e não lineares dos espaços de conversas textuais, sonoras e visuais na produção de culturas.

Para os professores, a educação digital traz uma diversidade de possibilidades e métodos inovadores a serem aplicados no

processo de aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC estipula os parâmetros que o ensino deve seguir em todo território brasileiro. A nova BNCC indica em uma de suas competências socioemocionais a cultura digital, na qual reforça a importância de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

O artigo analisa como a família-escola está se comunicando perante a pandemia, mostra como está sendo feito o desenvolvimento da educação bilíngue, destaca que os recursos tecnológicos se mostram relevantes para que o ensino possa seguir o ano letivo, apesar do distanciamento social. Mostra em sua contextualização, que as ferramentas digitais possibilitou as instituições a proseguirem com o processo de ensino e aprendizagem e como essas práticas tornam o processo do Ensino Belíngue, mais significativo e proficiente dentro da modalidade híbrido e remoto.

No cenário da pandemia podemos analisar a forma que o grupo social, família, estado educa, em relação aos comportamentos e a absorção do conhecimento acumulado. A aprendizagem de alguns comportamentos e o desconsiderar de tantos outros, origina-se principalmente das interações da própria dinâmica do crescimento humano em duas instituições tradicionais, a família e a escola.

A mobilidade das pessoas no sentido espacial e social aumenta. Seu envolvimento com a família, o grupo de parentesco, a comunidade local e outros grupos dessa natureza, antes inescapável pela vida inteira, vê reduzido. Elas têm menos necessidade de adaptar seu comportamento, metas e ideias à vida de tais grupos ou de se identificar automaticamente com eles. (ELIAS, 1994a, p.102).

Apesar da covid-19, o aprendizado da língua belíngue mostrou-se propício, o que veio possibilitar o desenvolvimento de novos saberes adequados às demandas dos novos tempos de pandemia, os professores foram grandes motivadores na busca de estratégias em um formato digital para aplicação de suas aulas. Essas “configurações” (ELIAS, 1980) que se estabelecem no contexto educacional fazem-se necessárias, tendo em vista o potencial educativo das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e suas possíveis transformações.

A mudança das aulas presenciais para remotas e híbridas, trouxe um desenvolvimento gradual, nas mais deferentes áreas do conhecimento e com significativo diversos mesclando ações pedagógicas inovadoras, adaptando rotinas, métodos, abordagens, atividades, linguagem, avaliações e até mesmo os modos de interação professor-aluno e aluno-aluno, através da tecnologia.

Norbert Elias, descreve que a problemática do desenvolvimento ocorre de forma distinta, olha a transformação da sociedade pela ótica de longa duração. Para Lucena e Pinheiro (2016, p. 33) as bases dos estudos de Elias fornecem aportes “para compreender a lógica interna da dinâmica social, as relações de poder, de força e as interdependências que contribuem para configurar e dar sentido à realidade”.

Gebara (2005, p. 4) acrescenta que “o desenvolvimento tecnológico não poderia ter se desenvolvido sem processos de organização social imbricados, meios para trocar informação, coordenação de atividades, percepção de intenções e interesses dos outros”.

CONSIDERAÇÕES

Essa temática considera que diante do contexto da pandemia, o ensino da educação bilígue a distância tornou-se primordial na difusão de conhecimentos, a metodologia de ensino foi adaptada para o ambiente on-line, onde professores e alunos tiveram que se ajustar à nova realidade de ensino. A matriz curricular, estabeleceu um novo mapeamento coerente para a aprendizagem bilígue dando a continuidade a linha do raciocínio empregada antes da paralização.

Os professores se depararam com universo digital, a educação on-line tem suas particularidades, assim, esses educadores, devem compreender que a “tecnização” educacional deve ser engendrado por um conjunto de fatores interdependentes que envolvem políticas públicas, econômicos, de formação inicial e continuada de professores.

O sistema educacional, procurou novas formas de ensinar com base na gestão de novas tecnologias, para poder dar continuidade a aprendizagem dos alunos, remediando assim, o impacto trazido pela pandemia. Portanto nesse cenário da pandemia, foi necessário pensar, em novas práticas educacionais elaborando um plano educacional de ação pedagógico em tempos de COVID-19 de acordo

com a realidade de cada segmento, em regime de excepcionalidade e temporalidade, durante essa fase de isolamento social.

REFERÊNCIAS

ELIAS, N. O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert (1989) [1939]), O Processo Civilizacional, Vol. I., II., Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ELIAS, Norbert. (2011), O processo civilizador, vol 1: Uma História dos Costumes. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. Escritos e ensaios 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, 2v.

ELIAS. NORBERT. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar. (1994).

GEBARA, Ademir. Tecnologia e História: Johan Goudsblom e Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa, 2005.

GOUDSBLOM, Johan. “Public health and the Civilizing Process”. In: Dunning, Eric and Mennell, Stephen (orgs). *Norbert Elias, volume III*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, [1986] 2003.

HENZ, Celso. Círculos Dialógicos Investigativo-Formativos: pesquisa-formação permanente de professores. VIII Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire: por uma Pedagogia dos direitos humanos. Anais. Bento Gonçalves: IFRS: 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, D. C. de. Ensino e aprendizagem de língua inglesa – conver-

sas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LUCENA, Ricardo de F.; PINHEIRO, Mariza de O. O compêndio de pedologia e processos de civilidade da meninice: pedagogia e corpo. Educação e Fronteiras On-Line, vol.6, n. 18, set./dez., 2016.

MORAN, José. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, Solange e outros (Orgs). Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017, p.23-35. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

SANTAELA, L. Da cultura de massa às interfaces na era digital. Revista Faced, Salvador, n.14, p.105-118, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1185/1/2657.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Ana Cristina Mota da Costa Cunha

Licenciada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, mestra em Ciências da Educação (UniXavier). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (doutorado em rede/EDUCANORTE/polo UFAM), membra do grupo de pesquisa em Educação Física e suas relações interdisciplinares - GEPEFRI. E-mail: crismota_86@hotmail.com

Ana Paula Bastos da Silva

Possui experiência na área de gestão com formação técnica em Administração pelo Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Desenvolve pesquisas nas áreas de educação e meio ambiente.

Anne Gricelda Barbosa Oliveira

Especialista em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas e Graduada em Serviço Social pela Universidade Nilton Lins. Atua como pesquisadora do grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atualmente desenvolve ações comunitárias em comunidades. E-mail: anneoliveira20@bol.com.br

Antônio Carlos Batista de Souza (org.)

É mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente de Geografia do Instituto Federal do Amazonas - IFAM Campus Manaus Centro. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Professor do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tecnólogo em Gestão Comercial formado no Cen-

tro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Discente de Bacharelado em Psicologia na UniNassau e em Licenciatura em Sociologia (Formação pedagógica) e Especialização em Teoria Psicanalítica no Centro Universitário FAVENI. E-mail: antonieli.historiacomparada@gmail.com

Ariane Gabriele Lopes Silva

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas-AM, gabriele.ariane24@gmail.com

Brenda Rolim Rebelatto

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas-AM, brendarebelatto@hotmail.com

David da Silva Ribeiro

Graduado em Pedagogia - Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) – Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil) e pesquisador do grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia. E-mail: davidssribeiro@gmail.com

Erik Gonçalo Rubem

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas PPGSCA/UFAM. Bacharel em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: erikgrubem@gmail.com

Evandro Luiz Ghedin

Professor Titular-Livre da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-doutor em Didática e Doutor em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP. Mestre em Educação pela UFAM. Especialista em Antropologia da Amazônia pela UFAM e especialista em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduado em Filosofia pela UCB. Professor Permanente no PPGECEM - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professor Permanente no PPGE-UFAM. Professor Permanente no PGEDA-

-Doutorado em Educação na Amazônia - EDUCANORTE. E-mail: evandroghedin@gmail.com

Gabriel Frechiani de Oliveira

Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI - 2007); Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Sistema Educacional EADCON (2009) e MBA em Gestão Ambiental pela UNOPAR (2013). Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Mestre em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Atuou como professor do quadro provisorio e coordenou o curso de História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Tem experiência na área de História, Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira

Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Professor em Nível de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas.

Giovanna Neiva Luz

Possui graduação em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (2019). Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia, atuando principalmente no seguinte tema: arqueologia pré-contato, etnologia e etnoarqueologia, bem como Antropologia. Especialista em Arte Rupestre. Associada à SAB (Sociedade Brasileira de Arqueologia). Foi voluntária em projetos de pesquisa na Universidade Federal do Piauí e monitora de disciplinas no departamento de ciências da natureza e ciências humanas da UFPI.

Greicy Oliveira Nascimento

Licenciada em Pedagogia e mestra em Ensino de Ciências e Humanidades pelo Instituto de Educação e Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (doutorado em rede/EDUCANORTE/polo UFAM), membra do grupo de pesquisa Laboratório de Neurodidática e Formação de

Professores e bolsista FAPEAM. E-mail: greicyoliveiran@hotmail.com

Javier García Cano

Profesor Arquitecto FADU-UBA. Miembro del Centro de Estudios en Arqueología Subacuática de la Facultad de Humanidades y Artes-UNR.

Jeane Vasconcelos de Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atualmente é Assessora Pedagógica na Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED. E-mail: jervasconcelos@hotmail.com

Jesus de Souza Brasil

Doutorando da Universidad Del Sol. Instituto de Educação e Pesquisa ABA PAI.

João Luiz da Costa Barros

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutor em Educação e Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP/SP). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Orientador do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA, Associação Plena em Rede (Educa-norte), presidente do grupo de pesquisa GEPEFRI. jlbarros@ufam.edu.br

Laice Oliveira da Costa

Possui experiência como Assistente Administrativa. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Desenvolve pesquisas na área de educação.

Leandro Paiva

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade

Federal do Amazonas. Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pós-Graduado (Lato Sensu) com título de Especialista em Arqueologia (Claretiano). Pós-Graduado (Lato Sensu) com título de Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural (Claretiano). Graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Educação Física (Claretiano). No ensino, atuou (e/ou atua) como docente na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e no Magistério Superior (Graduação e Pós-Graduação).

Lílian Freire Noronha

Artista Visual com Mestrado em Ensino Tecnológico e Especialização em Educação, ambos, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no qual, também, é servidora pública federal. Possui vínculo com a Faculdade de Artes (FAARTES) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve pesquisas com ênfase nas áreas de Formação de Professores, Inclusão Educacional e Artes Visuais. Email: lilian.ifam@gmail.com

Maria Goreth da Silva Vasconcelos

Graduada em Psicologia e em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Possui Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Especialização em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP. Atualmente é psicóloga clínica e hospitalar no Banco de Olhos do Amazonas, órgão da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SES/AM, onde fundou e coordena o Núcleo de Psicologia. É professora formadora na Secretaria de Educação do Município de Manaus- SEMED. E-mail: maria.goreth@semed.manaus.am.gov.br

Matteus Freitas de Oliveira

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor EBTT de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Campus São Miguel dos Campos. Especialista em Modelagem e Ciências da Terra e do

Ambiente e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desenvolve pesquisa com ênfase na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero e sexualidades, Geoprocessamento, análise socioambiental, comunidades tradicionais pesqueiras, cidades médias e pequenas e relações campo-cidade. Membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade no Sertão de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas (IFAL/CNPq) e o grupo Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais - NUAGRÁRIO da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/CNPq).

Michel Justamand (org.)

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho/UniNove; Graduado e Licenciado em História, Mestre em Comunicação e Semiótica, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia e Pós-doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP; Pós-doutor em Arqueologia pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2017) e em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia/UFBA (2019). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas/UFAM e Associado II, do Departamento de História da Arte-DHA, da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, em Guarulhos. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

Mirian de Araújo Mafra Castro

Assistente Social, Historiadora, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins – UEA. mirianaraujo2233@gmail.com

Priscila Ramos de Farias

Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, pós graduada em Ética e Políticas Públicas na Amazônia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Possui experiência em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos, Conflitos e Relações de Gênero; Direitos Indígenas e dos Povos Tradicionais,

Processos de Territorialização e Direito Urbanístico e Meio Ambiente/e-mail: priscilla.farias@semed.manaus.am.gov.br

Raiany Ketlen Rodrigues Leal

Graduanda do Curso de Letras - Letras e Literatura Espanhola na Universidade Federal do Amazonas – UFAM/e-mail: raiany.ketlen.rl@hotmail.com

Renilda Aparecida Costa

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas e professora do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA/UFAM. E-mail: renildaaparecidacosta@gmail.com

Rosa Mery Oliveira e Oliveira

Doutoranda da Universidad Del Sol. Instituto de Educação e Pesquisa ABA PAI.

Tharcisio Santiago Cruz (org.)

Doutor em Antropologia, Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e é Graduado em Ciências Sociais todos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. É professor assistente da UFAM, desde 2009 vinculado ao curso de bacharelado em Antropologia. Tem experiência nas áreas de sociologia e antropologia e nas subáreas de trabalho, antropologia urbana, populações de fronteira, capoeira, folclore, ações afirmativas.

Vanessa Belarmino da Silva

Mestranda em Arqueologia-UNIVASF; Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial – UNIVASF; Licenciada em Geografia - UESPI; Especialista no Ensino da Geografia – FLATED; Guia de Turismo – IFPI.

Vanessa Pereira Araújo

Professora orientadora: Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA/UFAM, e-mail: vanessaraaujocontabil@gmail.com

Vitor José Rampaneli de Almeida

Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Graduado em História - Faculdades Integradas de Guarulhos (UNIMESP - FIG) em 1999; Graduação/Pós-Graduação em Ciências Humanas - Universidade de Campinas - UNICAMP em 2005; Mestre em Análise Geoambiental pela Universidade de Guarulhos - UNG, em 2011. Professor de História da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, assessor da área de Humanas e coordenador pedagógico do cursinho - Projeto Universidade (Poliedro) na mesma instituição. É autor dos livros: “Ambientes pré-históricos: uma interpretação das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara” pela editora Prismas e “Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico: Um Estudo Sobre a Bacia Sedimentar de Taubaté” pela Fontenele Publicações - nesta área, publicou diversos artigos científicos e apresentou trabalhos com a mesma temática na Alemanha e Argentina. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes campos: educação, pinturas rupestres, Parque Nacional Serra da Capivara, arqueologia, paleoambientes, planejamento regional e análise geoambiental.

Waldeliz de Freitas Rodrigues

Graduada em Pedagogia - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) - Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na PanAmazônia. E-mail: waldeliz.cotinho2017@gmail.com

Sugestões de leitura

disponíveis em alexaloja.com.br

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

1 - Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

- 17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.
Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018
- 18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018
- 19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.
João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019
- 20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas
Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs), 2019
- 21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21
Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs), 2019
- 22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22
Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs), 2019
- 23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019
- 24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019
- 25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25
Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019
- 26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020
- 27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020
- 28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020
- 29 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28
Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Vânia Cristina Cantuário de Andrade 2020
- 29 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 29
Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand, Vânia Cristina Cantuário de Andrade, 2020
- 30 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 30
Iraildes Caldas Torres, Michel Justamand, Tharcísio Santiago Cruz, 2020

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

- 1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.

Carmen Junqueira, 2018

2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.

Thereza Menezes, 2018

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

José Lino do Nascimento Marinho, 2019

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

Ana Maria de Mello Campos, 2019

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),
Lupuna Corrêa de Souza, 2020.

8 - Memória e identidade do povo Xetá. narrativas visuais e memória coletiva no quadro de dispersão

Maria Angelita Djapoterama da Silva

9 - Corpo negro e saúde. um estudo sobre afrobrasileiros (as), AIDS e ações afirmativas

Adailton da Silva

10 - Mitopoética dos Muyaquitãs, Porandubas e Moronguetás: ensaios de Antropologia, Estética e Etnologia Amazônica.

Harald Sá Peixoto Pinheiro.

11 - A alma feminina e a poética da vida na Amazônia

Adson Manoel Bulhões, 2021

12 - “No soy un aculturado”: indigenismo e identidade nacional nas obras de José Maria Arguedas

Graziela Menezes de Jesus, 2021

Coleção Carmen Junqueira

Dirigida por Vaneska Taciana Vitti e Michel Justamand

1 - Carmen e os Kamaiurá.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2018

2 - Carmen e o indigenismo.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Vaneska Taciana Vitti (org.), 2020

3 - Sexo e Desigualdade: entre os Kamaiurá e os Cinta Larga.

Carmen Junqueira, 2020

4 - Índios do Ipavu

Carmen Junqueira, 2020

5 - O tacape do diabo

Eunice Paiva, Carmen Junqueira, Renan Albuquerque e Gerson André A. Ferreira, 2020

Coleção Sociedade e Cultura na Amazônia

Dirigida por Iraíldes Caldas Torres e Marilene Correa da Silva Freitas

1 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018

2 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

Alexandre de Oliveira (org), 2019

3 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

Iraíldes Caldas Torres, 2019

4 - Imagens e imaginários na Amazônia

Alexandre de Oliveira (org), 2019

5 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

6 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

7 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019

8 - Corpo, sociedade e extensões.

Ártemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020

9 - Oleiros da vida, trabalho, ambiente e o futuro dos trabalhadores do barro em Iraduba (AM)

Hamida Assunção Pinheiro, 2020

10 - Associativismo e cooperativismo rural em Parintins,

Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020

11 - O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas

Sandra Helena da Silva, 2020

12 - Ensino de ciências na Amazônia: reflexões e perspectivas

Orleyson Cunha Gomes, Salatiel da Rocha Gomes e Sandra Oliveira de Almeida, 2020

13 - Cidades amazônicas na fronteira: dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões,

Alex Sandro do Nascimento de Souza, 2020

14 - Amazônia: gênero, fronteira, saberes e desenvolvimento,

Iraíldes Caldas Torres e Rooney Vasconcelos Barros, 2020

15 - O artista-andarilho da Amazônia e o florescer de sua práxis-poiesis na festa po-

pular

Yomarley Lopes Holanda, 2020

16 - As Práticas Sociais das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé: o canto de trabalho e a urdidura de gênero.

Iraildes Caldas Torres, 2020

17 - A construção da homossexualidade: expressão do sujeito, protagonismo e ambiente escolar.

Iraildes Caldas Torres, 2020

18 - Sociedade, cultura, educação e extensões na Amazônia

Artemis de Araújo Soares, 2020

19 - Pensamento Social, Políticas Públicas, Cultura e Sociedade

Marilene Corrêa da Silva Freitas, 2020

20 - Pensamento social, etnicidade, corpo e notas de pesquisa

Artemis de Araújo Soares, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2020

21 - Amazônia, instituições e processos políticos de governo: Roraima como estudo de caso.

Ricardo Borges Gama Neto e Roberto Ramos Santos, 2021

23 - Amazônia dissidente: volume 1

Michel Justamand, Alexandre Oliveira, Vânia Cristina Cantuário de Andrade, 2021

24 - Amazônia dissidente: volume 2

Michel Justamand, Alexandre Oliveira, Raimundo Dejard Vieira

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

Michel Justamand, 2006

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand, 2007

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

Michel Justamand, 2007

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

Michel Justamand, 2012

5 - A mulher rupestre

Michel Justamand, 2014

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato - PI.

Michel Justamand, 2015

7 - Arqueologia da Sexualidade

Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2017

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017

10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018

11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

Vanessa da Silva Belarmini, 2019

13 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

Leandro Paiva, 2019

14 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

Grazieli Pacelli Procópio, 2020

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história

Cidiclei Alcione Biavatti, 2020

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.), 2006

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisólio Mendes e Michel Justamand, 2007

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand, 2017

4 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Êmerson Francisco de Souza (org.), 2017

5 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisólio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017

6 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, 2018

7 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018

8 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018

9 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (orgs), 2018

10- Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

11 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

Antoniél dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Eirilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

12 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (orgs), 2018

13 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018

14 - Reflexões sobre violência e justiça.

Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018

15 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019

16 - Educação em pauta

Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019

17 – Tecnologias na formação inicial de professores

Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019

18 – Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,

Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019

19 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar,

Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019

20 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019

21 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,

Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019

22 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias

Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020

23 – Práticas educacionais no contexto amazônico

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 2020

24 – Práticas educacionais no contexto amazônico II

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020

25 – Práticas educacionais no contexto amazônico III

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020

26 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM

Fátima Aparecida Kian, 2020

27 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020

28 – Geografia física da Amazônia, vol. 1

Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020

29 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

30 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

31 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020

32 – Leituras sobre educação – a voz do professor

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

33 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

34 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola

Amor António Monteiro, 2020

35 - O desenvolvimento sustentável na educação amazônica: O uso do cinema na articulação de temas transversais de desenvolvimento sustentável no ensino fundamental do município de Parintins-Amazonas-Brasil.

Josenildo Santos de Souza, 2021

36 - Da Lapa aos porões da ditadura: as experiências de Raphael Martinelli (1939-1973).

Ana Cristina Alves Balbino, 2021

Coleção Tabatinga Ticuna

Dirigida por Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Michel Justamand

1 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017

2 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018

3 - Tabatinga e suas Lendas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018

4 - Saberes Amazônicos

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019

5 - Canumã - Memórias vivas de um povo

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

6 - Ticuna - Guardiões da Floresta

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

7 - Ticuna - Saberes e práticas educacionais

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

8 - Canumã - Memórias vivas de um povo

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
dos Editores Universitários



ISBN 978-85-5467-221-8

